



HABITAR A PAISAGEM

O reconhecimento da experiência estética como direito à cidade



Hulda Erna Wehmann

HABITAR A PAISAGEM

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni
(*in memoriam*)

Comitê Científico

Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Luciana Bongiovanni Martins Schenk

Instituição: Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo

Dr. Raul Isidoro Pereira

Instituição: Arquiteto Convidado

Prof. Dr. Luís Renato Bezerra Pequeno

Instituição: Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Ceará

HABITAR A PAISAGEM

O RECONHECIMENTO DA EXPERIÊNCIA
ESTÉTICA COMO DIREITO À CIDADE

Hulda Erna Wehmann



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU/CE)

CNPJ 14.929.252/0001-04 | (85) 3055-6440 | atendimento@cauce.gov.br | www.cauce.gov.br

ESTE EXEMPLAR NÃO PODE SER COMERCIALIZADO.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

W413h Wehmann, Hulda Erna

Habitar a paisagem: o reconhecimento da experiência estética como direito à cidade [recurso eletrônico] / Hulda Erna Wehmann. – Cachoeirinha : Fi, 2023.

365p.

ISBN 978-65-85725-21-7

DOI 10.22350/9786585725217

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Planejamento urbano – Paisagem – Cidadania. I. Título.

CDU 711/712:304

À minha família, ou seja, a todos a quem amo.

AGRADECIMENTOS

A página de agradecimentos é uma das mais difíceis de toda uma tese, que aqui é a escrita individual a partir de tantas contribuições, que é impossível fazer verdadeira justiça em tão poucas linhas. Por saber quão injusta é minha própria memória, já desculpo-me aos que não forem citados: não é ingratidão, é apenas a falha mnemônica grave que me caracteriza.

Agradeço, muito, a minha querida orientadora e amiga, Catharina Lima, cuja voz suave ressoa nos melhores momentos deste trabalho (os piores, porém, são infelizmente culpa somente minha). Os muitos outros professores da FAU, pela atenção e apoio às minhas muitas dúvidas, em especial a Eugênio Queiroga e Karina Leitão, pelas conversas oficiais durante a banca de qualificação e extraoficiais que muito auxiliaram meu entendimento. A Renato Pequeno, paciente mestre querido, pelo acompanhamento de minha vida acadêmica desde a graduação e que continuou ao longo deste trabalho, com a solicitude que lhe é peculiar.

Aos amigos de Fortaleza e de São Paulo, pelas discussões teóricas e da vida, cuja presença alegrou o processo de elaboração desta tese: Camila Aldigueri, Rerisson Máximo, Rafael Moura, Victor Iacovinni e Sara Rosa. Em especial aos dois últimos pelo interesse carinhoso com que escutaram e responderam às mais confusas e insistentes perguntas

que poderia haver. As parceiras de Laboratório, em especial à Elaine Araújo, companheira de digressões entre praia e montanhas, e debates insurgentes pelas atrações do cotidiano.

Às amigadas nascidas desta tese, em especial a Pedro Fernandes, Anailton, Lívia, Jonas, De- nilson e Joab, que mostraram caminhos com gentileza e hospitalidade admirável, e sem cuja ajuda esta tese seria mais falha do que é. A todos os moradores do Lagamar e do Serviluz que se disponibilizaram a dialogar e deixaram-me entrever as paisagens em seus olhos.

Agradeço ainda à CAPES, pelo apoio financeiro concedido, que permitiu um mergulho mais profundo nos estudos práticos e teóricos que fundamentaram a tese.

E, por fim, agradeço à minha família, a meus pais e irmãos cujo apoio amoroso é base e sustentação de quem eu sou e de como vejo o mundo. E a Pedro, marido companheiro, que por entre tempestades e calmarias navega comigo, Otacílio e Violeta nos mares da vida.

“ (...) pois é pela beleza que se vai à liberdade”

Friedrich Schiller, Cartas para a Educação Estética da Humanidade (1795)

LISTA DE SIGLAS

BNH	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
IDH-B	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR BAIRRO
IJNPS	INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS
IPECE	INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ
LUOS	LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
OUC	OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS
PDP/PDP for	PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FORTALEZA (fazendo referência ao PDP aprovado em 2009 e vigente)
PLANDIRF	PLANO DIRETOR DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA
PLHIS	PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
PLHISFOR	PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE FORTALEZA
PMUM	PLANO MESTRE URBANÍSTICO E DE MOBILIDADE
PMCMV	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
PMF	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
RMF	REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA
ZEIS	ZONA DE INTERESSE SOCIAL (1 – de ocupação; 2 – de conjuntos; 3 – de vazios)
ZIA	ZONA DE INTERESSE AMBIENTAL
ZRA	ZONA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

SUMÁRIO

INTRODUZINDO A CIDADE COMO PAISAGEM

15

1. NOTAS SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO COMO PAISAGEM COTIDIANA: POSSIBILIDADES.....	16
--	----

CAPÍTULO 01

29

FORTE, PRAIA, UMA CIDADE: FORTALEZA COMO PAISAGEM COTIDIANA

1. O DIREITO À PAISAGEM: UTOPIA URBANA?	30
2. O ESPAÇO URBANO COMO ARENA DE DISPUTAS	36
2.1 A PRAGMÁTICA MORTE ANUNCIADA DA POEIRA URBANA	37
2.2 A CRIATIVIDADE URBANA COMO PRÁTICA POLÍTICA.....	46
2.3 A CIDADE BRASILEIRA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO DO SUBDESENVOLVIMENTO.....	55
2.4 A NOÇÃO DE MODERNA PROPRIEDADE PRIVADA: A TERRA COMO MERCADORIA.....	57
3. A PRODUÇÃO DE FORTALEZA: A MODERNA PROPRIEDADE PRIVADA NA CAPITAL LITORÂNEA DO SERTÃO	66
3.1 UMA FORTALEZA FRAGMENTADA.....	83
3.2 UM FORTE ENTRE O SERTÃO E A PRAIA.....	86
3.3 FORTALEZA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: EXPANSÃO E SEGREGAÇÃO	98
AS DÉCADAS DE 1950 AO FIM DO SÉCULO: EXPLOÇÃO DEMOGRÁFICA.....	105
4. A LEITURA DA CIDADE: MORFOLOGIA E INSERÇÃO URBANA	119

CAPÍTULO 02

123

SENTIDOS DA PAISAGEM ENTRE ARTE, FETICHE E COTIDIANO

1. A PAISAGEM E O COTIDIANO.....	124
2. SENTIDOS DA PAISAGEM.....	125
2.1 A ARTIALIZAÇÃO DA PAISAGEM: O VER, O SABER, O FAZER.....	142
2.2 A ARTIALIZAÇÃO COLETIVA DA PAISAGEM: RUGOSIDADES E DOBRAS.....	147
2.3 A PAISAGEM COMO PRODUÇÃO COLETIVA: HABITAR A PAISAGEM.....	149
2.4 PAISAGENS NEGADAS E O DANO ESTÉTICO	154
2.5 A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COMO ELEMENTO POLÍTICO E AS OPORTUNIDADES DO COTIDIANO... 164	
2.6 O COTIDIANO: ALIENAÇÃO E LIBERDADE	167
3. O HABITAR POÉTICO E A EXPRESSÃO POLÍTICA.....	184
4. PAISAGEM HABITADA: DIREITO AO HUMANO NO PENSAMENTO URBANO.....	187

CAPÍTULO 03

195

RELATOS SOBRE A PAISAGEM: A EXPERIÊNCIA DOS QUE A HABITAM

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE FALAS E RUÍDOS.....	196
2. DIÁLOGOS COM O IMAGINÁRIO COMO PESQUISA DE CAMPO EM CAMPO.....	199
2.1.A OPÇÃO PELA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	203
2.2.A ESCOLHA DOS INTERLOCUTORES PARA OS DIÁLOGOS SOBRE A PAISAGEM.....	209
2.3 OPERAÇÕES DE ANÁLISE: DE DESCRIÇÕES INDIVIDUAIS A SENTIDOS COMUNS.....	210
2.4.A ESCOLHA DOS ESPAÇOS DE DIÁLOGO	217
2.5 PERGUNTA, RESPOSTA, APRENDIZADO: UMA PESQUISA EM EVOLUÇÃO	221
3. FRAGMENTOS DE UMA CIDADE DIVIDIDA: SERVILUZ E LAGAMAR.....	223
3.1 FORTALEZA FRAGMENTADA	224
3.2 LAGAMAR: PRAÇA DE LUTAS	229
3.3 SERVILUZ: PRAIA DISPUTADA	235
4. A PAISAGEM HABITADA.....	242
4.1 A PAISAGEM PARA OS PAISANOS: AS MÚLTIPLAS FACETAS DA EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM	246
4.2 A POESIA COTIDIANA DA PAISAGEM: CONSTRUIR O “SEU HABITAR”	254
4.3 A PAISAGEM E A NATUREZA NO ESPAÇO URBANO: CASA DE MADEIRITE, TETO DE PAISAGEM	263
4.4 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO COMUNITÁRIO: SOBRETRABALHO E AUTONOMIA.....	268
4.5 OS ELEMENTOS DO ESPAÇO URBANO COMO SIGNOS DE INSERÇÃO NA CIDADE.....	277
5. CAMINHOS POSSÍVEIS: O PAPEL DA PAISAGEM PARA O INDIVÍDUO E PARA A COMUNIDADE.....	280

À GUISA DE CONCLUSÃO

285

O DIREITO À PAISAGEM COMO DIREITO À CIDADE

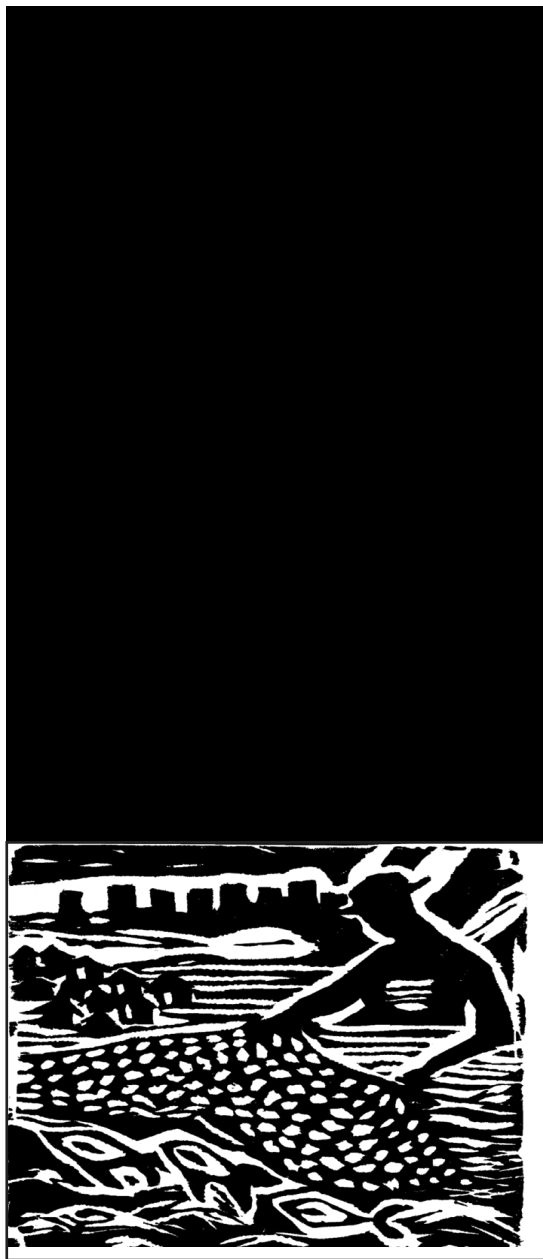
1. HABITAR A CIDADE: O DIREITO A SER-HUMANO NA CIDADE	286
1.1 A PAISAGEM NA CIDADE, A CIDADE COMO ESPAÇO DE PAISAGEM	296
1.2 O URBANISMO NA CIDADE SEGREGADA E O ESPAÇO PADRONIZADO.....	297
2. O DIREITO À PAISAGEM COMO DIREITO (A HABITAR) A CIDADE - À GUISA DE CONCLUSÃO.....	303

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

311

APÊNDICES

322



INTRODUZINDO A CIDADE COMO PAISAGEM

1. NOTAS SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO COMO PAISAGEM COTIDIANA: POSSIBILIDADES

Fortaleza é uma cidade de atmosfera dourada. O fenômeno, reconhecido na poética alcunha da cidade dada por Paula Nei – Loura desposada do sol – é resultado de sua posição geográfica, a poucos graus de latitude do Equador, na costa que é encontro entre mar e sertão. A intensidade da luz que reverbera desde as primeiras horas do dia nas superfícies demarca claramente os contrastes, as linhas de separação entre o que está iluminado e o que permanece à sombra.

Da mesma forma, Fortaleza se constrói em outros contrastes: é capital do semiárido, que polariza amplas áreas do Ceará e do Piauí, para além de sua região metropolitana, mas é situada à beira do infinito de água do mar. Os contrastes também se materializam nas produções humanas em uma metrópole periférica aos fluxos de capital: uma concentração de edifícios altos, cujas superfícies brilhantes acentuam os efeitos da luz e cujas formas emulam tendências de uma contemporaneidade internacional, é circundada por uma infinidade de pequenas edificações térreas, ou de poucos andares, de tijolo e telhas, ou mesmo de taipa, como permanências opacas de técnicas mais acessíveis a uma população de poucos recursos e escassas oportunidades. (Figura 01)



Figura 01 - Por-do-sol sobre as casas próximas ao Farol, na comunidade do Serviluz, Fortaleza - CE.

Foto: Priscila Ferreira

A predominância horizontal da ocupação, num dos municípios mais densos do país (a capital de maior densidade demográfica, com 7786 hab./km², conforme o CENSO de 2010), acentua a disputa por espaços, incentivando concorrências controladas pelo mercado privado de terra, hierarquizando e segregando territórios urbanos, acentuando a disparidade socioespacial. A exígua classe dos que têm acesso encastela-se em fortalezas contemporâneas, muros e eclusas, em bairros distintos em forma e estrutura, ilhas de qualidade próxima aos melhores IDH do planeta, cercada por ondas circundantes de pobreza e índices similares ou piores aos dos países mais carentes do mundo.

Espaços luminosos que se destacam por entre densas manchas opacas, nos termos elaborados por Milton Santos (2008).

Os espaços intraurbanos de predomínio da natureza atuam como os limites da área disponível para urbanização. Conforme estudo de Pequeno (2008), a degradação ambiental está associada aos processos de ocupação e desenvolvimento desigual da cidade. A natureza é a um tempo espaço desinteressante, visto como pouco produtivo por não permitir a ocupação formal – é sintomática a pouca disponibilidade de áreas verdes na cidade, mesmo de arborização urbana –, e espaço desejado e mercantilizável, como imagem que valoriza a propriedade, elemento de contemplação emoldurado em varandas e janelas.

Num confronto com as possibilidades mercadológicas, os recursos naturais surgem como qualificativos do espaço que permitem a complementação dos meios de vida: é nos espaços de natureza que atividades de coleta e pesca de peixes, crustáceos, frutos e pequenas hortas complementam as formas de subsistência. A escolha do espaço de moradia é também a escolha por uma forma de vida, que se expressa em relações tecidas a partir de memórias, práticas e preferências que ultrapassam os valores de mercado. Nessas relações, formam-se os habitantes daquele espaço, reconhecendo-se a si e ao mundo a partir das experiências do cotidiano.

A questão que originou a pesquisa de doutorado foi: nesse contexto, que sentidos assume a paisagem? O que é esta relação entre o homem e seu espaço de vida, numa cidade tão contraditória? Seria importante pensar em paisagem como direito, quando tantos outros são afrontados no cotidiano da cidade segregada e fragmentada? Ou seria apenas uma

questão secundária, frente à premência dos direitos ditos básicos – saneamento, abastecimento de água, segurança fundiária, moradia, etc. –, cuja carência parece inadmissível numa cidade que se pensa estratégica e competitiva?

A tese que se defende aqui é que, sem considerar o direito à paisagem de cada habitante urbano enquanto direito à experiência estética de seu espaço de vida cotidiana, não se consolida o direito à cidade. Essa experiência estética não se dá de forma passiva, mas demanda a participação ativa do experienciador da cidade que, ao se envolver, reconstrói, material e poeticamente, seu espaço de vida. Assumir o direito à essas experiências é reconhecer a condição fundamental de humanização da cidade: o reconhecimento desta enquanto espaço humano, por humanos produzido e por humanos habitado.

O reconhecimento desse direito é o reconhecimento à co-criação da cidade, à *poiein*¹ cotidiana essencial ao habitar, nos termos de Heidegger (1975). Reconhecer o direito a essa experiência, que denomino experiência da paisagem, é reconhecer a cidade como uma paisagem habitada e o direito à paisagem, a ser assegurado como elemento fundamental dos processos de apropriação do espaço enquanto valor de uso e essencial em propostas democráticas de estruturação do espaço urbano.

Essa hipótese nasceu das primeiras incursões a campo, realizadas no segundo semestre da pesquisa, a partir das falas colhidas nas

¹ Entendida aqui como a atividade de criar, inventar, gerar. O termo, e o entendimento utilizado, é retirado da obra de Michel de Certeau, *A invenção do Cotidiano* (1998).

entrevistas nas comunidades do Lagamar e Serviluz, quando o foco era ainda entender o sentido do termo paisagem para aqueles que a habitavam. Em seu conjunto, os procedimentos metodológicos que adotei têm envolvido simultaneamente a reflexão teórica com base em pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo a partir de um olhar interessado e a análise dialética das informações, buscando compreender os comuns do fenômeno aqui estudado.

O desenrolar desta pesquisa ditou a organização desta tese, razão pela qual as seções apresentadas têm uma ordem peculiar, iniciando-se já com a apresentação de Fortaleza como espaço de estudos em sua Seção 01 - Introduzindo: Fortaleza, paisagem cotidiana. Esta forma de organização representa o percurso percorrido ao longo da investigação da hipótese aqui discutida, para melhor refletir o próprio processo de pergunta, pesquisa, reflexão e resposta a que me dediquei ao longo do doutorado.

Ao explicitar a relação da questão de pesquisa com o contexto, não pretendo circunscrever eventuais conclusões ao caso em estudo, mas apenas ressaltar que se tratam de interpretações realizadas a partir da forma de um fenômeno tal como se apresenta em momento específico, e cuja aplicação não é universal, mas um caminho possível para intervenções no espaço urbano, considerado como elemento em permanente transformação. A questão que orienta o capítulo pode ser assim descrita: quais processos desenharam a conformação atual da cidade de Fortaleza e que possibilidades esta oferece de experienciar a paisagem?

À medida que a cidade e as comunidades investigadas são desveladas como produtos de um processo em contínua transformação, discuto também os conceitos que suportam as interpretações que faço. O objetivo é compreender a produção do espaço urbano de Fortaleza como um processo que se dá a partir de e sobre estruturas ambientais e simbólicas, de forma coletiva. Para tanto, o desenrolar dos fatos registrados pela historiografia oficial, coletados em diversas fontes, entre livros e trabalhos acadêmicos, são cotejados aos documentos gráficos que representam a estrutura ambiental e os registros da evolução da ocupação.

A teoria já produzida é posta em diálogo também com as informações colhidas dos moradores das comunidades, que por vezes reforçam e por vezes contradizem as vertentes mais aceitas. É importante destacar a importância deste processo de diálogo, que permitiu compreender como processos obscurecidos nos relatos oficiais se registram a partir de suas inscrições nas memórias associadas às paisagens experienciadas e rememoradas.

O contato com o campo iniciou-se já no segundo semestre da pesquisa, e nasceu da inquietação sobre quais os usos e sentidos os sujeitos da pesquisa dariam ao termo paisagem, em diálogo com as reflexões teóricas que se principiavam a explorar. Inicialmente, o procedimento sugerido pela professora orientadora objetivou evitar transformar a investigação em uma busca por confirmação da existência do que eu definira conceitualmente a priori como fundamentos da pesquisa. E, efetivamente, os diálogos de campo auxiliaram a compreender melhor qual ponto deveria mesmo ser

pesquisado. Neste sentido, pode-se dizer que o campo fez nascer a pergunta que me instigou, indicando os caminhos possíveis para a construção desta tese.

Inicialmente, as perguntas da pesquisa indagavam sobre parâmetros para a proposição de espaços livres em projetos habitacionais para faixas de renda baixa. Uma das questões seria a razão pela qual são sempre relegados a segundo plano, produzidos de forma padronizada e sem maiores cuidados. A justificativa mais ouvida (de forma extraoficial, claro) seria uma espécie de hierarquia de demandas, aonde somente a partir de determinado padrão de vida associada a rendas mais altas as questões mais “imponderáveis” apareceriam como de interesse da população. Na verdade, alguns teóricos diriam mesmo que seria preciso certo nível de cultura e “descolamento” do espaço para vê-lo como paisagem, numa atitude adequadamente “desinteressada”, discussão que apresento de forma mais aprofundada na Seção 02 desta tese: Sentidos da Paisagem entre arte, fetiche e cotidiano.

Esse capítulo objetiva detalhar o ponto de vista teórico no qual me situou, a estrutura teórica que informa o meu olhar. O objetivo aqui é definir o conjunto de sentidos que atribuí aos conceitos de trabalho, de forma a compor um conjunto coerente de significantes a partir dos quais dialogo com as descobertas empíricas. A questão que orienta esse capítulo pode ser definida como: é possível habitar a paisagem?

Essa pergunta é de fundamental importância, uma vez que, em parte, o surgimento da noção de paisagem é associado à separação do homem e da natureza, que passa a não ser mais parte do cotidiano humano. Essa compreensão seria apropriada para justificar a

inexistência de preocupação daqueles que não podem se abstrair do cotidiano, aprisionados na rotina estafante da sobrevivência.

Entretanto, as falas registradas indicavam que a ausência da preocupação com a experiência estética nos espaços livres como elemento essencial nas propostas e mesmo pesquisas sobre os espaços cotidianos nas cidades não provinha de sua inexistência ou mesmo irrelevância para os seus habitantes. Ao contrário: espaços livres surgiram nas respostas como extensões da própria casa, uma das razões primordiais para mobilização dos membros da comunidade, e não só por razões ditas pragmáticas.

Essa “incompatibilidade” entre o que se supunha e o que os interlocutores da sondagem inicial diziam levou-me a buscar não mais parâmetros, mas sim significados: o que efetivamente significaria essa negação de espaços de experiência estética à boa parte da população? Essa hierarquização representaria os interesses de quem? Neste sentido, é importante também repensar a oposição cidade-paisagem que permanece em algumas discussões teóricas sobre o conceito, para os quais inexistiria a noção de paisagem nos espaços urbanos, ou somente existiria onde os elementos naturais predominassem sobre os construídos. Se a maioria dos seres humanos são agora urbanos, decretar a existência de uma paisagem urbana não seria mais do que sancionar o direito à experiência sensível no ambiente de vida dessa população majoritária, sem relegá-la a momentos e espaços específicos, de difícil acesso e valor mercadológico significativo.

Seria uma possibilidade de democratização do conceito, mas também implicou na busca por compreender o que significaria então o

termo paisagem, determinando também quais os limites e relações com outros termos de sentido próximo. Para isso, trabalho então o conceito de paisagem conforme entendimento expresso por Arnold Berleant em sua obra *A Estética Ambiental* (1997), como ambiente individual, vivido, que reflete a experiência de uma localização imediata, enfatizando a presença humana enquanto ativo perceptivo no ambiente – sentido este presente em muitas respostas às entrevistas realizadas.

Tais respostas transformaram as questões que orientavam a investigação, transferindo o foco da pesquisa para buscar compreender qual a importância da paisagem no sentido adotado nesta tese para uma cidade democrática. O enunciado da questão principal torna-se assim: quais as contribuições que a experiência estética e afetiva do espaço urbano, aqui denominada paisagem, oferta para a consecução de uma cidade verdadeiramente democrática e coletiva?

Para alcançar respostas, adotei metodologias de pesquisa e reflexões sobre desdobramentos dos dados coletados, em diálogo com a teoria, compondo um aprofundamento dos debates atuais sobre o tema da paisagem urbana e dos significados simbólicos dos espaços livres públicos para intervenções urbanas em zonas habitacionais.

Para melhor compreender, desloquei os espaços de pesquisa de sua proposta inicial, ou seja, dos espaços livres desenhados para conjuntos habitacionais para o setor econômico e de interesse social, nas modalidades possíveis do Programa Minha Casa, Minha Vida, para os espaços disponíveis em áreas de moradia popular, de desenho espontâneo ou não, como manifestações de um desejo de paisagem cotidiana, na Cidade de Fortaleza, Ceará.

A decisão de escolher espaços “autoconstruídos” dentre os vários possíveis como locus de pesquisa foi porque percebi que o desenho dos espaços por projetos arquitetônicos não necessariamente daria conta de todo o vocabulário paisagístico presente na cidade. Ao contrário, em sua maior parte, tratava-se de repetições de uma mesma linguagem, com pouca expressividade e impulsionadas por muitos fatores que extrapolavam as decisões voltadas para o desenvolvimento de uma boa proposta paisagística.

Além disso, a presença de preocupações paisagísticas em tais espaços já de per si seria indício significativo, uma vez que representaria a livre escolha e a disposição de despender esforços próprios de forma não-pragmática, apenas pelo prazer da criação de espaços destinados à fruição. E eles existem, como discuto na Seção 03: Relatos sobre a Paisagem: a experiência dos que habitam a paisagem, no qual apresento de forma sintética os valores e reflexões dos atores nos espaços em estudo, seus gestos, experiências e os sentidos que lhes conferem em relação aos espaços que habitam na cidade, com especial atenção para as ações e táticas com que fabricam suas paisagens.

O fundamento do capítulo são as interpretações dos dados coletados em campo, práticas, valores e sentidos apresentado pelos interlocutores locais sobre o tema da paisagem de seus espaços de vida, no caso, as comunidades do Lagamar e do Serviluz, ambas situadas em Fortaleza-CE. A pergunta que o orienta é: quais os sentidos da paisagem para quem a habita? A partir das análises das contribuições dos habitantes dos lugares investigados, organizei as respostas em cinco eixos de análise: A paisagem para os paisanos: As múltiplas facetas da

experiência da paisagem; A poesia cotidiana da paisagem: construir o “seu habitar”; A paisagem e a natureza no espaço urbano; A construção do espaço comunitário: sobretrabalho e autonomia e Os elementos do espaço urbano como signos de inserção na cidade. É a partir das respostas que construo a argumentação estruturadora da tese, como uma possibilidade de avanço para as discussões sobre o direito à cidade. Os sentidos agradecimentos recebidos por simplesmente ter proposto tais perguntas indicam um desejo reprimido por expressar percepções tão sensíveis quanto admiráveis. A riqueza dos sentidos compartilhados permite afirmar a necessidade de muitas outras investigações na temática.

As pesquisas revelam o espaço livre urbano como elemento inserido no próprio processo de habitar a cidade, no sentido apropriativo utilizado por Lefebvre (1969). As relações construídas pelas ações cotidianas tornam-se parte da própria personalidade dos indivíduos, a tal ponto que eventuais transferências de moradia procuram replicar as condições geográficas: já estão acostumados, explicam, à “condição” daquele modo de habitar. Por isso, assumo como real a necessidade de experiências estéticas no ambiente de vida, aliando as dimensões do sensível e do cotidiano, aliás com o respaldo das falas coletadas na sondagem de campo. As paisagens da memória orientam escolhas dos espaços de moradia, o espaço de vida informa a posição de onde se olha o mundo, o afeto ao lugar reinsere a percepção de pertencimento e de valorização.

Pensar a paisagem neste sentido desloca o foco do sentido mercadológico que tem assumido também em Fortaleza (de uma

imagem passível de venda, um produto a ser explorado na estratégia turística que direciona boa parte das políticas urbanas das diferentes administrações) para uma paisagem-processo, uma relação compartilhada entre homem e espaço, construída a partir de experiências estéticas que tornam os habitantes co-criadores da cidade, transformando-os de inquilinos a verdadeiros produtores urbanos, estatuto cujo reconhecimento lhes confere o real direito à cidade, conclusão que apresento no quarto e último capítulo da tese, *Habitar a paisagem como direito cotidiano*.

Nessa seção, apresento as informações de que me apropriei ao longo da pesquisa, concluindo sobre a necessidade de inserir o respeito às dimensões sensíveis da experiência urbana como essencial para o direito à cidade, não só no sentido do acesso às infraestruturas físicas e serviços urbanos que produzem o espaço físico, mas ao direito de usufruir a cidade enquanto seu cocriador, a habitar a cidade. O direito à paisagem é pensar a cidade como uma paisagem habitada.



CAPÍTULO 01
FORTE, PRAIA, UMA CIDADE:
FORTALEZA COMO PAISAGEM COTIDIANA

1. O DIREITO À PAISAGEM: UTOPIA URBANA?

David Harvey, em seu livro “Espaços de Esperança”, ao falar das relações entre o indivíduo, utopias e a cidade, cita o antigo ditado grego que diz: As coisas que fazemos fazem-nos a nós, e prossegue com as ideias de Robert Park, sociólogo da escola de Chicago, justificando que “ao produzirmos coletivamente nossas cidades, produzimos coletivamente a nós mesmos” (HARVEY, 2004, p. 210). Heidegger, em seu texto seminal “CONSTRUIR, HABITAR, PENSAR” (1951), nos diz que só é possível habitar o que se constrói, definindo o habitar como o modo privilegiado de conectar-se à existência, possível através da (re)construção material e poética do espaço. No espaço compartilhado e coletivamente construído da cidade, o que é este habitar? Como se habita a cidade?

O objetivo deste capítulo nesta tese não é responder a essa pergunta, mas caminhar em direção a uma resposta. A apresentação [resumida] que faço de processos que constroem Fortaleza, e que refletem e interferem nas relações sociais que a desenham, tem como objetivo entender o processo de habitar a capital cearense a partir dos dados, comparando-os com os relatos colhidos nas entrevistas realizadas e em fontes secundárias.

Não pretendo, por não ser o objetivo desta tese, analisar criticamente toda a historiografia de Fortaleza. Porém, gostaria de interpor algumas perguntas que pareceram razoáveis, a partir das discrepâncias encontradas, e que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho. Assim, a relação da cidade com seu litoral, cujos registros

apontam apenas se fortalecer oficialmente em meados do século XX, pode ser revista, uma vez que outras vozes passam a contar como parte da cidade.

Essa discrepância, que nos interessa, não está ausente dos outros relatos. Trata-se apenas de um outro olhar: a cidade, em constante movimento, transforma-se sempre a cada nova mirada. É que a cidade é produção coletiva – múltiplos produtores que, microbianamente no dizer de Certeau (1998), alteram as feições do que lhes é proposto. É o entrechoque entre os diferentes projetos pessoais, com seus objetivos específicos, ora em conflito, ora em concordância, que permite enxergar o espaço urbano como uma arena de disputas, debates e negociações em geral inconscientemente travados. Sem que exista uma relação unívoca entre formas urbanas e relações sociais, os espaços da cidade operam nas condições de produção e reprodução da vida orgânica, psíquica e cultural de seus habitantes (SANTOS, 1985).

É a relação entre os habitantes e seu espaço de vida, tão inerente à cidade, que me faz pensar nas possibilidades do conceito de paisagem como experiência estética no espaço de vida cotidiana para este estudo, bem como a proposta de direito à paisagem, como parte constituinte e essencial do direito à cidade. Este direito, aqui entendido a partir da obra homônima de Lefebvre (1969/1991), propõe que todos os cidadãos têm necessidades sociais a serem atendidas na cidade, inclusive a de “uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas”, um desejo fundamental que, através de “manifestações particulares e momentos (grifo do autor)” superam a

divisão parcelar dos trabalhos. Ora, que melhor forma de se permitir isso que a partir da experiência estética do indivíduo no ambiente imediato, definição de paisagem que adotamos a partir das discussões apresentadas por Arnold Berleant, em sua obra *Living in the Landscape: Toward an aesthetics of environment* (1997, p. 12)?

A associação que faço é baseada no fato de que ambos os autores apresentam a relação entre o indivíduo e seu ambiente de vida cotidiana de forma fruidora, “como valor de uso”, permitindo a expansão de suas possibilidades humanas, negando-se à compartimentação de espaços entre os funcionais (cotidiano) e os de fruição (paisagem).

O direito à paisagem seria assim o direito dos habitantes a fruir e (re)criar cotidianamente seu espaço de vida, parte integrante e essencial do direito à cidade, o direito à realização prático-sensível, à base morfológica que permita uma digna vida urbana. Ainda que utópico, quando a realidade brasileira sequer garante os elementos necessários à sobrevivência material adequada, permito-me perguntar com Lefebvre: “Por que o imaginário acarretaria fatos apenas fora do real, em lugar de fecundar a realidade?” (Op. Cit., p. 117).

Defender essa posição não é simples ingenuidade. Visões de futuro alimentam ideais, que por sua vez orientam decisões concretas. É assim que, a partir do livro de Ebenezer Howard, originou-se a produção de cidades e bairros jardins, e influenciou a forma de pensar o espaço urbano. As propostas de Le Corbusier inspiraram cidades, bairros e métodos projetuais. Atualmente, a crítica ao impacto da implantação destas e outras utopias urbanas tem levado ao descrédito a utilidade do pensar utopicamente o urbano, o que faz Harvey questionar se não seria

o caso de abandonar-se por completo toda ideia de utopismo, citando a crítica de Karl Marx à crença na “eficácia miraculosa” de alguma ciência utópica (Harvey, op. Cit., p. 256).

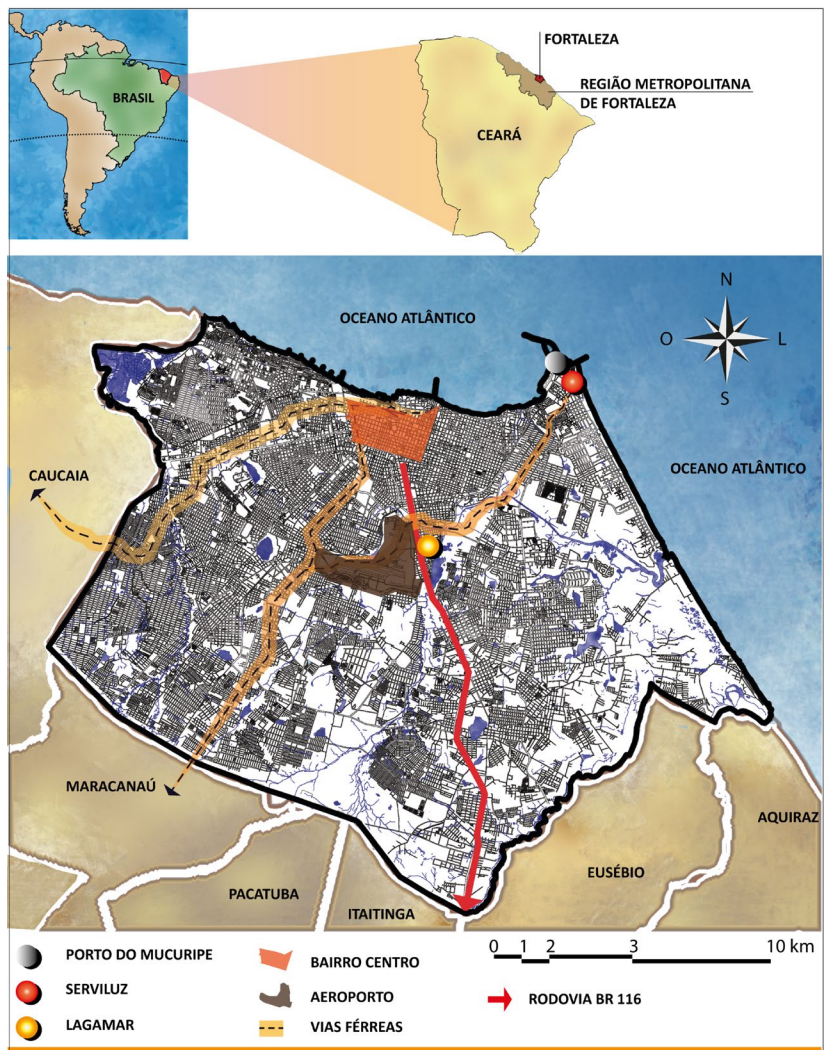
O próprio Harvey responde a si mesmo ao propor um “utopismo dialético”, que opere ao mesmo tempo em relação ao tempo e ao espaço, e enfrente os problemas da autoridade e do fechamento (questionando, assim, as propostas de Lefebvre, cuja recusa à autoridade ocasiona propostas de “um romantismo de anseios e desejos perpetuamente irrealizados” (Ibidem, p. 240). Apenas é necessário compreender que as escolhas dentre a pluralidade de alternativas sejam resultado de discussões sempre atualizadas, e a aceitação de que é preciso “coragem de nossa mente” para um mergulho especulativo em algum desconhecido, como “sujeitos ativos que levem ao limite as possibilidades humanas” (p. 334).

Neste sentido, existe ainda outro aspecto no direito à paisagem de relevante importância neste processo. Compreendendo a paisagem sobre outra chave, como uma “totalidade que se expressa, a partir do ponto em que é percebida (tanto física quanto metaforicamente), “a paisagem “acontece” em uma relação entre, pode-se arriscar, sujeito-sujeito, o mundo e o ser que mutuamente se afetam.” (LIMA et al., 2017). Assim, paisagem é experiência estética e, por isso, leitura crítica de mundo, o “aqui e agora” na experiência dos afetos cotidianos, uma outra forma de organizar os espaços de vida sob óticas não mercantis e de afirmar a humanidade daquele que o habita. Esses outros sentidos da paisagem serão discutidos de forma mais aprofundada nos capítulos 02 e 03 desta tese.

Os movimentos de descoberta do humano em si no próprio cotidiano são oportunidades de resistência contra a abstração, em que pese a imposição sempre maior de uma rotina alienante e alienada em um dia a dia cada vez mais automatizado. Dar-se o direito a criar é extrapolar as rígidas fronteiras dos papéis sociais destinados a nós numa sociedade sempre mais regulada é oportunidade de crescimento humano.

Foi a isso a que Agnes Heller (2008) se referiu, quando postulou que, quanto maior o grau de decisão autônoma, de consciência, maiores as possibilidades de desalienação do homem. Entendo a experiência da paisagem como uma destas oportunidades, necessárias para fomentar um acesso verdadeiramente democrático à cidade enquanto espaço habitado por seres humanos, muito além de lócus de determinado modo de produção.

Evidentemente, evocações utópicas nascem a partir do reconhecimento das possibilidades. Para fecundar a realidade, é preciso conhecê-la, a cidade real, a partir da perspectiva adotada, sem desviar o olhar, sem perder o “olhar nas nuvens” nem deixar o horizonte (que é a linha sempre presente do nunca alcançado). Para isso, propus apresentar primeiro a base sobre a qual se constrói a tese que apresento: a cidade de Fortaleza, a “dourada capital litorânea” do sertão (MAPA 01). O que pretendo é tentar observar como foi coletivamente produzida, superando discursos homogeneizadores que transformam os indivíduos em pragmáticos atores, obscurecendo suas subjetividades. Para isso, descrevo sucintamente a posição teórica e, posteriormente, relato o processo histórico no qual Fortaleza foi transformada no que é hoje



MAPA 01
LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO - SERVILUZ E LAGAMAR
ELABORAÇÃO PRÓPRIA (DEZEMBRO/ 2018)
FONTE DE DADOS: INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS DO CEARÁ - IPECE

2. O ESPAÇO URBANO COMO ARENA DE DISPUTAS

O objetivo deste trecho é discutir a forma de compreender a cidade como espaço socialmente produzido, resultante das dinâmicas sociais de que participam seus habitantes. Falar em produção do espaço urbano é trazer a discussão da aplicação dos conceitos do materialismo histórico para a análise da cidade, e pensar a urbe enquanto produto do trabalho humano, e, portanto, objeto de disputa de classes sociais que visam à apropriação diferenciada deste produto (Villaça, 2015). Essa opção teórica é assumida por se considerar a mais inclusiva, à medida que insere seus atores mais claramente nos estudos da produção da cidade, permitindo responder de forma mais satisfatória a perguntas como as postas pelo “operário que lê”, de Bertolt Brecht (1982).

São muitas as questões que surgem quando se aplica essa perspectiva à cidade. Pode-se pensar na exclusão da criatividade do “habitar a cidade”, substituído pela lógica do habitat racionalista, com Henri Lefebvre e Michel de Certeau, assim como refletir a segregação socioespacial que caracteriza a cidade brasileira (mas não só ela) como resultado de um acesso à terra controlado primordialmente pelo mercado privado de terra, à medida em que essa se torna mercadoria.

Ao mesmo tempo, persistem contradições, com a permanência no contexto urbano de outros modos não-mercantilizados de uso e apropriação do espaço. Essas formas “menores” são inseridas nas estratégias de estruturação do espaço a partir de práticas patrimonialistas e de um desenvolvimento de um “urbanismo de baixos salários” de Ermínia Maricato. Ou podem ser estratégias de resistências,

de desmercantilização da terra urbana e liberdade criativa, como sonhava Lefebvre.

A análise aprofundada de tantos conceitos ultrapassa em muito o escopo deste trabalho. Por isso, serão trabalhados de forma breve à medida em que permitam compreender o caso em estudo, questionando a imposição de uma lógica racionalista única à produção da cidade como estratégia de classe e da segregação socioespacial como resultado da disputa pelo controle da produção urbana, inclusive nos discursos e metodologias de projeto que se pretendem socialmente responsáveis. Os tópicos teóricos, que se relacionam, serão posteriormente aplicados a leitura do caso de Fortaleza e de suas “quebradas”.

2.1 A PRAGMÁTICA MORTE ANUNCIADA DA POIEIN URBANA

No livro “Crônica de uma morte anunciada”, Gabriel Garcia Márquez relata o caso de um assassinio que não se impede, apesar de amplamente divulgado, seja por utilizar-se da solução imposta pelos costumes como um auxiliar para seus fins, ou por não se crer na efetividade de sua realização. O autor associa as duas posturas ao crime, ao relatar que posteriormente o remorso se torna um sofrimento real para todos aqueles que dele participaram, seja diretamente ou pela inércia.

De forma análoga, Henri Lefebvre relata a crise da cidade como resultado de ações resultante do interesse de uns em excluir o que chama “o urbano” do processo de produção da cidade, e da inércia de outros em permitir esta exclusão, articulação entre a sociedade urbana

e sua base prático sensível, “campo de relação dos tempos (...) com os espaços”. A razão apresentada para essa tentativa seria a incompatibilidade entre a racionalidade da exploração e da mercadoria inserida a partir do domínio do modo de produção capitalista e a lógica anterior da produção urbana (“a Festa”), um processo que não se orienta pelo produtivismo acumulador capitalista, mas principalmente por outros valores sociais, como o prazer e prestígio, que resultam num investimento improdutivo (não gerador de mais-valor, não produtivo), uma contribuição voluntária ao pertencimento coletivo.¹

Importante destacar que Lefebvre apresenta que todas as formas urbanas até hoje foram espaços de dominação e apropriação ao mesmo tempo. A dominação indica uma violência de controle exercida por aqueles que exercem o poder. A apropriação indicaria os processos inerentes à própria existência, que modificam e constroem os espaços de vida.

Essa oposição dominação-apropriação perpassa as sociedades, porém o crescimento do poder que se impõe sob o modo de produção capitalista acentuou-se de tal forma, que a apropriação tem se reduzido, se esmagado, até quase desaparecer – ainda que o desaparecimento completo não seja possível (LEFEBVRE, 1969, p. 135). A violenta

¹ A crítica de Lefebvre e sua comparação com a cidade de períodos anteriores não deve significar que tais modelos são ideais a que se deve retornar. Ao contrário, por diversas vezes, Lefebvre critica a “ingenuidade” dos modelos de urbanismo “culturalistas”. Entendo as críticas de Lefebvre como uma crítica ao urbanismo como ideologia, descolado da análise crítica das condições sociais de produção que orientam a sociedade, que pretendem resultados a partir de mudanças que não alteram as bases estruturais da urbanização atual, reflexo da sociedade capitalista em que vivemos. É essa a razão principal da crítica à atuação de arquitetos e urbanistas, enquanto esses pensarem a forma urbana por si como elemento chave das transformações da cidade, ignorando as forças e processos que as moldaram.

expropriação capitalista ultrapassa os limites do objeto material, procurando expandir-se até o controle da vida e do tempo. Sob o capitalismo, toda a liberdade será cerceada, inclusive a do tempo livre. Mesmo o tempo não dedicado ao trabalho deverá ser dedicado ao capital.

A razão? Para Lefebvre, é que a imprevisibilidade do que provirá de processos da liberdade criadora é um risco ao investimento realizado, se é realizado com vistas ao lucro capitalista. O valor de uso, não mercantilizado, não é compatível com os objetivos da burguesia, segundo Lefebvre expressa na seguinte fala:

“A burguesia “progressista” que toma a seu cargo o crescimento econômico, dotada de instrumentos ideológicos adequados a esse crescimento racional, que caminha na direção da democracia e que substitui a opressão pela exploração, esta classe enquanto tal não mais cria; substitui a obra pelo produto. Aqueles que guardam o sentido da obra, inclusive os romancistas e os pintores, se consideram e se sentem “não burgueses”. (Ibidem, p. 19)

Segundo ele, a crise da cidade se anuncia desde a “aurora do capitalismo concorrencial (Op. Cit. p. 46), e o controle da produção da cidade pela burguesia é apontado como a causa maior da degradação do espaço urbano, resultado da subordinação da realidade urbana ao valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização (1969/1991, p. 12).

O domínio se dá não somente pela intervenção real no espaço urbano, mas destacadamente pela produção do urbanismo como ideologia, resultado da extrapolação de dados parciais para uma totalidade, de forma mal fundamentada e desvinculada da prática. O conteúdo sufocante dessa imposição seria suavizado pela propagação

ideológica, associada à crença nas capacidades da ciência e do conhecimento especializado, do racionalismo produtivista que supera e unifica as impurezas das cidades anteriores. Ao aplicar a lógica fabril à cidade, planejadores e pensadores ignoram a riqueza humana, objetivando um “espaço social harmonioso, normal e normalizante” (Ibidem, p. 44). Depois, a um tal espaço se atribuiria as realidades sociais pré-existentes.

No caso de Fortaleza, percebe-se uma tendência ao projeto de uma “cidade ideal”, descolado de sua realidade (DIOGENES, 2012). Essa percepção é clara nos planos e projetos que se desenvolvem para a cidade até os dias atuais. Como declarou um morador em recente reunião sobre intervenções na orla fortalezense²: “A prefeitura acha que progresso é um gringo, um turistão europeu de carrão numa rua larga e asfaltada ao lado da praia. A gente não precisa de rua para carrão, precisa de esgoto.” E mais adiante: “Seu plano não nos serve.”

Neste sentido é que Lefebvre faz sua crítica à ação de arquitetos, os quais, ao elaborar um sistema de significações não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir de sua própria interpretação do “habitar”, criam uma metalinguagem que passa a alimentar formas de dominação racionalista da sociedade urbana. Afastados da produção (obra), a consciência social vai se referir ao consumo como o sucedâneo da criatividade subjugada. É assim que, para o autor, a “moradia” passa a ser o principal tema das preocupações

² Fala registrada por mim mesma, em seminário realizado no dia 16.01.2018, referente à Unidade III (Mucuripe/Praia Mansa/Serviluz), na Colônia z-8 de Pesca e Aquicultura de Fortaleza. Esta fala deu início a uma pro- posta de planejamento autônomo, apoiada pelo Laboratório de Estudos da Habitação - LEHAB, da Universidade Federal do Ceará.

urbanas, quando a noção de “habitat” como produto substitui o “habitar” como processo, como uso, como “festa”.

É curioso que Lefebvre identifique o processo de apropriação, no qual o tempo e a transformação têm papel importante, com o de produção de uma obra de arte. E ao consumo como sucedâneo dessa relação truncada pelo abandono do processo em prol do produto (vendável). John Dewey (2010) dirá algo similar para a arte em si: à medida em que se privilegia o produto (obra de arte) ao invés do processo, a arte descola-se de seu contexto e se torna incompreensível à comunidade, empobrecendo-a e alienando-a.

Novamente o consumo torna-se o sucedâneo que permite a existência nesse mundo empobrecido pela alienação, substituindo pobremente as possibilidades realizadoras da arte com elementos de cultura de massa, de consumo rápido e pouca significação. (DEWEY, 2010). Talvez assim se explique a resistência à inclusão da paisagem como elemento urbano: sua experiência estética, processo espontâneo e não comercializável, é substituído pela venda de um produto-imagem, que auxiliará na determinação dos valores da propriedade privada.

Lefebvre identifica aí a unidade da estratégia de classe, ou seja, “diversas ações coordenadas, centradas sobre objetivos diversos”, convergem, entretanto, para um resultado, em benefício de determinada classe. Mesmo iniciativas aparentemente libertadoras e compreensivas à percepção dos cidadãos, como a semiologia urbana, por exemplo, se não realizada criticamente, corre o risco de entregar cidade e realidade urbana como signos consumíveis. A captura de discursos não poupa sequer aqueles de maior possibilidade de inclusão,

como os processos participativos, que se tornam simulacros que apaziguam consciências e impedem a verdadeira inclusão dos cidadãos em decisões que lhes afetem. (MARICATO, 2007).

A importância do pensamento de Lefebvre para o tema que trabalho nesta tese é ressaltar a existência de uma divisão de tarefas entre os que criam e os que habitam a cidade como parte do que denomina estratégia de classe para a dominação e seu consequente empobrecimento da experiência urbana. Aí também está a chave para a mudança possível: a percepção do ser humano como sujeito da sua história permite entrever possibilidades. Os vazios entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios são “lugares do possível”, que reúnem os elementos deste possível, porém sem a força para efetivamente os reunir. O homem da sociedade urbana, segundo Lefebvre, já é um homem rico em necessidades, “necessidades ricas que aguardam a objetivação” (LEFEBVRE, 2000, p.115).

Aqui é possível aproximar as concepções de Lefebvre às ideias apresentadas por Michel de Certeau, com suas táticas subversivas do cotidiano a reescrever no tempo o vocabulário espacial imposto, em seu livro “A invenção do Cotidiano” (1998). A leitura feita por de Certeau foi muito importante para o próprio delineamento da pesquisa que embasou minha tese. Sua proposta de apresentar o habitante urbano como produtor, apesar de todas as pressões restritivas e dentro de “lógicas microbianas”, é essencial para entender a cidade como palco de conflitos.

A imposição da lógica racionalista sobre o espaço, dimensão dominada por aqueles que detém o poder, não se dá mediante a

aceitação passiva dos que deveriam ser apenas “consumidores” do que lhe é ofertado. As formas de apropriação do espaço no tempo (que Lefebvre identifica como oposta à ideia de propriedade privada, base da estrutura capitalista de produção da cidade), que é a lacuna ocupada pelo cidadão, é a escrita original a partir da gramática oferecida, a esfera da tática transgressora que subverte a ordem imposta, o *lócus da poiein* que se anuncia morta, mas resiste.

O tempo a que se refere Certeau é diferente do tempo de que fala Lefebvre (que diz ser privilégio dos senhores possuir o tempo, numa posição similar à apresentada por Villaça, na discussão sobre o conceito de terra-localização, mencionado anteriormente). Lefebvre se refere à determinação do uso do tempo autonomamente, da quantidade de tempo livre para atividades autodeterminadas. Certeau se refere ao tempo para a realização de ações no espaço urbano, o tempo em que, mesmo inconscientemente, decisões são tomadas, que determinam o uso e características reais dos espaços projetados abstratamente. Ele traduz assim, para a cidade, as bases da concepção marxista da história, teoria na qual os homens fazem sua própria história, em condições previamente dadas.

Para Certeau, o domínio do tempo implica reconhecer o momento para agir, o intervalo no qual a ação que se deseja pode se desenrolar, alcançado o resultado pretendido, ainda que ele subverta a regra prescrita no espaço. Para Lefebvre, o domínio do tempo se estabelece à medida em que aqueles que dominam, “os senhores”, orientam a produção do espaço a partir de uma programação espacial rigorosa, centralizada em si, e que lhes permite plena liberdade de uso de seu

tempo. É por isso que o tempo não existe para a massa de Lefebvre, comprimida na cotidianidade regulada entre o trabalho, o deslocamento, os lazeres previstos e o descanso necessário.

Nesta tese, compreendo que o controle do tempo é parte da estratégia de restrição da liberdade e controle das opções daqueles que não controlam o sistema. O tempo livre é o tempo da autonomia e da criatividade, da desalienação – é perigoso a um sistema para o qual o inesperado representa uma ameaça ao lucro previsto. É nesse sentido que o uso do tempo para a experiência da paisagem é tão insurgente: uma decisão autônoma, cujos resultados não são passíveis de mercantilização, e que fomenta a reinterpretação do espaço como lugar, ponto de encontro entre estratégias e táticas.

À parte desta divergência, os dois autores entendem a disputa na cidade não apenas pelos espaços em si, mas principalmente pelo controle do processo de produção da cidade. É a disputa pelo direito a “habitar”, entre os que são delas proprietários e aqueles que parecem meros locatários dos espaços, sem direitos e sem autonomia. Entretanto, habitam. Entretanto, mesmo coagidos e controlados, todos intervêm na cidade e a constroem na tentativa de ali materializar não apenas demandas e necessidades, mas também ideais, sonhos e devaneios. A cidade é vivida e imaginada, e nesse processo cotidianamente redesenhada, pois habitar o espaço é relacionar-se poeticamente. Tal afirmativa, se parece ingênua, é confirmada pelas entrevistas realizadas: o mar se torna o amigo, espaço de conexão com o divino e de libertação de dores e tristezas. As cores das luzes urbanas são lidas como indicadores entre periferias e “grandes bairros”, e vale a

pena capinar charcos para criar praças pequeninas, porém “a mais bela da cidade”.

É verdade que Certeau e Lefebvre têm ambos o mesmo contexto de crítica: o planejamento funcionalista do estado do bem-estar europeu, o qual já recebeu críticas suficientes para ser ainda oficialmente adotado, assumindo-se outras posturas referente à produção da cidade, teoricamente mais preocupadas com o lugar e com o simbólico, ainda, porém, pautados pela lógica da valorização da terra urbana (ARANTES, 2002). São intervenções “cosméticas”, que mudam o espaço urbano para garantir que a cidade permaneça como está. (ARANTES, 2002). O repúdio à padronização se dá de forma apenas superficial, pois a produção padronizada é inerente à lógica da mercadoria: toda inovação é um risco ao capital investido.

Por isso, “fórmulas de sucesso” são repetidas à exaustão, representando o triunfo do repetitivo sobre a unicidade, do produto sobre a produção, cujo ciclo encurtado suprime a criação inovadora. A diferença entre os espaços passa a se dar pela quantidade de dinheiro empregada, reinando a quantificação e a repetição, uniformizando os gostos e linguagens do que Angelo Serpa denomina ‘as novas classes médias’ para toda a sociedade. (SERPA, 2008, p. 21-36). Para estes setores se destina o urbanismo da “cidade espetáculo”, parte da política de fomento do consumo e do “lazer festivo”, da “animação urbana”, enfim.

Estabelecidos como o novo padrão e ideologicamente apresentados como a “verdadeira cidade”, são estas intervenções que pautam o desenho dos espaços contemporâneos, e que estabelecem os parâmetros que determinam onde pertencem (ou não) a alocação de uma nova via

paisagística ou um parque. Não importa onde geograficamente alocados, tais espaços permanecem distantes para um público de perfil mais popular que habita as periferias metropolitanas (seja em Paris, seja em Salvador) (SERPA, 2008).

Para a maioria dos habitantes da cidade, a racionalidade da produção em massa é ainda a regra, seja nas intervenções estatais baseadas no economicismo, seja pela pressão da ideologia e da necessidade, nos espaços aonde não chega o Estado. Quando este intervém, observa-se a ironia das melhores intenções urbanísticas produzirem a não cidade: adotar racionalidades diversificadas e específicas exigiria um aprofundamento de análises que não se insere nos orçamentos e prazos exíguos – o benefício não valeria o custo. O prazo, os orçamentos, demandam iniciar os eventuais processos participativos a partir da oferta de soluções padronizadas de satisfação das necessidades básicas.

A ação autônoma do indivíduo na condução de sua vida, e de sua forma de interagir no espaço de vida é que permite o entendimento de paisagem que delineei na introdução do trabalho. As possibilidades do tema para a inserção do conceito de paisagem nas preocupações urbanas serão tratadas no tópico a seguir.

2.2 A CRIATIVIDADE URBANA COMO PRÁTICA POLÍTICA

São as lacunas na ordem (do espaço, do tempo), que permitem a criatividade. São esses os “espaços de esperança”, em que aqueles que não deveriam expressar-se dão vazão ao que lhes é inerente, o

imaginário, a criatividade, a apropriação livre, o habitar como expressão do humano. Apesar de sufocados pela racionalização que os desumaniza criando o chamado indivíduo-padrão, uma somatória abstrata de análises parciais (MARTINS, 1996), persiste essa criação cotidiana.

Essa quebra do cotidiano³ como esfera regulada surge por ser a cidade obra por excelência da práxis, não somente uma delimitação espacial, mas uma forma mental e social, resultados do encontro e dos encontros, das diferenças e do “acontecer solidário” conforme entendido por Milton Santos, cuja associação sempre diferenciada permite sempre novas combinações.

Michel de Certeau irá pensar nessas ações como táticas por vezes inconscientes, no sentido de que não necessariamente serão uma tentativa de oposição frontal às estratégias oficiais, mas sim uma forma de sobreviver a elas. Tais táticas, porém, são oportunidades políticas, à medida que permitem o reconhecimento do indivíduo de si mesmo como um ser autônomo. Nesse momento, por inserir novas vozes autonomizadas no processo de produção da cidade, as possibilidades criadas pela inserção forçada de novas vozes podem então ser associada

³ É importante diferenciar cotidiano de cotidianidade. Aqui a esfera da vida cotidiana é definida como “a vida de todo o homem”, conforme Agnes Heller (2008). Não existe homem que viva completamente fora dela, nem aquele que viva somente nela. É “o conjunto de atividades naturais e rotineiras reguladas por costumes e desenvolvidas num espaço social definido e próximo” (CARVALHO & NETTO, 2011:77), está presente em todas as esferas da vida do indivíduo. É o espaço da vida concreta, onde o homem se reproduz diretamente como indivíduo e reproduz indiretamente a vida material, sustentado por tradições que organizam o “modo de organizar a vida”, consciente ou inconscientemente. Heller assume que o cotidiano é geralmente baseado na “muda coexistência da particularidade e genericidade” que caracteriza um indivíduo – essa muda existência seria a cotidianidade. Quando essa coexistência deixa de ser muda, ou seja, o indivíduo escolhe conscientemente quais elementos particulares e quais genéricos assumirá para si, “eleva-se” da cotidianidade, porém logo a ela retorna. Mesmo as grandes ações históricas não-cotidianas partem da vida cotidiana e a ela retornam.

à reflexão das relações entre política e estética elaborada pelo filósofo Jacques Rancière (2009, 2010).

Rancière trabalha sobre possíveis associações entre estética e política. Ao definir a estética como a “partilha do sensível”, opera com dois significados conflitantes entre si: o compartilhar de algo comum e a separação em partes exclusivas, ao mesmo tempo coparticipação em e divisão de um comum (Rancière, 2010, p. 15 e 16). Essa repartição não é igualitária (equivalente), produzindo desigualdade entre iguais.

A igualdade de todos com qualquer um implica que a existência de qualquer hierarquia (de títulos, de virtudes, da possibilidade de expressão, de deliberação, de ocupar determinados lugares) é um dano àqueles que não tomam parte nessas posições. Entretanto, segundo o filósofo, esse litígio supera o conflito de classes, tratando-se de questão inerente ao vínculo social, dizendo respeito à esfera material da produção, mas também à esfera moral. O dano aqui referido é a existência de partes da comunidade que não contam, cujas formas de expressão não são inteligíveis pela lógica vigente, que produzem apenas “ruídos” e não fala. O dano político é assim a negação da possibilidade de ser humano como um ser político de forma plena, negando-lhe a competência de ser “visível num espaço comum”, a “competência de ver e a qualidade para dizer” (Ibidem, p.17).

Somente as ações destinadas a alterar a assimetria dessas posições, a inserir novas vozes, a atualizar a partilha, é que podem ser classificadas como ação política. Essa redistribuição de papéis (que, entretanto, não suprime o dano, infinito, persistentemente reposto pela ordem social) não está associada a qualquer reconfiguração da

distribuição do sensível, mas apenas àquela que altera as relações de desigualdade existentes. Bem pode haver reconfigurações estéticas que, entretanto, não produzam uma redefinição política. Neste caso, tratar-se-ia não de “política”, mas de “polícia”, a lógica que distribui os corpos no espaço respeitando a ordem vigente, “definindo sua presença ou indiferença, sua visibilidade e audibilidade, ou não, marcada por hierarquias” (PALLAMIN, 2015).

A política, assim, é uma ordem que se contrapõe à “ordem policial”, mas não ao ampliar a arena existente para permitir um maior número de participantes, ou ofertar aos que não contam um espaço já existente. A política implica “escavar e conformar” novos espaços, transformando o espaço existente e redistribuindo as presenças aí existentes. É por isso que a política é baseada na existência de um dissenso. Ao reformular a divisão sensível entre dois mundos, é um “conflito sobre o objeto de discussão, os termos de sua designação e quem o constitui”, um desentendimento que vai além do desconhecimento ou do mal-entendido (Ibidem).

Como seria possível pensar essas relações entre estética e política, no recorte de trabalho do urbano? Gostaria de discutir, a seguir, as propostas de Lefebvre e de Certeau, associando-as à essa compreensão. Ao apresentar a produção do espaço urbano como uma arena de conflitos, dominada atualmente por uma lógica racional (na medida em que a burguesia⁴ sequestra o controle do estado, tornando-se a nova

⁴ Importante notar que essa descrição geral tem suas particularidades específicas. O processo político de inserção do Brasil no modo de produção atual tem suas particularidades, devido a inexistências de uma “revolução burguesa” no sentido clássico. Além disso, a posição periférica em relação aos principais centros econômicos mundiais implica em formas específicas de produção do espaço urbano, pautadas

classe dominante e impondo-lhe sua lógica às ações estatais), acredito que seria possível entender a submissão das potencialidades criativas da “massa”, do cidadão comum, como uma não contagem de sua voz nessa nova partilha – um dano, ponto de origem identificado por Lefebvre do que denomina “crise da cidade”. Importante lembrar que Rancière trabalha com a noção que essa “partilha do sensível” é condição prévia para as hierarquias políticas, uma base estética na política (diferenciada da noção de estetização da política, de Walter Benjamin).

Entretanto, seria a ocupação das lacunas de que nos fala Lefebvre suficiente para configurar uma ação política? Ou seriam as táticas de De Certeau, na verdade, estratégias de manutenção da ordem, configurando “ações policiais”, como ações consentidas que garantem a sobrevivência dos dominados, porém não alteram a ordem imposta? Quais as possibilidades desses conceitos que reinserem na produção urbana vozes dissonantes, enquanto elementos da democratização do espaço urbano como comum compartilhado?

Para Rancière, as ações políticas são possíveis sempre que houver um questionamento da partilha pré-estabelecida. Por exemplo, mesmo no caso de discursos “pacificadores” de apenas aparente democratização da cidade, a distância entre o que é apresentado e a realidade permitiria aos indivíduos buscar a reconfiguração da partilha, por lhe definir uma meta a perseguir.

em processo de segregação socioespaciais tão intensos que Lucio Kowarick os denominou de “espoliação urbana” (KOWARICK, 1980). Apesar disso, a submissão consciente ao processo de acumulação capitalista de nossa elite (o que a aproxima à definição do capitalista apresenta por Marx em *O Capital* (1987) conduz processos similares, em que a espoliação e a exploração têm papel importante na produção dos espaços urbanos, como se poderíamos perceber mesmo no caso de Fortaleza

A aparência seria assim possibilidades que se inscrevem no campo do comum e que podem ser objeto de ações políticas que buscam atualizar a partilha do sensível, aproximando-a do que aparenta ser (PALLAMIN, 2015, p. 33- 36). Esta seria uma forma de interpretar as falas já citadas dos moradores na reunião para o projeto Orla, ou as constantes referências ao papel da ZEIS por moradores do Lagamar como justificativa para suas mobilizações, apesar da pouca efetividade deste instrumento em Fortaleza (conforme BRASIL, 2016).

Neste sentido, aquilo que permite demonstrar esta partilha, enquanto divisão desigual do comum em relações hierárquicas, é um possível deflagrador de ações políticas. Se compreendermos as táticas como tais indicadores, à medida em que delimitam o caráter arbitrário da ordem estabelecida, nas quais as hierarquias desiguais transparecem, ressaltando ao mesmo tempo as igualdades entre os cidadãos, pode-se entendê-las como possíveis estímulos aos dissensos que Rancière caracteriza como política.

Porém, nem todas produzem tais ações. O cotidiano urbano, se pleno de táticas, não está pleno de política. O que faria a diferença? A necessidade desse despertar para a desigualdade, dessa compreensão e do desejo de se fazer visível pode ser associado ao processo possível do despertar do humano-genérico no indivíduo, que Agnes Heller denomina de homogeneização, quando a fragmentação gerada pelo cotidiano alienado a que estão submetidos os indivíduos na contemporaneidade é suspensa “(...) concentração momentânea de toda nossa atenção em uma única questão e empregamos nossa inteira individualidade humana na resolução desta tarefa” (HELLER, 2008, p. 42).

Essa homogeneização, a partir de uma concentração de energias por escolha autônoma numa única atividade, é um estado temporário, porém transformador, por permitir uma melhor compreensão de si mesmo e do mundo. As táticas de Certeau seriam políticas quando associassem não só o ato em si, mas também essa autoconsideração crítica do conhecimento, enriquecendo a reflexividade do sujeito conhecedor.

Uma proposta similar seria característica do que Rancière denomina o regime estético da arte (Rancière, 2010 e 2011). Regime estético seria o “verdadeiro nome do que tem sido designado como modernidade”, caracterizado pela tensão entre dois paradigmas estéticos: a indiferenciação entre arte e vida (ou seja, a incorporação da experiência estética à comum) e, paradoxalmente, a especificidade da arte: Conforme Rancière:

“Neste regime, a arte é arte, todavia ela é também não arte, outra coisa que arte [...]. Há uma contradição originária e sem cessar em obra. A solidão da obra carrega uma promessa de emancipação. Mas a realização da promessa é a supressão da arte como realidade separada, sua transformação em uma forma de vida” (Rancière, J. Malaise dans l'esthétique, 2004 apud PALLAMIN, 2015, p. 55).

É assim que Rancière compreende a autonomia estética proposta por Friedrich Schiller em seu livro “Cartas para a educação estética do homem”. Ao propor a “autonomia de uma forma de experiência sensível”, Schiller faz desaparecer a separação que percebia entre os que pensam e os que obedecem, “a liberdade exercitada em sua específica noção de livre jogo estético contrapõe-se à servidão e à subordinação atuantes no

campo de trabalho”. Essa partilha democrática do sensível tira o trabalhador de “seu lugar” isolado e obscuro, o espaço doméstico do trabalho, e lhe dá “tempo” de estar no espaço das discussões públicas e na identidade do cidadão deliberante (Rancière, 2010, p.63 a 65).

Para isso, Schiller (1989) propõe a ideia de um “estado estético”, de “pura suspensão, momento em que a forma é experimentada em si mesma. O momento de formação de uma humanidade específica” (Rancière, op. cit, p. 35). Apesar do desenvolvimento ulterior das propostas deste regime redundarem em posturas ainda hierárquicas, numa reconfiguração das posições na arena compartilhada, conforme discuto no próximo capítulo, a importância da arte para os processos de suspensão da pressão alienadora é afirmada por Georg Lukács e Agnes Heller, por ser esta, ao mesmo tempo, autoconsciência e memória da humanidade (MARTINS, 1996; Heller, 2008).

Ora, não seria essa uma possibilidade da experiência estética ambiental, conforme apresentada por Arnold Berleant? Não seria possível aproximar essa suspensão proposta por Schiller à “(...) atenção profunda, tão rara no mundo contemporâneo, à vivência numa casa ou no lugar ao qual pertencemos de forma íntima”, que Berleant descreve como essencial à apreciação estética do ambiente de vida, cujo próprio objeto torna assim indiferenciada a arte e a vida (Berleant, 1997)? Não produziria aceitar a possibilidade dessa apreciação o dissenso que questiona a divisão entre aqueles capazes de sentir e interpretar o espaço, e os demais?

Um exemplo concreto seria a interpretação, que discuto na seção 03 desta tese, dos signos da forma urbana e da classificação entre

“grandes bairros” e periferias, indicada na cor da iluminação pública, ou na forma do sistema viário. Por isso, aceitar a existência e praticar a escuta dos relatos das experiências de paisagem cotidiana seria assim o fomento de uma ação política, à medida que permite a criação de novas vozes na partilha de que fala Rancière.

É por acreditar na associação desses conceitos que proponho a noção de paisagem habitada como forma de possibilitar a redistribuição dos papéis partilhados no comum urbano. Ao entender a paisagem como a experiência estética de uma localização imediata (BERLEANT, 2013, p. 382), associo aqui ao termo experiência a compreensão de Angelo Serpa (2007) sobre o pensamento de Walter Benjamin, quando define como experiência as percepções mescladas das sensações da vivência e das impressões da memória individual e coletiva.

Essa consciência seria a resposta às questões formuladas anteriormente, aquilo que permitiria a transformação da tática como expressão da criatividade urbana de ação policial (enquanto meio para a manutenção da ordem vigente) em ação política (enquanto ato de dissenso que busca a reestruturação da partilha existente).

É a partir dessa compreensão que passo a apresentar as reflexões sobre a produção da cidade como espaços de disputas de classes, entre seus valores de uso e sua instrumentalização como mercadoria (inclusive, a experiência da paisagem). Conforme ALDIGUERI (2017), o processo de crescimento e produção do espaço urbano de Fortaleza está intimamente ligado à implementação da moderna propriedade privada no Estado do Ceará e no próprio território municipal, como parte das

alterações no espaço produzidas pelo ciclo econômico algodoeiro, a partir do século XIX.

Entender o duplo movimento conflituoso entre o valor de uso e o valor de troca na produção de Fortaleza é importante para entender de que forma se estabelecem as bases da cidade atual.

2.3 A CIDADE BRASILEIRA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Lefebvre e Certeau escrevem a partir do contexto da “crise da cidade” tal como ela se delineava na Europa, no bojo do que se denomina o “Estado do Bem-estar Social”. Como seria possível traduzir contribuições possíveis no contexto brasileiro, desenvolvendo-se na periferia do capitalismo (MARICATO, 1996)?

A importância da posição do país no mercado mundial sobre o processo de produção das cidades brasileiras se dá porque compreendo a cidade como produto do trabalho humano, resultado e objeto das contradições entre classes. Nesse sentido, as relações sociais e econômicas se expressam na cidade, conformando um espaço híbrido, tal como o define SANTOS (2008). A cidade brasileira, segregada e desigual, expressa as relações de uma sociedade igualmente desigual e sectarizada.

As diferentes características dos diferentes setores urbanos, como quantidade diferenciada de infraestruturas ali implementadas, de características valorizadas em cada contexto (proximidade de vias de acesso, como no Lagamar, ou da praia, como no Serviluz), regulações mais ou menos permissivas etc. caracterizam diferentes valorações.

Esse valor pode ser denominado de “localização” (DEÀK, 2001) ou terra-localização (VILLAÇA, 1985).

A urbanização é resultado de trabalho social dispendido para dotar a terra de infraestrutura, estruturada para servir de base à produção capitalista e assumir valor de troca como mercadoria. Por ser resultado de um processo social coletivo, assume caráter diverso de outras mercadorias, não sendo possível propor um valor de uso para o espaço urbano, mas sim para suas porções apropriadas privadamente, que seguindo as ideias de Villaça e Déak, chamamos localizações.

Nesse sentido, as críticas de Lefebvre e Certeau à cidade como espaço de exploração que submete as classes exploradas às estratégias estatais ainda fazem sentido? Com as devidas traduções, sim. Esses processos caracterizam a urbanização capitalista. À medida que determinados agentes capitalistas conseguem direcionar os investimentos, especialmente públicos, para setores de seus interesses, outras áreas da cidade não recebem ou recebem de forma deficiente, fragmentando a cidade em espaços atrativos e os espaços que restam, como resultado de planejamento urbano que não cumpre o papel democrático que lhe é atribuído. (PEQUENO, 2001).

No caso de cidades de grande desigualdade e submetidas a pouca regulação estatal, a disputa por “boas localizações” é ainda mais exacerbada, sendo razão primordial da segregação socioespacial acentuada que as caracteriza. A manutenção da hierarquização dos espaços urbanos pela concentração de investimentos em áreas já valorizadas e/ou de interesse se dá por processos diferenciados, que incluem a atuação do Estado, o principal agente produtor de

localizações, produção de discursos ideológicos etc. (VILLAÇA, 2004). A manutenção da “ordem” nessas cidades (a polícia a que se refere Rancière) demanda a produção de uma série de imagens que controlem aqueles que são excluídos, seja pela legislação, por processos falsamente “democratizantes”, ou por discursos. Para compreender esses embates e estratégias, é preciso entender como a apropriação privada se dá na cidade, e quais as estratégias utilizadas em Fortaleza para sua manutenção.

2.4 A NOÇÃO DE MODERNA PROPRIEDADE PRIVADA: A TERRA COMO MERCADORIA

A compreensão do que significa a moderna propriedade privada, associada ao modo de produção capitalista, é importante, pois diferencia-se de outras formas de propriedade privada, ainda que mantendo similaridades no sentido da posse, um desvio do processo de apropriação, para usar os termos de Lefebvre (2000). No sentido que aqui nos importa, discutiremos de forma muito breve como o conceito de moderna propriedade privada da terra se apresenta de forma geral, de maneira a compreender o contexto específico da cidade de Fortaleza.

A noção de propriedade privada está associada, na leitura marxista, à de mercadoria. O pensamento de Karl Marx distingue o que é mercadoria, e o que é riqueza, que nem sempre estão relacionados. É sob o capitalismo que a riqueza aparece como uma “imensa acumulação de mercadorias” (MARX, 1987, p. 41). A terra é uma riqueza que não é uma coleção de mercadorias, mas um bem comum, condição essencial de realização da vida humana. A fim de suprir suas necessidades, o

indivíduo necessita de um substrato. Entretanto, a terra é significada e instrumentalizada como mercadoria, ao ser apropriada privadamente como propriedade (AL- DIGUERI, 2017, p. 96).

Ser caracterizada como mercadoria significa que é conferido à terra um duplo valor, valor de uso e valor de troca. Sob o uso não se pode falar apenas da funcionalidade mais básica – Marx indica que a utilidade de uma coisa é a satisfação das “necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (Ibidem). Para que seja valor de uso, essa utilidade é convertida em parâmetro para estabelecer seu valor de uso, elemento essencial da troca.

Só existe interesse na troca se o outro, não proprietário do que se pretende trocar, tem interesse na mercadoria, ou seja, enxerga ali um valor que lhe convém. Além disso, é preciso, para que o objeto se torne mercadoria, que seu proprietário tenha direitos exclusivos sobre ele, que é, no fim das contas, aquilo que é negociado. Esses direitos são conferidos pela propriedade privada, que se opõe à apropriação individual (ou coletiva).

A distinção entre os conceitos se dá a partir da forma e do tipo do valor que mobiliza. A apropriação individual está intrinsecamente associada ao uso ativo – ou seja, eu me aproprio do objeto que estou utilizando, ação necessária à existência e relacionada ao usufruto. A apropriação coletiva se refere a um mesmo bem apropriado individualmente por mais de uma pessoa em determinado espaço de tempo (tal como uma calçada ou um espaço livre público). Esses tipos de apropriação cessam quando a utilização do bem cessa. Já a propriedade

privada, conforme entendimento expresso por David Harvey (2016), estabelece o direito de posse exclusiva de um objeto, independentemente de seu uso ativo ou não. Essa exclusividade é que permite a negociação do bem, sua transferência a outro proprietário, um direito permanente a um determinado objeto que o transforma em mercadoria.

A propriedade privada, portanto, privilegia o valor de troca, reduzindo a importância do bem e de suas características inerentes, suas propriedades específicas. A diferenciação da moderna propriedade privada de outras formas de propriedade privada reside aí: a mercadoria e sua posse não são mais um fim em si mesmo, mas sim seu potencial de acumulação de capital, a apropriação sempre crescente de mais-valor como um objetivo em si mesmo. Conforme Marx:

“A circulação simples de mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites.”
(Marx, 1987, p. 171).

Nesse sentido, a terra como mercadoria passa a valer não por suas propriedades úteis, mas por seu potencial de captura de valor, que é dado pela localização. Sua dimensão é a da quantificação, dos espaços comprados e vendidos, do consumo produtivo do espaço, do tempo e do corpo com a finalidade de gerar mais capital.

As mercadorias em si importam apenas pelo papel que representam no processo de acumulação. Características que conferem valor-de-uso

são mobilizadas apenas como veículos materiais do valor de troca. No caso da terra urbana, a disputa por esse bem essencial se manifesta entre proprietários que desejam adquiri-la por seu potencial de troca, e entre estes e aqueles que desejam mobilizá-la por seu valor de uso.

O embate entre as duas noções é também o embate entre formas históricas de valoração dos bens. O desenrolar do processo histórico de produção do espaço urbano da capital cearense permite perceber as diferentes significações conferidas a determinados espaços, variando ao longo de seu processo histórico com base em conflitos e disputas atuais, no sentido que determinadas utilidades contemporâneas (o turismo e o lazer) parecem conflitar com o uso histórico (moradia e espaço de atividades primárias de subsistência).

Nessa disputa, a paisagem surge como elemento contemplado de diferentes formas. Por um lado, agrega valor de troca, sendo comercializada como produto, “vistas diferenciadas”, que acrescentariam pelo fetiche da mercadoria valor à propriedade. Por outro, é também significada como valor de uso, como parte da constituição da identidade dos moradores de um lugar, como construção poética resultante da apropriação de determinado espaço (“eu nasci num berço de paisagem, por isso eu admiro muito”). Essa distinção não impede que ambos os significados sejam apresentados por um mesmo indivíduo, como o comerciante, habitante do Serviluz, uma das comunidades estudadas nesta tese que, profundamente identificado com o lugar que habita, também comprou edificações à beira da praia, alugando-as por maior valor do que as inseridas na rua paralela, distante da praia.

A disputa pelas localizações se dá pela existência de um direito de monopólio, uma propriedade exclusiva e permanente desse bem – a moderna propriedade privada aplicada ao espaço urbano. É a disputa por localizações que determina o valor da terra urbana como elemento significativo nos processos de exclusão socioespacial.

Essa disputa não se manifesta somente na apropriação de localizações mais vantajosas. Reflete-se também na busca por uma sempre maior otimização de localizações, o que implica em investimentos que resultem na diminuição de desvantagens e um aumento das vantagens. Em parte, estas vantagens variam com aspectos culturais ou mesmo pessoais: a vantagem de morar perto de espaços verdes, por exemplo. Mas, principalmente, se dá pela alocação de investimentos, tanto para criar localizações como para assegurar que o investimento privado realizado seja produtivo, pela manutenção ou valorização de cada localização adquirida.

Por isso, a segregação urbana não trata apenas da localização onde se fixam determinados estratos sociais. É também a concentração de investimentos, pelos quais determinadas classes agem sobre o espaço para minimizar possíveis desvantagens, que venham a significar redução dos valores investidos, ou dos lucros esperados ao realizar a aquisição de determinada localização. Segundo Kowarick (1989), tal processo de controle da terra e dos recursos de infraestrutura urbanas são poderosos instrumentos de espoliação social, conformando o que o autor denomina de *espoliação urbana*.

Isso demonstra as disputas por investimento (recursos humanos e financeiros) do Estado, entre os interesses das diversas classes. Ajuda a

compreender também a constante movimentação das classes de renda mais baixa, que atuam como “frentes de expansão urbana”, à medida que ocupam espaços de menor valor, as “fronteiras da urbanização”, ali permanecendo enquanto o valor daquela localização o permite. Caso esse valor aumente, serão obrigados a mudar-se. (KOWARICK, 1989; MARICATO, 1996).

É possível compreender agora a aparente “teimosia” de membros de comunidade, quando recorrentemente rejeitam “pacotes de melhorias” que lhes são ofertados. Em geral, tais melhorias representam sua saída do lugar, seja por remoções para a própria implementação das propostas, seja posteriormente, pelas pressões para revenda, por vezes bastante violentas. No contexto atual de Fortaleza, no qual a cidade oficialmente se planeja para ser uma “cidade para investidores” (GOIS, 2018), torna-se bem óbvio que determinados atores têm sido privilegiados na arena política urbana.

Parte do processo dessa disputa se dá a nível ideológico⁵. É assim que Gois (2018) identifica o foco dado em recentes projetos de planejamento urbano em Fortaleza, que ignoram o papel dos problemas sociais e da segregação socioespacial nos problemas urbanos, subsumidos em discussões sobre o papel da “dispersão urbana” causada pelo carro como principal questão da cidade, ou da regularização fundiária de empreendimentos, mas não dos 856 assentamentos

⁵ O termo ideologia aqui é utilizado na acepção de Flavio Villaça, como um “conjunto de ideias fundamentais desenvolvidas pela classe dominante visando facilitar a dominação, ocultando-a. E é assim que as classes dominantes e o Estado desenvolvem os planos para efetivar seus interesses” (Villaça, 2004). Para outras acepções do termo ideologia, ver CHAUl (2017)

irregulares da cidade, onde habitam mais de 40% da população (GOIS, 2018).

Essa ideologia dominante, cujo objetivo é facilitar a aceitação dos dominados das práticas que os prejudicam, enquanto favorecem as classes dominantes, surge em expressões, como “revitalização do centro” ou a adoção indiscriminada de mitos de planejamento, como o da “cidade-global” ou o “planejamento estratégico” (VAINER, 2007), e na classificação de determinado espaço como periferia. No caso, não se trata de uma caracterização a partir de uma distância geométrica das zonas centrais, mas sim do acesso a determinados bens e serviços (QUEIROGA, 2012), ou a classificações com base em preconceitos de classe.

Se, ainda em 1969, Lefebvre lançava sua crítica contundente ao papel dos arquitetos enquanto propagadores de ideologias, partícipes voluntários ou não da estratégia de dominação do espaço urbano pelo capital, Harvey (2008) apresenta de que forma administrações possivelmente bem-intencionadas tornam-se vítimas de ideologias de desenvolvimento seletivo, ao relatar o caso de Baltimore. Na tentativa de manter a cidade atrativa para investidores, grandes somas de investimento públicos são destinadas a atrair o capital privado. Enquanto isso, reduz-se a verba de serviços públicos, com significativos impactos sobre a qualidade de vida em toda a área urbana.

Harvey, no livro citado, menciona por diversas vezes a frase de Margaret Thatcher (“Não há alternativas”) como a justificativa utilizada para os contrassensos evidentes na estratégia de Baltimore. É a mesma afirmação questionada por Ermínia Maricato, Carlos Vainer e Otília

Arantes em “A cidade do pensamento único” (2000), as proposições da cidade tratada como mercadoria como a única formulação possível para a sobrevivência no mundo globalizado no contexto brasileiro.

Entretanto, enquanto Harvey busca soluções em “utopias dialéticas”, Ermínia apresenta uma série de instrumentos de planejamento e gestão urbana passíveis de utilização. Porém, mesmo quando utilizados, seus efeitos são pouco efetivos, como no caso citado das ZEIS, em Fortaleza. Por quê?

Essa pergunta é essencial na reflexão desta pesquisa. Enquanto se propõe trabalhar a percepção dos habitantes e sua inserção criativa nos projetos urbanos, é preciso questionar como realizar este processo de forma efetiva, sem que o otimismo se transforme em ingenuidade. Quais são as barreiras para a inserção dessas vozes na partilha do urbano (entendido como o espaço da criatividade e do encontro), que têm persistido à revelia de avanços legislativos e reflexões teóricas progressistas? Por que mesmo proposições como a participação popular podem transformar-se antes em formas de pacificação, em uma ideologia que “permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão” (LEFEB- VRE, op. Cit., p. 95). A própria Maricato, em artigo publicado em 2007, questiona a razão de, apesar das formas de participação popular se ampliarem, a possibilidade de decidir os rumos da própria vida se reduzem, e aponta os riscos desta “pseudoparticipação”. (MARICATO, 2007).

Para evitar incorrer nesse risco, é preciso, ainda segundo Maricato, “criar uma esfera ampla de debate e legitimar os participantes com seus pontos de vista diferentes e conflitantes. A constituição e consolidação

dessa esfera de participação política é que poderá auxiliar na implementação de um sistema de planejamento e nas reorientações do plano.” (MARICATO, 2002, p. 180-1). E acrescenta: nada disso, entretanto, pode ser garantido pela formulação técnica ou legislativa, por mais correta que seja. É preciso a formação de uma massa crítica de cidadãos nos termos da palavra, com voz e vez na arena política (Rancière, 2010).

É neste sentido que defendo aqui que verdadeira democratização da produção da cidade demanda o reconhecimento da “cidade oculta” da periferia (oculta pelo desconhecimento de seus dados, pelo obscurecimento de sua importância nos planejamentos, pelo apagamento de seus habitantes enquanto seres propositivos e cocriadores da cidade) não só como algo a ser mensurado para planejamento de demandas, mas aceito como parte de uma obra coletiva, a urbe que nos caracteriza enquanto país periférico.

Uma das medidas (não a única, claramente) para alcançar isso implica a aceitação da criatividade cotidiana como parte do planejamento. Essa criatividade, marcada por lógicas plurais, estabelece o espaço urbano, o mundo construído pelo e para o homem, como um sistema complexo, utilizando aqui a definição de Edgar Morin do que é complexo como “o que não pode se resumir numa palavra-chave, o que não pode ser reduzido a uma lei nem a uma ideia simples” (MORIN, 2007, p. 5).

Utilizar desta complexidade como elemento do direito à cidade reforça as palavras de Maricato, para quem “na sociedade brasileira, podemos dizer que a realidade é subversiva ao pensamento conservador” (ARANTES, 2002, p. 186). Assim, a cada vez que se percebe um aumento de insatisfações que exigiriam a revisão das formas de

governo (a percepção da desigualdade entre iguais, nos termos de Rancière), iniciando-se ações questionadoras, propõem-se mudanças estruturadas de tal forma que tudo permaneça como está.

As pseudoparticipações que caracterizam as formas contemporâneas de Fortaleza (GOIS, 2018) são mostras desse processo, bem como resquícios de uma cidade que nasce e cresce dominada por uma pequena elite comerciante que se torna proprietária e especuladora urbana. O objetivo do trecho que se segue é expor brevemente o processo histórico de produção da cidade de Fortaleza, e como esse processo pode ser utilizado como substrato para os estudos realizados ao longo desta tese.

3. A PRODUÇÃO DE FORTALEZA: A MODERNA PROPRIEDADE PRIVADA NA CAPITAL LITORÂNEA DO SERTÃO

Aldigueri (2017), em sua análise sobre as relações mercantis da terra na cidade e da favela como produto, no caso de Fortaleza, identifica na moderna propriedade privada um fator preponderante para o entendimento da cidade tal como é hoje. Desde a transição da economia pecuarista (que assentava na propriedade privada de gado as bases de sua medida de riqueza) para a algodoeira (cuja base é a propriedade da terra), a partir da transição entre o século XVII e XIX. Fortaleza assume papel preponderante como polo econômico do estado cearense, estendendo atualmente sua área de influência para porções significativas dos estados vizinhos.

Essa transição deu condições ao surgimento da classe dos trabalhadores livres, cuja espoliação baseada em mecanismos legais

(como a Lei de Terras, de 1850) e ilegais (como a expulsão de indígenas e a apropriação de áreas comuns) ampliou o processo de migração para a capital, aumentando significativamente sua população. O significado de fenômenos climáticos, como a seca, assume feições mais dramáticas, pela ocupação de áreas úmidas distribuídas pelo sertão pela cultura do algodão, ofertando como destino apenas as cidades de maior projeção, especialmente a capital.

A propriedade privada da terra no próprio território municipal interfere na forma de sua ocupação, aparecendo como negócio lucrativo e induzindo a adoção de formas de apropriação do espaço redefinidas a partir de modalidades pré-capitalistas. Essas formas, enquanto válidas para o processo de extração de mais-valia urbana, são aceitas e inseridas no processo, naquilo que Maricato denominou de “urbanização de baixos salários”.

Importante ressaltar que apenas a partir de meados do século XX a noção de propriedade privada no sentido aqui trabalhado chega ao litoral. Zona etnográfica diferenciada no Nordeste como um todo e no Ceará em particular, não tem significativo valor de troca até a atividade turística ser implementada em larga escala. Permanece, assim, como espaço privilegiado de formas de apropriação individual e coletiva, ocupado por populações de indígenas remanescentes, seus descendentes e escravos fugidos. Essa apropriação é simbolizada pela permanência de forma plena até o início do século XX, de uma forma de ocupação seminômade, orientada pelos fenômenos sazonais da dinâmica costeira, e de forma residual através de redes de sociabilidade

que conectam Fortaleza aos municípios costeiros. (NASCIMENTO, 2011; NOGUEIRA, 2006)

A partir desta condição alternativa do litoral, e do real desinteresse das elites fortalezenses pela orla do município, o qual ainda perdurará por algum tempo, surge toda uma narrativa da ocupação por retirantes da faixa litorânea como espaço que sobra, sem que houvesse uma real integração dos novos moradores com os pescadores originários. Como fundamentação, a definição do Arraial Moura Brasil como a “primeira favela de Fortaleza” e relatos de ocupações precárias nas dunas do Outeiro, já no final do século XIX (DANTAS, 2002, p. 40).

Contudo, os moradores atuais das áreas de praia contam, em entrevistas e mesmo conversas informais, da profunda ligação com as paisagens costeiras (“as paisagens atraem”), que fundamentam a escolha prioritária por espaços similares às áreas de moradia anteriores. Assim é que boa parte do Serviluz é composto por moradores de outros municípios litorâneos (CAVALCANTE, 2017, NASCIMENTO, 2011).

Seu espaço de vida não seria composto exclusivamente por sua condição de área fora do mercado formal (ou seja, por sua condição de propriedade com pouco valor de troca), mas também por seu valor como espaço de apropriação, como áreas que permitam a complementação das necessidades (do estômago e do espírito) com formas não-mercantilizadas de uso do lugar. Por que então as levas anteriores de moradores, provavelmente ainda menos inseridos ideologicamente na cultura hegemônica da moderna propriedade privada, escolheriam para moradia apenas locais não interessantes às elites, conforme deixa

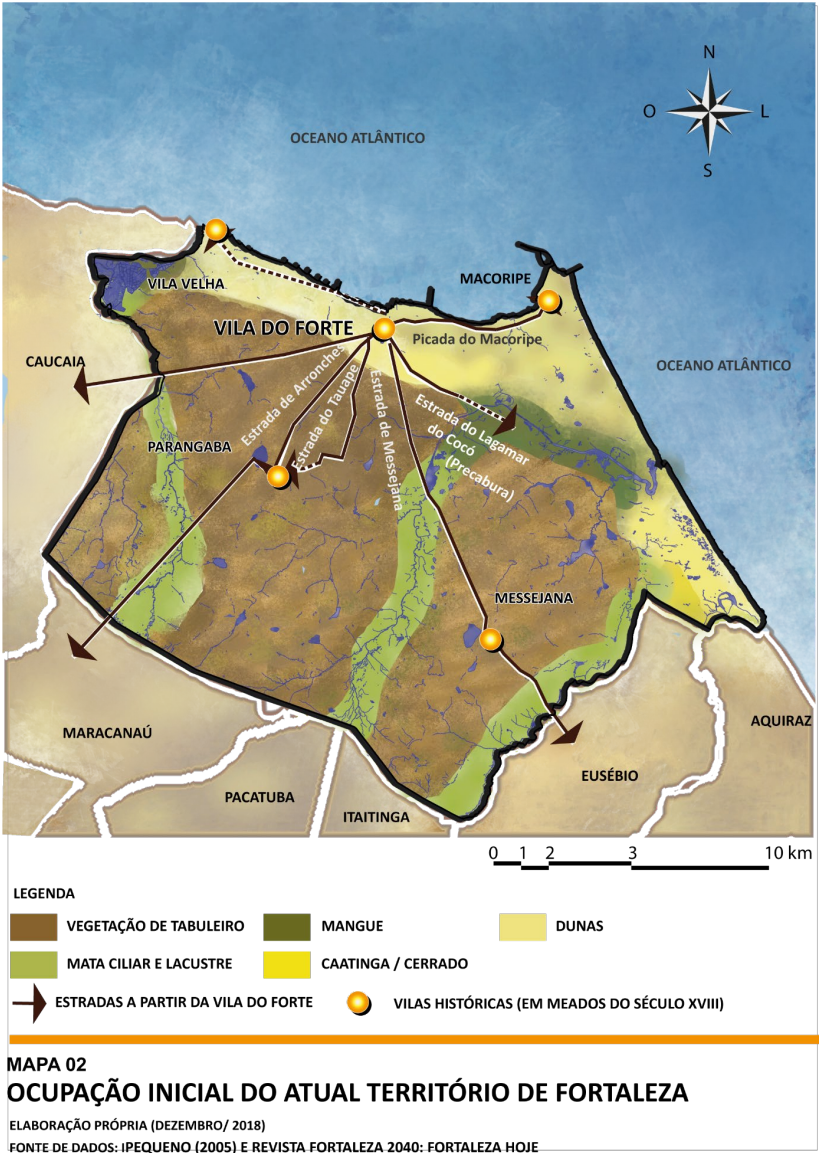
transparecer a historiografia urbana oficial? Seria demais imaginar que já preveriam os conflitos futuros.

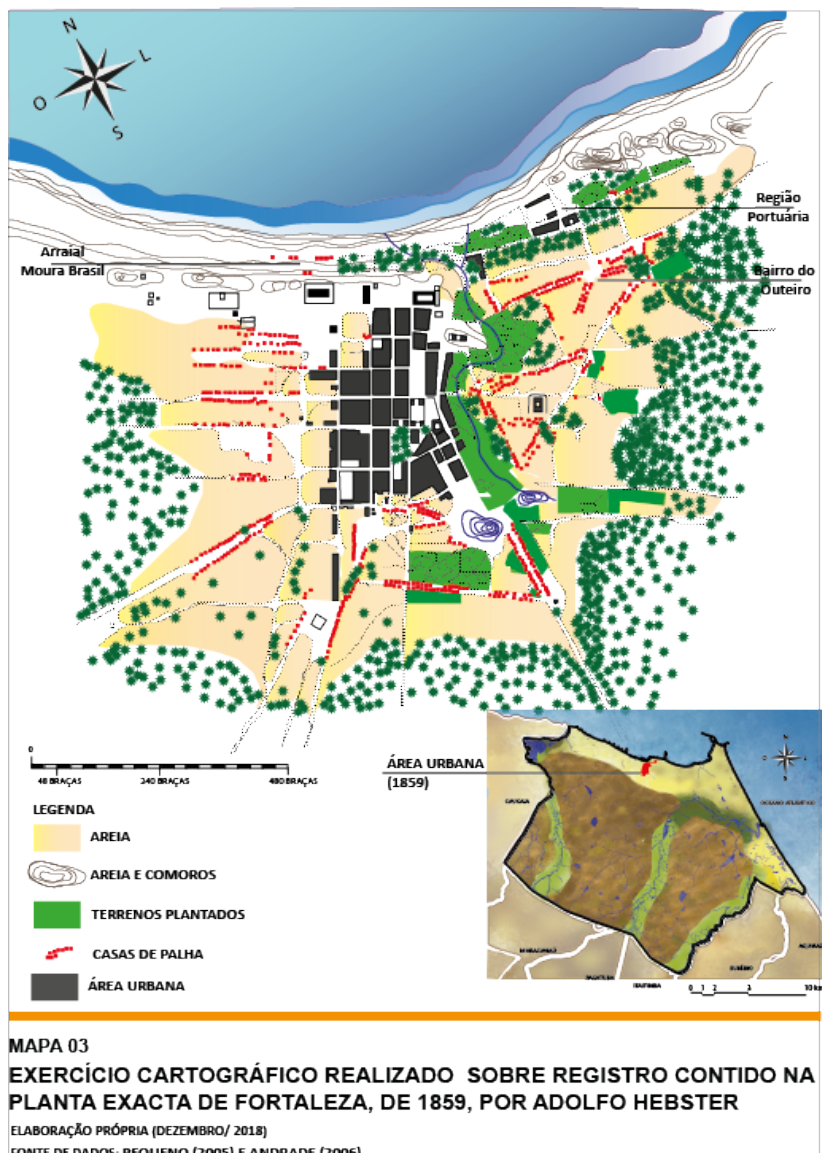
Uma explicação possível seria a invisibilidade de outras vozes e outras lógicas, que contradigam a lógica hegemônica produtivista. Para entender a complexidade do processo, é preciso lembrar que a Vila do Forte, sede administrativa do Estado do Ceará, era apenas uma das vilas presentes no litoral do município de Fortaleza – justamente aquela menos próxima à praia, e utilizada como moradia dos membros da elite administrativa do estado. (MAPA 02).

O núcleo urbano denominado Vila do Forte, escolhido como sede administrativa, situava-se mais distante do litoral, ainda que se situasse sobre a faixa de dunas. A Vila Velha, à margem do Rio Ceará, foi durante algum tempo sede administrativa, sendo posteriormente rebaixada. O povoado do Macoripe, atual Mucuripe, funcionava como área de embarque e desembarque, tendo recebido uma série de investimentos para melhorias do porto ao longo do século XVIII, até sua transferência no início do século XIX para a praia fronteiriça à Vila do Forte, para facilitar o controle do fluxo intenso de mercadorias que se inicia com a consolidação do ciclo algodoeiro no Ceará. Os demais povoados, originados do “aldeamento” das populações indígenas (Parangaba e Messejana), pouco diferiam das aglomerações humanas que se distribuíam pelo interior do estado.

Entretanto, a maior parte dos registros históricos refere-se apenas à Vila do Forte, tal como a série de mapas históricos apresentados como “a expansão urbana de Fortaleza”. Outros documentos dão conta de algumas dessas ocupações, porém, geralmente, são mencionadas em

trabalhos que tratam de forma específica desses recortes. A história de Fortaleza oficial é a história da Vila do Forte, enquanto as demais povoações surgem apenas a partir de sua relação com essa.





A Vila do Forte, lócus de habitação das elites com fortes ligações com o sertão, reproduz nas narrativas oficiais seu posicionamento frente aos “povos do mar”: são primitivos, de hábitos herdados de

formas históricas consideradas embaraçosas, a quem cumpre “domesticar” por legislação que os force a trabalhar produtivamente (como a legislação sobre os jangadeiros, que os obrigava sob pena de prisão a trabalhar todos os dias). Ou esconder, como as edificações construídas lindeiras às “vias triunfais” que saem do porto utilizado à época, destinadas a impressionar os visitantes com o bom gosto dos fortalezenses, e ao mesmo tempo, ocultar a comunidade pescadora do Poço da Draga, primitiva demais para uma cidade que almejava a modernidade europeia.

É a partir desse discurso que se pode entender a associação do litoral como espaço destinado para indesejados, perpetuados nos discursos urbanísticos que indicam as praias como lócus privilegiado dos novos retirantes da seca. Essa posição, porém, levanta dúvidas curiosas, quando rebatida aos próprios mapas que registram o espaço urbano da Vila do Forte. Por exemplo, o MAPA 03 indica a ocupação urbana no ano de 1859, conforme exercício cartográfico realizado por Andrade (2012) em registro de Adolf Hebsster. (MAPA 03).

Toda a infinidade de casinhas assinaladas em vermelho indica o “mar de palhoças” que circundava a cidade – com um número significativamente reduzido na zona da praia. A indicação das Dunas do Outeiro como área de ocupação de retirantes junto à praia é questionável, pois situava-se numa situação limite, entre a praia e a própria cidade, no caminho para a região portuária.

Mesmo o Arraial Moura Brasil, situado exatamente na praia entre o núcleo urbano e o mar, somente se destaca como a primeira situação de “pré-favelamento” por sua condição de segregação, conforme destaca

Castro (1982, p.76) “[...] a mais antiga forma de pré-favelamento que a cidade conheceu, isto é, se considerarmos que o favelamento se define mais pelo confinamento social do que pela ruim condição arquitetônica”, do que pela qualidade dos materiais das habitações, cuja qualidade ruim que era comum nos subúrbios da cidade. O confinamento social, neste caso, pode ter se dado principalmente por estigmatização social (os litorâneos como camada menos considerada na hierarquia social), a quem cumpria isolar.

Em 1890, conforme dados coletados por Andrade, existiam inseridos no perímetro urbano de Fortaleza 5.560 imóveis, dos quais 1.580 eram palhoças (Andrade, 2012, p. 156). O censo de 1887 indicava que os pescadores da área urbana se concentravam no dito Arraial (Op. Cit., p.245), e o mesmo censo indica ali 40 casas e 44 palhoças. Em 1890, atingirá 70 imóveis e 60 palhoças. Enquanto isso, o Arraial Aldeota, núcleo embrionário da expansão a leste e de características próximas ao uso rural, apresentará 163 palhoças ainda em 1887, concentradas em 03 travessas (ruas orientadas de leste a oeste).

Além disso, conforme apontado por Bezerra (2016), o início do processo de mercantilização da terra em Fortaleza iniciou-se pelas áreas litorâneas próximas ao porto, com o repasse de terras da Marinha através de leilões, os quais beneficiaram principalmente os grandes comerciantes da cidade, detentores de capital. O processo de apropriação privada das áreas próximas ao litoral representa a concretização das lógicas da terra como mercadoria, e a disputa de localizações se exemplifica pelos conflitos que passam a existir entre os diferentes interesses, conforme comentei no item 1.6.

Assim, à medida que espaços do município são mercantilizados pela abertura de loteamentos, outras formas de apropriação vão se transferindo para áreas ainda disponíveis, fora do interesse do mercado. No caso da zona litorânea, os antigos moradores do lugar, especialmente os pescadores, passaram a ser expulsos e seu modo de vida estigmatizado, pois nada tinham a ver com a negociações que ocorriam no lugar (SILVA, 2000). A praia se insere oficialmente na cidade apenas à medida que a ocupação se dá formalmente. Até então, é o espaço desconhecido para aqueles que registram a história da urbanização, que ignoram as especificidades de sua ocupação, a não ser quando a cidade se expande sobre ela, criando um espaço híbrido: a praia como periferia da cidade.

Um romance da época, *A Afilhada*, de Manuel de Oliveira Paiva, escrito em 1889, dá conta dessa diferença. Primeiramente, ele descreve a ocupação da região do Mucuripe, ainda considerada muito distante da cidade, a tal ponto que até a década de 1940 alugavam-se casas de veraneio em suas proximidades. Ao final do século XIX, a área é assim descrita:

“Uma tarde largaram-se até pertinho do Mucuripe. Uma légua pouco menos. (...) longe, adiante, pondo luminárias no mar e nos coqueiros dos sítios.(...) Arrancharia nas povoações plantadas de coqueiros, nos arraiais de pescadores, nas palhoças me- tidas na areia como no gelo a cova dos esquimós; espraiar-se-ia como aquelas ondas de mar, de vento, de céu, de poeira nevada. A terra parecia findar-se na duna enorme da ponta do Mucuripe, de onde descia uma alvura vagamente corada pelos tons das nuvens. Sob o fundo de coqueiros da povoação, via-se branquejarem as velas das jangadas empoleiradas no seco e saídas da pesca: um acampamento de alvas barracas pontudas no poeiramento do crepúsculo. A praia vinha acompanhada, longe, de uma linha escura de matos e

de sítios, aqui fugindo para trás de um morro de pó, ali aparecendo como os cabelos de uma calva incompleta. E uma duna, de cimácio quase reto, encostando no escuro anil do Sul, era como o dorso de um oceano de leite.” (PAIA, 1889)⁶

Já a duna do Outeiro, próxima à saída da área urbana para a região portuária, era assim descrita:

[...] ia-se avistando a encosta barrenta e arenosa do bairro do Outeiro entreaparecendo aqui e acolá o topete das casinhas de palha [...]. Para além desses blocos unidos de verdura, adivinhava-se o aspecto desolador do extenso bairro do Outeiro. Uma zona irregular e caprichosa de alegria da vegetação, entre o mundo da cidade e o vasto aldeamento dos pescadores, dos lancheiros, dos trabalhadores da praia, dos homens da praia, dos homens do ganho dos operários e de uma numerosa população decaída, habitando cabanas, verdadeiras covas de palhas desses esquimós do areal ardente. (PAIVA, 1889)

Essa “periferia” precarizada circundava toda a cidade, caracterizada principalmente pela não inserção nas atividades econômicas que passavam a florescer. Nessas áreas, o “excesso de elementos naturais” (PARENTE, 2011) caracterizada um modo de vida mais próximo a formas pré-capitalistas do que se julgava adequado numa sociedade civilizada:

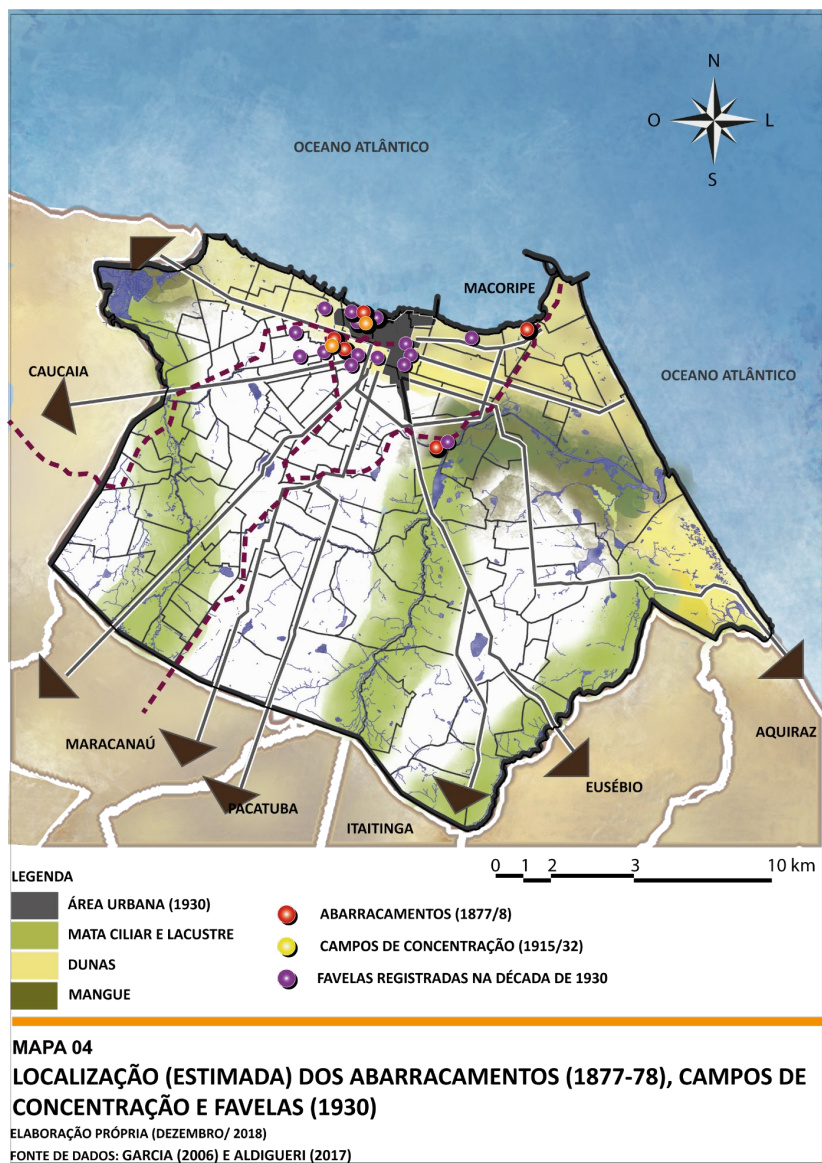
Um proprietário mais poderoso sungava a frente aos 22 palmos da marca da Câmara, e deixava o resto em meia-água. Ao fundo, onde o terreno descia para um açude, as habitações por trás daqueles matos vivificados de maio, punham o queixo acima da seara de erva, e de algumas se não via senão o topete. Com aquele cinzento baço e fofo do corpo dos avestruzes, as casas de palha, com frente em empena, insistiam pelo meio da futura praça, e fora dos alinhamentos

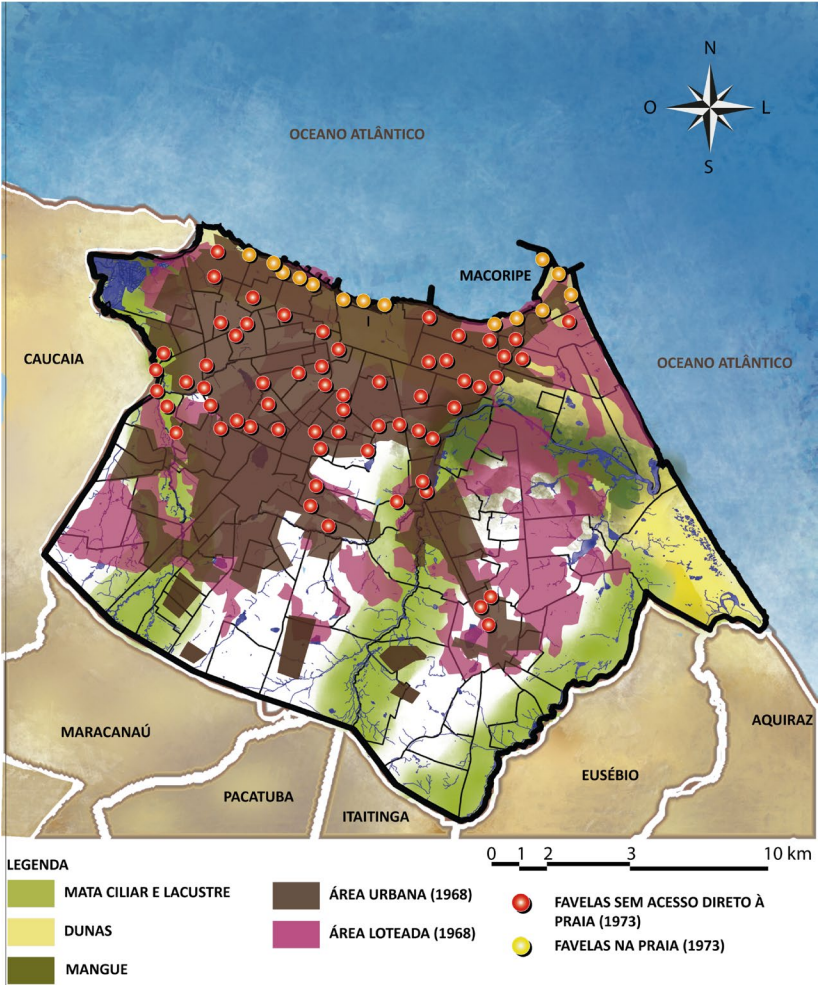
⁶ Obra literária A Afilhada, publicada originalmente em folhetins no jornal O Libertador, em 1889. Atualmente, encontra-se disponibilizada na biblioteca digital da Universidade Federal de São Carlos, no link <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=143033>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

das ruas que começavam a desprender-se; e por essas choupanas arruinadas podia-se tirar a olho o rumo das estradas antigas e extintas. Soutos de pau-ferro cobriam terrenos devolutos, capoeiras de antigos roçados; e um roxo lácteo florescia como enxames de mariposas, por miríades, nos jurubebais. As cercas de faxina, as caiçaras, onde o melão trepava, alinhavam-se, toucadas de filó verde, e com o cinzento de casca de pau. O ar denunciava a pancada dos pilões, o canto dos galos, o latir da canzoada, o gritar dos meninos, naquele viver promíscuo e semisselvagem (Paiva, 1889)

A descrição da praia como espaço de passeio das elites, associado às propriedades curativas dos “bons ventos” que fizeram de Fortaleza estância para tratamentos curativos, explicaria porque os usos considerados “insalubres” não se dão na faixa de praia a leste, onde se iniciam as ditas negociações, nem mesmo aqueles usos que assumiram o papel de “protofavelas”: os abarracamentos (MAPA 04).

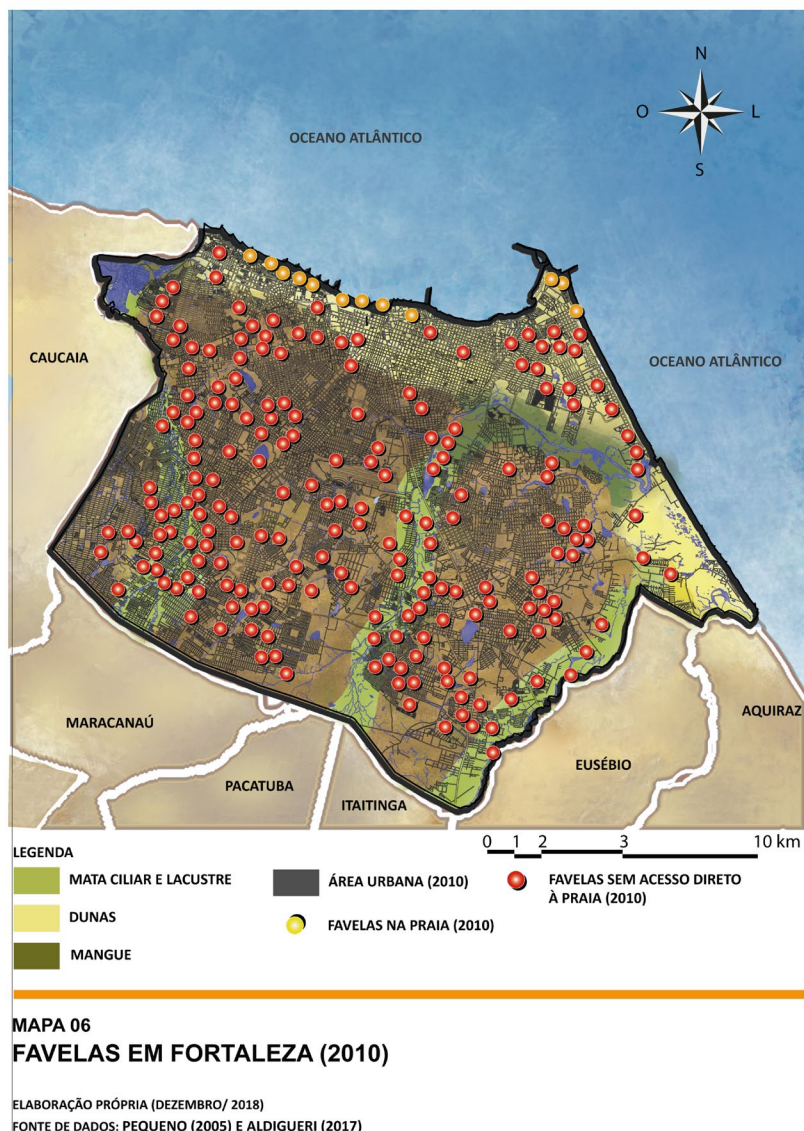
A locação dos abarracamentos, medida higienista adotada em 1877-1878 que visava proteger a cidade da presença dos retirantes, “seus vícios” e enfermidades, indica uma predominância da posição oeste/sudoeste, protegendo a cidade dos “gérmenes” de enfermidade por localizar-se a sota-vento da cidade. (CAVALCANTE, 2017; GARCIA, 2006; ALDIGUERI, 2017). Tais medidas indicam não só a posição adotada pela elite local, que considerava a população advéncia um perigo “físico e moral”, quanto a possível retenção dos retirantes em locais próximos.





MAPA 05
FAVELAS EM FORTALEZA (1970)

ELABORAÇÃO PRÓPRIA (DEZEMBRO/ 2018)
FONTE DE DADOS: MAMEDE (2006) E ALDIGUERI (2017)



O mesmo pode-se dizer dos campos de concentração, medida similar adotada no período de estiagem do ano de 1915. Localizados não só em Fortaleza, seu papel era conter as levas de retirantes para que não

ocupassem a cidade. No território urbano da capital, dois campos foram executados – um no Morro do Urubu, a oeste do Arraial Moura Brasil, e outro na área do Rio Cocó, próximo a uma das comunidades estudadas neste trabalho, o Lagamar (MAPA 04).

Como se pode observar, nem sequer as favelas iniciais de Fortaleza predominavam na faixa de praia. Os Mapas 05 e 06 indicam a localização das favelas registradas nos anos de 1978 e 2010. Apenas as comunidades do Pirambu e do Grande Serviluz se destacam como assentamentos precários na zona de Praia.

Nesses casos, é importante lembrar que, em ambos os casos, intervenções governamentais reforçaram os papéis das áreas como zonas de exclusão, seja pela transferência compulsória de população discriminada (como as meretrizes do Arraial Moura Brasil, do Mucuripe e do Farol), com a locação de equipamentos industriais, e com a implementação de equipamentos de assentamento compulsório nas regiões.

Um dos fundamentos utilizados para justificar a posição é uma pesquisa realizada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social – IJNPS, em 1963, na comunidade Pirambu, com o objetivo de coletar dados sobre as migrações para Fortaleza. No caso, cerca de 79% da população respondeu provir do interior do estado – ainda que as opções de resposta indicassem apenas Capital ou Interior, não havendo diferenciação entre municípios do litoral e do sertão.

Em adição a isso, pesquisas reforçam a posição apresentada pelos moradores, de que a “condição de morar na praia” é elemento importante de decisão. Tais estudos indicam que a comunidade

pesqueira de Caucaia, município vizinho à Fortaleza, é proveniente da capital, de comunidades de pescadores deslocadas por expulsão de suas terras. (CAVALCANTE, 2012). Em outro caso, índios da etnia Tremembé assentaram-se preferencialmente na área do Mucuripe, inicialmente na área da Praia Mansa e, após a remoção desta área, no Serviluz, o que é apresentado pelos moradores quando dizem: “somos todos índios aqui”.

A importância dessa ressalva sobre a história a se apresentar é justamente lembrar que a cidade não é uma produção harmoniosa a partir de estratégias oriundas de uma única lógica socialmente compartilhada. Os registros históricos contam uma história hegemônica, a partir de um ponto de vista específico, e, nesse sentido, a escuta atenta aos dados do campo produziram questionamentos sobre a unicidade das avaliações dos espaços do município de Fortaleza, que posteriormente se apresentaram num “olhar interessado” sobre os indícios ocultos nos mapas e textos literários.

A abertura das pesquisas acadêmicas e técnicas para outras vozes, habitualmente consideradas “ruídos”, já demonstra sua contribuição aqui. Certeau (1998) já indicava a persistência de hábitos nos modos de fazer e dizer, os quais apresentam a continuidade de vozes alternativas que compõem, mesmo ignoradas, a comunidade. Esses modos configuram as linhas de continuidade que permitem a construção do espaço de vida como fruto de camadas sucessivas depositados pela sucessão de gerações que ali habitam (BERQUE, 2011).

É justamente o habitar esse espaço de vida que possibilita a experiência da paisagem no sentido trabalhado nesta tese, o fenômeno da paisagem como ponto de contato entre autoconhecimento e memória

da comunidade, num papel similar ao da arte como experiência desalienadoras. E é justamente isso que a paisagem como produto descolado de seu processo apaga – operação necessária para que possa se transformar, também ela, em mercadoria.

Um segundo efeito desse apagamento é a normalização da quebra do vínculo entre a população e seu espaço de vida. Destaco a importância do dado trazido por Cavalcante (2017), que indica o discurso de apagamento da presença indígena no Ceará, em meados do século XIX, associado a práticas não-produtivistas e desprezados frente à modernidade à moda europeia que se instaurava. Conforme indica Rolnik (2015), a estigmatização é uma prática recorrente na disputa por espaços urbanos:

[...] a construção do estigma territorial é um elemento fundamental da engrenagem política que legitima a expulsão. Mas, ao lado do estado de transitoriedade permanente – que marca o caráter de “reserva da terra” – e do estigma territorial a construção da hegemonia da propriedade privada individual registrada sobre todas as demais formas de posse também está claramente na origem de processos massivos de despossessão. (ROLNIK, 2015, p. 194)

Utilizei aqui o exemplo das comunidades litorâneas de Fortaleza, pela abundância de dados e o foco específico que a pesquisa tomou. Porém, da mesma forma, como se deu a ocupação dos demais espaços? O silenciamento das leituras poéticas de grupos não hegemônicos é estratégia recorrente num momento em que seus espaços apropriados se valorizam num mercado de terras pautado pela economia capitalista – vide a postura dos técnicos responsáveis pelo planejamento de

Fortaleza destacada por Gois (2018) em seu trabalho, os quais assumem que o papel dos processos participativos é apenas a informação das “queixas” da população, utilizadas para confirmarem aquilo que já sabiam. Lembrando-se desta fragilidade em nossos dados, passemos a um breve histórico desta Fortaleza segregada.

3.1 UMA FORTALEZA FRAGMENTADA

A Cidade de Fortaleza, produto de um processo de urbanização que reúne ao mesmo tempo características similares ao resto do país e acentos específicos das condições do estado, pode ser descrita na frase de Renato Pequeno (2012): um paradoxo da urbanização sem cidade e dos fragmentos de cidade sem urbanização. O autor, porém, supõe que essa situação é resultado da desordem do processo marcado pela ausência de política urbana regulamentadora. Entretanto, não se pode negar que existe uma ordem, sim, apenas que se opõe ao entendimento do espaço urbano como espaço coletivo.

Nesse sentido, a “Cidade do Forte” é um bom exemplo, resultado principalmente das transformações na estrutura produtiva do Ceará, da convergência do sistema viário regional para a cidade, da vastidão de sua área de influência, que orienta permanentemente os fluxos migratórios em sua direção, e de seu consequente crescimento macrocefálico.

As profundas transformações ocorridas no tecido urbano são caracterizadas sempre pela concentração de investimentos em zonas privilegiadas, segregação social, pela otimização dos investimentos

privados, e por ações estatais de caráter clientelista e patrimonialista. A aliança entre a administração e os grupos econômicos dominantes é clara, ainda que interrompida ou suavizada em alguns momentos por ações mais ou menos desconexas e sem continuidade, a depender do grupo político no poder.

A recorrência dessas práticas, ainda que adaptadas sempre aos contextos diferenciados em que são aplicadas, não permite pensar num simples *laissez-faire* despreocupado das consequências, mas na inserção das ações individuais de sobrevivência num modelo de cidade excludente – ainda que esse objetivo não seja conscientemente deliberado. A estrutura urbana de Fortaleza permite entrever os impactos de um processo histórico de formação no contexto de um capitalismo periférico dominado pelos interesses de grupos comerciais e agrários no qual o Estado atua como um agente político e econômico (MÁXIMO, 2013).

Assim, enquanto composta por fragmentos, cada um deles tem seu papel nesta ordem. A dicotomia entre espaços de cidade formal e aqueles marcados pela informalidade não caracteriza uma relação de oposição, mas de complementaridade. Desde o momento em que a cidade passa a assumir um papel de protagonismo no estado, marcadamente a partir de 1860, determina-se no espaço urbano áreas distintas destinadas a cada classe, num processo de favelização histórico e remanescente na malha urbana da cidade (naqueles que ainda permanecessem sem interesse imobiliário a curto e médio prazo, bem entendido).

Liberal de Castro (1982), em análise da planta de 1887, já apresenta quase um terço da população (30%) abrigada em choupanas ao redor do

pequeno núcleo urbanizado, separados da área propriamente urbanizada por um cordão sanitário de sítios e lotes semiurbanos. Vera Mamede, em trabalho analítico sobre a evolução do planejamento urbano fortalezense, descreve a situação ao final de um dos períodos de maior efervescência cultural e econômica (denominada “Belle Époque Fortalezense”):

“[no início da década de 1920] percebe-se, claramente, a distribuição seletiva das camadas sociais no espaço. As residências e atividades da elite desenvolviam-se ao longo das ruas (sentido norte-sul), as médias instalavam-se nas travessas (sentido leste-oeste) e as camadas populares habitavam as áreas periféricas (nas areias).” (MAMEDE, 2008, p. 111)

Atualmente, Fortaleza polariza uma região metropolitana que se destaca como uma das mais desiguais nos estudos que tratam de pobreza e vulnerabilidade social (Pequeno, op. cit.) Um recente levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal apresentou os resultados de um pesquisa que demonstram que convivem lado a lado uma minoria de bairros que possuem IDH similares aos países de melhor qualidade de vida do mundo (de 0,9444, no Meireles, por exemplo), e uma maioria de outros (72 do total de 120 da cidade), apresentam índice menor que 0,33 (Ver MAPA 07).



Figura 02 – Villa Nova da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará (Ca. 1730)

Fonte: AHU_Cartografia Manuscrita_Mapas da capitania do Ceará. No 848

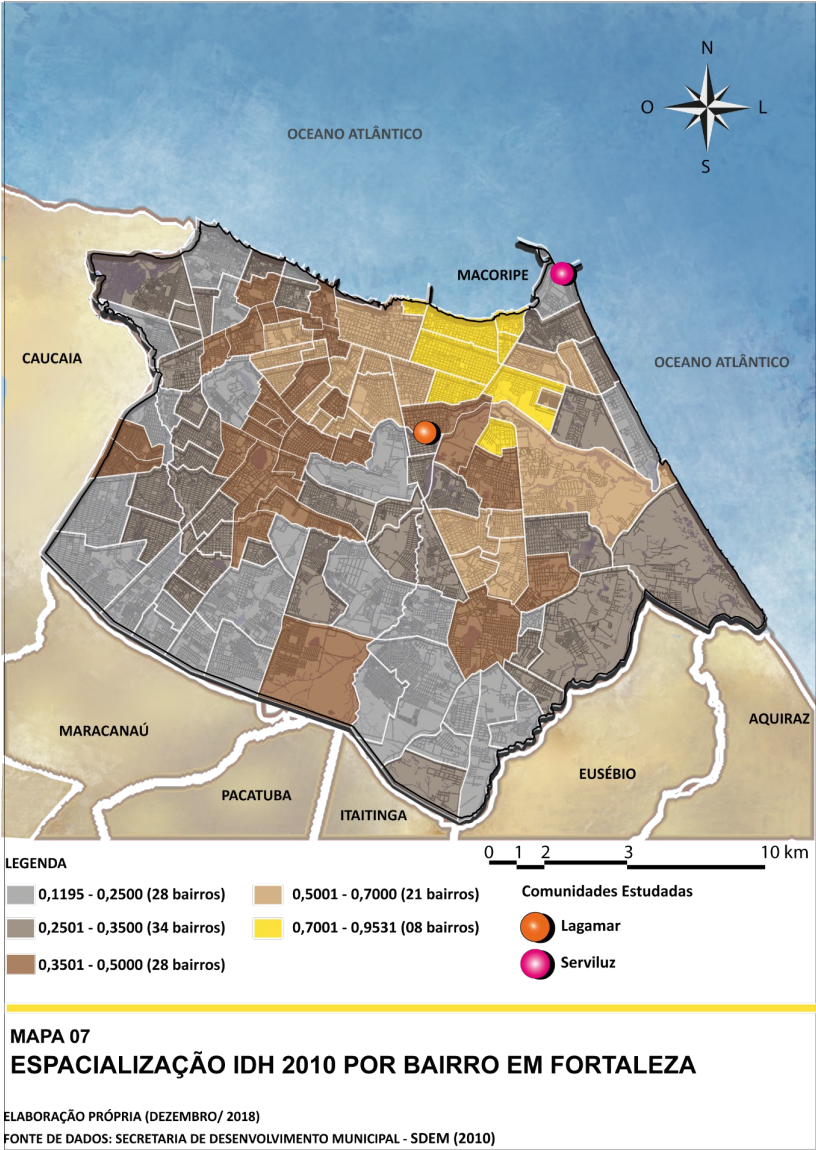
De que forma se produziu esse abismo? Como é que ele se reflete na paisagem urbana? Como afeta os sentidos e as posições a partir da qual os habitantes dos diversos locais observam seu espaço de vida? Para nos aproximarmos das respostas, proponho uma tentativa de aproximar o conjunto das reflexões teóricas aos processos discutidos, em busca de informações que fundamentem a análise das falas apresentadas no capítulo 03.

3.2 UM FORTE ENTRE O SERTÃO E A PRAIA

Inicialmente, era apenas um Forte (o de São Sebastião, construído pelos portugueses, sobre o Forte Schoonenborg, do período de ocupação holandesa, às margens do Rio Pajeú, sobre um pequeno morro). Uma das

primeiras intervenções no território que viria a se tornar o Estado do Ceará, o Forte às margens do Riacho Pajeú (em substituição à paliçada na foz do Rio Ceará) servia como ponto de apoio e marco da presença portuguesa num território hostil à ocupação. O acesso era dificultado tanto por mar pelas condições naturais (devido às correntes e pela ausência de portos naturais) quanto, por terra, pela população autóctone que rechaçava a presença portuguesa (enquanto aliava-se, ocasionalmente, ora aos franceses, ora aos holandeses). Dificuldades acentuadas pela ausência de interesses econômicos que justificassem o investimento de homens e recursos.

Até meados do século XVII, o litoral cearense, um mar de areias onduladas entrecortados por pequenos regatos e lagoas limitando-se ao oceano, permanece sob domínio indígena, dos remanescentes das tribos devastadas por sua insubmissão aos colonizadores e seus descendentes. (ARAGÃO, 2010; CAVALCANTE, 2017). A este grupo associavam-se alguns escravos fugidos, determinando uma zona etnográfica de características próprias, seminômade e pouco afeita aos costumes europeus – razão de sua discriminação por parte da população “civilizada”.



holandesa, e concentrava uma das comunidades de pescadores, incorporando-se ao tecido urbano de Fortaleza de forma definitiva somente a partir de meados do século XX.

O litoral era então periferia de um espaço centrado na economia pecuária, polarizada pelas cidades de Icó, Sobral e Aracati (essa última como escoadouro da produção de charque, na foz do Jaguaribe). A primazia econômica do sertão e as dificuldades de navegação no litoral são reconhecíveis pela estrutura da maioria dos municípios litorâneos até hoje, em que poucas sedes administrativas são efetivamente à beira mar, à exceção de Fortaleza e de Paracuru. Destes, apenas Paracuru nasce efetivamente litorânea – a Vila do Forte está próxima a praia, mas apresenta pouca relação com ela.

Sua forma de ocupação, por sobre uma duna, permite a vigilância estratégica do litoral, e, ao mesmo tempo, a manutenção de uma estrutura orientada para sul, afastando-a da praia, porém, aproximando-a do sertão, razão provável para sua escolha como sede e moradia da elite administrativa (Ver Figura 02). É o encadeamento de uma série de transformações no cenário político e econômico que vai alçar a pobre Vila do Forte ao seu papel de destaque no século XIX, assumindo a primazia da rede urbana cearense.

Primeiramente, a separação do Ceará e Pernambuco em 1799, transferindo o papel centralizador da apropriação de tributos e excedentes produzidos de Recife à capital administrativa, Fortaleza. Posteriormente, o florescimento do Ciclo do Algodão, a ser exportado pelo porto da cidade, e que passa a concentrar excedentes econômicos e novas classes sociais no espaço urbano – para isto, Fortaleza estabelece

uma série de ações político-administrativas para alcançar a primazia portuária (DANTAS, 2002). A seguir, a criação de uma estrutura viária (de estradas de ferro e de rodagem) que convergia para a capital, como forma de unificação do território do estado (cuja metade centro-sul tendia preferencialmente à Pernambuco, contradizendo as determinações administrativas centrais).

Esse conjunto de fatores, associado às migrações derivadas da concentração de investimentos na capital e dos fenômenos periódicos de secas intensas, produz um crescimento acelerado e macrocefálico da população urbana, a impactar profundamente a forma urbana em estruturas que permanecem até os dias de hoje. Acompanha este processo um desenvolvimento econômico baseado na concentração e na clara articulação de interesses privados e intervenções estatais, em práticas que não se alteram significativamente mesmo com as mudanças institucionais ocorridas.

Concentra-se em Fortaleza uma elite cujo domínio econômico se estende paulatinamente a todo estado, utilizando-se de sua força política para a consecução de seus objetivos. O desenho da via férrea, por exemplo, foi determinado também pelo desejo de submeter o sul do estado, que se inclinava politicamente mais para Pernambuco, ao domínio de Fortaleza (CAMELO FILHO, 2000).

É nesse sentido, também, que essa elite sertaneja se impõe sobre o território da própria vila e seus ocupantes. A relação com os “povos do mar” é de dominação, como representado pela ordenança de 26/01/1811, que determina que os jangadeiros deveriam ir ao mar todos os dias (alterando o ritmo adotado de pesca quando necessário) sob pena de

prisão, e que o pescado deveria ser primeiramente destinado às autoridades da Vila do Forte, colocando os jangadeiros em posição quase servil. (DANTAS, 2002)

Até 1818, a vila permanece um aglomerado de casas a oeste do Riacho Pajeú, ao longo de caminhos de areia. A primeira tentativa de ordenamento do espaço urbano se deu com a autonomia administrativa. A pouca expressividade da zona urbana de então levou o primeiro presidente da província a solicitar ao seu ajudante de ordens que elaborasse um traçado de ordenamento e expansão da cidade, utilizando o padrão de quadrícula que posteriormente se torna característico da cidade formal (Figura 03). Fortaleza permaneceria durante algum tempo uma cidade de burocratas e militares, com comércio incipiente, pois ainda estava fora do circuito econômico até meados do século XIX.

O padrão de ruas retas e as quadras quadradas, implantado a partir desta época, tornaram-se símbolos da ocupação formal de Fortaleza até hoje, e são inclusive reconhecidas como indicadores da qualidade do bairro: os moradores da comunidade simbolizam, através dele, os bairros de elite, enquanto as ocupações irregulares têm as ruas irregulares, sem padronização. Ao mesmo tempo, a partir deste núcleo partem as estradas em direção às demais vilas, que auxiliaram a configuração radiocêntrica da expansão posterior.



Figura 04 – Planta de fortaleza e os subúrbios, Engenheiro Adolfo Herbster em 1875.

Fonte: CASTRO, 1994

O ordenamento não altera significativamente a orientação da expansão. As principais e mais extensas vias são aquelas de orientação norte-sul, as quais são ocupadas pelas famílias de maior poder aquisitivo. Essa condição indica a orientação valorizada na cidade: em direção ao Sertão, para onde a cidade se expandia prioritariamente. (DANTAS, 2002, p.32)

As vias leste-oeste, de menor extensão, permaneceram durante algum tempo como vias de servidão ou ocupadas pelas famílias de menor renda, o que vai criar a expressão “casa de travessa”, utilizada de forma depreciativa. A periferia urbana era o lócus dos indesejados, terra de ninguém, expulsos do campo pelas secas recorrentes e,

principalmente, pela consolidação do latifúndio, a partir da Lei de Terras de 1850. Estes se aglomeravam ao redor da cidade, nas praias e no final das vias norte-sul, que se conectavam com o sertão. Em levantamento cuidadoso realizado em 1859, por Adolfo Herbster (Ver MAPA 02), já se pode perceber os impactos dessa segregação:

“A cidade era totalmente circundada por ‘casas de palha, em número realmente impressionante. Ressalte-se curiosamente, que entre o circuito das palhoças e a parte construída da cidade se desenvolvia uma cinta aparentemente despovoada, talvez constituída por sítios ou zonas por arruar, funcionando como uma espécie de cordão de isolamento social. Havia, porém, casebres na zona urbana, aliás assinalados em planta, ocupando geralmente o trecho final de algumas ruas norte-sul” (CASTRO, 1982, p.55).

É preciso questionar a aleatoriedade dessa “cinta despovoada”, à luz dos conceitos da época. Enquanto “núcleo principal”, a ocupação ao pé do forte prezava pela exclusão dos indesejáveis, como já apresentado no MAPA 04, com os já mencionados abarracamentos⁷ e campos de concentração⁸, a aprovação de legislações que restringiam construções

⁷ Construídos entre 1877 e 1878, os abarracamentos são concentrações “sanitárias” destinadas a acolher os retirantes e retirá-los das ruas e praças da capital. Inicialmente foram construídos nove desses acampamentos, chegando a 13 em 1878. E para limitar a circulação da população flagelada pela cidade e o contato com a população citadina, foi estabelecido que o socorro às famílias abarracadas fosse somente prestado nos próprios abarracamentos e em dias marcados (NEVES, 2000). Para receber os auxílios, era necessário que o retirante trabalhasse – apenas a alimentação do primeiro dia era fornecida “gratuitamente”. Os retirantes foram utilizados na execução principalmente de obras urbanas, carregando pedras da Pedreira do Mucuripe (aonde posteriormente foi construído um abarracamento para facilitar o desenvolvimento do serviço) e/ou no calçamento de vias e edificações necessárias à “modernização” da cidade. Caso não trabalhassem, não recebiam alimentos – indiferente- mente à sua condição de saúde ou sexo. Relatos da época indicam que mesmo enfermos e grávidas se prestavam a carregar pedras, em troca de uma ração por dia de trabalho.

⁸ Na seca de 1915, os abarracamentos passaram a ser chamados de “Campos de Concentração”, embora a população chamasse de “curral”. E, ainda na seca de 1915, o retirante perdeu o seu antigo e expressivo nome e começou a chamar-se “flagelado” (THEOPHILO, 1980 [1922] apud Cavalcante, 2017).

populares, o estabelecimento de vestimentas apropriadas inclusive a espaços públicos etc.

Importante notar que a zona litorânea era apenas mais uma periferia da cidade (a zona litorânea próxima ao núcleo urbano, bem entendido), sob o ponto de vista de suas elites, quase toda oriunda ou relacionada ao Sertão (ANDRADE, 2012). Nesse sentido, como parte do círculo de pobreza que envolvia a cidade, nada mais natural que a expansão urbana nas dunas que conectam a zona central até a área de praia tenha sido parcialmente ocupada pelos migrantes, num desenho urbano que lembra as atuais favelas.

É a partir da segunda metade do século XIX que se iniciam as ações de maior impacto na forma urbana, orientadas prioritariamente por questões embelezadoras e higienistas a partir do período de bonança econômica denominado o Ciclo do Algodão, resultado da alta do preço do produto causada pela Guerra Civil Americana. Essa fase econômica irá impulsionar um processo de reestruturação econômica no estado, e apresentará resultados significativos no desenvolvimento de Fortaleza.

A partir do acúmulo de capital nas mãos dos oligarcas locais, e de importância política e econômica na capital, novas sociabilidades se impõem, também pela influência da considerável população de estrangeiros que passam a morar na cidade (chegavam a 30% da população, nos períodos áureos do ciclo). Parte do excedente foi aplicado nas edificações, que passam a ter um perfil mais urbano e alinhado aos ditames da moda da época, e alguns estabelecimentos de beneficiamento do algodão passam a funcionar.

Em contrapartida, exige-se uma maior preocupação com a estética urbana, com a reorganização da cidade a partir dos critérios de modernidade que os habitantes de maior poder aquisitivo passam a conhecer, seja por viagens ao estrangeiro, seja pelos álbuns de fotografia que circulam com frequência cada vez maior. Um exemplo dessas intervenções é a criação de “vias triunfais” a partir do Porto da Praia de Iracema em direção ao centro da cidade, principal acesso do número sempre maior de estrangeiros, com a construção de edificações seguindo estilos em voga, com até 03 pavimentos, margeando as vias de acesso. O objetivo seria tanto apresentar uma cidade “moderna”, quanto esconder as ocupações de palhoças de pescadores próximas à praia, como a hoje denominada Comunidade do Poço da Draga (PONTE, 2001).

As “cirurgias estéticas” na cidade pretendiam modernizar aquela que se tornava o principal núcleo urbano do Estado e um dos oito maiores do país. A proposta de alinhamento aos padrões materiais e estéticos das grandes metrópoles ocidentais, incluía a construção de edificações (como a Nova Alfândega, o Passeio Público, a Estação Ferroviária João Felipe, Mercado do Ferro e outros empreendimentos privados), a regulamentação através de códigos de obras e posturas, e planos de embelezamento e expansão, como o proposto por Adolfo Herbster em 1875, e que orienta o crescimento da cidade até 1930. (Figura 4)

Esse período, marcado também pela chegada de fluxos migratórios contínuos, maiores nos anos de grande estiagem, como 1877, 1915 e 1932, é denominado de Belle Époque fortalezense, pois a disponibilidade de capitais produz uma intensa vida urbana e o surgimento de uma classe

intermediária, composta por “agentes do saber”, como médicos, professores, engenheiros, antes raros na pequena vila. Ao mesmo tempo, Sebastião Ponte (2001) alerta: “A época, portanto, só foi bela para as elites e parcelas das camadas sociais médias; para os pobres ela foi sinônimo de vigilância policial, controle de hábitos e confinamento de corpos”.

Data de 1875 a proibição de impedir implantações de casas de taipa dentro do perímetro urbano da cidade (mas apenas casas de taipa de pequeno porte. Curiosamente, alguns dos novos palacetes que, apesar da fachada eclética, ainda foram edificadas em taipa, não foram constrangidos por esta proibição). Da mesma forma, a partir de 1915, o governo passa a construir campos de concentração para refugiados (“os currais do Governo”) (ver MAPA 04), espaços de exploração da população que chegava e fonte de riquezas questionáveis (NOGUEIRA, 2006).

As intervenções físicas no espaço se faziam acompanhar por medidas higienistas, que propunham, ao mesmo tempo, excluir usos inadequados da cidade (como pocilgas), medidas de saúde pública (vacinação e a criação de sanatórios para enfermidades mais graves) e disciplinadoras do crescente contingente de miseráveis, “vadios”, prostitutas e loucos. Neste sentido, emitem-se normas como a necessidade de portar paletó e chapéu para a utilização das recém-inauguradas linhas de bonde, e políticas como a expulsão ou punição daqueles que não justificassem sua presença nas zonas centrais com uma ocupação considerada adequada (“os vadios”). Havia uma forte preocupação de preservar a imagem de prosperidade refletida no espaço urbano.

Outra preocupação é acompanhar e estender um modo de vida “civilizado” a todo estado. O alinhamento com um pensamento haurido nos contatos com a Europa estimula um comportamento imitador, em que as práticas anteriores são consideradas insalubres e primitivas. A extensão da estrada de ferro auxilia nesse disciplinamento da vida cotidiana. Por exemplo, Girão (1959) descreve o impacto da rotina da ferrovia sobre a organização dos tempos das comunidades. A modernidade está atrelada à vida regulada por ciclos determinados abstratamente pelo relógio e não pela sequência concreta das estações.

Essa posição disciplinadora do poder público, ao impor valores adotados por parcelas da população como critérios de adequação, parece haver marcado profundamente o entendimento sobre o que deve ser atuação do Estado sobre a cidade. Ainda hoje, intervenções urbanas marcadas pela violência, como remoções de áreas de favela (ver Figura 19), são justificadas, em maior ou menor grau, pela alegada necessidade de aprimoramento estético da cidade. As ações do governo estadual e municipal permanecem embelezadoras, com o privilégio da ação pontual sobre o planejamento e gestão a longo prazo, por todo o século XX e décadas iniciais do século XXI.

3.3 FORTALEZA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: EXPANSÃO E SEGREGAÇÃO

A partir da década de 1930, o crescimento populacional fortalezense passa por aumentos expressivos em curtos períodos de tempo. A estrutura proposta por Adolfo Herbster e a regulamentação do código de obras de 1893, ainda em uso, já não atendem às demandas por

serviços urbanos, com especial preocupação demonstrada com os problemas de mobilidade, que afetam com maior intensidade às camadas de maior renda, que já haviam abandonado o centro urbano em prol dos então subúrbios do Benfica e da Jacarecanga como área de moradia, mas que ainda utilizava o núcleo central como espaço de trabalho e lazer.

A expansão da cidade se dá de forma desordenada, marcada principalmente pela fixação espontânea e descontrolada dos novos contingentes urbanos advindos da intensa migração. (FERNANDES, 2004). É neste momento que se inicia a ocupação da área que se transformará na comunidade do Lagamar, em terras sem dono conhecido e, à época, bastante distante do núcleo urbanizado (GOMES, 2013). Além disso, toda a faixa de praia fora do traçado xadrez é ainda composta de terras devolutas, espécie de periferia litorânea ainda livre das imposições reguladoras da capital administrativa.

Pressionada, a administração municipal apresenta um novo código de obras e posturas, em 1932, e contrata um plano de Plano de Remodelação a Nestor de Figueiredo. As preocupações, porém, ainda se concentram na “imagem da cidade”, que se quer “moderna e progressista”. A incompreensão do papel do plano como instrumento regulador e de gestão da expansão urbana resulta no abandono do processo, sob a justificativa que a cidade teria gastos mais prementes (MUNIZ, 2006).

Grandes áreas são parceladas como forma de investimento privado, sem, entretanto, regulamentação adequada por instrumentos de planejamento, apenas por códigos de postura. Apesar disso, esses

parcelamentos são atendidos (onde interessa) pela implementação de infraestrutura. Importante perceber que tais loteamentos não necessariamente atendem à demanda da população, uma vez que boa parte dela não tem condições de adquirir os imóveis. Para conseguir isso, o valor da terra urbanizada (das localizações) é mantido artificialmente alto, pois a oferta é maior do que a procura. Conforme análise de BRASIL (2016, p.63):

“Esse processo significou a intensificação dos investimentos privados na produção do espaço dessa cidade e a consolidação da especulação imobiliária, assim como a incorporação de grande parte do território municipal que hoje configura Fortaleza. Esse foi o início efetivo da produção das localizações na cidade, o que culminou no espaço urbano atual.”

A segregação espacial se consolida, registrando os primeiros núcleos favelados, distribuídos nas antigas periferias, entre elas o Arraial Moura Brasil (existente desde o século XIX), o Cercado de Zé do Padre (1930), Lagamar (1933), Mucuripe (1933), Morro do Ouro (1940) e Varjota (1945) (GOMES, 2013). A partir do MAPA 04, é possível reconhecer a influência de ações governamentais para a consolidação destes núcleos, como a localização de abarracamentos e campos de concentração, de áreas de trabalho para os retirantes (como a Oficina do Urubu, no morro do Urubu, vizinho oeste do Arraial Moura Brasil e origem provável da favela do Pirambu), áreas de isolamento de enfermos, alojamento de trabalhadores forçados (como o localizado próximo à Pedreira do Mucuripe, ainda no século XIX).

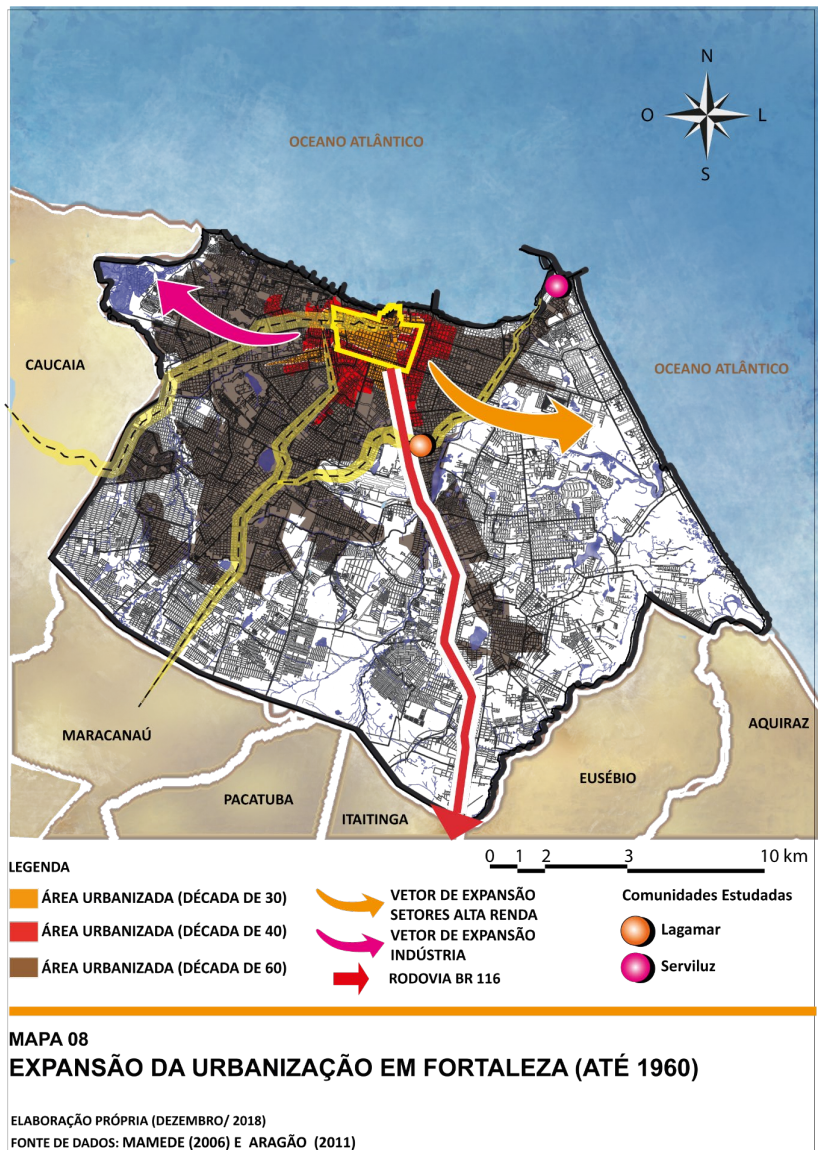
Entre estas, apenas o Lagamar, o Arraial Moura Brasil e o Morro do Ouro permaneceram ocupados por população de baixa renda, e, das

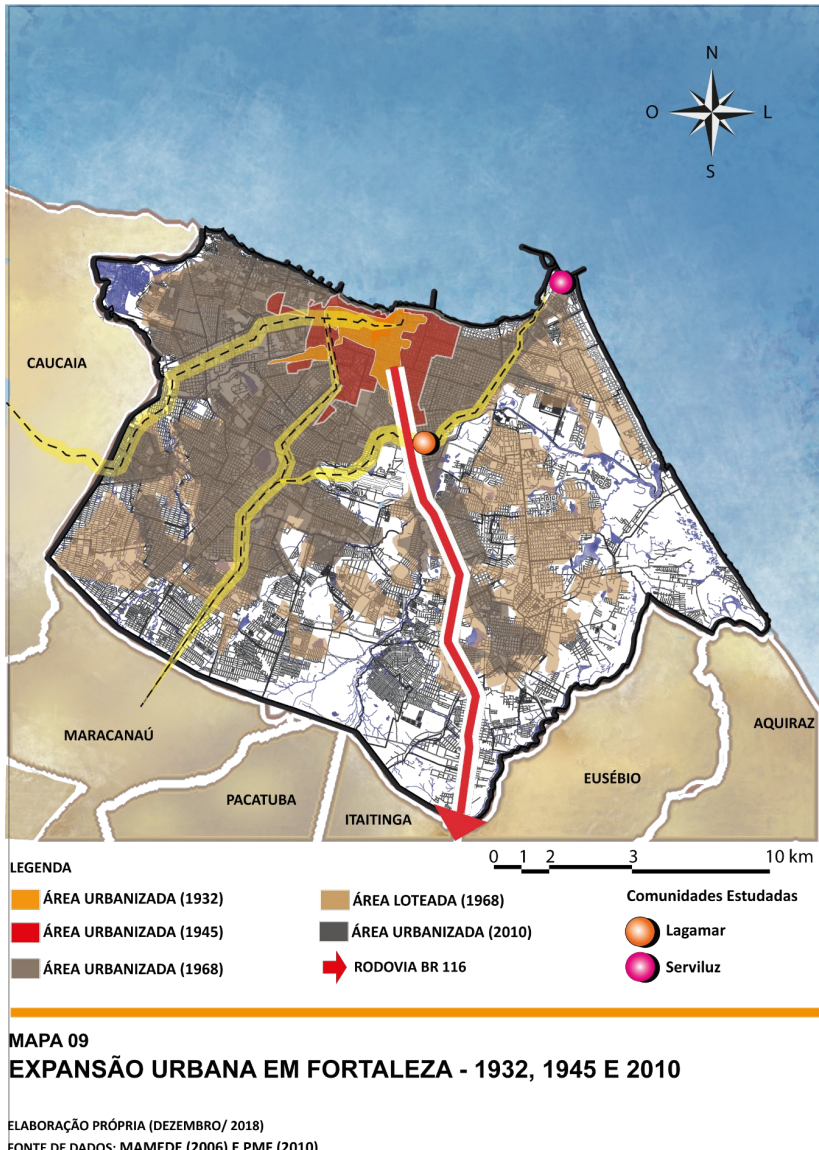
duas, apenas o Lagamar está no vetor de crescimento leste. As favelas do Cercado do Zé do Padre, Mucuripe e Varjota foram desalojadas à medida em que estas áreas se tornaram valorizadas. Parte dessas populações, no caso do Mucuripe e Varjota, passa a assentar-se na Praia Mansa, e, posteriormente, no Serviluz.

Entre as décadas de 1940 e 1960, a cidade tem um crescimento explosivo de quase 300% (DIÓGENES, 1989), graças aos intensos fluxos migratórios advindos dos demais municípios do estado. O cenário urbano se torna um mosaico de ocupações espontâneas, demandando a adoção de medidas administrativas mais efetivas que as ações paliativas adotadas até então, como o embelezamento de praças, pavimentação e nivelamento de vias. A proposição do Plano de Saboia Ribeiro, porém, não é implementado por suas soluções para o centro da cidade conflitarem com os interesses dos proprietários da região, pertencentes à elite local e principais proprietários dos imóveis valorizados da área central. (GIRÃO, 1959).

É nesse período que a concentração de população de baixa renda na região oeste, próxima às vias de acesso à cidade e aos (poucos) estabelecimentos fabris altera o sentido de expansão das camadas de maior renda, que passa a ocupar as regiões a leste. O loteamento generoso das terras que hoje compõem os bairros da Aldeota e Meireles irá garantir a reserva de terra para a expansão leste das zonas de habitação de alta renda, vetor que permanece até hoje e já ultrapassa as fronteiras do município. (MAPAS 08 e 09).

A necessidade de melhores instalações portuárias (até então, o Porto de Iracema não





passava de mero trapiche, incompatível com barcos de maior calado) e as dinâmicas peculiares ao litoral fortalezense impeliram a construção do Porto do Mucuripe, área previamente usada como porto no até o

início do século XIX e ponto de inflexão da linha de praia de Fortaleza (a chamada “esquina de Fortaleza”).

A localização do porto, já durante seu longo processo de construção (só terminado em 1965), induz a fixação de trabalhadores na área, configurando a região da Estiva, que compõem parte do Serviluz. Além disso, a construção do porto e de seus molhes de proteção ocasionou a destruição da Praia de Iracema pelo avanço do mar, deslocando o eixo de ocupação litorânea de alta renda para as praias vizinhas (Mecuripe).

Até 1950, já a Praia do Futuro, limite litorâneo mais a leste do município, estava loteada, o parcelamento de terras de maior extensão já realizado no município. O projeto ainda permanece por se concretizar até hoje, devido à dificuldade de implementação de infraestruturas urbanas e edificações ocasionados pelas condições ambientais adversas, ocasionadas pela conjunção de vento, mar e areia. Por isso, a região permanece área de ocupações popular, informais e de núcleos de favela, ainda que reiteradamente ameaçada pelos projetos desenvolvimentistas associados ao turismo, tanto por parte do governo do estado, quanto da prefeitura.

Algumas poucas indústrias vão se localizar próximas ao porto. Talvez isso explique a restrita faixa de praia valorizada em Fortaleza: dos 34 km de praia urbana, apenas 4 km são áreas apropriadas pelas classes de maior renda. O restante é ainda espaço de ocupação popular, especialmente de populações voltadas para práticas pesqueiras, ainda que objeto de constantes conflitos ou tratada como reserva de terras para o mercado.

Também nesta década, a cidade aumenta sua população a uma taxa de crescimento de 53,69% em relação à década de 40, e passa a receber seus primeiros incentivos à instalação de indústrias lastreada por investimentos do governo federal (ARAGÃO, 2010). O incentivo à indústria, com uso de mão de obra pouco valorizada, vai apresentar seus impactos sobre o tecido urbano, reforçando a dicotomia leste/oeste da cidade, com a região a poente como espaço de moradia proletária e usos poucos valorizados.

Na década de 1960, são realizados poucos parcelamentos, com grande área, dispersos em todas as direções, de forma descontínua. O aumento do preço da terra, associado à explosão populacional, resulta na intensificação da construção ilegal e irregular de moradias: favelização e loteamentos periféricos clandestinos, como já apresentado no MAPA 05. A construção da BR-116, na década de 1950, vai consolidar esta separação, representando um limite físico entre a antiga Fortaleza e a nova cidade que começava a se estender entre o Mucuripe e a Praia do Futuro (MAPA 08).

AS DÉCADAS DE 1950 AO FIM DO SÉCULO: EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

A década entre 1950 e 1960 é particularmente significativa para a expansão demográfica de Fortaleza, quando a população praticamente dobra de tamanho (de 270.169 para 514.813 habitantes), associada também aos novos investimentos, mas especialmente devido às migrações ocasionadas pela seca de 1958 e à carência de investimentos nas regiões interioranas do estado. Apesar desses matizes locais, o

processo de urbanização de Fortaleza acompanha o ritmo acelerado do crescimento das cidades brasileiras, num dos movimentos socioterritoriais mais rápidos e intensos da história (ROLNIK, 1997). O espraiamento da mancha urbana acompanha o aumento populacional, conforme demonstra o MAPA 09.

Uma outra similaridade entre o caso local e o nacional é a crueldade do modelo urbano adotado, marcado pela segregação socioespacial e a exclusão das classes de menor renda de inserção efetiva na cidade. Em Fortaleza, o surgimento de núcleos desprovidos infraestrutura básica, por toda a então periferia urbana, promove a criação de novas divisões administrativas na Prefeitura e numerosas comissões específicas (GOMES, 2013).

A ação é marcada por práticas ineficientes e desconectadas, que visavam mais a oferta de favores políticos que solucionar efetivamente o problema, num claro padrão assistencialista. Apesar do Plano Diretor elaborado em 1962, pela equipe coordenada pelo arquiteto Hélio Modesto, abordar a questão das favelas, não realiza nenhuma proposta para a questão, deixada a cargo das políticas do SFH e BNH (ACCIOLY, 2006; BRASIL, 2016).

A desconexão das propostas se dá também pela intervenção simultânea das esferas municipais e estaduais sobre a cidade. Como exemplo, a comunidade do Lagamar recebeu do governo estadual, por volta dos anos 60, a posse efetiva das famílias que ocupavam a parte mais alta, próxima à linha férrea. A gestão seguinte, de Virgílio Távora, implementa equipamento comunitário que estimula a consolidação da ocupação. Enquanto isso, a administração municipal apresenta, no

Plano Diretor de Hélio Modesto, a proposta aprovada de transformar a região em “zona de proteção paisagística”.

A articulação de interesses privados na atuação da máquina pública também se apresenta no processo que vai dar início à ocupação na faixa de praia do Serviluz (até então, esparsamente ocupada por pescadores, devido às condições pouco favoráveis do meio ambiente e de infraestrutura urbana). A expansão sobre o litoral leste, que se consolidará nos únicos 4 km de praia urbana ocupados por camadas de renda alta, impõe a expulsão das favelas e aldeias de pescadores situadas ali. Mais delicada é a negociação para a transferência dos cabarés, indesejados na vizinhança dos novos ocupantes da região. A prefeitura negocia então diretamente com as proprietárias dos estabelecimentos, as “madames”, conforme depoimento colhido por ANJOS (1983, p. 24):

As “madames” alegavam não ter local disponível e adequando para o seu tipo de negócio, sendo o farol um local quase desértico e em péssimas condições. Não havia luz elétrica, água potável (que ainda hoje não existe) [1983] e calçamento, tornando bastante difícil o acesso ao local. Dessa feita, o prefeito da época, general Cordeiro Neto, entrou em contato com as “madames” de maior capacidade de liderança, notadamente a Lourdes Preta e a Zizi, e com a ajuda material da prefeitura, convenceu-as a propósito da mudança. (...) A energia elétrica foi o único serviço público imediatamente instalado, aliás, uma exigência das prostitutas para que a mudança ocorresse em curto tempo. Daí em diante nada mais foi feito pelas administrações municipais e o que cresceu foram os investimentos particulares no ramo do baixo meretrício.

Nova mudança no vetor de crescimento da cidade direciona a expansão das zonas de interesse do mercado imobiliário no vetor sudeste, evitando a foz do Rio Cocó e relegando a Praia do Futuro às

ocupações informais, como anteriormente mencionado (MAPA 10). A expansão da cidade continua nas décadas seguintes, confirmando seu caráter não só excludente, mas também concentrador, num padrão similar ao que Rolnik (1997) define como o modelo brasileiro. A tabela abaixo apresenta a evolução da população da capital em comparação com o do estado:

Tabela 01 – Comparativo da população fortalezense e cearense, em número de habitantes, das décadas de 1970 a 2010

Ano	Fortaleza	Ceará
1970	857.980	4.491.590
1980	1.308.919	5.380.432
1990	1.763.546	6.401.245
2000	2.332.657	8.138.484
2010	2.452.185	8.452.381
FONTE: IBGE		

Apesar da redução na taxa de crescimento, o município ainda apresenta uma significativa diferença em relação aos demais municípios do estado, cuja maioria não possui população superior a 100 mil habitantes. A concentração é também de renda: o rendimento nominal médio mensal por domicílio era em média de R\$2.907,21, e o IDHM era de 0,754 em 2010. Porém, de 709.952 domicílios, apenas 678.505 declararam possuir rendimento, e apenas 55.583 recebiam efetivamente acima do valor médio declarado. A maior parte da população recebia até R\$ 1.000 reais, num valor total de 535.382 domicílios com renda de até 02 salários-mínimos, em valores de 2010.

As variações de IDH-B (IDH por bairro), apresentados anteriormente, demonstram claramente a concentração espacial de áreas com qualidade de vida, cercados por uma maioria de áreas de IDHs muito baixos.

É clara, portanto, a existência de processos de segregação e exclusão de grupos sociais (majoritários, diga-se de passagem) por outros. Entre os agentes atuantes, o Estado e os setores de investimento privado aparecem favorecidos, em detrimento de um número maior de habitantes. Sem acesso à terra pelo mercado formal, a população de menor renda (aproximadamente 90% da população recebe menos que a média mensal estipulada) resolve seus problemas de moradia através da ocupação dos espaços que restam. Nesse sentido, a produção formal e informal da cidade é um todo “dirigido pelo mesmo sistema de normas”.

A moradia popular produzida pelo Estado se dá na forma de grandes conjuntos habitacionais, não previstos nos planos oficiais e seguindo as premissas de locação periférica que caracteriza a produção do período (MAPA 10). A implementação da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), através da lei complementar federal nº14/1973 faz expandir o processo de dispersão das atividades econômicas.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF), de 1972, foca na criação de uma melhor circulação interna à RMF, conectando os municípios, ao mesmo tempo que os investimentos viários auxiliam no controle da ocupação do território, como justificativa para a remoção de assentamentos precários de áreas de interesse, num processo já iniciado com a abertura da Avenida Beira-mar:

“a construção da avenida leste-oeste [por exemplo], nos anos 1970, [...] resulta da adoção de política de controle social (visando erradicar a zona de prostituição próxima do Centro) e de política de ampliação das vias de circulação e de integração leste-oeste (com construção de via permitindo geração de fluxos entre o porto do Mucuripe e a zona industrial da avenida Francisco Sá). Tal política redundou na quase destruição do Arraial Moura Brasil e na divisão do Pirambu em duas partes, fato cujos impactos explicitam a política de erradicação das favelas. Os antigos habitantes foram deslocados para conjuntos populares construídos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH): o Palmeiras, em Messejana, e o Marechal Rondon, em Caucaia (DANTAS, 2011, p. 57-58).

A despreocupação das relações criadas pela população com as características de seu espaço de vida é clara, ou mesmo com a infraestrutura dos espaços que lhes irão receber. O descolamento do indivíduo de seu meio ajuda nas argumentações de que seria melhor um domicílio regular em áreas de realocação, mesmo distantes, que a permanência na irregularidade em suas áreas originais.

Semelhante argumento foi utilizado muitas vezes para as muitas remoções ocorridas no Serviluz, conforme relato dos moradores. Numa delas, metade dos moradores, ainda na década de 70, foi colocada em ônibus para a realocação no Conjunto Palmeiras, situado ao sul do município, próximo à divisa com Maracanaú. Pouco tempo depois, boa parte já tinha retornado, incapaz, por razões pragmáticas e simbólicas, de permanecer longe do mar. O que faria um pescador ali? – perguntou-me retoricamente um deles. Aparentemente, não foi uma questão que a administração da época considerou na sua decisão.

O adensamento já atinge os “limites do consentido” na década de 80, e as favelas passam a expandir a partir da verticalização (PEQUENO, 2012), ou por sobre os territórios metropolitanos (a região

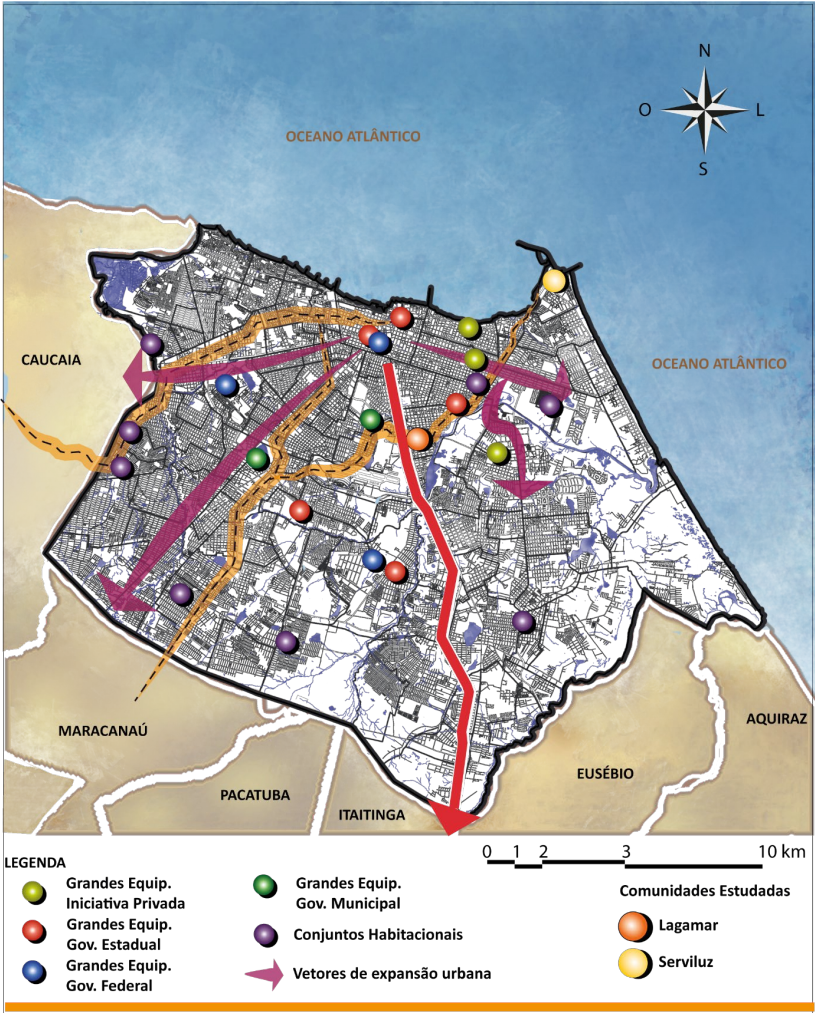
metropolitana é criada em 1973), especialmente os municípios a oeste (ocupação popular), pressionados pela localização dos conjuntos habitacionais, e pelos loteamentos clandestinos e ocupações irregulares. O processo se intensifica a partir da crise imobiliária da década de 80 (ARAGÃO, 2010). Ao mesmo tempo, a expansão leste/sudeste se consolida como vetor de expansão das faixas de renda média alta e alta. (MAPA 10). A década de 90 vê a expansão sobre as áreas ambientalmente frágeis de forma mais intensa, uma vez que as ocupações em áreas alagáveis e nas faixas de praia já estão presentes desde a década de 1950. No MAPA 10, observa-se que a comunidade do Lagamar (indicada pelo número 1), encontra-se justamente sobre um dos eixos de expansão urbana, o que justificará as recorrentes ameaças de retirada.

Concentra-se o parcelamento de glebas a leste e, especialmente a sudeste. O território municipal se já encontrava quase todo parcelado, o que reduz bastante a produção de novos loteamentos (ALDIGUERI, 2017; BRASIL, 2016). Entretanto, a demanda por terra urbanizada e a concentração dos espaços disponíveis nas mãos de poucos grupos resulta em valores de aquisição incompatíveis com a renda da maior parte da população, resultando num aumento significativo da informalidade.

O Serviluz permanece alheio a esses eixos, como toda a região nordeste da cidade, isolada pela área industrial vinculada ao porto. Somente as possibilidades concretas de transferência das atividades portuárias do Porto do Mucuripe para o Pecém concretizará as possibilidades de consolidação do turismo de praia na área, como parte

das estratégias de desenvolvimento econômico da capital cearense. Interessante comparar esta imagem com o Mapa 04, que indica as favelas existentes em 1978, e a localização dos conjuntos habitacionais, que se situam mais periféricamente em relação ao centro do que aquelas. É possível perceber a tentativa de continuidade da “cinta de salubridade” relatada por Castro no mapa de 1879, utilizando-se agora de outros meios.

Apesar do crescimento demográfico, a indústria em Fortaleza apresenta baixo desempenho. A partir de finais da década de 80 que o Governo do Ceará adota a “vocação turística” do estado como motor da economia. Apesar de retóricas de distribuição das “potencialidades turísticas”, é o turismo litorâneo que se torna o principal nicho a ser explorado. Nesse sentido, a disputa por espaços à beira mar se acentua na capital e demais municípios, resultando em processos de expulsões e conflitos fundiários que se repetem até hoje. Parte da população que emigra para Fortaleza busca abrigar-se na praia. O Serviluz, assim, é ocupado por grupos oriundos principalmente de Amontada, Itarema e Paracuru, parte deles de origem indígena (NASCIMENTO, 2011).



MAPA 10
EXPANSÃO URBANA EM FORTALEZA - 1970 - 1980

ELABORAÇÃO PRÓPRIA (DEZEMBRO/ 2018)
FONTE DE DADOS: MAMEDE (2006) E PMF. (2010)



MAPA 11
EXPANSÃO URBANA EM FORTALEZA - SÉCULO XXI

ELABORAÇÃO PRÓPRIA (DEZEMBRO/ 2018)
FONTE DE DADOS: PEQUENO (2005) E PMF (2010)

Em nível intraurbano, o melhoramento da infraestrutura viária de conexão com a rodovia litorânea CE040 vai confirmar o vetor sudeste como a direção privilegiada, especialmente com a alocação de investimentos estatais em suas margens, como o Centro de Convenções

e o Centro Administrativo do Governo do Estado do Ceará no Cambé (ARAGÃO, 2010). O resultado destes processos, desenvolvidos ao longo do século XX, estruturaram os fragmentos urbanos de forma específica, com a distribuição de edificações de qualidade e serviços urbanos acompanhando a distribuição espacial de domicílios de maior renda, conforme a leitura clara que nos fornece o mapa do IDH-B, apresentado anteriormente.

Pequeno (2005), em estudo realizado no início dos anos 2000, indica a cidade de Fortaleza como uma cidade que se desenvolve a partir da exploração de recursos naturais, porém sem uma repercussão equitativa desse desenvolvimento em sua estrutura social. Ao contrário, trata-se de uma das cidades mais desiguais do mundo, se considerarmos a classificação elaborada pela ONU em relatório sobre as cidades latino-americanas feito pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), divulgado em 2012.

A sobreposição que realiza dos corredores de desenvolvimento da cidade e dos corredores de degradação, apresentada no MAPA 11, deixa perceber a origem de uma série de conflitos fundiários e legislativos, em que instrumentos legais se contrapõem e são mobilizados ou esquecidos, inclusive nas ações governamentais, à medida que favorecem ou dificultam a lucratividade dos investimentos privados considerados relevantes para a economia urbana.

A aliança entre os grupos econômicos dominantes e o Estado, de origem histórica, é reforçada nos momentos de crise econômica mundial. A sequência de governos de orientação neoliberal a partir do período de redemocratização é interrompido por dois governos por

administrações vinculadas politicamente aos interesses das periferias, mas que não conseguem articular mudanças significativas na estrutura urbana.

A tendência de planos descolados da realidade se mantém, a medida em que projetos desenvolvimentistas de cunho neoliberais são retomados. Almeja-se uma “Fortaleza Competitiva”, denominação inclusive utilizada em um portfólio de ações urbanísticas a serem feitas nos recortes de Operações Urbanas Consorciadas (OUC), lançado em 25 de agosto de 2017.

Na verdade, a profusão de planos e programas orientados para o planejamento estratégico da cidade (FORTALEZA 2040, lançado em 11.07.2014; a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo do município, os programas Fortaleza Cidade Sustentável, Fortaleza Competitiva, a revisão do Projeto Orla) guardam entre si similaridades referentes na abordagem, pautada pelo estímulo a ações de capital privado, para o qual inúmeras concessões são ofertadas, como demonstram Pequeno, Holanda & Rosa (2017), sem que se torne claro quais as vantagens auferidas pela população como um todo, ou mesmo aquelas próximas aos locais de intervenção.

Conforme análise de GOIS (2018), ainda que cite a importância da democratização do direito à cidade, e utilizem instrumentos do Estatuto da Cidade, os planos se apresentam:

“destituídos de direcionamento pautados em lógicas de inclusão e justiça social, os instrumentos de planejamento vão se caracterizando como ferramentas de seleção de pontos nos territórios passíveis de flexibilização de parâmetros e ações urbanísticas” (GOIS, 2018,p.189)

Um exemplo é o programa Águas da Cidade, que visa beneficiar 16 mil imóveis situados na bacia da vertente marítima de Fortaleza – ou seja, aqueles próximos à zona litorânea norte, viabilizando a ligação gratuita à rede pública de abastecimento de água e coleta de esgoto. Como se observa no MAPA 11, a maior parte dos assentamentos precários de Fortaleza situam-se nas Bacias do Ceará Maranguapinho (Circuito de Degradação a oeste) e do Cocó (vetor de degradação leste). O programa Águas da Cidade nada diz sobre esses assentamentos. Aqueles situados na Bacia da Vertente Marítima, a norte do Município, podem, inclusive, ser removidos.

O foco na produção de uma cidade amigável à iniciativa privada se caracteriza no atropelo da legislação, nos discursos que se contradizem com os resultados e na postura dos próprios técnicos, para quem a participação é um ato protocolar, que pouco ou nada acrescenta ao conhecimento dos “verdadeiros responsáveis” pela condução do planejamento urbano. O planejamento se torna um discurso ideológico, que ocorre de forma desconexa em suas diferentes ações. Um exemplo claro é a promulgação da revisão da LUOS antes da finalização do diagnóstico do Fortaleza 2040, apesar da alegada compatibilização cuidadosa dos dois instrumentos. Ou a contradição flagrante entre a proposta de transferência do aeroporto internacional Pinto Martins para fora do território municipal, presente no Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade (PMUM), e o acordo recém firmado entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) e a empresa FRAPORT, empresa alemã que em 6 de março de 2017 arrematou por R\$ 425 milhões o equipamento,

através de um leilão na Bolsa de Valores de São Paulo (OPOVO, 16 de 03 de 2017).

Em comum, apenas a visão de cidade voltada para a produção de espaços de interesse estratégico para o capital privado, orientado pela visão do planejamento estratégico. A LUOS propõe a regularização fundiária, como forma de facilitar a legalização de empreendimentos fundiários. Nada menciona sobre os 856 assentamentos precários em que vivem mais de 40% da população de Fortaleza e totalizam 12% do território, aonde o Plano Plurianual identifica a origem de cerca de 80% dos problemas sociais urbanos – número atualizado em 2017 no âmbito do próprio Fortaleza 2040. (FORTALEZA, 2017; GOIS, 2018)

As propostas desse último plano, por sua vez, foram consolidadas nos Planos Específicos, um portfólio para possíveis investidores, com imagens e gráficos detalhando a viabilidade econômica de cada área. A partir destes, um estudo realizado pelo Institute of Advanced Architecture in Catalunya (IAAC) e a Quanta Engenharia estabeleceu 15 espaços viáveis a implantação de OUCs na capital, como base do citado Fortaleza Competitiva. Os estudos foram realizados sem considerar as Zonas de Interesse Ambiental – ZIA e as Zonas de Recuperação Ambiental – ZRA (GOIS, 2018, p. 207). Enquanto todos esses planos se desenvolvem, as ZEIS, propostas ainda no Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009, ainda não foram regularizadas.

Fortaleza parece se desenhar sempre para um outro, ignorando aqueles que realmente a habitam. Em resposta, sua expressão no espaço realiza-se desconexa, entre as ações planejadas e a realidade. É como se a Vila do Forte ainda se erguesse dominando administrativamente o

território do município, a que deseja submeter e no qual não se reconhece. Essa dicotomia aparece em seus discursos sobre a paisagem, entre produto e processo. A distância entre as falas dos projetos e dos moradores dos lugares é bem representada na frase dita pelo morador: “Seu planejamento não nos serve”. Os símbolos desta distância são interpretados a partir do espaço concreto, indicando quem está inserido, ou não, na cidade planejada.

4. A LEITURA DA CIDADE: MORFOLOGIA E INSERÇÃO URBANA

É a distribuição específica dos níveis de inserção urbana que permite a Juliana Avelar dizer, em seu estudo sobre o Lagamar, que “Ser morador da cidade só passa a ter significado quando se tem a referência de onde você é.” (AVELAR, 2007). Discorrendo sobre o imaginário da violência, ela continua dizendo que a referência de seu lugar de moradia determina se um habitante da cidade será tratado como vítima ou será imediatamente declarado suspeito. Da mesma forma, a adoção de determinados padrões de urbanização (as ruas em quadrícula ortogonal de largura contínua, o uso de iluminação pública de cor branca) se tornam signos não do urbano, mas dos “grandes bairros”, únicos resultantes de processos de loteamento (mais ou menos) regularizados.

O espaço urbano, através dos elementos de sua morfologia, comunica a cada um o seu lugar. A permanência de práticas patrimonialistas e segregacionistas, mesmo modernizadas por novas metodologias de planejamento urbano (com o uso de instrumentos urbanísticos como as parcerias público-privadas, por exemplo),

permitiu a consolidação de um vocabulário que indica, claramente, qual a posição do morador de cada área na “partilha do sensível”, se lhe cabe falar ou se sua comunicação é considerada incompreensível (uma realidade palpável, nos encontros presenciados entre a administração pública e a comunidade, quando esta é tratada como crianças indisciplinadas, e nas quais acusações de descaso, reclamações e cobranças são recebidos com sorrisos e posteriormente ignoradas, e reuniões tensas e inconclusas graças a protestos das populações são apresentadas como um sucesso pela equipe encarregada).

Entretanto, a partir da década de 1970, surgem movimentos que promovem, ocasionalmente, ações políticas, no sentido apresentado por Rancière (2010). A partir da explosão das áreas de favela na cidade, a moradia é “tomada como bandeira por lideranças de bairro e políticos de esquerda” (PEQUENO, 2012), tornando-se elemento catalizador dos movimentos sociais, até simbolizar a luta pelo direito à cidade.

A instabilidade institucional, com rápida sucessão de organismos envolvidos na questão, alimenta a percepção da necessidade da organização comunitária, em especial frente à rápida expansão dos números relacionados à habitação precária. Se o censo de 1991 registra que uma em cada três famílias de Fortaleza habitava ocupações irregulares, totalizando 108 mil famílias em 314 assentamentos favelados, em 2002, dados extraoficiais indicam mais de 600 áreas de favela, ocupadas por mais de 150 mil famílias (Ibidem).

A pressão realizada por estes movimentos questiona a lógica da remoção, em especial à medida em que a população se apropria de conhecimento técnico e de organização comunitária, pela ação conjunta

de organizações religiosas e ONGs (GONDIM, 2012, Pequeno, 2008, Nogueira, 2006). As comunidades estudadas, Lagamar e Serviluz, destacam-se neste panorama. Sua posição dentro da cidade transformou aquelas localizações, antes insignificantes, em espaços de intensa valorização imobiliária.

Seja por critério de acesso (no caso do Lagamar) ou pela localização litorânea (o Serviluz), tais localizações são espaços de conflito, onde a mobilização busca primeiramente a permanência, e posteriormente a implementação de serviços e equipamentos urbanos, na melhoria da qualidade de habitação. O reconhecimento da necessidade de disputar os espaços de ação política talvez seja componente da valorização das associações comunitárias como marco na região, bem como na repetição constante nas falas das conquistas alcançadas pelas organizações.

Do asfalto à escola, da praça à iluminação, da permanência ao saneamento, tudo é apresentado como o resultado de “muita luta, muita luta”, como registram diversos estudos sobre as duas áreas (NOGUEIRA, 2006, GOMES, 2013, AVELAR, 2007, CAMPOS, 2012). A cidade é apresentada como uma arena de interesses conflitantes dos vários grupos sociais. Que papel tem a paisagem num cenário como este? Para essa discussão, é preciso compreender primeiro qual sentido tem o conceito que se está operando, e é esta a discussão que realizo na próxima seção dessa tese.



CAPÍTULO 02
SENTIDOS DA PAISAGEM ENTRE
ARTE, FETICHE E COTI- DIANO

1. A PAISAGEM E O COTIDIANO

O último capítulo se encerra com uma pergunta, que ao fechá-lo se abre para a discussão que proponho agora: qual o sentido de pensar a experiência da paisagem em uma Fortaleza tão fragmentada? A questão se torna ainda mais complexa pela polissemia associada ao termo: paisagem. Por isso, pensei ser necessário um momento para pensar: o que é isto, a Paisagem? Tão importante parece ser esta reflexão, que será tema deste e do próximo capítulo, porém realizada com o auxílio de diferentes interlocutores.

Neste capítulo, experimentei um diálogo com autores teóricos, que trataram de temáticas pertinentes a esta tese: sentidos da paisagem, direito à cidade, experiência estética e cotidiano. No próximo, busquei compreender junto aos habitantes dos espaços de pesquisa quais sentidos emprestavam à sua paisagem.

Assim, o objetivo deste capítulo é tentar alinhar uma proposta de sentido para o que denomino de “habitar a paisagem”, como conceito que permite a interpretação dos espaços livres urbanos sob o ponto de vista da experiência estética, possibilitando aos cidadãos¹ tornarem-se experienciadores² e verdadeiros habitantes da cidade.

¹ Conforme Aderaldo (2016), a figura do cidadão contrapõe-se à do cidadão, por ser último associado a um contexto previamente informado por ideologias políticas pautadas por certas idealizações do espaço urbano. O termo cidadão, por outro lado, remete àqueles que realmente ocupam o espaço urbano e circulam por espaços heterogêneos da cidade. Ver também Frúgoli Jr. (2007).

² O uso do termo experienciadores, neste trabalho, se dá substituindo o tradicional usuário. A escolha do termo indica uma crítica a uma visão funcionalista do planejamento urbano, que subdivide os cidadãos segundo classes com necessidades e papéis específicos, e que lhe nega a cocriação de seu espaço de vida. Assim, para expressar seu papel de agente participante da própria paisagem, adotamos o termo experienciadores, derivado da noção de experiência, percepções mescladas das sensações da vivência e das impressões da memória individual e coletiva, conforme compreensão de Angelo Serpa (2007) sobre o pensamento de Walter Benjamin.

Para isto, adotarei a seguinte sequência: primeiro, discutirei a noção de paisagem em breve histórico de seu desenvolvimento para apresentá-la como produção coletiva no cotidiano. Depois, comento a necessidade dessas experiências de descompressão e cocriação no cotidiano para o equilíbrio individual do cidadão.

Procuro, também, aproximar a questão estética da política e das possibilidades do espaço livre público como lócus da esfera pública, apresentando o espaço livre no espaço banal³ como expressão coletiva de um cotidiano compartilhado e, por fim, justifico essa escolha metodológica, que é trabalhar a cidade sob o ponto de vista das experiências estéticas de seus habitantes, ou seja, como paisagem habitada, conceito fundamental para a estruturação desta tese. Importante lembrar que toda a conceituação será definida não por suas fronteiras, que são fluidas e indefinidas, mas a partir de seus núcleos conceituais e que tais definições podem não ser definitivas, tratando-se de verdades “biodegradáveis”, “mortais, isto é, ao mesmo tempo vivas” (MORIN, 2006, p.48).

2. SENTIDOS DA PAISAGEM

De início, é preciso perguntar: o que é isto, a Paisagem? Esta palavra encontra-se inserida em nosso cotidiano a tal ponto, que se torna uma dificuldade defini-la. Encontramo-la em textos publicitários e expressões idiomáticas, está nos currículos escolares e universitários,

³ Aqui, no sentido dado por Santos, espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações (2006, p. 191).

mas falamos todos sobre a mesma coisa, quando falamos de paisagem? Em meio acadêmico, determinadas expressões tornam-se objeto de dissenso – por exemplo, a aceitação da existência de uma *paisagem urbana* é ainda problemática.

Outro ponto ainda indeciso é seu estabelecimento enquanto direito essencial. Embora tenha ganhado força enquanto categoria acadêmica a partir de contribuições como a Geografia, a Ecologia e mesmo a Filosofia (para a qual a paisagem é um problema, dado o seu caráter ontológico), em qual sentido seria a paisagem um direito humano? A resposta a esta questão é o objeto desta tese. Por isso, acredito ser importante construir o sentido a partir do qual se iniciou a investigação atual, que objetiva pensar no direito à paisagem.

Em sua acepção mais comum, a paisagem é identificada com a representação. Uma rápida consulta ao dicionário⁴ indica alguns sentidos principais: extensão de território que se abrange com um lance de vista e a de desenho, quadro, gênero literário ou trecho que representa ou em que se descreve um sítio campestre. Essa significação, que associa a paisagem principalmente a uma imagem de natureza, pode ser explicada pela evolução do termo ao longo dos séculos. Posteriormente, paisagem será utilizada relacionada a outras formas de percepção ambiental: paisagens sonoras, paisagens culturais. O traço comum entre as diferentes acepções é que paisagem surge sempre como uma relação entre aquele que a experiencia e o ambiente em que está inserido.

⁴ Dicionário Aurelio Online (<https://dicionariodoaurelio.com/>), acessado em 29 de março de 2018.

Neste trabalho, assumo um sentido específico desta relação: a paisagem seria a experiência estética do espaço de vida. Ao utilizar o termo espaço de vida, pretendo determinar o espaço, enquanto instância social híbrida entre materialidade e ações, que abriga as relações sociais do mundo vivido (as esferas de vida). Ele se diferencia do lugar, no sentido que o lugar se define, neste trabalho, como o ponto específico do espaço ao qual o indivíduo confere significados e simbolismos, e que é experienciado enquanto ponto de encontro do singular (espaço da copresença solidária, conforme Santos (1988) e do global (enquanto espaço da dominação) (BORBA, 2014). O lugar oportuniza a experiência da paisagem, mas não é idêntico a ela. A paisagem seria a experiência do lugar através dos afetos, enquanto fenômeno que se forma entre o experienciador e o lugar.

Retornando a noção de paisagem como experiência estética do espaço imediato, sentido cunhado por Arnold Berleant (1997), e que permite entendê-la como direito, por se tratar de uma experiência humanizadora do indivíduo e humanizante de seu ambiente. Para construir essa acepção, proponho um breve passeio pela história da paisagem como conceito, a fim de compreender as raízes e possibilidades da noção proposta

Conceitos são construtos situados no tempo e no espaço, formulações de determinada cultura em dado momento histórico. Catharina Lima (1996, 2017) nos mostra as evoluções do conceito de natureza, construção que se transforma no tempo, movida por causas distintas e decorrentes da relação do homem com o mundo. Da mesma forma, prossegue Lima, a ideia de paisagem acompanha a sociedade que

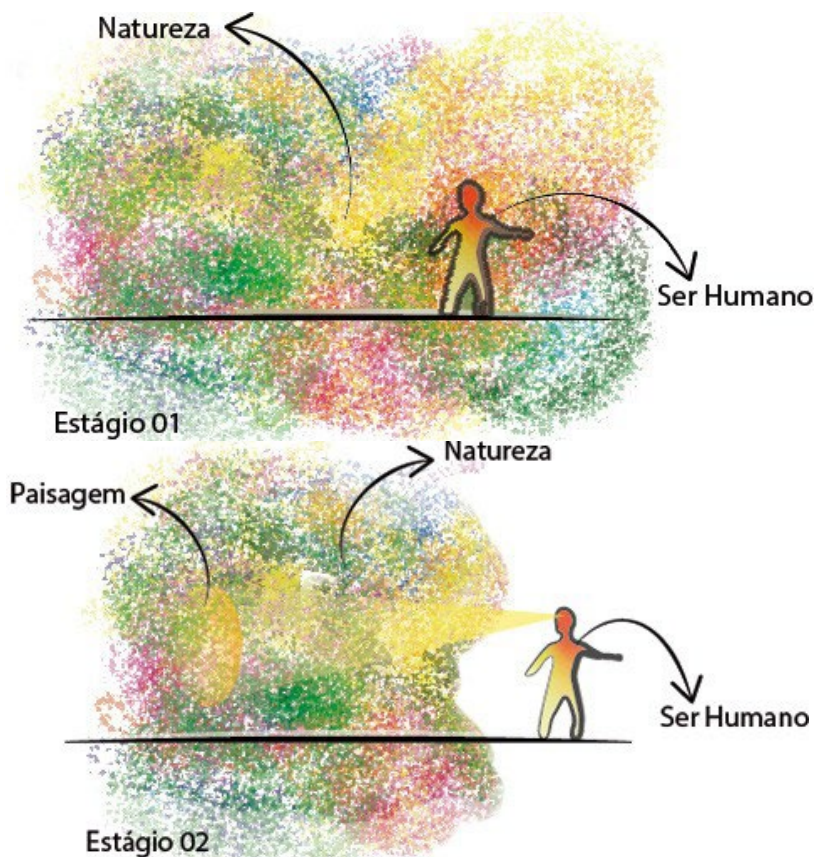
a fórmula: combinando em si variadas instâncias, das mais concretas, como as características ambientais de um lugar (relevo, hidrografia, vegetação etc.), a sua história econômica e cultural, às mais subjetivas, como o pensar artístico em dado momento histórico, as correntes filosóficas da época e o conceito prevalente de natureza na esfera da cultura. (Idem, 2017)

Quando surge a noção de paisagem? Augustin Berque, ao trabalhar com o surgimento da noção Paisagem, afirma que essa surge apenas quando a humanidade, enquanto sujeito, dissocia-se da natureza, transformada em objeto, que surge a percepção da paisagem. Seja na China do século IV, seja na Europa renascentista, é o surgimento de uma classe de lazer, favorecida economicamente para distanciar-se e olvidar o mundo do trabalho do campo e assumir uma atitude contemplativa própria de uma apreciação estética pura. (BERQUE, 1994).

Nasce assim a necessidade de um termo que designe especificamente o novo objeto de contemplação: a natureza como objeto separado do homem. É como se fosse necessário pensar na natureza como um outro, para que se pudesse ver sua face. A paisagem, assim, é a natureza contemplada por quem já se reconhece como não-natureza.

Com uma diferença, porém: enquanto no mundo oriental a separação se dá entre o sujeito urbano e o campo como produto do trabalho alheio, sem, no entanto, desestruturar a relação de totalidade cosmogônica das sociedades tradicionais, o contexto europeu fomentador do conceito de paisagem está associado ao divórcio entre

Homem e Natureza, condição propiciada e fomentada pela Modernidade⁵ (Figura 05).



*Figura 05 - Nascimento da Paisagem a partir da separação Homem-Natureza, conforme Augustin Berque.
Fonte: Elaboração própria.*

⁵ Entende-se que no período denominado moderno, período de transição por excelência, tenha comportado na verdade diversas posturas frente à natureza. O que nos referimos aqui é a posição convencionalmente tratada como Moderna, que implica na gradual reificação do mundo como forma de domínio humano, estruturada a partir do desenvolvimento do racionalismo cartesiano como fundamento de um entendimento posto a serviço do funcionalismo preconizado pelo modo de produção capitalista.

Esta separação não se dá rapidamente, nem de forma linear. Jean-Marc Besse (2006), em ensaio publicado inicialmente em 2000, analisa o peso dessa separação através do episódio aceito como inaugural da paisagem: a subida de Francesco Petrarca ao Monte Ventoux (Figura 06).



Figura 06 – Monte Ventoux.

Fonte: Foto de Robert Brink, disponível em <https://commons.wikimedia.org>, acessado em 26.03.2018

A data simbólica para o “nascimento da paisagem” se dá, conforme explicação de Besse, por:

“(...) Petrarca, decidindo escalar a montanha para simplesmente fruir da vista que pode ser desfrutada do seu cimo, teria sido o primeiro a encontrar a fórmula da experiência paisagística no sentido próprio do termo: a da contemplação desinteressada (...)” (BESSE, 2006, p. 1). O termo “desinteressado”, aí, indica que não havia outros interesses além da aesthesis, o que coloca a paisagem no campo da experiência estética, aproximando-a da arte.

Apesar de seu pioneirismo, Petrarca não está certo de seus passos. Após comprovar na subida a veracidade dos relatos antigos, e ali provar

a experiência visual permitida, e a leveza do ar ambiente, Petrarca se recolhe a si mesmo: poder ver mais levou a ver mais claramente a si, e ao invés da realização espiritual buscada pelo autor ao identificar a subida ao caminho de ascese espiritual tradicional no pensamento cristão, encontrou a si mesmo, com seus conflitos humanos não pacificados pelo aspirado reencontro com a unidade.

Besse compara a experiência de Petrarca à de Rousseau, em sua “Lettre sur le Valais”, parte de *La Nouvelle Héloïse* (BESSE, 2006, p. 6 e 7). Nesta carta, Rousseau apresenta já o desvelar da paisagem como um êxtase sensível, mágico e sobrenatural, de expansão da sensibilidade pela experiência imediata da presença do mundo. Observo as diferenças entre as narrativas dos dois episódios: enquanto para Petrarca ver o mundo é um prazer “doce e penoso ao mesmo tempo”, símbolo de uma curiosidade frívola que se distancia da verdadeira busca (a do eu interior), para Rousseau o desaparecimento da distância entre si e o mundo permite um “gozo imediato das coisas”, que lhe permite um esquecimento de si e do mundo, representando admiravelmente a postura romântica frente à natureza, presente em tantos artistas contemporâneos a ele (Figura 07).

É que Petrarca ainda está no limiar do Renascimento, enquanto Rousseau já escreve em um período no qual o Iluminismo já é alvo de críticas. Ainda que a separação entre homem e natureza já se inicie no pensamento europeu medieval, é justamente no período entre as duas missivas que se consolida o processo de individualização do sujeito, não mais integrado anonimamente ao mundo, à comunidade, à materialidade.

Esse movimento se dá a partir de um triplo afastamento: perante as coisas (pelo dualismo), perante outrem (pelo individualismo) e perante o próprio corpo (objetivado pela Ciência e Medicina), e é complementado pela abstração do mundo, agora composto por objetos quantificáveis e manipuláveis, dispostos em lugares neutros, onde a medida das coisas refere-se às próprias coisas, e não mais ao homem. (BERQUE:2011).

Esse divórcio, considerado por Joachin Ritter (Serrão, 2011) necessário para ofertar ao homem a libertação do jugo da Natureza, através do desenvolvimento técnico científico, promove ao mesmo tempo desamparo e alienação, e induz ao ser humano a busca de um sucedâneo que recrie a unidade perdida. Se no mito de Gilgamesh, produzido no ano de 2500 a.C., percebemos que o domínio da natureza como elemento da busca pelo conhecimento humano é considerado uma transgressão, ocasionando melancolia e arrependimento aos transgressores (LIMA, 1997), na idade moderna não existe conflito: o mundo aí está para ser conhecido pela razão.

Dessa forma, se desfaz para o homem europeu a conexão com o todo, vigente no período clássico. Essa proposta, baseada no pensamento iluminista, é artificiosa, pois separa racionalidade e sensibilidade, razão e subjetividade, ainda que sejam características do mesmo ser: o humano. Para ser compreender o mundo (objetivo), o indivíduo deve apagar todos os traços de sua subjetividade, como se não houvesse observador, apenas dados (mas quem os observa?) (MORIN, 2007).



Figura 07 – Mulher em frente ao por do sol, 1818, (*Frau vor untergehender Sonne*), Caspar David Friedrich Fonte: WikiCommons, disponível em <https://commons.wikimedia.org>, acessado em 26.03.2018

Seria isto que Georg Simmel denominaria “a tragédia moderna”: a tendência a tomar como parte independente aquilo que é de fato elemento integrante do todo. O que se inicia como uma operação para melhor compreensão do mundo se torna a forma como o próprio mundo é entendido: síntese após análise.

Por outro lado, para compreender a si mesmo enquanto sujeito, é preciso que o mundo se apague, como se pairasse a subjetividade humana no vazio. A dissociação entre o mundo natural, abstratificado e objetificado, e o sujeito, individualizado em sua subjetividade, pós-kantiana no dizer de BESSE (2006) exigiria a formação de um novo órgão para a percepção sensível. Assim, é a sensibilidade que vai assumir o papel de integração sensível do homem ao mundo que habita, porém em um domínio onde não cabe a razão, senhora do conhecimento objetivo. A paisagem, nesse momento, assume o sentido de face do mundo, ponto

de contato entre dois polos bem definidos: a subjetividade humana (o homem interior) e o exterior do mundo (aquilo que se pode perceber do mundo).

Esse momento está associado ao que Rancière (2010, 2011) denomina “regime estético”, caracterizado pela dialética entre arte e vida, entre autonomia e heteronomia da arte (Pallamin, 2014). Neste regime, a identificação da arte se dá pela “distinção de um modo de ser específico daquilo que pertence à arte, ao modo de ser de seus objetos” (Rancière, 2010, p.32), identificadas por pertencerem a um regime específico do sensível.

O filósofo marca como manifesto inicial (e inultrapassável) a noção de “estado estético”, apresentada por Friedrich Schiller em seu livro *Cartas sobre a educação estética do homem* (1989). A obra expressa as críticas de Schiller sobre a oposição entre a razão e a arte – porém não questiona a polarização entre as duas. A existência dos dois polos é ponto pacífico, tratando fundamentalmente de justificar a importância do desenvolvimento de uma “cultura estética” como meio de alcançar a verdadeira emancipação humana.

Disso resulta que as primeiras teorias da paisagem, surgidas em pleno vigor do pensamento moderno, apresentam um traço marcadamente centrados no subjetivismo humano, como categoria separada da racionalidade. A estética será o fio orientado dessa relação específica entre Homem e Natureza, conforme apresenta G. Simmel, autor da primeira reflexão filosófica da paisagem, em 1913.

Sua proposta estabelece que a paisagem, “porção da natureza”, seria uma unidade entre o finito que se observa e o infinito da natureza, uma

unidade limitada inserida na totalidade envolvente da Natureza, e, ao mesmo tempo, através da integração entre objeto e sujeito, um terceiro elemento se torna perceptível: a *Stimmung* da “livre natureza” pelo sujeito. (SIMMEL:2011).

A *Stimmung* é o suporte maior da unidade particular da paisagem, estado psíquico que reside no reflexo afetivo do espectador, ainda que fundada nos elementos da paisagem. A paisagem forma-se assim entre sujeito e objeto, conciliando indivíduo e totalidade, reconectando as partes harmoniosamente. Adriana Serrão apresenta que, para Simmel, a paisagem é síntese após análise da Natureza (Serrão, 2013), porém a definição de Simmel extrapola o paradigma cartesiano da “simplificação” (MORIN, 2006:11).

Ao compreender que as relações entre homem e mundo, entre o *ego cogitans* e a *res extensa* não tem limites claros e definidos, mas se dão para além das categorias disjuntivas cartesianas, permeiam a vida como um todo, apenas apresentando mais força em determinados momentos, Simmel consegue apreender a formação da paisagem como um processo extensível a todos. Conforme Simmel:

“Em vez da banalidade iluminista que pretende colar as regiões ideais dos valores às camadas mais baixas da vida – a religião ao medo, à esperança e à incerteza, o conhecimento às contingências sensíveis e que apenas servem o sensível – é preferível considerar que aqueles ideais fazem de antemão parte das energias determinantes da vida; e apenas por se tornarem legisladoras de reinos próprios, criadores de conteúdos próprios, em vez de adaptarem a si um material estranho, é que as nossas esferas de valor se desenvolvem em torno da pureza daquela ideia. Eis precisamente a fórmula essencial da arte. (...) Ela provém da vida – mas apenas na medida em que é porque a vida, tal como é vivida cada dia e em toda a parte, contém estas forças formadoras cuja efectuação pura, que se

tornou autônoma e determina por si mesma o seu objeto, se chama então arte”
(Serrão, 2011, p. 46).

É possível associar a noção de *Stimmung* à definição de Rancière sobre o sensível característico do regime estético, um sensível subtraído às suas conexões ordinárias, habitado por uma potência heterogênea, “um sensível tornado estranho a si mesmo, sede de um pensamento que se tornou ele próprio estranho a si mesmo” (Rancière, 2010, p. 33). Ele questiona toda hierarquia e toda regra associada à arte, rompendo as barreiras do que é ou não definido como tal.

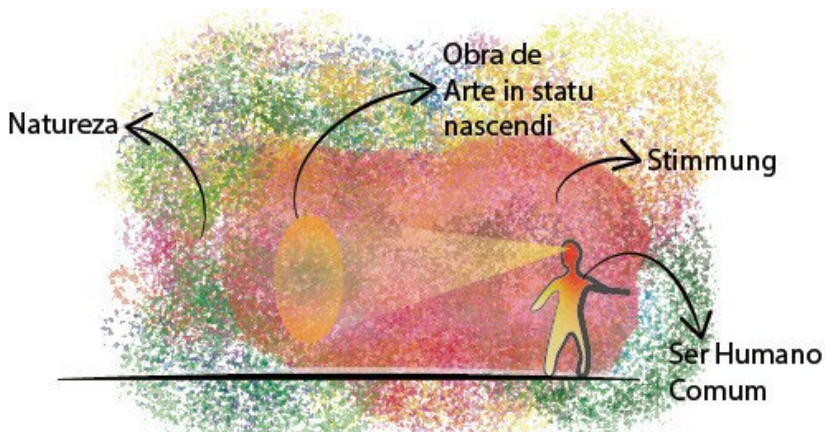
Entretanto, apesar desse regime de identificação da arte haver nascido em contraposição à hierarquização dos modos de fazer apresentada pelo regime estético, torna-se ele mesmo hierarquizante pela “confusão” criada pela definição “equívoca” de modernidade⁶. A arte está disponível a todos, porém demandaria uma “educação artística” para sua compreensão.

De forma similar, Simmel esclarece que a percepção dos sentimentos difusos é possível a cada um, porém exigirá que a arte os traduza e revele. (SIMMEL:2011). Segundo ele, a cada paisagem revelada a partir de aglomerado de objetos naturais, vemos uma obra de arte *in*

⁶ Rancière estabelece duas formas de “confusão” criada pelo conceito de modernidade. A primeira seria a associação da autonomia da arte à conquista da forma pura, incompatível com as formas contemporâneas de expressão artística. A segundo, mais significativa para esta tese, seria o que denominaria de “modernitarismo”, uma interpretação específica das propostas de Schiller na qual a modernidade seria o tempo dedicado à realização de uma humanidade verdadeiramente livre e emancipada, ainda latente no homem (Rancière, 2010, p.38 e 39). Nesse sentido, as vanguardas artísticas seriam uma antecipação de tempo ainda por acontecer, e o artista seria um militante da concretização deste futuro. A noção de militante é sempre arriscada, como demonstra John Holloway (2013), por ser um indivíduo que assume uma posição que o destaca das massas, a quem lhe cumpre “iluminar” com os conhecimentos que já possui. A separação entre os já iluminados e as massas já conformaria, nos termos de Rancière, uma “desigualdade entre iguais”, e poderia, tal como ocorre no “modernitarismo”, traçar uma separação entre os que já experienciam ou não a arte (ou a paisagem).

statu nascendi que se transformará em arte a partir de um processo possível a todos, desde que vista por quem tenha olhos para ver (Figura 08).

Essa definição de paisagem exigirá sempre um observador sensível o suficiente para perceber sua *Stimmung*. A *Stimmung* existe independente do sujeito que a observa, mas só se torna realidade quando a conexão se estabelecer com “quem tem olhos para ver”. No desenrolar da história, a tendência à categorização específica dos indivíduos e a associação das atividades práticas da vida ao pragmatismo mercantil leva o fenômeno da paisagem a assumir uma conotação diferenciadora, atributos somente perceptíveis ao espírito sensível, capaz da postura estética desinteressada, como apresentado por Joaquin Ritter, em seu estudo “Paisagem, sobre a função do estético na sociedade moderna”, de 1963.



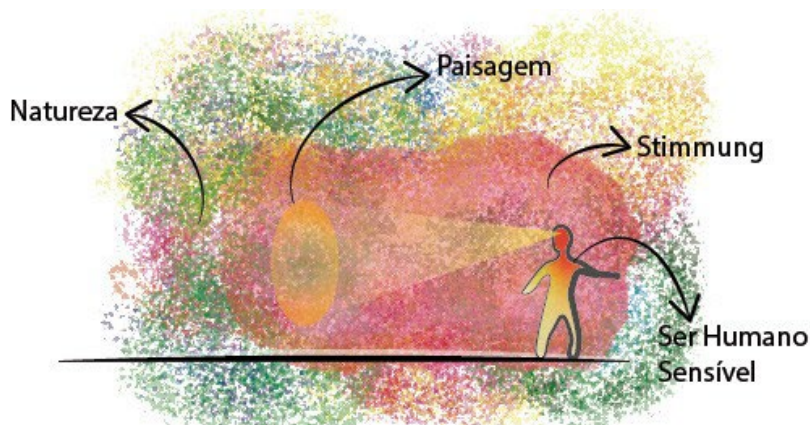


Figura 08 – Formação da paisagem, segundo Simmel. Fonte: Elaboração própria.

A base da teoria de Ritter assume sem culpas a dupla concepção de Natureza (objetiva das ciências naturais e subjetiva da natureza que é objeto da fruição estética) propalada pelo século XVIII, que despedaça e fragmenta o tecido das realidades ao simplificar o que é complexo, unificando-a posteriormente de forma abstrata, porque as relações concretas entre os elementos se perdem na tradução (MORIN, 2006).

É a reificação da natureza pela modernidade, condição para sua dominação utilitária, que liberta o homem da submissão à natureza e permite, ao mesmo tempo, que esta mesma natureza seja celebrada pela representação artística que a idealiza e sublima. Ritter afirma que “A paisagem só encarna a natureza para aquele que “sai” em direção a ela (*transcensus*) para fazer parte deste ser exterior da natureza e participar, por seu intermédio, do “todo que está presente nela e por ela”. (Ritter, 2013, p. 53)

Essa participação só é possível através da fruição, o órgão específico criado pelo Espírito para restituir ao homem aquilo que a

sociedade ao objetificar o mundo tem de retirar de si; para que a natureza esteticamente possa se mostrar ao sujeito que a contempla. Isso explica por quê o conceito de paisagem não existia até então.

Com a separação entre sujeito e mundo da vida, com a objetificação do mundo a partir da “atividade combinatória da razão”, é a natureza enquanto paisagem que apresenta esteticamente a “sintonia harmônica no cosmos.” O uso da estética aqui, enquanto elemento subjetivo, sana a dificuldade explicativa – a subjetividade, inquestionável do ponto de vista objetivo, coloca entre parênteses o problema complexo da experiência estética, imprecisa demais para ser entendida pela razão.

Essas definições, que propõem um papel integrador à paisagem, mantém claramente distintas a dicotomia homem (subjetividade) e mundo (objetivo), tão caras ao paradigma cartesiano. A integração perfeita somente se dá a partir da subjetividade treinada pela arte. É como se houvesse categorias de homens estritamente diferenciados: o cientista, o pragmático, o sensível e o que (ainda) vive imerso ao mundo do trabalho, que lhe é tão cotidiano que não lhe percebe paisagem.

Destaco a necessidade de afastamento do cotidiano do trabalho na natureza (aquilo que Berque vem a denominar de “forclusão”⁷ do trabalho) para a necessária distância que exige a percepção da paisagem. Determina-se as atribuições de cada um: existem os que produzem e os que se maravilham frente a uma bela paisagem.

A explicação de Berque sobre o surgimento da paisagem permitem entender que somente a partir do descolamento entre o homem sensível

⁷ Forclusão, termo oriundo do vocabulário jurídico e psicanalítico, significa, grosso modo “retirar/excluir e fechar a porta”. Ver BERQUE: O pensamento paisageiro – uma aproximação mesológica (SERRÃO, 2013)

e o trabalho agrário é que surge a paisagem. É a distância de um cotidiano no campo que permitem a separação entre o que se contempla e o pragmatismo do cotidiano, ou sejam permitem a postura “desinteressada”.

Essa mesma distância torna possível, portanto, que as intervenções humanas na paisagem sejam ignoradas e o trabalho humano ali acumulado seja esquecido. Só assim o campo, enquanto objeto de contemplação, pode se tornar a “bela natureza”, a natureza livre intocada, cujo valor estético é criado sem a intervenção humana.

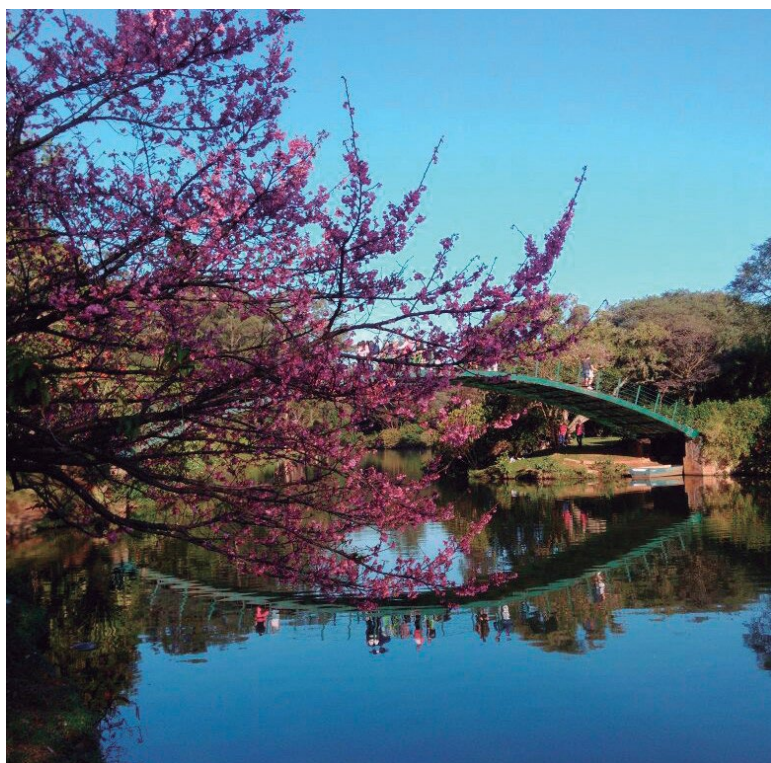


Figura 09 – Vista do Parque do Ibirapuera. Foto: arquivo Victor Iacovini (2017)

Nesta concepção, ao contrário do que proponho nesta tese, a paisagem inexistiria para as populações campestres, que somente veriam na natureza sua finalidade utilitária – talvez por não conseguir excluir de sua percepção aquilo que foi fruto de seu esforço e de seus antepassados. Ainda que Ritter indique que a “sagrada” Natureza se tenha perdido, é esta visão da natureza como produto divino, que surge e se transforma sem a participação humana, que permeia sua obra.

A arte, então, é a linguagem que traduz a “infinita riqueza da natureza” para uma língua inteligível ao homem – bem entendido, um homem familiarizado com a linguagem da arte. O papel central dado à arte se dá, assim, pela apresentação do artista como uma espécie de sacerdote desta mística da arte, capaz de ver e traduzir a estética da natureza.

Assim, a paisagem passa a ser orientada pela influência de pintores paisagistas, que a celebram em visões idílicas e pastoris, que se impregnam rapidamente ao conceito (LIMA et al, 2017). Posteriormente, obras setecentistas como as Claude Lorrain e Nicolas Poussin representam a beleza do mundo campesino, contrapondo-o às cidades do período da segunda revolução industrial, influenciando a percepção estética de tal maneira que os proprietários rurais dos séculos XVII e XVIII solicitavam aos paisagistas jardins de acordo com as cenas consagradas em pinturas, com direito a falsas ruínas e alterações profundas nos terrenos.

Alterava-se a natureza para celebrar a paisagem – que seria a visão da “bela natureza”. Ainda hoje as propostas de parque público parecem ser orientadas por visadas estéticas de inspiração campesina, tais como o Ibirapuera (Figura 09), um parque do século XX em São Paulo (Ibidem).

Essa postura permite entrever a existência de duas características das paisagens presentes ainda atualmente no significado mais comumente atribuído ao termo: a predominância da visualidade e a necessidade primeira do conhecimento da arte para a perfeita compreensão do que se via na paisagem no mundo.

2.1 A ARTIALIZAÇÃO DA PAISAGEM: O VER, O SABER, O FAZER

A crença na necessidade da educação do olhar pela arte será chamada por Alain Roger de revolução copernicana das artes. Besse (2006), ao analisar a descrição que Goethe traz de sua viagem à Itália, apresenta a noção de que a paisagem é “mundo do olhar”.

Ainda que Goethe discorra sobre as possibilidades de outras formas de compreensão para além da racionalidade das ciências naturais, a percepção da “carne do mundo” expressa por cores e vapores ignorada pelo mundo da óptica científica, é possível perceber que é a experiência visual que guia a apreensão da paisagem, da plenitude através do efêmero, da “apresentação do todo em sua ordem eterna”. Não coincidentemente, as representações sobre a paisagem se dão primeiramente pela pintura e pela poesia, artes do ver e ouvir, sentidos privilegiados do pensamento e do conhecimento intelectual.

Importante ressaltar a presença constante do olhar do artista, o especialista da sensibilidade, que permite à natureza se revelar numa imagem. Oscar Wilde (*in* SERRÃO, 2013, p. 155) anuncia ainda mais intensamente a influência da arte no mundo da vida, ao propor que:

“A vida imita a arte muito mais que a arte imita a vida. [...] A quem, portanto, senão aos impressionistas, devemos esses admiráveis nevoeiros acastanhados que deslizam nas nossas ruas, que esfumam os candeeiros e transformam as casas em sombras monstruosas? A quem, senão ainda a eles e ao seu mestre [Turner], devemos as delicadas brumas prateadas que pairam sobre o nosso rio e que transformam em débeis silhuetas de graça evanescente pontes encurvadas e barcas balouçantes? A prodigiosa mudança que ocorreu, no decurso dos últimos dez anos, no clima de Londres, deveu-se inteiramente a esta escola de arte. Sorrides? Considerai os factos do ponto de vista científico ou metafísico e reconhecerei que tenho razão. O que é, com efeito, a Natureza? Não é uma mãe fecunda que nos gerou, mas antes uma criação do nosso cérebro; é a nossa inteligência que lhe dá a vida. As coisas existem porque nós as olhamos, e a receptividade assim como a forma da nossa visão dependem das artes que nos influenciaram. [...] Hoje em dia, as pessoas veem os nevoeiros, não porque haja nevoeiros, mas porque os pintores e os poetas lhes ensinaram o misterioso encanto de tais efeitos. Desde há séculos que, sem dúvida, existem nevoeiros em Londres. E infinitamente provável, mas ninguém os via, de modo que nada sabíamos deles. Não existiram enquanto a arte não os inventou”

É a partir dessas propostas que Alain Roger defende a noção de artialização, sem a qual qualquer “paisagem” é uma simples extensão de “terra” (que denomina *pays*), “um lugar no mundo natural desprovido de qualquer valor estético, que só o adquire – isto é, que só se torna verdade e propriamente naquilo que designamos por paisagem – quando é “artializada” pela arte e pela cultura humanas”. Algo similar a um vocabulário oriundo da arte que permitiria a tradução do que observamos em imagens. Para entender o que se vê como paisagem, é necessária uma operação artística sobre o objeto natural.

Como inovação, apresenta que este processo se dá não somente como produção de imagens da natureza (artialização *in visu*), mas também diretamente sobre a natureza (artialização *in situ*). Apesar da

admissão de um outro tipo de natureza, a natureza trabalhada pelo homem, observa-se a importância ainda conferida ao olhar, e a produção artística como fundamento da percepção.

Roger se defende de uma eventual condenação de sua teoria como “elitismo estético”, ao apresentar que sempre estamos plenos da influência da arte, uma vez que as imagens produzidas se tornam sempre mais presentes em nosso cotidiano, conformando nosso olhar. Assim, é sempre a arte que inventa a paisagem (embora não possa criá-la) e somente após sua produção através de uma obra de arte que se sedimentaria na memória das comunidades como símbolos culturais e lugares excepcionais – ou seja, sua adoção no vocabulário estético da população. Ainda que a noção de artialização permita compreender a divulgação de determinados elementos da paisagem ou a adoção de estilos de jardins, percebe-se ainda a exclusão da participação de determinados grupos que também produzem a paisagem, de forma mais duradoura – aquelas que Berque denomina as “civilizações paisageiras” (BERQUE:2011), que em contraposição às “civilizações da paisagem”, estão inseridas no próprio contexto em que a paisagem, e a produzem pelas ações cotidianas em harmonia com o ambiente.

Entretanto, o que se observa na posição de Roger é a identificação de grupos a partir de seu papel social: as classes que produzem são identificadas a seu papel alienado na produção, de tal maneira que teriam a mente tão banal e mal ordenada, que só seria capaz de criar “obras semelhantes a ela mesma, tanto na arte quanto em outras áreas, pois lhe faltam o empurrão e a energia centralizadora do interesse” (DEWEY, 2010, p. 460-461). Cabe explicar que o interesse a que se refere

Dewey nesta frase é o interesse como força dinâmica da seleção e montagem dos materiais que referência a consciência e a intuição, e não o interesse a que se referem as teorias da paisagem, o interesse pragmático contrário à arte.

Esse pensamento presente na noção de Roger, oposto ao que identifiquei nas pesquisas de campo, fica ainda mais claro, quando Roger utiliza como parte de sua argumentação a citação de comentário de Paul Cézanne sobre a relação entre os camponeses da Provença e a montanha Sainte-Victoire, que tantas vezes pintou:

“Com os camponeses, olhe, por vezes duvidei que eles soubessem o que é uma paisagem, uma árvore. Sim, isto parece-lhe bizarro. De vez em quando dei uns passeios. Acompanhei, atrás de sua carroça, um caseiro que ia vender batatas ao mercado. Ele nunca tinha visto, aquilo a que nós chamamos ver com olhos de ver, numa visão de conjunto, nunca tinha visto a Sainte-Victoire.” (SERRÃO, 2013, p. 160).

Posteriormente, Roger complementa seu pensamento:

“A percepção de uma paisagem, essa invenção dos cidadãos, como em breve veremos, supõe ao mesmo tempo distanciamento (recul) e cultura, no fundo, uma espécie de recultura. Tal não significa que o camponês seja desprovido de toda a relação com a sua terra e que não sinta nenhum apego por ela, muito pelo contrário; mas esse apego é tanto mais poderoso quanto mais simbiótico é. Falta-lhe desde logo, essa dimensão estética, que se mede, ao que parece, pela distância do olhar, indispensável para a percepção e o deleito paisagísticos” (Ibidem, p. 164).

É preciso chamar atenção para aquilo que Berque chama o paradoxo das “civilizações da paisagem”: o mesmo distanciamento que lhes permite celebrar a paisagem e reconhecer seu valor estético ocasiona o seu

desfazer. A tentativa de congelar as paisagens é sempre frustrante – pois o que se celebra é apenas uma etapa em um processo. Se é o processo que gera a paisagem, por que então separar a intenção que move o processo dos resultados a que chega? Por que um mesmo movimento não pode reunir, em si, a vontade estética e os objetivos funcionais? Retornando ainda a Rancière, entender a arte como parte do processo geral de produção seria identidade de um processo de efetivação material e de uma apresentação a si do sentido da comunidade, numa nova partilha do sensível. As entrevistas realizadas indicam não só o reconhecimento por parte dos habitantes das possibilidades estéticas de seus espaços de vidas, como a importância dessas experiências para sua identificação com os lugares e consigo mesmos, conforme apresento no capítulo 03. A quem interessa então essa separação?

Uma rápida pesquisa indica uma quantidade de anúncios de loteamentos, chácaras e hotéis que anunciam, como parte da propriedade, a paisagem que permitem acesso. Aqui poderia acrescentar, como Dewey (2010), que é a apropriação da noção de paisagem como mercadoria vendável que mais se beneficia deste fenômeno de separação de um produto de seu processo de produção – um produto é vendável, enquanto um processo é fenômeno imprevisível demais para configurar investimento, como se pode perceber nas problemáticas associadas às paisagens turísticas, que teimosamente resistem aos congelamentos de tombamentos e práticas comerciais (pois o ambiente, no diz Berleant, é dinâmico, não está apenas em processo, é processo em si (Op. cit, p. 161). Para isso, o que é “natureza” é ainda associado à velha ideia de “bela natureza”, presente em simulacros

em parques e jardins, ou vendida em peças de publicidade para turistas e exploradores. Frente à essa determinação da realidade em escapar a uma noção estática no tempo, passemos a buscar o sentido da paisagem em outros lugares.

2.2 A ARTIALIZAÇÃO COLETIVA DA PAISAGEM: RUGOSIDADES E DOBRAS

Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. (SANTOS, 2006, p. 191)

Milton Santos nos diz que o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas (Santos, 2006). Entre estas heranças, está o que Michel de Certeau chama de “autoridades locais”, aquilo que torna o espaço habitável por representarem as (re)construções simbólicas do lugar. São elas que oferecem significado a determinado lugar. A permanência das formas espaciais foi denominada por Santos de “rugosidades”. Conforme definição do autor:

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem⁸, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço. (2006:91)

Talvez possamos extrapolar estas rugosidades para além da materialidade. Certeau (1996) apresenta que as astúcias pragmáticas, as

⁸ É verdade que Milton Santos chama às formas espaciais de paisagem, atribuindo-lhe o papel de objetos no seu sistema espacial híbrido. Este, porém, não será o significado dado aqui, o que não considero impeditivo de utilizar outros conceitos miltonianos, dentro dos limites possíveis.

estratégias de sobrevivência dos consumidores erroneamente tratados como passivos e disciplinados pelos produtores têm raízes milenares. A persistência de comportamentos e significações associadas a formas tipológicas permitem falar de “rugosidades culturais”.

De forma similar, Cauquelin (2007) apresenta que a apreciação da paisagem se dá pela justaposição de formas simbólicas pré-definidas a um conteúdo, que deverá preencher as molduras definidas por operações retóricas de transformação. Estas molduras são construídas ao longo do tempo, heranças de diversas memórias (inclusive, mas não exclusivamente, de obras de arte). São os resíduos de lógicas que auxiliam não só na fruição, mas também fornecem subsídios para as tomadas de decisões, sobre as escolhas de comportamentos, das táticas a serem realizadas no espaço. Utilizando-se dos termos de Dewey para explicar as relações entre a mente e a percepção do meio:

“toda vez que se passa por algo em consequência de um ato, o eu se modifica. Essa modificação vai além da aquisição de uma facilidade e habilidade maiores. Constroem-se atitudes e interesses que encarnam em si um depósito do significado das coisas feitas e sofridas. Esses significados acumulados e guardados se tornam parte do eu. Constituem o capital com que o eu observa, cuida, atenta e propõe. Nesse sentido substancial, a mente forma o pano de fundo no qual se projeta cada novo contato com o meio circundante; no entanto, “pano de fundo” é uma expressão muito passiva, a menos que recordemos que esse fundo é ativo e que, na projeção do novo sobre ele, há uma assimilação e uma reconstrução, tanto do pano de fundo quanto do que é absorvido e digerido. Esse pano de fundo ativo e ávido fica à espera do que vier e se volta pra isso, a fim de absorvê-lo em seu próprio ser. A mente, como pano de fundo, é formada pelas modificações do eu ocorridas nos processos das interações anteriores com o meio” (DEWEY, 2010, p. 457-458).

Essa noção de paisagem amplia a classes de artializadores, para além dos artistas, especialistas do olhar. Se é verdade que muitas destas molduras nos são transmitidas pela produção em massa de imagens idílicas, resistem também os quadros e imaginários herdados de outras formas de ver o mundo, por vezes embutidos em produções distribuídas em massa. Posso citar a beleza que muitos cearenses veem em céus nublados, tão tristes em outras latitudes, mas celebrados por aquelas paragens, conforme divulgado por Luiz Gonzaga, na música Festa: “Mas o lindo pra mim é céu cinzento/ Com clarão entoando o seu refrão”.

Aqui, o valor funcional de um bom inverno, marcante numa região semiárida, se traduz na valorização estética do prenúncio de chuvas, estabelecendo valores que perpassam a comunidade. A relação homem e meio se produz a partir de uma miríade de relações, tão complexas que a categorização entre “interessada” e “desinteressada” não consegue abarcar. Neste sentido, a paisagem como experiência surge como um novo elemento, não só de integração do homem ao meio, mas de liberdade criativa e desalienante. É nesse sentido que desejo prosseguir, sem negar a importância das contribuições dos especialistas, mas acrescentando a elas as belezas das criações cotidianas.

2.3 A PAISAGEM COMO PRODUÇÃO COLETIVA: HABITAR A PAISAGEM

A noção da artialização como processo coletivo e da paisagem como um processo aproxima-se do que Berque apresenta como a formação “paisageira” da paisagem. Em seu texto: “O pensamento paisageiro: uma apreensão mesológica”, apresenta que é geração após geração, por um

labor contínuo que se deposita sobre a estrutura do solo, objetivo e físico, as camadas de significado que envolvem o território e cuja apreciação levaria ao fenômeno da paisagem. Viver e produzir na paisagem não mais impediria seu reconhecimento, mas, ao contrário, aprofundaria a experiência. Acepção similar é apresentada por Rosario Assunto, quando diz que:

“A paisagem é natureza na qual a civilização se reflecte a si mesma e reconhece a si mesma, identificando-se nas suas formas; nas quais, por sua vez, a civilização com toda a historicidade, se sabe. Se configura aos nossos olhos como formas, a um tempo, da natureza e da civilização” (2011:436).

Essa identificação demanda compreender aquilo que se observa – compreensão essa nascida do entendimento de seus significados e simbolismos. Experienciar a paisagem seria assim o acúmulo, cruzamento e interdependência das camadas simbólicas depositadas ao longo das gerações sobre o mundo envolvente que constitui a paisagem. Sua fruição ofereceria, conforme Corajoud: “uma multidão de indícios que nos indicam o que ela é, o que ela era e o que ela se pode tornar”. (SERRÃO, 2013)

Por definição de Eric Dardel, paisagem é a manifestação da mão humana sobre a Terra (BESSE, 2006). Aquilo que contemplo como natureza seria assim uma construção realizada por outrem (material ou simbolicamente), em processos mais simbióticos do que aqueles que conhecemos atualmente. Assim, a fruição da paisagem não pode ser apenas visual, mas sinestésica. É preciso estar nela para contemplá-la, e aí está a diferença entre a experiência da paisagem para a obra de arte

tradicional, que leva a John Dewey e a Arnold Berleant a declarar a experiência estética ser mais intensa no ambiente do que na contemplação artística (DEWEY, 2010; BERLEANT, 1997). É que a percepção exige uma relação intencional, baseada num contexto. É, portanto, um evento localizado, um fenômeno que se forma entre o olhar intencional e o que é olhado, conforme discutiremos na seção 03.

É neste sentido que Courajoud afirma que o que propicia a paisagem é o resultado da interação harmônica entre homem e natureza, como “lugar do relacional onde todos os locais só são compreensíveis por referência a um conjunto que se integra, por sua vez, num conjunto mais vasto” (COURAJOUD:2011). E, apesar da quantidade sempre maior de indícios apreendidos pela inserção no lugar, é a harmonia, o pacto de respeito mútuo entre os elementos que garante que não haja confusão ou dispersão dos dados sensíveis que proporcionam a experiência estética positiva.

Dessa afirmação é possível apreender que a materialidade dos elementos da paisagem é fruída multissensorialmente: neste caso, o estar é condição do sentir, e o sentir condição da reflexão (SERRÃO, 2013). Retornando a Assunto:

“Visão, audição, e cheiro, e sabores, e tacto: a contemplação da natureza, quando nos encontramos em uma paisagem, é a identificação de todo nosso ser, sem distinção entre espírito e corpo. (...) Contemplação é também prazer físico pelo ar que respiramos.” (2011:358).

Esta forma de produção da paisagem, menos erudita e elitizada, que se estende a toda a comunidade e não mais a indivíduos

“selecionados”, está associada ao “pensamento paisageiro” das sociedades tradicionais, que ao intervir na natureza produz com ela um todo orgânico, físico e fenomênico, à medida que cada ser e cada lugar está profundamente impregnado de sentido.

Berleant chega a identificar esse processo como parte do misticismo com que as populações indígenas se relacionam com seu ambiente de vida. Ao invés de tratá-las apenas como manifestações simplistas de um animismo primitivo, Berleant analisa que representam uma forma de compreender o mundo sem barreiras claras entre a individualidade e o ambiente que os rodeia, tal como na declaração do Chefe Hin-mah-too-yah-lat-kekht (Chefe Josef), da tribo Nez Perce, nativa do atual Estados Unidos da América (BERLEANT, 1997, p. 99):

*‘The Earth and myself are of one mind. The measure of the land and the measure of the earth and myself are of one mind. The measure of the land and the measure of our bodies are the same’.*⁹

Curioso pensar que falas coletadas nas pesquisas realizadas em campo um pensamento similar reverbera: é que o mar e eu somos um, nós somos do mar, disse-me o pescador Luiz. A integração entre o corpo e o mundo, discutida por Maurice Merleau-Ponty, igualmente busca o fim da dualidade entre aquele que percebe (o indivíduo) e o que é percebido, ao propor a continuidade entre os dois.

É nesse sentido, que associa homem ao seu espaço de vida, que a paisagem pode ser entendida como uma experiência estética mesmo (e

⁹ A Terra e eu somos uma mente. A medida da terra e a medida da Terra e eu somos uma mente. A medida da terra e a medida de nossos corpos são as mesmas. [Tradução da autora]

talvez principalmente) para aqueles cuja existência está intimamente associada ao espaço do fenômeno da paisagem. O processo de transformação da base biofísica para a garantia da sobrevivência não somente constitui a transmutação da natureza em técnica (nas palavras de Milton Santos), mas também a extensão do indivíduo sobre o espaço (quando a atividade não ocorre de forma alienada, bem entendido).

E se o trabalho é a essência do homem, sendo a forma através da qual este se relaciona com a natureza, num processo em que ao transmutar sua natureza externa, transforma a si mesmo, por que negar a todos que constroem o espaço, sua fruição – seja teórica, seja materialmente, ao se impor condições para a experiência estética da paisagem que excluem quem não pode (nem quer) se afastar do seu cotidiano?

Esta produção coletiva de paisagens (*in situ* e *in visu*) reinserem o homem na natureza como elemento cocriador de seus espaços de vida, seus lugares, num desafio à alternativa cartesiana e à armadilha do modernitarismo. A restrição da sensibilidade estética a poucos “educados”, conforme a lógica militante denunciada por Holloway (2013), acaba por distorcer a própria lógica do manifesto de Schiller, com sua utopia de uma ideia de arte arruinando uma ideia de sociedade hierarquizada (RANCIÈRE, 2010, p. 66).

A não concretização da repartição do sensível com a continuidade da oposição entre trabalho e arte ocasiona a permanência da supremacia de uma racionalidade cartesiana sobre a sensibilidade, um funcionalismo alienador que a tudo reifica. Aplicado ao espaço urbano, suas lógicas de produção se traduzem nas “estratégias” denunciadas por Certeau (1998) que transformam a urbe em “produto”, a insensata “megalópole

industrial” de Assunto, cuja organização, denominada por Berque de “desmesura das escalas espaço-temporais”, é também resultado da barreira instituída entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, da repartição entre aqueles que podem e que não podem fruir o espaço.

A pretensa oposição entre cidade e paisagem pode ser entendida nesta chave, na qual a cidade seria o espaço da funcionalidade e da produção, e a paisagem, da fruição estética. Essa problemática não é tão superficial quanto possa parecer (uma vez que a *aesthesis* tem sido sempre tratada como um adicional, e não uma necessidade da vida). É condição para uma forma de alienação especialmente danosa: o dano estético.

2.4 PAISAGENS NEGADAS E O DANO ESTÉTICO

A continuidade da reificação do mundo tem produzido uma série de problemas, dentre os quais destaco a alienação do indivíduo pela imposição de formas de ser e estar no mundo que lhe impedem de acessar a riqueza de experiências possível à humanidade. A produção de espaços orientados por uma lógica não-humana (da máquina, do mercado, da produção) tem sido questionada em seus diversos aspectos negativos.

A incomensurabilidade entre mundo objetivo e subjetivo, que subjuga o homem, a perda da conexão temporal pela instituição da temporaneidade (ASSUNTO:2011), a destruição do espaço de vida e a substituição por espaços impessoais da “insensata megalópole industrial” tem seu impacto na crise ecológica, social e política da civilização. Ao perder a referência do espaço, o indivíduo perde a referência de seu papel nele, alienando-se do mundo e assumindo uma

postura passiva, sendo determinado por imposições exteriores que o subjugam e contradizem, por vezes mesmo identificando-se com eles, em prejuízo próprio.

Milton Santos, ao explicar as relações das técnicas com o espaço, apresenta o que seria o meio natural, não como um espaço onde o homem não introduzira ainda modificações, mas como um sistema técnico sem objetos técnicos, dependente das condições locais, não agressivo pois eram “indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstituir.” (SANTOS,2006: p. 158).

As condições dadas eram, portanto, permanentemente reconstruídas, porém “a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização.” (Ib., p. 158). É a essa estruturação do espaço, conforme expliquei, já modificada, que é vista como a “bela natureza”, das primeiras teorias sobre a paisagem.

Ao promover um espaço cujas formas são determinadas por uma lógica alheia à de seus experienciadores, o fato urbano transforma-se num lócus abstrato de uma sociedade imaginária, descarnado porque separado de seu conteúdo humano, unidade forjada por uma racionalidade urbanística à mercê do interesse utilitário da razão. O foco exclusivo em necessidades objetivas passíveis de mensuração quantitativa fragmenta o habitante urbano em análises setoriais, e o sintetiza em um somatório de necessidades e carências, que cumpre satisfazer de forma padronizada (MARTINS et al., 1996).

O projeto assim realizado transforma o cidadão em “usuário”, unidade discreta de um sujeito universal criado pelas estratégias da

ciência urbanista, excluído da propriedade e da gerência do espaço urbano, consumidor de um espaço que lhe é imposto, numa atitude de submissão aos detentores do saber técnico, transformando a multidão anônima em imigrantes num sistema demasiadamente vasto para ser percebido como próprio, porém de onde não conseguem escapar, imposto por regulamentos, leis, proibições e intervenções.

Esta “Cidade-conceito” (CERTEAU, 1998), é espaço de fragmentação do humano e de alienação, espaço tecnológico industrial da metrópole-fábrica gigante, espaço da quantidade divisível e da repetição, da incomensurabilidade entre mundo objetivo e subjetivo, da destruição do espaço de vida e sua substituição por espaços impessoais (ASSUNTO, 2013). É que a racionalidade que se pretende ao espaço é uma racionalidade proposta por uma intencionalidade instrumental, que elimine o aleatório, considerado risco à segurança dos investimentos. Conforme Santos (2006, p. 201):

“A validade mercantil da técnica depende das garantias de que iniciada a ação ela vai ter a trajetória e os resultados programados”. A cidade pensada como máquina elimina a variável antropológica, em que o cidadão deve adaptar-se a ela, e não o contrário.”

É esta cidade que se opõe à noção de paisagem, enquanto o lugar de interação harmônica de que fala Corajoud. É a pressão por uma racionalidade exógena que cria a irracionalidade para a maior parte da população. É somente pelo fato de a vida cotidiana ter sido transformada em uma rotina repetitiva, mirrada, em que as forças humanas estão presentes, mas não plenamente atuantes, que se sustenta o conceito do

antagonismo intrínseco entre o processo de vida normal e a apreciação estética. A pergunta se forma: é a única forma de se produzir uma cidade?

Como anteriormente dito, a cisão entre natureza e cidade não reside nas definições em si mesmas, mas na forma como são construídas. Esta seria a diferença dos espaços possíveis para experiências de paisagem, que permitem a relação com o mundo mediatizada pelo corpo e a “insensata cidade industrial” condenada por Lewis Mumford (ASSUNTO:2011).

Não se trata, assim, de uma divisão a partir de níveis de instrumentalização ou não do espaço, mesmo porque pode-se considerar que a ecúmena, o espaço do homem, se estende agora a toda terra (BERQUE, 2011), à medida que a Natureza, enquanto o meio que é dado a uma determinada sociedade, torna-se cada vez mais artificializada, ou seja, “é sucessivamente instrumentalizada por essa mesma sociedade” (SANTOS, 2006, p.156).

Aliás, a própria definição de natureza pode ser repensada, à medida que a noção familiar da natureza como tudo o que está fora do homem (ou tudo que não foi ainda alterado por suas ações) tem sido questionada, seja por novas posições filosóficas e teóricas, seja pelas questões ecológicas prementes. É muito difícil, quase impossível encontrar um espaço no mundo não afetado pelas ações humanas – na atmosfera, nos oceanos, nas alterações significativas da composição e estruturação do próprio mundo humano. Neste sentido, argumenta Berleant (1997, p. 31):

*“We are all bound up in one great natural system, an ecosystem of universal proportions in which no part is immune from the events and changes in the others. The natural world is, then, incorrigibly artificial and, in the largest sense, includes human beings and human works. We can only conclude that nature has become all-embracing, either in Spinoza’s sense of a total order or in Heidegger’s sense of existential habitation, of dwelling poetically. This brings the issue back to aesthetics.”*¹⁰

Ele passa, então, a definir o que seria uma experiência estética ambiental, que denotaria “the appreciative engagement of humans as part of a total environmental complex, where the intrinsic experience of sensory qualities and immediate meanings predominates.”¹¹ (Ibidem, p.32). Neste sentido, a experiência seria sinestésica, envolvendo o participante numa consciência intensa que lhe perpassa, que tanto poderia ser positiva quanto negativa.

Sua definição de paisagem, citada anteriormente, é a da experiência estética no espaço de vida, definindo não apenas sua percepção estética, mas situando-a no campo dos afetos (no sentido de afecção). Tal campo se forma quando conseguimos perceber os valores estéticos no espaço cotidiano. Conforme o autor¹²: “Os valores no nosso

¹⁰ Nós estamos todos conectados em um grande sistema natural, um ecossistema de proporções universais no qual nenhuma parte é imune aos eventos e alterações [que ocorrem] nas outras. O mundo natural é, então, incorrigivelmente artificial e, em sentido maior, inclui os seres humanos e os trabalhos humanos. Nós somente podemos concluir que a natureza se tornou [algo] tudo-abarcando, seja no sentido de uma ordem total de Spinoza ou no sentido existencial de habitação de Heidegger, de alojar-se poeticamente. Isso traz a questão novamente para a estética (Tradução da autora).

¹¹ O engajamento apreciativo de humanos como parte de um complexo ambiental total, onde predomina a experiência intrínseca de qualidades sensoriais e sentidos imediatos (Tradução da autora).

¹² O autor defende a importância da preocupação com o bem-estar humano e a satisfação intrínseca que provém como resultado de uma experiência estética positiva, que se estão presentes na arte, são mais nítidos no meio ambiente (que trata como aquilo que envolve o homem, parte do homem que se conforma fora de seu corpo). A importância do aspecto positivo destas experiências é que, segundo Berleant, “Logo, as coisas que fazemos fazem-nos a nós. (...) Dentro e fora, consciência e mundo, seres

ambiente expandem-se quando alargamos a nossa sensibilidade e atenção e já não restringimos a apreciação a ocasiões especiais.” Vera Pallamim, interpretando o filósofo Merleau-Ponty argumenta que “a paisagem é um lugar fenomênico, definido por nosso olhar, nossas tarefas, nosso mundo de implantação diante das coisas, como resultante da coexistência entre nós e o mundo” (Pallamim et alli, 2014, p. 25 e 26).

A percepção da paisagem não seria passiva, mas uma experiência ativa, um engajamento perceptivo, sabendo-se que o sentido do percebido não é constituído (idealizado por um sujeito pensante), mas sim nele instituído, a partir de um diálogo fenomênico com o mundo. Paisagem assume assim um outro sentido, o de “totalidade que se expressa, a partir do ponto em que é percebida, a paisagem ‘acontece’ em uma relação entre, pode-se arriscar, sujeito-sujeito; o mundo e o ser que mutuamente se afetam” (LIMA et al, 2017).

A criação da paisagem se torna assim essa consciência e reverência a partir da participação ativa de um experienciador. A paisagem é assim o ponto de contato entre o indivíduo e o ambiente experienciado, contato não mais entre dois corpos que se tocam, mas um fenômeno pervasivo, em que os limites entre o indivíduo e o mundo não são uma fronteira claramente definida, mas uma pele porosa, que permite a troca e as influências recíprocas, enriquecendo ao experienciador e envolvendo-o com esta camada externa a si, porém parte de si mesmo, que é o seu espaço de vida (Figura 10).

humanos e processos naturais não são pares de opostos, mas aspectos da mesma coisa: a unidade do ambiente humano.” (Berleant, 1997).

Sentir o mundo não é mais antagônico a conhecer o mundo e a si mesmo, mas parte essencial do processo. É o tornar-se sujeito do mundo, no sentido tratado por Morin, quando diz que “ser sujeito é colocar-se no centro de seu próprio mundo, é ocupar o lugar do “eu” e que “o fato de poder dizer “eu”, de ser sujeito, significa ocupar um lugar, uma posição onde a gente se põe no centro de seu mundo para poder lidar com ele e lidar consigo mesmo” (Morin, 2006, p. 65 -66).

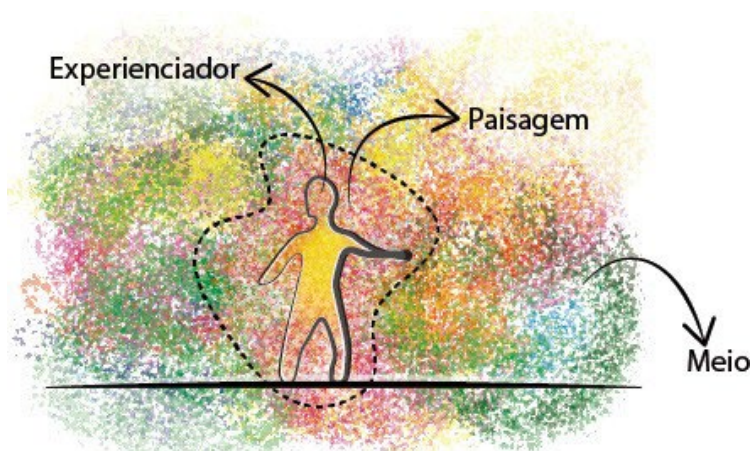


Figura 10 – Formação da paisagem no sentido aqui trabalhado.

Fonte: Elaboração própria.

Se a experiência da paisagem permite ao indivíduo ser sujeito, permite também que ao lidar com ele possa reconstruí-lo poeticamente¹³, possa habitá-lo, no sentido dado por Heidegger, e assim constituir-se, pois, conforme John Dewey:

“(...) o mundo que experimentamos no passado se torna parte do eu que age e sofre a ação em outras experiências. (...) Através dos hábitos formados na

¹³ Utilizando aqui poético como derivado de *poiein*, na acepção apresentada anteriormente.

interação com o mundo, também habitamos o mundo. Ele se torna um lar, e o lar faz parte de nossa experiência cotidiana” (DEWEY, 2010, p.212).

A paisagem enquanto experiência que (re)constrói o lugar é que chamo a paisagem habitada, a qual permite ao indivíduo viver como humano, para além da simples sobrevivência corporal.

Essa definição de paisagem nos inclui a todos, uma vez que a experiência estética é atributo inerente ao ser humano. Afinal, se apoia em Heidegger, que em passagem já mais que conhecida declara: é impossível habitar sem construir (ao menos, simbolicamente) (HEIDEGGER, 1970). É neste sentido que passamos a pensar numa paisagem habitada, paisagens experiências de lugares construídas material e simbolicamente por seus habitantes.

Dessa forma, o lugar se oferece, generosamente, à experiência estética, permitindo também uma leitura crítica de mundo, uma vez que as impressões do homem sobre a terra, nela estão grafadas, por vezes sob camadas que aguardam decodificação (LIMA et al, 2017). Associa-se assim ao papel da arte apresentado por Heller e Lukács, discutido na seção 01, ao mesmo tempo autoconsciência e memória da humanidade (MARTINS, 1996; Heller, 2008).

O que aliena então os seres humanos do espaço que produzem nas cidades? É o fato de aquilo que Santos denomina de meio técnico-científico-informacional ser realizado sob a exigência da eficácia do mercado, em que os comandos das ações que modificam o espaço atuando descoladas do espaço local e a informação que controla e determina objetos e práticas é instrumento de dominação, que transforma o ambiente de vida humano em um espaço insensato,

reificado, abstrato e descarnado, como que levitando de tal forma “que os homens e as coisas se elevariam acima da base original para se lançarem ao espaço sem consistência da pura estratégia e da simulação”(COURAJOUD:2011). Como explica John Dewey (2010, p. 451):

“Não fossem as opressões e monotonias da experiência cotidiana, o campo dos sonhos e devaneios não seria atraente. Não existe possibilidade de uma eliminação completa e duradoura das emoções. Repelida pela pasmaceira e pela indiferença das coisas que nos são impostas à força por um ambiente desajustado, a emoção se retrai e se alimenta do material da fantasia. Esse material é construído por uma energia impulsiva que não encontra saída nas ocupações costumeiras da vida. Talvez seja nessas circunstâncias que multidões de pessoas, recorrem à música, ao teatro e ao romance, para obter acesso fácil a um reino de emoções que circulam soltas. Mas esse fato não constitui fundamento para a afirmação, pela teoria filosófica, de uma separação psicológica entre o sensório e a razão, o desejo e a percepção.”

Michel Courajoud afirma que, à medida que a visão de mundo se torna mais e mais confusa, por intervenções descoladas de seu contexto, sem a necessária historicidade e coerência que lhe transformam antes em “assemblages” que em paisagens, o homem busca a fuga, esquivando-se daquilo que não lhe agrada. Conforme Dewey: “(...) a experiência vivenciada só é humana e consciente à medida que aquilo que se dá no aqui e agora é ampliado por significados e valores extraídos do que está ausente na realidade e presente apenas na imaginação”. (Op. Cit, p469)

O que é danoso não é sequer a quantidade de estímulos presentes num espaço, tão criticada nos espaços urbanos desde o começo do século XX por Simmel (2005), mas de que a maior parte destes se constitua em ruídos, aquilo que não entendemos e que irrita, acarretando a

insensibilidade como autoproteção do indivíduo, problemática já apresentada por Simmel. Produzir espaços nos quais é impossível se reconhecer, é impossível habitar, é impossível formar paisagens, é incorrer no que Berleant denomina de experiência estética negativa. Retomando a Dewey: “Grande parte da oposição atual entre objetos de beleza e de uso (...) deve-se a deslocamentos que tiveram origem no sistema econômico”. (Op. Cit., p.452).

É desequilíbrio imposto pela rotina incompreensível e pela insensibilidade à mercê do interesse utilitário da razão, que ocasiona os danos estéticos¹⁴, consequências de experiências estéticas negativas repetitivas, que implicariam o afastamento e alienação do homem de seu ambiente, reduzindo os valores e significados inerentes “in that complex functioning we call human experience.” (BERLEANT, 1997, p.75).

O abandono do paradigma ontológico moderno é apresentado como condição para reencontrar a medida (e o equilíbrio) do mundo ambiente, o espaço da vida. A técnica, que sempre foi o meio intermediário de relação entre o homem e a natureza “desde os tempos mais inocentes da história”, converteu-se no objeto de uma elaboração científica sofisticada que acabou por subverter as relações do homem com o meio, do homem com as coisas, bem como as relações das classes sociais entre si e as relações entre as ações (SANTOS, 2012, p. 16). O espaço é pensado para o objeto, de forma que os homens ali presentes são tratados a partir da ótica do consumo ou da produção.

¹⁴ Berleant cunha o termo dano estético para definir as experiências estéticas negativas, que culminam na alienação do homem de seu espaço de vida. (SERRÃO, 2013).

Como pensar formas alternativas de nos relacionar com o espaço? A melhor forma, pensamos, é observar o que existe: apesar das pressões, nem tudo ocorre tal como concebido abstratamente. Por isso, a escolha de nossos estudos recaiu sobre o espaço cotidiano: locais de menor controle sobre as ações e dos embates como função de um saber técnico e ao mesmo tempo distante do real, com privilégio do valor de troca, e o que é vivido, o que diverge do programado, o que aparente ser “irracional” porque orientado por uma outra racionalidade, que valoriza o uso porque este é essencial à vida.

É verdade que tais embates estão presentes nas várias instâncias do espaço, porém no espaço banal as forças parecem mais equilibradas. Como a realidade traduz, no espaço, as necessidades da vida e as imposições abstratas? Estudaremos aqui as possibilidades teóricas; no próximo capítulo, aquelas que percebemos na concretude das interlocuções com os lugares. Passemos então a pensar os espaços e tempos da vida banal: o cotidiano.

2.5 A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COMO ELEMENTO POLÍTICO E AS OPORTUNIDADES DO COTIDIANO

Planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular. (CERTEAU, 1998, p. 172)

Pode-se afirmar com a certeza possível dos dados estatísticos que o cotidiano da maior parte dos brasileiros se dá hoje em espaços ditos urbanos. Em 2015, dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) indicaram 84,72% do total da população do país com

domicílio em áreas urbanas. Por isso, é preciso pensar: como pensar a cidade enquanto paisagem habitada?

As vantagens da aplicação de um tal conceito seria o reconhecimento das experiências de cocriação coletiva no tempo e no espaço, não somente como instrumento de projeto, mas no próprio devir da cidade como obra, tornando o espaço não antagônico, mas propício à vida humana, tal como deve ser o espaço coletivo. Nas palavras de SANTOS (2007, p. 41): “um espaço verdadeiramente humano, (...) instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado”. Ou, para usar as palavras de um habitante de Brasília: “Na paisagem cabem todas as emergências da vida”.¹⁵

Espaços de paisagem habitada seriam as espacializações do processo criativo, poético dos habitantes do lugar. Assumir uma tal postura, porém, exige uma revisão e integração de diversos corpos de conhecimento que tratam os espaços, aceitando a cidade como em permanente construção, e não mais como um produto finalizado.

Para isso, é preciso entender as relações mantidas pelas racionalidades dos que vivem o espaço com o imaginário urbano, entender seu discurso, abordar a linguagem na própria linguagem ordinária, sem um ponto privilegiado, de forma que a própria pessoa do planejador se ache implicada, num processo autorreflexivo em que se reconheçam as formas ditas “naturais” de dominação do espaço e do

¹⁵ Fernando Ferreira, em conversa sobre o Parque Municipal da Brasília realizada na disciplina AUP 5814 – Espaços Livres Públicos Coletivos Urbanos, em 2016

conhecimento, permitindo-se aprender as formas alternativas, furtivas, dominadas mas presentes, de apropriação do mundo e da natureza.

A cidade como espaço democrático deveria ofertar o suporte a este processo. Considerar a cidade como uma produção complexa, múltipla, cotidiana, modificada continuamente pelo acontecer solidário de muitas racionalidades que compartilham o espaço permite aproximá-la assim da noção de paisagem. Essa produção confere sentidos e permitem uma integração, ainda que imperfeita, aos espaços urbanos. Porém a cidade é um mosaico de espaços, e alguns se prestam mais a essa remodelação do que outros. Segundo Santos (2006:201),

“As diversas frações da cidade se distinguem pelas diferenças das respectivas densidades técnicas e informacionais. Os objetos técnicos de alguma forma são o fundamento dos valores de uso e dos valores de troca dos diversos pedaços da cidade. Pode-se dizer que, consideradas em sua realidade técnica e em seus regulamentos de uso, as infraestruturas ‘regulam’ comportamentos e desse modo ‘escolhem’, ‘selecionam’ os atores possíveis. Certos espaços da produção, da circulação e do consumo são áreas de exercício dos atores ‘racionais’ quanto os demais atores se contentam com as frações menos equipadas”.

As frações menos equipadas seriam constituídas exclusivamente pelo espaço banal, espaço cotidiano. Uma de suas potencialidades seria justamente que, por se tratar de áreas de menor interesse dessas forças hegemônicas, e, portanto, menos normadas e com menor conteúdo informacional e técnica, predominando a densidade informacional. Seriam nestes espaços de menor rigidez, porque menos premidos pela especialização em função das exigências de segurança de investimento e rentabilidade (SANTOS, 2006, passim) que se permitiria a manifestação mais clara das culturas subdominantes (SERPA, 2008).

Enquanto espaço de vida, é também espaço de trabalho, de criação, de experiência e de rotina, no qual o abstrato se concretiza, numa tradução que insere, consciente ou inconscientemente, a criatividade¹⁶ e permite a fruição como potencialidades necessárias ao crescimento humano, e pode funcionar como espaços de descontração de uma rotina atualmente marcada pelo economicismo das atitudes repetitivas – o pobre cotidiano da sociedade dos objetos (HELLER, 1970). Mas como pensar o cotidiano como espaço tempo da liberdade?

2.6 O COTIDIANO: ALIENAÇÃO E LIBERDADE

Heller nos apresenta o cotidiano como a própria ‘essência da história’ (HELLER, 1970, p. 34). O cotidiano pode ser definido pelo “o conjunto de atividades naturais e rotineiras reguladas por costumes e desenvolvidas num espaço social definido e próximo” (CARVALHO & NETTO, 2011:77), e está presente em todas as esferas da vida do indivíduo e é o que lhe permite inserir-se na sociedade. A vida cotidiana é insuprimível, conforme o pensamento de G. Lukács apresentado por Carvalho e Netto (2011), porém passível de mutação, acompanhando as transformações históricas gerais.

É o espaço da vida concreta, onde o homem se reproduz diretamente como indivíduo e reproduz indiretamente a vida material, sustentado por tradições que organizam o “modo de organizar a vida”.

¹⁶ O uso do termo criatividade se dá a partir das possibilidades de criação na execução de ações, enquanto um comportamento orientado por fins e objetivos, onde se mesclam as imposições sociais e os desejos pessoais. Como cada indivíduo traduz particularmente aquilo que compartilha em sociedade, cada um tem sua possibilidade de tradução particular (criação).

Estas tradições têm naturalmente seu impacto e são impactadas sobre as formas de ocupação do espaço, das formas de habitação aos grandes espaços públicos.

Por isso, a profunda reestruturação da sociedade no período moderno altera significativamente a cotidianidade. A imposição da sucessão sequencial da tecnologia e da indústria transforma a rotina cotidiana numa sucessão repetitiva de gestos, atos e atividades homogeneizados, cuja superficialidade imediatista e utilitária mobiliza todas as capacidades do homem, mas nenhuma com todas suas forças. Ao impor uma lógica fabril, dá origem à marginalidade em massa, esvaziando o cotidiano de significado.

Observa-se o estabelecimento de instrumentos mediatizadores que se apoderam do real para adequá-lo ao ritmo linear da máquina e do relógio, deformando-o (o tempo, diz Heller, é a primeira alienação). Reproduz-se então um conhecimento da realidade ilusório e manipulador, que aprisiona o ser humano num contexto de previsibilidade claustrofóbico, sufocante.

A terra urbana como mercadoria orienta a conformação do espaço citadino de forma segregada e desigual. A adoção generalizada de um planejamento pragmático hierarquiza os investimentos entre necessidades básicas e secundárias. Criava-se a “insensata Megalópole Industrial”, o espaço tecnológico industrial da metrópole-fábrica gigante, espaço da quantidade divisível e da repetição, da incomensurabilidade entre mundo objetivo e subjetivo, da destruição do espaço de vida e sua substituição por espaços impessoais (ASSUNTO, 2013)

O espaço passa a se tornar elemento de confinamento, onde os comportamentos são regulados por interesses de outrem e o tempo linear obscurece os ritmos e ciclos materiais. Empobrecido em suas escolhas e possibilidades, condicionados por parâmetros que lhe são ofertados, a existência humana reduz-se ao temporâneo, à subsistência. O indivíduo não é mais homem, mas apenas sua força de trabalho. Garantida sua reprodução pelos serviços básicos, o que sobra (a arte, o lazer, a *aesthesis*) é considerado supérfluo.

Esta forma de produzir a cidade é mais fielmente traduzida nos princípios do pensamento urbano modernista. Tal modo de ver o mundo extrapola a racionalidade da produção industrial para o ordenamento da cidade e é fruto de um lento desenvolvimento de ideias bem-intencionadas em sua maioria. Sua concretização nos permite compreender o raciocínio que a orienta: como produzir muito em pouco tempo e com os recursos possíveis?

O fortalecimento dessa linha de pensamento se dá no período pós-guerra, em que a demanda por atendimento exigia a produção em massa, abstraindo os cidadãos individuais em um somatório de demandas e carências homogêneas, unidade básica do planejamento denominada “usuário final” (Carvalho, 2011, p. 47-48). Tal modelo ainda se aplica no Brasil, tal como em recentes programas como o Minha Casa, Minha Vida, justificando-se a urgência das imensas carências de serviços básicos da população.

Entretanto, é muito difícil negar a incongruência desses programas em abstrair de suas soluções justamente o componente humano, a tal ponto se justifica a construção de mais de 5000 unidades de moradia

com peças pré-moldadas de concreto, como no Conjunto Cidade Jardim, em Fortaleza – como acreditar que a economia e a eficiência construtiva do canteiro de obras como fábrica pode prevalecer sobre a variedade de sonhos, desejos e especificidades de 5000 famílias, condenadas a viver em plantas padrão difíceis de mudar?

Assim a cidade se torna uma planta fabril, hierarquizada, setorizada, funcionalista – e em crise, denuncia Lefebvre já na década de 1960. Lefebvre explica que a separação brutal entre os conteúdos econômicos e históricos no capitalismo se reflete no ambiente urbano: na medida em que as escalas micro e macro se separam, aquilo que chamamos arquitetura se separa do que chamamos de urbanismo (Lefebvre, 2000).

Com o repetitivo substituindo a unicidade, o espaço passa a representar o triunfo do factual e do sofisticado sobre o espontâneo e o natural, o triunfo do produto sobre a produção e finalmente o triunfo dos gestos e atitudes repetitivas que transformam o espaço urbano em produtos homogêneos que podem ser vendidos ou comprados. A diferença entre os espaços passa a se dar pela quantidade de dinheiro empregada, reinando a quantificação e a repetição.

Ainda segundo Lefebvre, é justamente o abandono da Festa, ou seja, do uso “irracional” dos recursos urbanos em atividades não instrumentais, que origina a crise urbana (Lefebvre, 2001). A influência dessa pseudorracionalidade se espalha mesmo por onde a indústria ainda não é tão significativa, como no Brasil: é a racionalidade abstrata da máquina que vai pautar o controle das classes trabalhadoras a partir da sua abstração (FEDERICI, 2017). É a sequência regrada de ações pré-

determinadas a partir da abstração da individualidade em usuários padrões, que se estendem mesmo para o tempo (e espaços) da cidade. Assim, o espaço da cidade aliena o homem, tal como a rotina do trabalho, por não lhe permitir mais a ação autônoma e consciente, subsumindo-o numa sequência de espaços funcionalmente setorizados, pragmaticamente distribuídos e feios.

O planejamento modernista, a escola de pensamento urbano que assume a justificativa teórica do funcionalismo, já recebeu críticas suficientes para ser ainda oficialmente adotada. Entretanto, em muitas políticas públicas, observa-se ainda um discurso similar: adotar racionalidades diversificadas e específicas exigiria um aprofundamento de análises que não se insere nos orçamentos e prazos exíguos – o benefício não valeria o custo. É por isso que se vê projetos de espaços públicos “de lazer” desenhados como se espaços abstratos fossem, com equipamentos distribuídos a intervalos geometricamente regulares: academias (padrão) para idosos, brinquedos (padrão) para os pequenos, quadras (padrão) poliesportivas para os jovens. A cidade abstrata pode ser árida para quem não é padrão (e alguém é?).

Mesmo os espaços que são alvos de projetos mais detalhados acabam vítimas de problemas similares. Angelo Serpa, em estudos em Paris e Salvador, demonstra como mesmo projetos paisagísticos preocupados com o lugar correm risco de reproduzir um novo estereótipo: o de adotar gostos e linguagens do que denomina ‘as novas classes médias’ como uniformes para toda a sociedade (SERPA, 2008, p. 21-36).

A escolha não é aleatória: tais classes são destino das atuais políticas públicas urbanas, que visam multiplicar o uso (o consumo, diríamos) do espaço urbano como estratégia de valorização imobiliária. Serpa define estas novas classes médias como posições socioeconômicas equivalentes, classificadas por um nível elevado de estudos, cujo lazer e consumo são os “motores” de complexas transformações urbanas. São para estes setores da sociedade que se destina o urbanismo da “cidade-espetáculo”, como parte de uma política de fomento do consumo e do “lazer festivo”, com privilégio de lugares ‘visíveis’ e gosto pelo ‘grande espetáculo’. É para eles que se produz as “paisagens-produtos” e que se nega os processos coletivos na paisagem. Tais espaços permanecem distantes para um público de perfil mais popular que habita as periferias metropolitanas (seja em Paris, seja em Fortaleza). São intervenções “cosméticas”, que mudam o espaço urbano para garantir que a cidade permaneça como está.

A Figura 11 apresenta a imagem de divulgação da proposta de Roda Gigante de 100 metros a ser instalada na Praia de Iracema, espaço alvo de recorrentes intervenções no intuito de promover a atividade turística na cidade de Fortaleza. A proposta, que afiança não ser necessário qualquer investimento público para implementação e funcionamento, faz parte de um plano mestre contratado pela prefeitura municipal da cidade, que prevê uma série de intervenções no litoral da cidade.



Figura 11 – Proposta de Roda Gigante de 100 m a ser instalada na Praia de Iracema.

Fonte: <https://oportaln10.com.br/roda-gigante-de-100-metros-de-altura-sera-instalada-em-fortaleza-80249/>, acessado em 30.03.2018

A incongruência de um tal equipamento numa cidade desigual e carente de uma série de serviços públicos, com população majoritariamente de baixa renda que não poderá frequentar o espaço, ao contrário do espigão, que é trampolim gratuitos de pulos, pode ser representada nesta imagem: não existe cidade, apenas o equipamento, que paira no vazio, completamente alheia ao lugar.

Aliás, na divisão de atribuições que caracteriza a sociedade mundializada atual, percebe-se que não é aos grupos sociais denominados “populares” que se destinam as cidades. No máximo, e aí podemos retornar a Lefebvre, estes ocupam os espaços das periferias¹⁷, entre a impessoalidade dos projetos de habitação em massa e as variadas soluções autoconstruídas, nos limites da inadequação. A lógica do

¹⁷ Aqui, classificamos determinadas áreas como periféricas não a partir de uma distância geométrica das zonas centrais, mas sim da dificuldade de acesso a determinados bens e serviços (QUEIROGA, 2012)

mercado de terras urbanas lhes garante sua permanente situação de exclusão, pois à medida que as áreas recebem infraestruturas se tornam mais valorizadas, impelindo os excluídos do projeto a procurarem espaços mais baratos. Para estes, as necessidades se reduzem à sobrevivência e à reprodução da força de trabalho: a moradia, a infraestrutura básica, a educação mínima e a saúde abaixo da mínima. Questões da paisagem parecem supérfluas nestes espaços – para quem não tem “olhos de ver”.

Especialmente no caso brasileiro, a cidade se expande sem um controle estatal, e as políticas urbanas visam principalmente remediar danos, ao invés de preveni-los. Por isso, os investimentos públicos destinados a estes setores concentram-se principalmente no fornecimento (mesmo assim, insatisfatório frente à demanda) de serviços denominados básicos (moradia, infraestruturas de abastecimento e saneamento, equipamentos sociais). Nesse contexto, o discurso da racionalização de investimentos naquilo que se denomina básico (ou “incompressível”) é ainda mais sedutor. Apesar das boas intenções do discurso, o resultado pode ser resumido nas palavras de Davi (*):

“Porque aqui nós temos: nós precisamos de um médico, tá aqui pertinho; nós precisa- mos de uma farmácia, támo pertinho; nós precisamos de um mercado, támo pertin- ho, né? Única coisa que nós não temos, é o lazer. É o lazer. Que pobre não tem lazer. Você sabe qual é o lazer do pobre? Não sabe, não? É o trabalho. O lazer do pobre é o trabalho, é o cabo da enxada, né? É carpir o quintal, é trabalhando em obra. Esse é o lazer do pobre”. (Peabiru, 2017)

Por isso, demandas por aspectos aparentemente “supérfluos” são importantes na redescoberta da cidade como patrimônio dos seus

cidadãos. Quando grupos de pessoas se mobilizam em prol de mais do que a sobrevivência, é a descoberta do humano em si uma das possibilidades mais fascinantes. Os movimentos de descoberta no cotidiano são em si oportunidades de resistência contra a abstração, em que pese a imposição sempre maior da rotina alienante e alienada. São verdadeiras ações políticas, no que rompem com a ordem vigente, criando novos espaços de participação verdadeira (Pallamin, 2015). Nas palavras de Pedro (*):

“As pessoas não pode ir passear no fim de semana. Quer dizer, é tipo um presídio. Quer dizer que eles só quer o que? Eles só quer a força de trabalho do povo, não quer que o povo tenha um lazer, né? Como que o povo vai ocupar a mente só no serviço e não ter um lazer? Sem ter uma distração na mente, né? Então eu acho um absurdo isso que nós vivemos hoje, né? Eles querem voltar o tempo de antigamente, e pode ver que tá voltando. Se o povo não reagir, se o povo não voltar, se o povo não pôr sua cabeça no lugar, não ter uma reivindicação, eles nunca vai sair da exploração, né? Então... Isso que eu acho comigo, isso daí”.
(Peabiru, 2017)

Apesar de a cotidianidade ser um espaço de repetição e pouca reflexão, existem brechas em que o comportamento automático é questionado, exigindo a atenção do indivíduo (Heller, 2008, p.34). Aí surgem as possibilidades de criatividade no cotidiano. Essa criatividade individual pode ser quase uma tática de sobrevivência num ambiente hostil, tal como nos apresenta Michel de Certeau (1997), ao se referir às “formas microbianas de resistência” pelas quais os habitantes da cidade reconstituem no tempo os espaços dominados pelas estratégias estatais.

São elas que, ao dissociar as micro-decisões da macroestrutura dominante, permitem aos usuários tornarem-se produtores

autônomos, porém somente a partir de táticas “sem identidade legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparências racionais” (CERTEAU, 1998, p. 174), assim classificadas por distanciarem-se das narrativas oficiais inscritas no espaço.

Ao mesmo tempo que permite a repetição de comportamentos aprendidos, a interação entre aquilo que é socialmente aceito e a própria individualidade do homem dá a ele possibilidades de criação que o individualizam. É aí que se produz a criatividade cotidiana. São também estes momentos em que surgem também as oportunidades de homogeneização (ou objetivação, cf. MARTINS et. al, 1996) – ou seja, o momento em que algo convoca a utilização da inteireza das suas forças de um indivíduo em uma atividade humana genérica que escolhe conscientemente e autonomamente, que o indivíduo singular se eleva do homem inteiro ao inteiramente homem, numa experiência que enriquece a vida humana e lhe permite existir em completude.

Como nos tornamos livres (causa interna total dos efeitos daquilo que se passa em nós?) – homogeneização como lampejos de liberdade. É o prazer da liberdade que leva a busca por mais momentos de autonomia, quando compreendemos melhor o mundo e a nós mesmos, e nossa consciência se expande para reconhecermos nossos próprios interesses. Citando a explicação de John Dewey para a explicação da conscientização na experiência estética:

“[A consciência] é a readaptação contínua do eu e do mundo na experiência. A “consciência” se torna mais aguda e intensa, conforme as readaptações exigidas, e se aproxima do zero quando não há atrito no contato, e a interação é fluida. Ela se turva quando os significados passam por uma reconstrução em

uma direção indeterminada e clareia à medida em que emerge um significado decisivo”. (DEWEY, 2010, p. 460).

Neste momento de nascimento do “significado decisivo”, a vida cotidiana não é suprimida, mas suspensa, e o indivíduo se instaura como particularidade, espaço de mediação entre o singular e o universal. Essa suspensão não é contínua, mas ao efetuar o retorno, o indivíduo enquanto tal comporta-se cotidianamente com mais eficácia, e passa a perceber a cotidianidade como espaço compulsório de humanização, como um indivíduo mais refinado e desenvolvido.

Estes instantes, que são momentâneos na vida da maioria das pessoas, são cruciais para o crescimento do indivíduo como ser humano, porém somente possíveis pela ação consciente. Caso não ocorram, a cristalização dos comportamentos do cotidiano pela repetição maquinal termina por empobrecer a essência humana nos ‘papéis sociais’.

Importante notar que Dewey diz que a mente é a readaptação do eu e do mundo – é construída nessa relação. Daí a importância da noção de paisagem habitada, e de sua inclusão no pensar a cidade. Oportunizar aos cidadãos serem sujeitos (da produção) e experienciadores (de experiências significativas) nos espaços urbanos seria uma forma de inserir o imaginário e o sensível no cotidiano, como condição para reencontrar a medida (e o equilíbrio) do mundo ambiente, o espaço da vida. É preciso libertar o planejamento das restrições funcionalistas de atendimento a um somatório de carências e objetivos universais, e abrir espaço a subjetividades plurais. É preciso permitir à cidade ser um espaço também de fruição estética para a coletividade de seus habitantes.

Esse processo é contrário à citada visão mercadológica da cidade, com a valorização específica de determinados espaços, consumidos como produtos para usufruto de uma elite educada, capazes de entender um vocabulário estético produzido. Pode-se associar a separação do reino do belo (a arte) e o útil (o cotidiano), discutida anteriormente, à apropriação distorcida do papel da experiência estética tal como é formulado no período moderno, resultado de um avanço sempre maior de uma visão de mundo como espaço de mercado, tal como discutíamos anteriormente.

Nesse processo, a Arte se torna o reino de iniciados, que determinam como especialistas o certo e o errado, o positivo e o negativo na experiência da Arte. A obra de arte descola-se da experiência comum, valorizando-se mais o produto vendável que o processo que o gerou. Essa separação, artificiosa e mesmo prejudicial, enfraquece a arte como expressão da matéria perceptiva, afastando o homem comum de um tema que supõe refinado, imergindo-o no pragmatismo cotidiano em busca de substitutos, mesmo que vulgares e baratos, que lhes atendam os anseios por experiências prazerosas (DEWEY, 2010).

A diferença entre a arte e o banal seria apenas a intensidade da própria experiência sensorial e perceptiva, significativamente mais esclarecida e intensificada, permitindo o entrelaçamento do tempo individual num tempo mais amplo, que é natural e histórico, simultaneamente passado, presente e futuro, naquilo que Assunto chama de temporalidade. Ou seja, seria arte aquilo capaz de despertar respostas mais profundas do ser humano, a atenção concentrada e

consciente da reflexão. É esta experiência que Berleant (1997) diz ser mais vívida no espaço de vida que na própria arte. Nas palavras de DEWEY (2010, p. 211):

“Os momentos em que a criatura está mais viva, assim como mais composta e concentrada, são os de interação mais plena com o ambiente, aqueles em que o material sensorial e as relações se fundem de maneira mais completa. A arte não ampliaria a experiência caso recolhesse o eu no eu, e a experiência resultante dessa reclusão tampouco seria expressiva”.

Assunto (2013) prega essas experiências como necessidade humana no ambiente, se não se desejar submergir a consciência humana no cotidiano alienado e sufocante do espaço padronizado e produzido em massa. É aí que se produz a homogeneização das experiências fragmentárias que permitem a unidade (ainda que nunca completa e permanente, mas sempre maior) que eleva o indivíduo em direção à consciência, de que nos falam Lukács e Heller (MARTINS et al., 1996).

É importante discutir quais razões existiriam na sustentação de uma separação tão rígida entre aqueles a quem compete criar e aqueles que devem se concentrar em produzir. O argumento é que as atividades do cotidiano ocorrem de forma tão “fluida”, que não seria preciso concentrar nelas atenção – não existe o atrito que desperta a consciência, para utilizar os termos de Dewey. Entretanto, será que podemos sintetizar todas as ocasiões em que o homem realiza atividades voltados a uma finalidade específica em ações apáticas, em que a consciência está inerte e baseadas na fragmentação de que fala Heller? Na verdade, não existe a comprovação de que o sensório e a razão devam sempre ocorrer de formas separadas. Isso se dá mais porque aceitamos

como o “normal” a rotina monótona e entediante, do que por razões fisiológicas. Então, por que não aceitar que nem toda ação produtora e utilitária deva necessariamente implicar numa ausência de experiência estética? Voltemos ao pensamento de Rancière: Se falam todos, por que alguns são audíveis e outros produtores de ruído? (Figura 12)

Não se trata, assim, de apenas ofertar produtos artísticos nos espaços coletivos. Mesmo porque espaços públicos prechos de experiências estéticas podem ser criados individualmente –

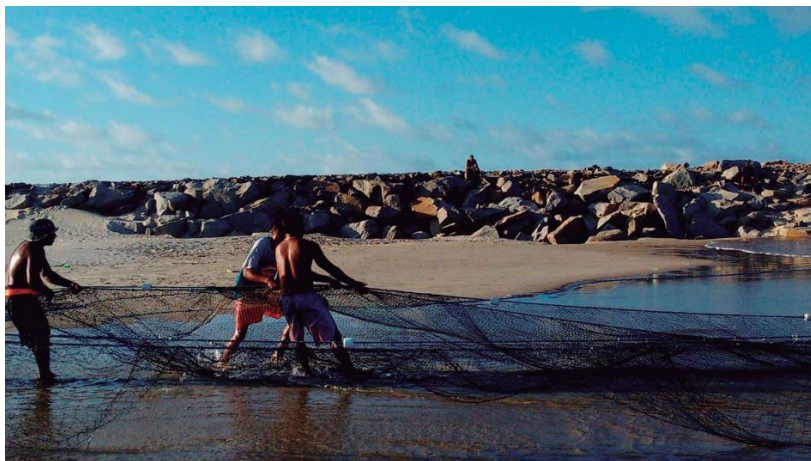


Figura 12 – Pesca de Arrasto, no Serviluz. O trabalho na praia. Será que os pescadores não veem a beleza do mar? Foto: Bruno Sousa (2015)

o artista está inserido na sociedade, sua produção está associada ao mundo público. É preciso reaproximar a arte da vida cotidiana, e mesmo inserir as potencialidades desta inteligência coletiva no processo de produção da cidade, oportunizando experiências significativas aos experienciadores do lugar – não somente de apreciação, mas também

de liberdade criativa. Uma tal liberdade exige a autonomia para exercê-la – no tempo e no espaço.

Essa escolha nos é cada vez mais rara: pressões sobre o quanto e como despender nosso tempo de vida surgem por todos os lados, determinando quais atividades são válidas, e quais são “desperdício” de tempo. A medida dessa validade é determinada sempre mais pelo “retorno” desse investimento, em um processo de monetarização do tempo. É nesse sentido que o cotidiano se apequena na rotina.

A mesma abstração que caracteriza o modo capitalista de produção se expande agora para todos os outros setores da sociedade e consolida uma lógica produtivista unitária. É assim que todas as atividades devem ser realizadas no mesmo tempo socialmente determinado, mesmo fora da esfera da produção. A pressão para a redução dos tempos dedicados a cada tarefa faz com que a atenção do indivíduo esteja sempre fragmentada, distribuída entre muitos afazeres que não lhe permitem autonomia, padronizando ritmos de vida numa rotina monótona, enervante, alienadora. Sobreviver a estas pressões exige a adoção de comportamentos repetitivos, quase inconscientes, que não permitem aquilo que distingue o ser humano: a consciência criadora.

Segundo Dewey (2010), o que é oposto ao estético é a monotonia, a desatenção ante as tarefas, a submissão às convenções; em poucas palavras, aquilo que se estabeleceu como a rotina do cotidiano, em que as forças do indivíduo estão presentes, porém de forma heterogênea e superficial. É que na experiência estética o tempo da vida humana enlaça-se num tempo mais amplo, que é natural e histórico, simultaneidade de passado, presente e futuro, de tempos que se contam

em séculos e da temporalidade humana. Dessa experiência surge a incorporação, a reconstrução por vezes dolorosa, mas sempre produz evolução do ser. É aí que se produz a objetivação de que nos falam Lukács e Heller.

A sensação não é representação mental, mas efetiva ligação do ser com o ser: ao sentir, o homem enquanto sujeito encarnado num corpo e ser-no-mundo liga-se às coisas, entes também sujeitos na medida em que exercerem sua ação. Em outras palavras, o sentido de paisagem habitada, ao permitir justamente esse distanciamento, a descompressão do homem do automatismo exigido pela heterogeneidade e velocidade das múltiplas tarefas diárias, permitem propor uma necessidade e um direito à paisagem, enquanto experiência humanizadora e humanizante dos espaços de vida.

Daí a importância de assegurar nos lugares oportunidades da experiência da paisagem e do respeito às paisagens habitadas, aos sentidos já construídos nos lugares. São decisões de autonomia, que reforçam a consciência do humano de si mesmo como indivíduo autônomo. São oportunidades, no dizer de John Holloway (2013), de fissurar a espessa camada de inconsciência a que somos submetidos, na corrida sempre frenética do dia a dia. Romper esse ciclo significa buscar um “outro-fazer”, outras formas de viver que aceitem a autonomia, “movimentos de recusa-e-criação”. Apesar de poderem ser apenas um

“lampejo ou um raio, elas iluminam um mundo diferente, um mundo criado, talvez, apenas por algumas horas, mas a impressão que permanece em nosso cérebro e em nossos sentidos é a de uma imagem do mundo que podemos criar (e

criamos). O mundo que ainda não existe se mostra como um mundo que existe como ainda-não” (Ibidem, p. 13).

A paisagem possui enquanto experiência estética um duplo poder. Primeiramente, enquanto experiência individual e autônoma, ela se torna pouco “racional” sob o ponto de vista utilitarista. Sob esta chave, é ainda mais interessante que a noção de “lazer”, esta forma cooptada de manter a força de trabalho apta a produzir. O lazer foi assim instrumentalizado, pois serve ao propósito da saúde e descanso que ajuda a recuperação da energia produtiva. É por isso que tratamos aqui da experiência estética – ainda que haja um componente do lazer, é principalmente seu papel para a autonomia e crescimento do humano-genérico que nos interessa.

Em segundo lugar, a luta por “bens comuns”, a priorização do valor de uso frente ao valor da mercadoria-paisagem, que Holloway chama de “comunização difusa” é uma forma embrionária de questionar essa visão de mundo que parece hegemônica, pois leva a questionar o mundo da mercadoria, a corrente instrumental de raciocínio típica do capitalismo, e a compreender outros valores, e as similaridades entre aqueles que foram categorizados como diferentes. Criam-se ou recuperam-se relações sociais e reconhecem-se dignidades perdidas num mundo cada vez mais abstrato.

É significativo que um dos principais elementos no discurso de recusa dos projetos da prefeitura encontrado nas áreas de pesquisa seja justamente a defesa do espaço comum, e, especificamente do Serviluz, da “nossa paisagem”. Se consideramos a paisagem como a experiência estética de seu espaço de vida, podemos estender à paisagem o papel

apresentado para a arte, como um elemento de união entre homem e natureza, mas também de conscientização dos homens de “sua união uns com os outros na origem e no destino” (DEWEY, 2010, p. 469). A paisagem é assim um despertar de consciência para a humanidade em todos nós. Por isso, podemos pensar no sentido da paisagem habitada, percebemos sua importância crucial na produção de uma cidade concreta, humanizadora e humanizada.

3. O HABITAR POÉTICO E A EXPRESSÃO POLÍTICA

Aliás, é importante salientar, a pesquisa realizada deixa entrever o próprio desejo dos entrevistados de reconhecimento como cocriadores, e a recusa em aceitar propostas elaboradas sem sua participação. Os espaços de habitação se estendem para além da fronteira da moradia, como mencionado na Seção 03. Tal papel lhes é resultado recorrentemente, silenciados e reduzidos em propostas tecnocráticas, como testemunhado nas “oficinas participativas” da prefeitura e nas análises de processos de projeto e programas urbanísticos em Fortaleza, como apresentado na Seção 01.

Na verdade, o que determina o objeto desta pesquisa é uma proposta alternativa a esse modelo. Pois, por entre as fissuras deixadas no espaço pelas estratégias hegemônicas de dominação, oportunidades buscadas pelas táticas cotidianas, como parte de um processo contínuo de transformação do espaço através de lógicas milenares de construir e habitar a Terra. Aos resultados das modificações imprevistas e por vezes contraditórias geradas pelas práticas de seus consumidores sucede uma

degradação da cidade-conceito. Desconstruindo o que lhes é imposto em símbolos e formas próprias, os cidadãos se reapropriam do que lhe é imposto, permitindo-se habitar o lugar. É um embate entre técnicas e visões de mundo que se reproduzem em paisagens habitadas

Mesmo sob a pressão dessas estratégias hegemônicas de dominação do espaço, mesmo a transformação (teórica) dos habitantes em consumidores do espaço não elimina, mas apenas esconde suas ações criativas, a *poiein* anônima, a combinação dos elementos desta cultura de forma sempre diferenciada. Neste processo, espaços gerados de forma desconexa, em lógicas de projeto distanciadas daquelas de seus destinatários, são traduzidos para uma linguagem inteligível para o cidadão comum, que se utilizam do vocabulário fornecido para a construção de suas próprias narrativas. (FIGURA 13).



Figura 13 – O Mirante para o mar. Intervenção autônoma transforma o espigão de pedras de proteção do porto em praçinha para permitir contemplar a paisagem no Serviluz. A pedra avisa:

Praia limpa é saúde.

Foto: Hulda Wehmann (2018)

Esse conflito entre o espaço vivido (concretamente) e o espaço concebido (abstratamente) é resultado do distanciamento da lógica de projeto e da lógica dos usuários, e é claramente irracional. Pois, apesar das teorias e paradigmas, permanece a cidade real, distanciando-se sempre da teoria, sempre em mutação. Porém, como esse processo de tradução ocorre de forma imprevista e mesmo contraditória às lógicas projetuais que orientaram a produção do espaço, a cidade projetada degrada-se por ação das modificações geradas pelas práticas de seus pretensos consumidores, num processo de reapropriação à revelia do sistema produzido, de “correção” dos “erros” da ordem imposta, traduzindo o que recebe para aquilo que deseja.

É a vida cotidiana que constrói verdadeiramente a cidade, e vice-versa. Ainda que inconscientemente, são os habitantes, através de suas práticas e táticas que escrevem com seus corpos os textos que compõem a cidade. Em recíproca, a cidade inscreve neles sua cartografia, num processo que culmina naquilo que Jacques (2008) descreve como corpografia urbana¹⁸. Esse processo criativo, poético, ocorre no intercâmbio do corpo com o espaço urbano, permitindo então as experiências estéticas tal como definimos a paisagem: um momento de integração entre o indivíduo e seu espaço de vida, numa continuidade que permite a expansão da consciência humana.

Não pretendo aqui estabelecer uma visão romântica de uma condição periférica (entendida a partir de um menor acesso a

¹⁸ O termo corpografia, retirado de artigo homônimo, quer dizer um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita, mas também configura o corpo de quem a experimenta. (JACQUES, 2008)

oportunidades e serviços urbanos, cf. Villaça (1985) e Queiroga (2012) como espaços de libertação, mas é possível indagar-se se, contraditoriamente, aqueles onde a racionalidade instrumental realiza menores investimentos e menor controle abrigariam também maiores possibilidades de estímulo ao imaginário?

4. PAISAGEM HABITADA: DIREITO AO HUMANO NO PENSAMENTO URBANÍSTICO

“The aesthetic eye, like the lover’s, find wonder everywhere.” (Arnold Berleant, 1997 p.164)

Após a compreensão dos sentidos possíveis de uma paisagem habitada, posso passar a próxima questão: como trabalhar com esta noção? A fim de permitir um recorte de pesquisa, passarei a discutir o lugar público (QUEIROGA, 2012) como espaço preferencial de investigação da temática da paisagem urbana.

Enquanto experiência criada pelo afeto (no sentido de afecção), a ideia de paisagem transcende a experiência estética positiva causada por determinadas características espaciais, o belo, ainda que possa incorporá-lo. Nos termos de Berleant (1997, p. 165) “And we can measure beauty not by its formal features alone but by the perceptual immediacy and intensity that enrich the intimate bond of person and place”. Trata-se da experiência do “aqui e agora”, presente inclusive nos afetos cotidianos: é o corpo no espaço de vida, afetando e se deixando afetar, mesmo nos espaços da cidade. Essa definição permite, portanto, extrapolar o limite dos espaços de natureza para existir enquanto apreensão sensível também da cidade, o mundo dos homens (Figura 14).

Tais espaços existem, pois, apesar da generalização de uma produção espacial orientada pela eficácia, persiste sempre uma dialética entre os circuitos dominantes e instituídos e as ações cotidianas, traduções locais que SERPA (2007) denomina de culturas subdominantes. Estas seriam resquícios de práticas “menores”, alternativas à hegemonia, postas em ação a partir de táticas “sem identidade legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparências racionais” (CERTEAU, 1996, p.174).



Figura 14 -O Farol do Mucuripe, marco na paisagem de uma das áreas de interlocução dessa tese e patrimônio histórico da cidade de Fortaleza, como espaço de vida.

Foto: Hulda Wehmann (2018)

Se a pretensão de trabalhar o conceito de paisagem habitada exige a integração homem e espaço de vida, que espaços da cidade seriam

paisagens? Será que todos os espaços livres públicos permitem o envolvimento necessário para a apreciação estética, conforme o pensamento de Berleant? Haverá a necessidade de que sejam espaços de domínio público (o que seria a definição legal de espaços públicos) para permitir que essa experiência de paisagem na cidade ocorra?

A última pergunta parece razoavelmente fácil de responder, e a resposta é negativa. Dificilmente será necessário a um espaço deixar visível sua titularidade, para exercer um papel de espaço de fruição estética. Seria mais lógico trabalhar a partir da densidade de relações horizontais, ou seja, das relações comunicacionais conforme definição de Santos (2012), espaços opulentos pela sua densidade humana. Isso porque a densidade comunicacional provém do lugar para o lugar, ancorando as lógicas do agir no próprio local da ação e construindo uma compreensão compartilhada que permite “(...) assumir, com maior ou menor certeza, dentro da realidade diretamente vivida (experimentada)”, que aquilo que é visto é o mesmo, e o mesmo em todas as perspectivas possíveis. Segundo Santos, citando as ideias de Jürgen Habermas, somente através da comunicação se estabelece a verdade (Ib., p.160-1).

Retomo então a noção de estética como sistema de partilha do sensível, conforme Rancière, já discutidos no capítulo anterior. Se é através da sensibilidade que se percebe direitos e desigualdades, que se desenvolve a consciência que permite o crescimento humano e a ação política, é preciso buscar os espaços da esfera pública. Esse sentido não exclui os espaços da esfera pública geral, da vida em público, pois uma tal conscientização pode ser contratada nas diversas negociações do

cotidiano. Assim, posso determinar como espaço de pesquisa os lugares públicos, lócus das especialidades da esfera pública geral, espaços de apropriação pública, conforme a definição de Queiroga (2012). São esses os locais onde se encontram as esferas públicas oficiais e populares possivelmente permitirão a identificação de desigualdade que permite a ação política e a percepção de si mesmo. Segundo Queiroga (2012):

A escala do lugar público é a escala da copresença. Isso não significa que todos os presentes no lugar público estejam se comunicando, como numa praça renascentista italiana, mas estão convivendo, participando da constituição do lugar (público). O lugar é o “aqui e agora”, hic et nunc (SANTOS, 1996, p. 122).

Nesta pesquisa, identificou-se que as mobilizações em torno de espaços de vida comum têm um forte potencial agregador e simbólico, que identificam “lugar na cidade”, especialmente quando permitem a identificação de uma imagem específica. A determinação funcional de espaços conforme sua materialidade é inócua, pois a definição de espaço adotada é aquela de Milton Santos, uma instância híbrida de objetos e ações. Daí que são as práticas no espaço (que Queiroga define como espacialidades) que determinam suas funções, ainda que influenciadas pelas oportunidades apresentadas pela estrutura material – influência que assume conotações as mais diversas. O autor lembra ainda a importância de uma:

“esfera pública geral como base (quantidade) para o desenvolvimento da esfera pública política (qualidade). Nesse sentido, a qualificação dos espaços de apropriação pública, dos lugares públicos, potencializa seu uso para a vida em público, permitindo o estabelecimento de uma razão comunicativa mais intensa e, provavelmente, mais rica. O simples ver e ser visto em público já propicia uma

relação social elementar e fundamental: reconhecer o outro.” (QUEIROGA, 2012:262)

Santos apresenta como os lugares redefinem as técnicas universalizantes da sociedade globalizada. A essa redefinição pode ser associada os conceitos de tradução ou hibridização cultural (Burke, 2010), em que o universo de significados e validações do tecido preexistente pelos usuários que comanda a inserção dos novos elementos. É essa ancoragem que permite que determinados espaços permitam a percepção da temporalidade: na temporalidade urbana se sedimentam o tempo da história humana e o da existência individual; na natureza, se enlaçam os reinos mineral, vegetal e animal, conformando espaços epifânicos (SERRÃO, 2011).

Por isso, apesar dos habitantes tornarem-se partícipes de uma cultura cada vez mais totalizante, a combinação dos elementos desta cultura se dá sempre de modo diferenciado (Santos, 1971), tratando-se de formas de resistência, em que lógicas passadas convivem, subversivamente, com a lógica das zonas de consumo padronizadas que caracterizam o espaço tecnológico-industrial. É na festa do cotidiano, semeada de maravilhas, que efêmeras festividades que surgem, desaparecem e tornam a surgir (Certeau, 1997), que sob a lei imposta, a superposição e recombinações permitem a pluralidade e criatividade necessárias a vida (Figura 15).

Esta é a razão pela qual num mesmo espaço podem surgir diferentes subculturas, manejadas por indivíduos oriundos de grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas e diferentes níveis de acesso à informação e poder de intervenção, num processo

cumulativo comparável às camadas de composição da paisagem – a diferença seria o substrato físico a que se superpõem. São as culturas subdominantes, traduções locais daquilo que é imposto hegemonicamente a partir de práticas do cotidiano. O lugar é o espaço do possível.

Certeau nos diz que é preciso que também a cidade e seus ambientes sejam fruídos multissensorialmente, mesmo porque muitos destes processos, destas táticas, são esquemas operacionais relativos ao modo de uso de produtos impostos por uma ordem dominante. É no entendimento das lógicas plurais expressas no cotidiano que o processo de planejamento poderá evoluir de estruturas natimortas a espaços plenos de e para vida.

A utilização de métodos que permitam a inserção da subjetividade do cotidiano como acréscimo de projeto, reconhecer suas criações e táticas é dar vida à noção de que a cidade é uma construção realizada ao longo do tempo, em que muitas temporalidades e culturas se misturam em campos híbridos culturais que convivem e interagem, enriquecendo a noção de participação para além de reuniões onde se pergunta o que as pessoas querem. Trabalhar a paisagem como experiência estética habitada é associar ao lugar o papel da arte. Compreender as paisagens possíveis no lugar são meios de compreender, através da imaginação e das emoções contidas nessas criações, em outras formas de relacionamento com o lugar, diferente do nosso próprio.



Figura 15 – Banho de Mar pelas ondas da “Ressaca”, período de janeiro em que as ondas têm uma maior altura e o mar avança sobre as praias de Fortaleza. Festa da criançada.

Foto: Hulda Wehmann (2018).

Por isso, o reconhecimento da paisagem habitada, sua inserção nos processos de projeto, é permitir a integração entre o Homem e seu meio, a experiência consciente como unidade criada pela integração entre sujeito e natureza no próprio ato de percepção. Mas como permitir essa unidade? E quanto dela seria necessário? Será suficiente relegá-la aos momentos de lazer, aos tempos livres que sobram por entre as atividades cotidianas, naquilo que Lefebvre denuncia como a transformação da natureza e do lazer em objetos de consumo (LEFEBVRE, 1969)? Acredito que essa postura é insustentável, e a partir de agora trataremos das relações entre o cotidiano, a experiência estética e aquilo que denominamos paisagem habitada.

Neste sentido, compreender os sentidos de paisagem criada pelos habitantes do lugar, a paisagem habitada, significa também inserir suas

racionalidades naquele espaço – e não só como uma consulta legitimadora no momento do projeto. A paisagem é manifestação cultural no espaço, um processo de união a ser celebrado continuamente. A cidade é obra, é festa, valor de uso continuamente alimentado. A união das duas noções não é redução, mas ampliação das possibilidades de enriquecimento da vida humana. O que é preciso agora são meios de transformar essas propostas teóricas em instrumentos de projeto, e é esta a contribuição que gostaria de dar com esta tese.



CAPÍTULO 03
RELATOS SOBRE A PAISAGEM:
A EXPERIÊNCIA DOS QUE A HABITAM

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE FALAS E RUÍDOS

Uma das expressões mais usadas para expressar a desigualdade entre os membros dessa sociedade que partilhamos é que existem coisas e pessoas que “não têm voz”, traduzindo talvez de forma mais alegórica a noção da partilha “desigual entre iguais” de Rancière, já discutida nesta tese. É neste sentido que Ferreira Gullar expressa a seguinte fala:

“E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz.”

Entretanto, sabemos que não existem pessoas que não têm voz. Certamente que Gullar, nesta citação presente em inúmeros trabalhos acadêmicos, encartes de discos (“Milton Nascimento ao vivo”, de 1983) e mesmo vários sites de “frases inspiradoras”, se referia a outra coisa, ao mencionar a existência de pessoas sem voz: ao fato de determinados indivíduos não serem considerados capazes de expressão. Conforme Rancière (2010), existem aqueles cuja expressão é considerada inteligível (portanto, de significação e interesse para o campo do comum) e aqueles cuja voz é apenas ruído, ininteligível, classificados como “animais ruidosos” conforme descrição de Rancière.

Assim, posso entender que a mensagem de Gullar seria de que o canto só seria justo quando conseguisse envolver também essas vozes desconsideradas, arrastando-as ao espaço de expressão inteligível. E é

essa também a tentativa que se pretende realizar neste trabalho: trazer consigo as poéticas da experiência paisagem presentes nas falas dos que as habitam (os quais denominei paisanos – os que habitam/constroem a paisagem, trabalhando com a assertiva de Heidegger, de que é impossível habitar sem construir (1975).

Para tanto, o que proponho é explorar a dúvida que surgiu enquanto trabalhava sobre o conceito de paisagem: o que pensariam os habitantes sobre o tema? Seriam realmente indiferentes, confirmando o desabafo de Cézanne? Ou será que teriam chegado a conclusões próprias, mais ou menos distantes do que o estado da arte da filosofia da paisagem definia atualmente, e que tratamos por ruídos? Importante lembrar que para alguns teóricos, a paisagem banal, como denomina Albuquerque (2018), a paisagem que se desvela nos espaços cotidianos, sequer existe. Seria isto verdade?

Após sugestão por parte de minha orientadora de ancorar o trabalho no solo da realidade vivida, iniciando-se com um piloto em campo, propus estabelecer um diálogo entre o que eu entendia como paisagem e o uso e os sentidos que atribuíam os habitantes do espaço de investigação, compreendendo sua língua sem, entretanto, assumi-la como a minha própria (BAUER & GASKELL, 2015, p. 34-33). Foi a necessidade primeira de definir a existência do objeto de estudo que estruturou a pesquisa de campo realizada, cujos resultados apresentaram tamanha riqueza que indicaram novos rumos para o próprio desenvolvimento do doutorado, de forma muito mais satisfatória.

Isto porque, ao realizar a primeira pesquisa de campo, considerando olhar pelos olhos de quem habita, e aprender a língua que

desejava interpretar como indispensável para o enriquecimento e aprofundamento de minha própria visão da cidade, descobri paisagens somente possíveis pela construção cotidiana de espaço e percepção, tão suaves quanto resistentes às muitas camadas de segregação e rotina. Foi a partir dessa conexão intrínseca, bem representada na fala do pescador/surfista/cozinheiro de frutos do mar Luiz¹¹ : “Eu sou um com o mar”, que se reformula a própria tese: não se trata mais de buscar parâmetros para proposição de espaços livres públicos em regiões habitacionais, mas sim de compreender a paisagem como direito, como elemento integrante do direito à cidade, aqui compreendida como construção coletiva em permanente transformação.

Assim, o que pretendo discutir neste capítulo é a interpretação dos relatos coletados ao longo das pesquisas realizadas entre os anos de 2015 e 2018, em momentos diversos (agosto de 2015 a janeiro de 2016/ dezembro de 2016 a janeiro de 2017 / junho-julho de 2017 / dezembro de 2017 a janeiro de 2018).

A metodologia escolhida, de entrevistas em profundidade, forneceu dados para a interpretação de inspiração fenomenológica, e foi complementada pela experiência do lugar, possíveis nas diversas excursões realizadas, e nas conversas com moradores, que com muita gentileza acolheram-me e guiaram-me, com a sabedoria de paisanos na comunidade.

¹¹ Os nomes utilizados são fictícios, para proteger a identidade dos interlocutores. A princípio, conforme o padrão de Bicudo (2011), cada interlocutor fora identificado por sua inicial e um número. Porém, por sugestão da banca de qualificação, substitui a identificação por nome fictícios, escolhidos a partir do usual para a faixa etária e gênero do interlocutor.

A escolha da metodologia qualitativa se deu por desejar enraizar a pesquisa no “mundo da vida” (*Lebenswelt*), partindo do fenômeno Paisagem como ele se apresenta, treinando a escuta para buscar compreender as vozes cotidianas. A pesquisa qualitativa foca-se no ser humano como agente, objetivando apreender sua visão de mundo (MOREIRA, 2002). Neste caso, o que proponho é um diálogo entre os sentidos vividos/significados da paisagem, apreendidos a partir da pesquisa qualitativa, e as posições teóricas apresentadas no capítulo anterior.

São esses diálogos entre prática e teoria que apresento neste capítulo, utilizando-me da seguinte estrutura: primeiramente, discuto a opção metodológica, descrevendo os passos dados na construção da investigação em campo e na interpretação dos dados, utilizando-me de análise de inspiração fenomenológica.

Posteriormente, apresento de forma breve o solo de meus encontros com o outro, situando os espaços de investigação em Fortaleza, através de dados colhidos em pesquisa bibliográfica e observação em campo. Por fim, relato os sentidos da paisagem, constituídos a partir da interpretação que fiz das entrevistas realizadas, compreendendo que a experiência relatada foi aquela trazida à tona através dos diálogos que travei com cada interlocutor, orientada pelas técnicas estudadas.

2. DIÁLOGOS COM O IMAGINÁRIO COMO PESQUISA DE CAMPO EM CAMPO

Foi esta dúvida teórica que conduziu nossa pesquisa a uma primeira pesquisa de campo. Sem pretender comprovar hipótese

alguma, planejamos entender como o fenômeno da paisagem era percebido pelos entrevistados, todos eles cidadãos. O termo fenômeno aqui, baseado nos conceitos que orientam a pesquisa qualitativa fenomenológica (MARTINS & BICUDO, 2005; BICUDO, 2011) designa “aquilo que se mostra a partir de si mesmo”, o que se mostra para quem olha intencionalmente, e não a um ente em si, percebido a partir de uma perspectiva específica, dada pela posição ocupada por aquele que o visa. O fenômeno forma-se assim entre o olhar intencional e o que é olhado, não existindo em outras condições.

Ou seja, o que é percebido é resultado de uma operação entre aquilo que é doado à percepção e aquilo que é efetivamente percebido, de tal forma que o fenômeno ao se mostrar também não se mostra sempre do mesmo modo e pela mesma face, “percebido em nuances que se modificam à moda de um caleidoscópio que ao girar, modifica as posições das peças, formando perfis com formas e cores diferenciados”. (BICUDO, 2011: 53-54).

Posso assim compreender, acompanhando o raciocínio da Prof. Maria Aparecida Bicudo, que o fenômeno seria o percebido no encontro ver-visto, sempre contextualizado. Conforme FU- JISAKA (2014):

Consciência e objeto não são, com efeito, duas entidades separadas na natureza que, em um dado momento, colocar-se-iam em relação, mas consciência e objeto se definem respectivamente a partir dessa correlação que lhes é, de alguma maneira, co-original. Se consciência é sempre “consciência de alguma coisa”, é inconcebível que possamos sair dessa correlação, já que fora dela não haveria nem consciência, nem objeto

Neste sentido, é fenômeno o dado que apreendo sobre o observado em minha consciência, um diálogo entre a consciência e o mundo, definição similar à que se propõe para a paisagem, enquanto “experiência estética”, percepção de *aesthesis* consciente, do espaço de vida. Não se trata assim do objeto de uma experiência (assim como a paisagem não é o conjunto de objetos materiais, somente), nem a consciência de uma experiência (apenas a subjetividade suscitada por aqueles objetos), mas corresponde à vivência intencional em que o objeto observado é dado à consciência – não é a representação subjetiva de objetos, mas algo novo, que tem natureza própria. Neste sentido, o fato de viver num espaço não necessariamente o transforma numa paisagem – são os significados conferidos a este habitar que permitem que ali ocorra o que denominei “paisagem habitada”.

Paisagem pode ser assim a “experiência do espaço de vida”, tal como a define Berleant, surgida a partir da relação intencional entre a consciência e este espaço. Essa associação é ainda reforçada, se utilizarmos a definição apresentada por Husserl em sua aula inaugural do curso de fenomenologia em Freiburg in Breslau, de 1917:

O primeiro e mais primitivo conceito de fenômeno referia-se à limitada esfera das realidades sensorialmente dadas, através das quais a natureza é evidenciada no perceber. O conceito foi estendido [...] para incluir qualquer espécie de coisa sensorialmente entendida ou objetivada. [...] Inclui então todas as formas pelas quais as coisas são dadas à consciência. Viu-se, finalmente (que o conceito) inclui todo o domínio da consciência com todas as formas de estar consciente de algo e todos os constituintes que podem ser imanentemente mostrados como pertencentes a eles. Que o conceito incluía todas as formas de estar consciente de algo quer dizer que ele inclui também qualquer espécie de

sentimento, desejo e vontade, com seu comporta- mento imanente. (MOREIRA, 2002, p. 64).

Neste sentido, o aporte da pesquisa qualitativa de inspiração fenomenológica torna-se ainda mais interessante para a tese aqui defendida, ao adotar um ferramental possível de desvelar as experiências de paisagem. O objetivo da reflexão fenomenológica sobre as experiências vividas é “revelar o mistério do mundo e o mistério da razão” (MERLEAU-PONTY, 1999), superando o objetivismo e o subjetivismo, a partir de uma postura de intersubjetividade. Esta intersubjetividade é o que permite a generalização dos elementos encontrados, e não uma tentativa de universalização. São generalizáveis porque, ao compreender as essências do fenômeno em questão, põem-se em destaque os elementos passíveis de se tornarem comuns à experiência humana.

A pesquisa qualitativa fenomenológica permite, portanto, ir do concreto da situação vivida às estruturas invariantes, os comuns entre as experiências. Entretanto, seus resultados não são universais, pois os fenômenos são sempre situados (ou seja, influenciados pelo contexto em que se manifestam) e resultado de um diálogo entre dois interlocutores, nas quais aquele que pergunta é ativo, um facilitador que auxilia a trazer o fenômeno à tona justamente com o colaborador que responde. É pela ciência de meu papel enquanto investigadora que esta tese é escrita na primeira pessoa.

Assim, o roteiro elaborado se desenvolveu em torno da pergunta: “O que é isto, a paisagem?”, entendendo a paisagem como um fenômeno situado, ou seja, aquilo que se mostra na experiência vivida,

referenciada por quem vê, pela intencionalidade do olhar, pelas características do solo histórico e cultural em que a *epoché* se efetua. É a partir das descrições dessas experiências que realizo um processo de busca de aspectos mais gerais que revelam núcleos de compreensões, que Bicudo denomina como eidos, num processo de reduções sucessivas (Op. Cit., p.54).

A análise das descrições busca assim o sentido do dito a partir da totalidade do descrito. Foi essa a justificativa da escolha desse método, por acreditar que, para um diálogo, é preciso entendimento. A pesquisa de campo teve como objetivo mais que testar se os entrevistados viam os sentidos que eu acredito ser paisagem, a partir de reflexões teóricas anteriores. O que pretendi era entender que usos e sentidos são dados por eles ao termo.

2.1.A OPÇÃO PELA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Utilizar metodologias não quantitativas origina sempre a preocupação referente a como trabalhar com o necessário rigor científico quando não associadas às regras comumente aceitas de repetibilidade, imparcialidades e outras, advindas do método científico cartesiano. Por isso, antes da pesquisa de campo, busquei instrumentar-me inclusive para a escolha da modalidade de investigação em campo.

A metodologia de pesquisa qualitativa que adotei segue os preceitos apresentados por Martins e Bicudo (2005), Bicudo (2011), Fujisaka (2014) e Bauer & Gaskell (2015). A pesquisa qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que se estuda (MARTINS & BICUDO, 2005),

selecionando evidências para a argumentação. Escolhi a entrevista em profundidade (aqui entendida como a interlocução semi-estruturadas com um único respondente, conforme definição de George Gaskell (BAUER & GASKELL, 2015). O objetivo da entrevista em profundidade é a descrição tão completa quanto possível da experiência comum que se investiga.

Esta forma de investigar permite compreender como o fenômeno Paisagem (que entendo como a percepção do ambiente vivido, acompanhando a definição apresentada por Arnold Berleant (1997) surgiria no mundo da vida de meus interlocutores. Parte do processo de entendimento, importante para mim, seria apreender quais as referências utilizadas pelos respondentes, não somente para comunicar a compreensão do fenômeno estudado, como também aquelas introjetadas sistematicamente por imagens hegemônicas.

Percebi a necessidade de adotar, para as perguntas, termos utilizados pelo próprio entrevistado, o que exigia uma conversa preliminar para entender quais eram e o que significavam. Assim, se com os moradores mais velhos perguntava sobre sua comunidade, com os mais jovens passamos a adotar o termo “quebrada”, o que permitia uma conversa mais livre. Apenas a pergunta inicial (a “pergunta disparadora”), foi sempre a mesma: O que é paisagem?

A partir das respostas que suscitava, a entrevista se desenvolvia em torno de temas que visavam a expressão do entendimento que investigava, buscando explorar o universo de cada respondente. Conforme FUJISAKA (2014, p. 83):

Assim, guardados os devidos aspectos éticos e observando as posturas necessárias, numa entrevista fenomenológica, o pesquisador caminha então pelo discurso do colaborador, acompanhando com ele os significados que vão emergindo. Alguns questionamentos podem surgir ao longo da entrevista, porém o entrevistador busca perguntar ou intervir de modo que faça sentido para aquele que é entrevistado. Essas intervenções se dão em forma de clarificações do modo como a pessoa vivenciou a situação, e não de interpretações ou desconfiância da veracidade do que está sendo relatado.

Isso se justifica no princípio de que o rigor no âmbito da pesquisa qualitativa de inspiração fenomenológica não se funda na aplicação de metodologias construídas independentemente, válidas em si mesma, mas sim na fidelidade do investigador ao fenômeno, ao que se busca conhecer, adaptando-se os modos de conhecer para melhor dar conta do indagado (BICUDO, 2011). Como a pesquisa fenomenológica é um diálogo entre dois interlocutores ativos, as questões colocadas devem ser sempre totalmente compreensíveis a ambos, sem termos científicos ou acadêmicos, e aberta para que se possa entrar em contato com suas experiências vividas e os significados dados pelo sujeito.

Assim, os modos de questionar desenvolveram-se com a prática em campo. Métodos e práticas foram experimentações em torno de como melhor aproximar-me de meus interlocutores e, através deles, do fenômeno investigado. Essa postura reforça a importância da aceitação de equívocos e oportunidades não-exploradas na análise posterior a cada entrevista, os quais auxiliaram a refinar os roteiros das entrevistas subsequentes, conforme proposta apresentada por Bauer & Aarts (BAUER & GASKELL, 2015, p.55). As entrevistas surgem como um processo de crescimento e aprofundamento no tema, e foram

complementadas por uma série de visitas e vivências, como a participação em eventos dentro e fora da comunidade, caminhadas, conversas em grupos e diálogos com os diversos participantes do cotidiano da comunidade, que permitiram que sentidos e características essenciais relativas aos fenômenos fossem se delineando e tornando-se visíveis.

As entrevistas consistiram em uma conversa inicial, em que me apresentava, explicava porque estava ali, e fazia perguntas mais gerais, de forma a conseguir compreender o interlocutor daquele momento, postura que acredito necessária para a aproximação daquilo que me seria descrito, compreendendo que fenômeno e sujeito são correlatos. Além disso, sempre havia uma certa insegurança de meus interlocutores sobre o que deveria ser respondido (“será que falo alguma coisa que preste?”, pergunta realizada antes de iniciar a gravação, variadas vezes).

Após esse primeiro momento, realizava as perguntas que visavam entender como então era traduzida a paisagem para os entrevistados, as perguntas se desenvolviam em torno de 03 temas, a saber:

- A compreensão do termo: paisagem
- Memórias da paisagem
- Elementos de uma bela paisagem

A cada entrevista, pelo aprendizado das experiências anteriores, pelas características do respondente e pelo contexto das respostas anteriores, as perguntas modificavam-se um pouco. Por exemplo, as perguntas feitas aos adolescentes Mariana, Leonardo e Juliana

incluiram a solicitação da descrição do Serviluz em três palavras, por perceber que dessa forma os três conseguiriam expressar melhor conceitos que surgiram de outras formas nas outras entrevistas.

Desafiado por perguntas por vezes inesperadas (muitas entrevistas iniciam-se com hiatos mais ou menos longos entre pergunta e resposta), os respondentes foram levados a refletir. Permitir ao entrevistado certa margem de divagação, bem como a repetição de alguns temas nas perguntas permitia que as primeiras respostas, algumas vezes irrefletidas repetições de lugares comuns, ou orientadas pelo desejo de “responder certo”, fossem enriquecidas pelas reflexões próprias, a partir do momento em que o entrevistado se sentia mais à vontade.

Algumas respostas tiveram conteúdo mesmo um pouco contraditórios, como a da jovem Lorena, de 20 anos, que inicia declarando que “todos preferem conhecer aquilo que não tem”, e ao longo da entrevista revela por diversas vezes a emoção por descobrir aquilo que já era seu (“do meu bairro”). Lorena fala inicialmente imagens de cachoeiras e serras que visitou, não-relacionadas à praia onde mora, quando responde sobre paisagens enquanto conceito teórico. Porém, quando questionada sobre memórias marcantes de experiências ao ar livre, relata principalmente memórias dentro do bairro, de momentos de reflexão em atividades banais, como banhos de mar. E explica que tais momentos se tornaram memoráveis principalmente pela consciência de que faziam parte de seu lugar de moradia, mas ela só os havia percebido naquele instante, somente então se tornavam experiências. E diz: “no dia a dia, saía cedo e retornava tarde, morava no

bairro, mas não o conhecia”. Somente quando se insere num coletivo de artistas que atua no bairro é que “volta ao seu bairro”.

Esse caso revela ainda um aspecto que me pareceu uma característica muito valorosa da metodologia escolhida. A comparação entre as primeiras respostas e as subsequentes, que abordam a mesma temática de formas diferentes, permitia que o próprio entrevistado refletisse sobre suas palavras, a partir da contradição entre as respostas prontas e aquilo que por fim se permite expressar.

Esse momento de reflexão é duplamente enriquecedor: por um lado, o entrevistado se permite expressar pensamentos novos, dos quais sequer ele mesmo tinha consciência, dando-se conta de significados da experiência vivida que ainda não tinha se apropriado. Ao mesmo tempo, revestido desta nova consciência de si mesmo, produz um enriquecimento das respostas significativo, permitindo chegar a falas mais representativas.

Foram momentos de profunda beleza essas interlocuções que indagavam sobre o ser humano na paisagem. Foi surpreendente perceber quão pouco espaço os interlocutores escolhidos tinham para expressar suas percepções sobre o mundo. Acostumados a indagações sobre as faltas (de saneamento, de moradia, de seguranças, de cidadania, enfim), vários chegaram às lágrimas pela oportunidade de falar orgulhosamente das belezas de seu espaço de vida. Encerrei a maioria das entrevistas solicitando a descrição da comunidade em que habitavam por 03 palavras: bonita/bonito foi um dos termos que mais se repetia. Como explicou uma senhora para explicar por que a “sua” praça era a mais bonita: “É o amor, né, minha filha?”

2.2.A ESCOLHA DOS INTERLOCUTORES PARA OS DIÁLOGOS SOBRE A PAISAGEM

Um questionamento sempre presente na maioria das pesquisas qualitativas é a questão da representatividade da amostragem. Neste experimento, não se realizou um procedimento formal de escolha de respondentes, a partir de uma tipificação. À medida em que as entrevistas foram sendo realizadas, percebeu-se a necessidade de outras, que acrescentassem novas perspectivas sobre o mesmo tema, de forma a construir uma base que referenciasse as próximas investigações em campo.

Os critérios para a escolha foram, portanto, o de trazer representantes de subgrupos demográficos: homens entre 19 e 50 anos (04), homens acima dos 50 anos (03), mulheres acima dos 50 anos (04), mulheres entre 19 e 50 anos (06), adolescentes (03). No total, foram realizadas 20 entrevistas gravadas ao longo de 02 anos, além dos contatos registrados apenas em cadernos de notas e fotos, nas visitas realizadas. Esse processo é similar àquele que busca construir um *corpus*, uma coleção de textos sobre um assunto, cujo limite da amostragem é determinado pela saturação, estabelecida pela compreensão de que nenhum novo texto acrescentará informações significativamente diferenciadas (BAUER & GASKELL, 2015, p.44).

Não posso afirmar que tenha chegado ao limite da saturação, porém, para os objetivos dessa pesquisa de campo, os resultados foram satisfatórios. Importante lembrar que a pesquisa fenomenológica assume que toda pesquisa apreende apenas uma parte do mundo, uma

vez que as “vivências humanas ao mesmo tempo que se mostram, também escondem”, exigindo flexibilidade e abertura, estão sempre vindo-a ser, sempre em movimento e, portanto, conclusões rígidas são difíceis de lhes caber” (FUJISAKA, 2014: p.93).

Assim, não creio que ao final deste capítulo chego a uma definição última sobre paisagem, nem mesmo a explicá-la. Apenas pretendo ampliar os sentidos possíveis do termo, a partir da compreensão das experiências de paisagem reveladas nas entrevistas, como parte da argumentação da tese que defendo: o direito à paisagem como parte integrante do direito à cidade.

Apesar do número razoável de entrevistas, nem todas foram bem-sucedidas, sejam pela minha inexperiência em sua condução, seja pelo receio de participar (alguns interlocutores, em entrevistas realizadas em 2017, amedrontados por ações que propunham a remoção dos moradores, recusaram-se a serem gravados). Pelo mesmo motivo, as transcrições completas das entrevistas não foram adicionadas a este documento. As tabelas indicam apenas as informações já sintetizadas na metodologia adotada, de redução fenomenológica.

2.3 OPERAÇÕES DE ANÁLISE: DE DESCRIÇÕES INDIVIDUAIS A SENTIDOS COMUNS

O objeto da utilização da perspectiva fenomenológica na pesquisa qualitativa é a compreensão, entendida como a coapreensão ou apreensão-com, da totalidade do fenômeno, percebendo a experiência vivida em seus significados a partir do ponto de vista da intenção que o

anima. O processo pode ser pensado em 03 diferentes etapas: a *Epoché*, a redução fenomenológica e a Redução eidética.

A *Epoché*, fase inicial, se trata principalmente de uma atitude concernente à realidade, que põe entre parênteses o mundo naturalizado (as crenças, conhecimentos, pré-conceitos em relação à tradição, ciência etc.). É, em si, uma experiência, ao permitir que as coisas, os eventos e as pessoas entrem de novo na consciência como a primeira vez, e “olhá-los e vê-los mais uma vez” (FUJISAKA, 2014, p. 70). Seria impossível abandonar completamente os preconceitos em nós estabelecidos (por exemplo, as noções de paisagem adquiridas na educação formal), mas trazê-los à consciência como tal: pré-conceitos.

A redução fenomenológica foca o modo como a experiência foi significada por seu experienciador, não sendo necessário conhecer como essa mesma vivência se dá na realidade. Não se pressupõe a aceitação dos depoimentos de forma acrítica, ou seja, dar voz a depoimentos subjetivos da experiência de um indivíduo. Mas de entendê-las e refletir sobre elas, retirando os sentidos ali presentes – que são diferentes das vivências em si. Procura-se assim uma postura de intersubjetividade, nas quais estes sentidos podem ser partilhados, ainda que as experiências sejam individuais.

Por fim, a redução eidética busca a essência (*eidos*) do fenômeno, ou seja, suas características fundamentais, dimensões ou constituintes essenciais, sem as quais o fenômeno deixa de ser conhecido como tal. É a síntese da estrutura identitária do fenômeno. Parte-se, assim, do concreto da experiência vivida, para clarificação do que é comum entre

as vivências/experiências, não em caráter universal, mas em caráter geral, dependentes de um contexto específico.

Bicudo (2011: 57 e 58) destaca as seguintes operações em busca do sentido do dito nos depoimentos individuais e dos significados articulados às expressões culturais de sentidos percebidos e trabalhados pelos atos da consciência. A análise foi dividida em 04 passos, apresentadas a seguir, repetidamente refeitos, à medida que novas incursões a campo e outras entrevistas foram acrescentadas.

- **Passo 01:** A leitura atenta do descrito em sua totalidade. O relato gravado foi transcrito totalmente, e lido por diversas vezes, até que fosse possível apreender nos discursos apresentados o sentido das experiências dado por cada um de meus interlocutores, a partir da perspectiva de seu mundo cotidiano.

Nesse momento, surge com mais força a necessidade da compreensão a partir da perspectiva fenomenológica (FUJISAKA, 2015). Para isso, é necessário aquilo que Giorgio e Sousa (2010) denominam de *epoché* ou redução fenomenológica, a suspensão de pré-conceitos, pré-julgamentos e conhecimentos, o “pôr o mundo entre parênteses” que suspende a naturalização do que é dito para conseguir alcançar uma compreensão empática, intuitiva e global do que está sendo relatado pelo interlocutor.

Está claro que é impossível uma redução completa, uma vez que não poderia deixar de ser quem sou. Mas foi uma experiência em si permitir que os sentidos de paisagem aparecessem como algo novo mais uma vez, entendendo a paisagem pelas paisagens dos outros. Neste caso, não importa saber o que realmente ocorreu, mas os sentidos percebidos

de cada experiência – o fenômeno da paisagem relatado (Giorgio e Sousa, op. cit.).

O esforço da empatia, de penetrar a forma de pensar, pareceu significativamente importante, em especial na temática estudada, que se constrói a partir de sentidos e interpretações a um tempo compartilhados e individuais. Considerei por isso extremamente importante a conversa inicial, que me permitia me aproximar de cada interlocutor: a dona de casa, a ativista comunitária, o cenógrafo, o pescador etc. Tomei notas sobre aspectos de suas vidas, onde moravam antes e no momento da conversa, sobre sua situação familiar, e busquei me aproximar das formas com que utilizavam as palavras em outros temas, para facilitar o entendimento do que diziam sobre meu objeto de estudo.

Outro aspecto que facilitou essas leituras foi o fato de as entrevistas realizarem-se ao ar livre, no espaço da comunidade. Ao longo das falas, referências espaciais auxiliaram a contextualizar fisicamente as falas e permitiam o exercício de ver aquilo a que o respondente se referia, quando se expressava. Neste sentido, uma vez transcrito o texto, realizei repetidas leituras, dialogando com o escrito, e tomando notas a partir dos dados que cada leitura acrescentava (FIGURA 16).

Esses diálogos conduziram à mudança de rumos da tese e a reestruturação da pesquisa, à medida em que aspectos não compreendidos anteriormente tornavam-se cada vez mais claros, como a relação diferenciada da comunidade litorânea com o mar.

- **Passo 02:** Colocar em evidência os sentidos que considerei importantes, aquilo que Bicudo denomina “Unidades de Significado”. Para isto, dividi cada depoimento em unidades menores, a partir dos momentos de transição, ou

seja, que as falas mudavam de significado. Como demonstrado na Figura 16, essa separação foi indicada por duas barras paralelas (//). Essa percepção não é rígida, e os sentidos que destaquei são aqueles que eu considerei importantes, e estão articulados à minha própria perspectiva, atenta ao que eu buscava conhecer nesta pesquisa de campo, objetivos esses expressos pela pergunta que a orienta. Esse procedimento se deu pelo destaque, em cada transcrição, das falas mais significativas, pela contribuição que traziam ao meu objeto de pesquisa, e foi sendo aprofundado à medida em que outras entre- vistas, idas a campo e pesquisas complementares foram sendo realizadas.

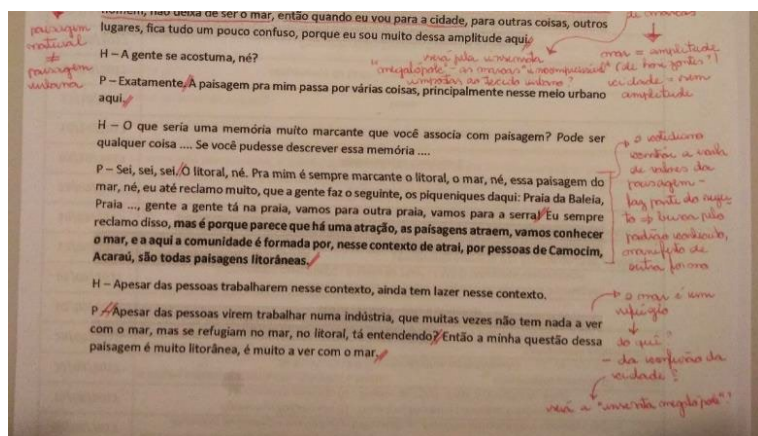


Figura 16 – Exemplo de Texto no Passo 01 Fonte: Acervo da autora

- Passo 03:** Estabelecimento do discurso articulado, a partir da redação com minhas próprias palavras do que compreendia das unidades de significado, postas em frases que se relacionam umas com as outras, articuladas por mim, visando a transformação da linguagem cotidiana dos sujeitos em linguagem condizente com essa investigação, de forma a explicitar a realidade vivida. Para isto, além da redução fenomenológica, lancei mão da redução eidética (variação livre imaginativa), o que representa um momento complexo de análise.

Trata-se de uma tradução da linguagem individual para temos passíveis de partilha intersubjetiva, desvelando e descrevendo as intenções identificadas em cada unidade de significado (GIORGI & SOUSA, 2010). Novamente, aqui, compreender quem falou o quê, aonde e em qual contexto foi de suma importância para auxiliar-me nessa tradução. O registro auxiliar das anotações de campo foi essencial aqui.

O objetivo assim era retirar os aspectos contingentes e particulares que não eram essenciais para poder desvelar os significados relativos ao tema da paisagem, implícito nas falas. O QUADRO 01 abaixo exemplifica este processo (o conjunto completo de quadros de análise encontra-se no Apêndice I):

Quadro 01 - Exemplo de reescrita de unidade de significado em discurso articulado	
Unidade de Significado	Discurso Articulado
Victor Hugo - Sempre eu gosto de apresentar aqui meu local, que é uma paisagem legal, né? (...) Aí eu trouxe o meu colega que mora no Conjunto Ceará. Aí eu disse pra ele. Ele disse: Cara, eu não troco o conjunto por nada. Aí eu disse: Porque tu não conhece a minha quebrada. Quando tu conhecer a minha quebrada, tu vai trocar. Aí eu trouxe ele. Aí ele veio com a família: Victor, é, realmente, cara, eu trocaria mesmo.	Victor Hugo descreve uma situação em que a beleza da sua “quebrada” foi reconhecida como superior por um colega morador de uma comunidade não praiana, simbolizando o orgulho que lhe dá ser um habitante da praia.

- **Passo 04:** Efetuar a síntese de convergências a fim de determinar uma estrutura geral do fenômeno, a partir da transformação das unidades de significado traduzidas nos discursos articulados em uma síntese dos significados a partir de suas convergências, ou seja, os sentidos invariantes que pertencem às unidades de significado dos relatos de todos os participantes, conteúdos transversais presentes em todas as interlocuções. A partir do agrupamento dos discursos que se repetiam, foi possível entender

os sentidos recorrentes, os constituintes universais, os quais são momentos de um mesmo fenômeno que não se podem separar (FUJISAKA, 2015, p. 91).

Um exemplo dessas convergências é apresentado no Quadro 02 a seguir:

Quadro 02 - Análise de Convergências		
Unidade de Significado	Discurso Articulado	Convergências
Jéssica 5 - Quando vai, assim, de quinta para sexta, tem pessoas que começam vender alimentos, aqui, churrasco, jantar, então, é muito movimentado com várias mesinhas, pessoal vai, janta aqui, aí tem brinquedos para as crianças aqui nessa área, tem uma senhora que bota pula-pula a preço muito acessível, a R\$1,00, aquele pra criança menorzinha, e pra gente maiorzinha, então vai distribuindo os brinquedos, aí, as crianças utilizam pra jogar bola, porque não tem campo, aqui no Lagamar, então assim, sempre tem criança usando aí a porta da igreja como trave, como gol, né? É movimentado aqui, porque as crianças brincam aqui.	Jéssica descreve as ações que se dão na praça de São Francisco, ressaltando a importância de ser palco das atividades das crianças. O cuidado com a praça levou a comunidade a se opor a um projeto da prefeitura de implementar um parquinho. A razão da resistência se deu não pelo parquinho, mas pela forma como seria implementado, conforme um projeto padrão. A comunidade foi contrária a proposta, pois da forma como seria implementado, alteraria os espaços de utilização da praça, já consagrados pelo uso (destruiria um canteiro e impediria a realização das festividades no espaço central da praça).	A paisagem como espaço de ações / Protagonismo comunitário como resultado do reconhecimento do descaso/inoperância/não intervenção do poder público

Essa estrutura final tem um caráter de generalização, mas não é conclusiva nem fechada, pois a essência do que se procura nas manifestações do fenômeno nunca é totalmente apreendida (BICUDO, 2011). Não é universalizável, pois não é determinada por contingências e particularidades, mas precisa ser contextualizada. Conforme Fujisaka

(2015, p. 92), “as falas dos participantes são falas que, como tudo o que é, mostram e escondem”, o que não retira a legitimidade ou benefícios da pesquisa realizada. A trajetória da procura realizada permite compreensões que auxiliaram na constituição desta tese. O que me foi compartilhado nas entrevistas já permite entrever sentidos que parte das definições acadêmicas da paisagem não abarcam, dito por bocas tantas vezes consideradas apenas ruidosas, sem voz inteligível. São esses que serão apresentados e discutidos neste trabalho, em diálogo com as discussões teóricas presentes no capítulo anterior.

2.4.A ESCOLHA DOS ESPAÇOS DE DIÁLOGO

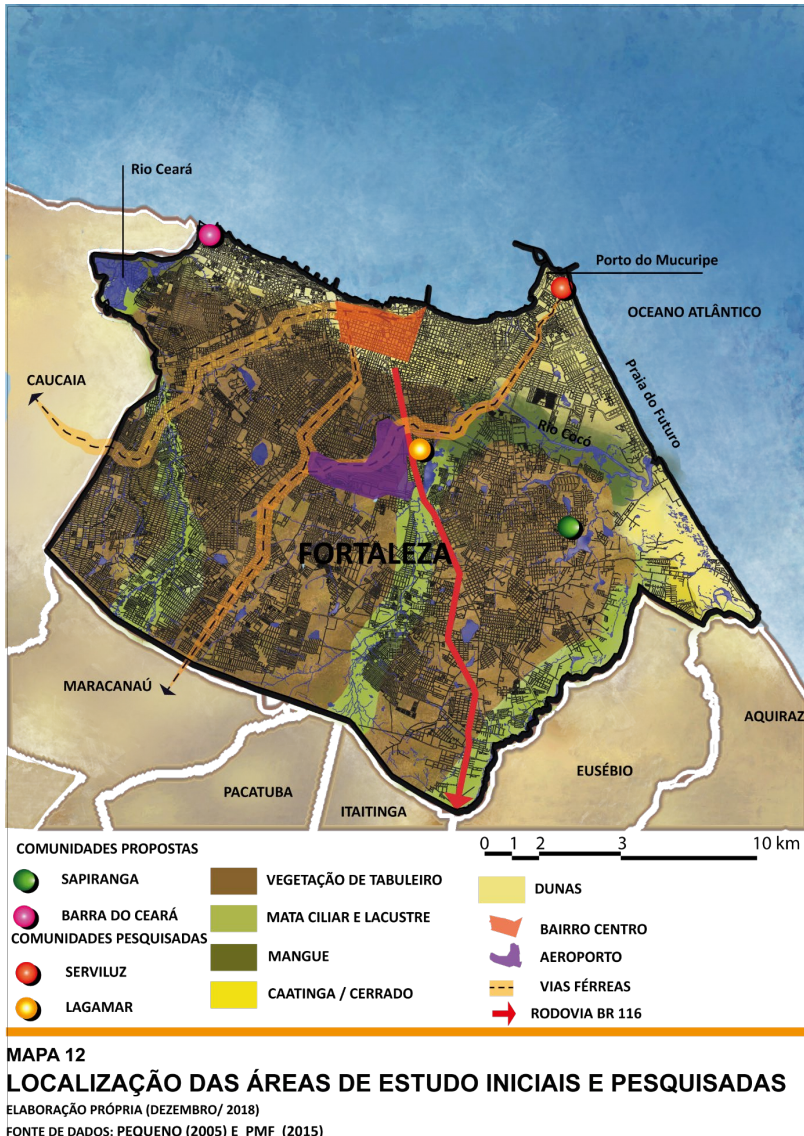
Uma questão a ser considerada é que cada fenômeno está sempre vinculado ao contexto em que surge, ou seja, é sempre um fenômeno situado. Apresento a seguir os espaços dos diálogos travados: as comunidades do Serviluz e Lagamar. A escolha destas comunidades se deu através do conhecimento travado por ocasião do evento Encontro de Comunidades pelo Direito à Moradia². Inicialmente, surpreendeu-me o resultado das discussões do grupo que, ao definir o morar bem, expande a questão para além dos limites da edificação e do lote individual, reclamando principalmente das condições do habitat. Nesses casos, a inserção de comunidades em áreas de paisagens significativas tornava a questão mais delicada, pois a solução geralmente apresentada

² Ocorrido no dia 03 de outubro, das 8h às 17h, na faculdade de arquitetura/UFC, organizado pelo Laboratório de Estudos da Habitação, Lehab-UFC.

era a remoção dos moradores e a urbanização para a valorização imobiliária da região.

Através de conversas com alguns moradores, provenientes das Comunidades do Lagamar e da Sapiranga, propus-me a realizar a primeira pesquisa de campo não somente com moradores de espaços projetados por profissionais (ou seja, conjuntos habitacionais), mas expandir a pesquisa para áreas cuja urbanização tivesse origem em ocupações autônomas. A relativa liberdade na ocupação do espaço, resultado da informalidade, permitiria talvez resultados cuja comparação com aqueles coletados em áreas projetadas enriquecesse a pesquisa. Talvez fossem esses moradores os paisanos da paisagem urbana.

A proposta original de pesquisa seria então dialogar com 03 moradores de cada comunidade. Além das contatadas inicialmente, Lagamar e Sapiranga, situadas à margem de rios urbanos, agreguei também o Serviluz, devido a histórica luta dos moradores em permanecer à beira da praia. Além desses, seriam entrevistados 03 moradores de conjuntos habitacionais. Essa estrutura inicial foi modificada pela dificuldade em obter respostas dos contatos que consegui na Sapiranga e no conjunto habitacional, situado na Barra do Ceará (MAPA 12). Em todas as comunidades, foi desaconselhada a ida a campo sem um interlocutor local.



Em paralelo, o evento do protesto da Praça São Francisco (que explico, em maiores detalhes, a seguir) e o bom desenvolvimento das entrevistas no Serviluz induziram-me a manter o foco somente nestas

duas comunidades. Já nas primeiras falas, revelou-se um discurso sobre a importância do prazer de estar em determinado espaço, que os próprios moradores denominavam 'sua' paisagem. Com o interesse despertado por tais falas, procedeu-se a algumas entrevistas, no total de 04 moradores no Lagamar (Figura 17) e 10 no Serviluz (Figura 18), a fim de entender o que se apresentava.



Figura 17 – Comunidade do Lagamar, vista de ponto sobre o Canal do Tauape Fonte: Acervo Ruy Rolim (2016)

A escolha dos moradores se deu a partir de indicações dos primeiros contatos. A partir destes, conforme solicitava, outros foram indicados. No caso específico do Lagamar, as entrevistas deram-se todas na mesma ocasião, um evento/manifestação na praça São Francisco. Nesse momento, foram entrevistadas duas mulheres entre 20 e 40 anos, uma delas líder comunitária, e duas senhoras entre 60 e 70 anos.

No Serviluz, as entrevistas foram agendadas com antecedência, e ocorreram num período maior de tempo. Inicialmente, por indicação da liderança comunitária que serviu como contato, foram entrevistados

jovens participantes dos muitos coletivos de artistas, fomentados pelo trabalho de Associações Comunitárias e ONGs na comunidade. Porém, posteriormente, pedi a indicação de moradores não diretamente envolvidos em atividades artísticas, de crianças e de idosos, a fim de garantir uma maior diversidade de perspectivas. Outros moradores foram contatados, e contribuíram com informações, porém não participaram das entrevistas. Entre estes, os muitos guias dos percursos na comunidade, os interlocutores contactados no caminho, auxiliaram a construir o substrato da análise que apresento a seguir.

2.5 PERGUNTA, RESPOSTA, APRENDIZADO: UMA PESQUISA EM EVOLUÇÃO



Figura 18 – Comunidade do Serviluz, vista do Farol Velho. Fonte: Acervo da autora (2018)

A noção de uma pesquisa que evolui à medida que avança não é incompatível com o rigor metodológico ou resultados relevantes. No caso da pesquisa qualitativa fenomenológica, segundo BICUDO (2011, p. 56):

*O rigor não se funda em metodologias construídas e aceitas como validas em sim, (...), mas se constitui no próprio movimento de perseguição à interrogação. Ele se instaura na própria dialética de perguntar, buscar pelo inquirido sempre atento ao **o quê** [grifo no original] se busca conhecer, suas características antevistas, e os modelos de proceder para dar conta do indagado.*

Esse processo dialético de refinar as práticas de investigação para melhor dar conta da pergunta já me permitiu uma evolução na própria forma de estruturar a questão que me orientava. Os questionamentos sobre a discussão conceitual de paisagem enquanto constructo restrito a espaços específicos e percebidos apenas por indivíduos de sensibilidade excepcional, conforme defendido por teorias tradicionais da estética (BERLEANT, 2011), quando confrontada com as respostas de conteúdo delicado e profundo dadas pelos que habitam, permitiram o refinamento da hipótese original, a partir de uma melhor compreensão sobre qual a perplexidade que me movia.

A pesquisa de doutorado estava inicialmente restrita aos espaços coletivos de projetos habitacionais destinados ao público de baixo poder aquisitivo, tanto aqueles destinados às faixas de renda média baixa quanto às Habitações de Interesse Social (HIS), e tinha por objetivo entender quais as relações criadas por uma população que se readequa a um projeto pré-fabricado e padrão, tal como se caracterizam a imensa maioria da produção do MCMV em Fortaleza. (PEQUENO, 2008).

No entanto, a partir das oportunidades exploradas pela pesquisa de campo inicial, e por parte das reflexões que originou, compreende-se que o estudo seria mais completo, comparando tais relações em

diferentes contextos de produção do espaço habitacional: autoconstruído e espaços projetados (recentes ou já apropriados).

3. FRAGMENTOS DE UMA CIDADE DIVIDIDA: SERVILUZ E LAGAMAR

A análise que realizei sobre os sentidos compreendidos a partir da fala dos interlocutores exigiu muitas idas e vindas entre o texto que as transcreveu, os relatos dos dias das entrevistas e o entendimento dos contextos das vidas dos entrevistados. Sem isso, não teria sido possível compreender, por exemplo, a razão da repetida associação entre a percepção de violência, associada a ambas comunidades, ao desconhecimento da realidade da comunidade pelo “povo de fora”, como denominam os não-habitantes do lugar.

Esse discurso, repetido mesmo pelos moradores mais jovens, pode ser entendido frente ao insulamento, resultado de um tecido urbano que se compõe de fragmentos como Fortaleza. No dizer de Avelar, que elaborou pesquisas sobre o Lagamar:

“Ser morador da cidade só passa a ter significado quando se tem a referência de onde você é. No contexto da violência urbana em que o grande destaque está volta- do para a indústria da segurança, fazer parte do “lado rico” ou do “lado pobre” da cidade é o que lhe define, no imaginário social, ser vítima ou culpado pela violência.” (AVELAR, 2007, p. 11)

A importância dessa ancoragem do que é dito na situação em que se fala é que justifica a resumida apresentação que faço agora das duas comunidades. Abordo brevemente a inserção das comunidades em Fortaleza, e faço a descrição dos espaços que as constituem, por sua vez

divididos pelas facções que disputam os poderes locais, com territórios bem definidos. Essa compartimentação da cidade se reflete nos imaginários relatados, à medida em que espaços que marcaram a infância se tornam territórios em disputa, e moradores se obrigam a criar alternativas à praia tão próxima cujo acesso se torna proibido.

3.1 FORTALEZA FRAGMENTADA

Como já discutido no capítulo 01 desta tese, Fortaleza é uma das poucas sedes municipais localizadas à beira-mar no estado de que é capital administrativa, Ceará. Esta situação, mais que uma curiosidade, é fator histórico que reverbera até hoje na forma como seu tecido urbano se constitui e é ocupado. Isso porque o Ceará foi povoado pelos colonizadores não pelo litoral, de difícil acesso por mar, mas pelo interior, e é no sertão que se concentram as principais atividades econômicas e, por conseguinte os núcleos urbanos mais expressivos, até o chamado Ciclo do Algodão, no século XIX. É a condição litorânea de Fortaleza que a faz permanecer inexpressiva tanto política quanto economicamente, ainda que tenha sido a primeira vila (sede administrativa) do Ceará (CASTRO, 1994).

Assim, são os habitantes do sertão que dominam o cenário econômico do estado. Mesmo quando a cidade uma maior expressão na rede urbana cearense, a praia permanece desvalorizada. A pouca importância dada ao litoral explica por que a cidade se desenvolve voltada para o sertão. As praias do município são território de ninguém (ou dos “ninguéns”), ocupada por descendentes de índios, escravos

fugidos e pescadores. Ainda hoje, cerca de 90% da orla marítima da cidade, de aproximadamente 44 km no total, é um lugar de moradia das camadas populares, apesar das atuais investidas estatais e da iniciativa privada para promoção do litoral como base de estratégias de venda de Fortaleza como lócus do turismo de sol e praia, conforme apresentado anteriormente.

A “marcha para o leste” dos bairros de elite, que se inicia na década de 1940 prossegue, expandindo-se inclusive para municípios vizinhos, como o Eusébio e algumas praias de Aquiraz. As classes médias ocupam bairros próximos aos mais valorizados, como Joaquim Távora, Fátima e Varjota. As classes médias baixas ocupam áreas ao redor do centro ou nas proximidades das principais vias de acesso, em bairros como Montese, Monte Castelo, Parquelândia e São Gerardo (GOMES, 2013).

Às classes mais baixas, restam as ocupações em zonas periféricas e pouco infraestruturadas, ou as ocupações nos interstícios urbanos não ocupados, principalmente as áreas de proteção ambiental ou de titularidade pública ou duvidosa. Havia e há, no entanto, algumas ocupações em áreas mais centrais, sendo boa parte delas muito antigas (a exemplo do Lagamar, Poço da Draga e Arraial Moura Brasil). Nesse sentido, pode-se utilizar aqui a definição de periferia adotada por Eugênio Queiroga, em que a condição de periferia não se estabelece em distâncias geométricas, mas pelo diferencial de oportunidades e serviços urbanos ao alcance das populações (cf. QUEIROGA, 2012, p.244).

Importante salientar que, se em Fortaleza o processo de urbanização sofre considerável influência das migrações provenientes do interior do estado vinculadas ao fenômeno da seca, não é destoando

do que ocorre no país no mesmo período, cuja população transformou-se de predominantemente rural para majoritariamente urbana em poucas décadas do século XX. Este processo, entretanto, ocorre de forma excludente, naquilo que Ermínia Maricato (2008) denomina urbanização de baixos salários, que privou as classes de menor renda da urbanidade, ou seja, da inserção efetiva na cidade.

É entre as décadas de 1930 e 1950 que surge boa parte das favelas da cidade, como a do Lagamar e o Mucuripe, em 1933. A comunidade do Serviluz, originada na década de 1940, é em parte formada pelas famílias expulsas do Mucuripe pela valorização da região da Beira-mar, atualmente o principal cartão postal da cidade, e a construção do porto do Mucuripe, hoje em vias de desativação.

Atualmente, conforme apresenta Pequeno (2009), as precarizações de áreas da cidade têm-se intensificado. A disparidade na qualidade de vida pode ser observada no mapa do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH publicado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, de Fortaleza. Enquanto o bairro de maior concentração de renda apresenta o índice similar ao de países desenvolvidos, de 0,944, 75,7% dos bairros da Capital têm índice menor que 0,5, e dos 120 bairros da cidade, 72 apresentam índice menor que 0,33.

A comunidade do Lagamar situa-se em bairro com IDH entre 0,2501 e 0,3500, realidade compartilhada com outros 33 bairros, dos quais 06 são litorâneos e os demais situam-se principalmente ao longo dos leitos dos rios Maranguapinho, Ceará e Cocó. Já o IDH do bairro Serviluz situa-se na faixa entre 0,1195 e 0,2500, a mais baixa da classificação, junto a

outros 27 bairros, dos quais 03 são litorâneos, e 21 situam-se nos limites sul e oeste do município (MAPA 07).

Observo, pela fala de Avelar que inicia esse trecho, e o trabalho de Araújo (2013), que a disparidade não se dá apenas no mundo objetivo, no acesso a infraestruturas e serviços urbanos – o Lagamar, por exemplo, está próximo a várias escolas e equipamentos de saúde. Construiu-se todo um imaginário que estigmatiza o habitante de determinadas áreas, e que lhes obriga, por vezes, a negar o pertencimento à comunidade. Tanto no trabalho de Avelar, sobre o Lagamar, no de Sá (2010), sobre o Serviluz, quanto nas próprias entrevistas que colhi, surgem relatos de empregos que foram negados, de desconfianças e outros constrangimentos vinculados ao espaço de moradia.

É comum que os moradores precisem negar seu endereço, para conseguir se inserir no “sistema”. Fica claro o uso de termos diferenciados pelos moradores, à medida em que mencionam aspectos positivos ou negativos do lugar onde moram: comunidade ou bairro para os elementos positivos, favela para os elementos negativos. Ao mesmo tempo, declarar-se orgulhosamente parte da favela é um ato de rebeldia a essas imposições – alguns membros mais engajados falaram: aqui é favela mesmo, não comunidade. E é bom, mesmo assim.

É possível que tal estigma, que segue os moradores mesmo quando mudam para conjuntos habitacionais (ARAUJO, 2013), cumpra um papel importante nas estratégias de expansão das áreas de interesse imobiliário na cidade. Tornam-se mais palatáveis ações como a remoção ocorrida em Alto da Paz, no terreno destinado às remoções propostas para o Serviluz (FIGURA 19), à medida que seus moradores são

associados à violência, e as comunidades são identificadas socialmente como lugares de crime, pobreza e falta de higiene.



Figura 19 – Imagem da remoção da comunidade “Alto da Paz”, no Vicente Pizon, para liberar espaço para a re- locação de 800 famílias provenientes do Titanzinho, Serviluz, para implementação do projeto Praça do Titã, da Prefeitura de Fortaleza.

Fonte: <http://cnews.com.br/> (Foto: Davi Pinheiro/Nigéria)

Apesar de nas entrevistas os moradores frequentemente se referenciarrem às comunidades como “bairros”, indicando que as consideram diferenciadas das áreas ao redor, nem Serviluz nem Lagamar são divisões administrativamente reconhecidas (os bairros de Fortaleza têm limites estabelecidos pela prefeitura), o que dificulta a atuação das associações de moradores. O Lagamar, inclusive, se estende por áreas de vários bairros (Alto da Balança, São João do Tauape, Pio XII e Aerolândia), cujo limite administrativo é o canal, eixo em torno do qual se estrutura a comunidade do Lagamar, servindo ao mesmo tempo como costura e divisão.

A própria Zona Especial de Interesse Social do Lagamar (ZEIS – Lagamar) somente foi reconhecida através de mobilização e luta, uma vez que se situa em área de grande fragilidade ambiental, de brejos e mangues, ainda que intensamente urbanizada. Isso apesar de seus moradores haverem constituído o primeiro conselho gestor de ZEIS e haverem participado do processo de planejamento de Plano Diretor de 2009 (GOMES, 2013).

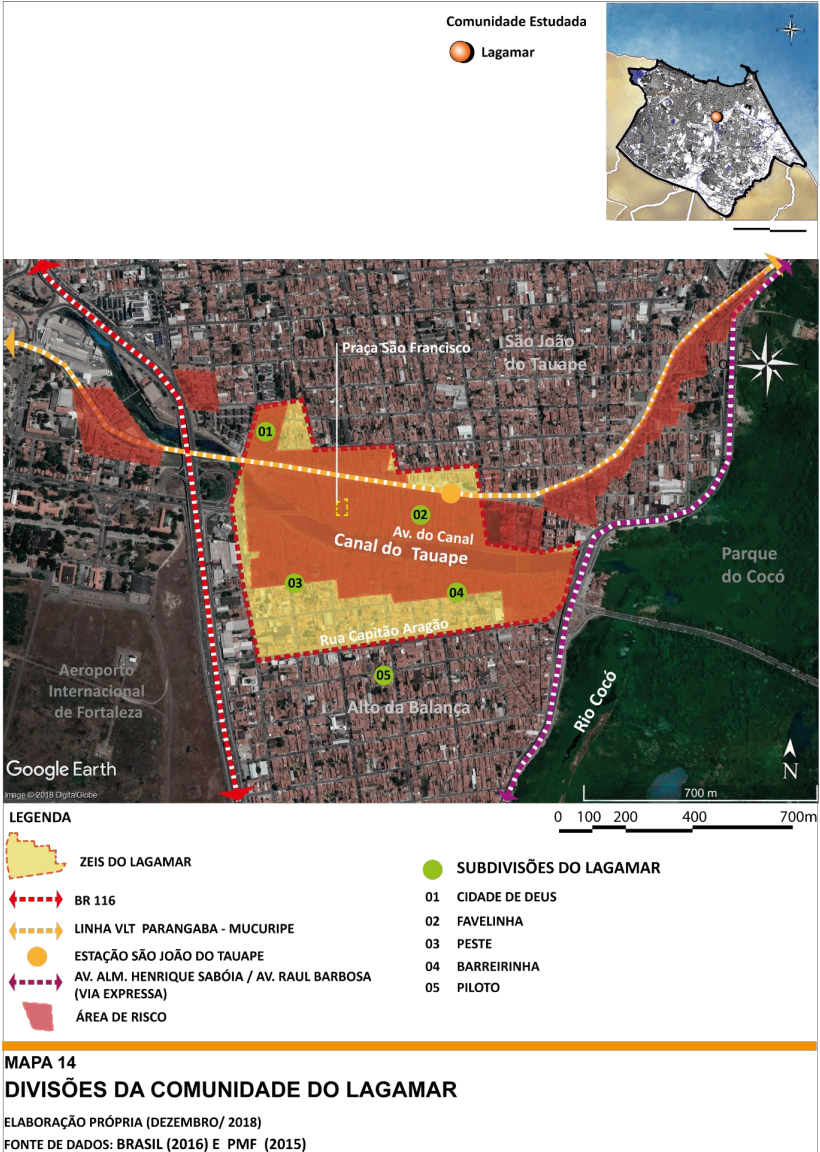
3.2 LAGAMAR: PRAÇA DE LUTAS

Um dos primeiros pontos das entrevistas foi a Comunidade do Lagamar. Situada às margens de um riacho posteriormente canalizado, o Riacho do Tauape e Rio Cocó (MAPAS 13 e 14), surge de uma ocupação iniciada por migrantes que acorrem a Fortaleza fugidos da seca, ocupando terrenos alagadiços, uma das primeiras favelas da capital, com registros desde 1930 e crescimento expressivo principalmente na década de 1950 (OLIVEIRA, 2013). Com história de mobilização, especialmente protagonizada por mulheres, que se transformou em marco na cidade, é atualmente uma das poucas Zonas de Interesse Social (ZEIS) regularizadas no município, apesar dos conflitos referentes à sua inclusão quando da produção do último plano diretor vigente em Fortaleza, o Plano Diretor Participativo – PDP-FOR, de 2009.

A comunidade localiza-se em área privilegiada, entre dois bairros (Alto da Balança e Aerolândia), com fácil acesso às várias áreas da comunidade, fato destacado pelos moradores. A proximidade de equipamentos públicos e a disponibilidade de transporte coletivo torna a

área uma localização disputada tanto pelo mercado imobiliário, quanto pela comunidade já instalada. Diversos projetos públicos propõem a remoção da comunidade, seja de forma parcial (como as recentes obras de melhoramento viário: a linha do VLT, a ampliação da Via





Expressa, a implementação de novas alças dos viadutos de acesso) ou completa (como nos planos específicos propostos pelo plano estratégico proposto para Fortaleza pelo Fortaleza 2040 e o Programa

Fortaleza Competitiva, que estabelece a área como área prioritária para implementação de Operações Urbanas Consorciadas).

Um dos muitos argumentos a favor dessas contínuas intervenções são as áreas de risco de alagamento (MAPA 14), e as precariedades da estruturação urbana, caracterizada pela alta densidade (11.747 habitantes em 2.622 imóveis, como 99,76% de seu território ocupado, conforme Relatório das ZEIS apresentado em 2015 (FORTALEZA, 2015). Por isso, a ocupação urbana se dá inclusive com a ocupação das vias por casas e a redução do sistema viário a vielas estreitas (“os becos”), que restringem o acesso de veículos, inclusive para a prestação de serviços urbanos.

Além disso, a área apresenta precariedade de infraestrutura de saneamento, característica compartilhada com o Serviluz, numa indicação da decisão estatal de não consolidar a ocupação como espaço urbano oficial. A população se caracteriza por apresentar baixa escolaridade e baixas expectativas de vida, em parte associadas à violência urbana, que vitima principalmente a população masculina mais jovem. Essa violência se torna um marco na comunidade, com a instituição de territórios informais (MAPA 15) associados aos marcos da estruturação da comunidade. A economia da comunidade é caracterizada por um alto índice de trabalhadores informais, segundo informações apresentadas por Brasil (2016). Apesar da inclusão como área de ZEIS, a área ainda não foi regularizada, dividindo-se em terrenos de propriedade privada, da União e do Estado do Ceará. Os conflitos fundiários e as ameaças contínuas são talvez a razão da mobilização da comunidade. O Lagamar foi escolhido justamente por um novo conflito ocorrido no momento da pesquisa: o protesto dos moradores por uma

reforma na praça da comunidade, praça de São Francisco (Figura 20), sem consulta prévia à população.



Figura 20 – Praça de São Francisco, Lagamar

Fonte: Acervo Sara Rosa (2018)



Figura 21 – Praça de São Francisco, por ocasião de um dos eventos da comunidade.

Fonte: Associação JBD – Jovens em Busca de Deus, localizada no Lagamar.

A intervenção consistia na implementação de brinquedos infantis, como parte de um projeto encabeçado pela primeira-dama do município. O projeto, executado a partir de um padrão repetido, iria ocupar o espaço central da praça, utilizado pelos moradores para feiras semanais e área de festividades (Figura 21), como a quadrilha junina. A solicitação de adaptação foi rechaçada pela equipe de execução, o que motivou protestos que impediram a implantação e que se estenderam pelas redes sociais, até que a solicitação foi atendida.

A praça de São Francisco foi construída a partir de iniciativa dos próprios moradores (ou moradoras, como as entrevistadas faziam orgulhosamente questão de ressaltar). A partir de terreno pouco propício, por se tratar de área de terreno pantanoso, foram estabelecidos sucessivamente dois projetos de praça. Interessante notar que os mais jovens a responder as perguntas contam relatos complementares à entrevistada mais idosa, idealizadora primeira do espaço. É como se as narrativas se complementassem, demonstrando a existência de duas fases no processo de apropriação da praça.

Um primeiro, no momento de implantação da própria praça, com a preparação do terreno em mutirão encabeçado por uma das entrevistadas. O esforço foi posteriormente contemplado pela municipalidade e pela igreja católica, com a pavimentação e implantação de bancos e uma edificação (capela/espaço comunitário). O segundo, a partir de atuação dos moradores para revitalização do equipamento, abandonado, com mutirão de limpeza e plantação dos canteiros.

3.3 SERVILUZ: PRAIA DISPUTADA

A segunda comunidade investigada, o Serviluz, é uma “comunidade praieira” (MAPAS 15 e 16), a “esquina de Fortaleza”, conforme a definiu um dos entrevistados. Comunidade surgida na retaguarda do Porto do Mucuripe, é conformada ao redor de um pequeno núcleo de pescadores artesanais acrescido por sucessões de levas de migrantes, afixados no lugar por diferentes motivos: trabalhadores do porto e do parque industrial de apoio, pescadores movidos pela valorização de outras praias urbanas etc.

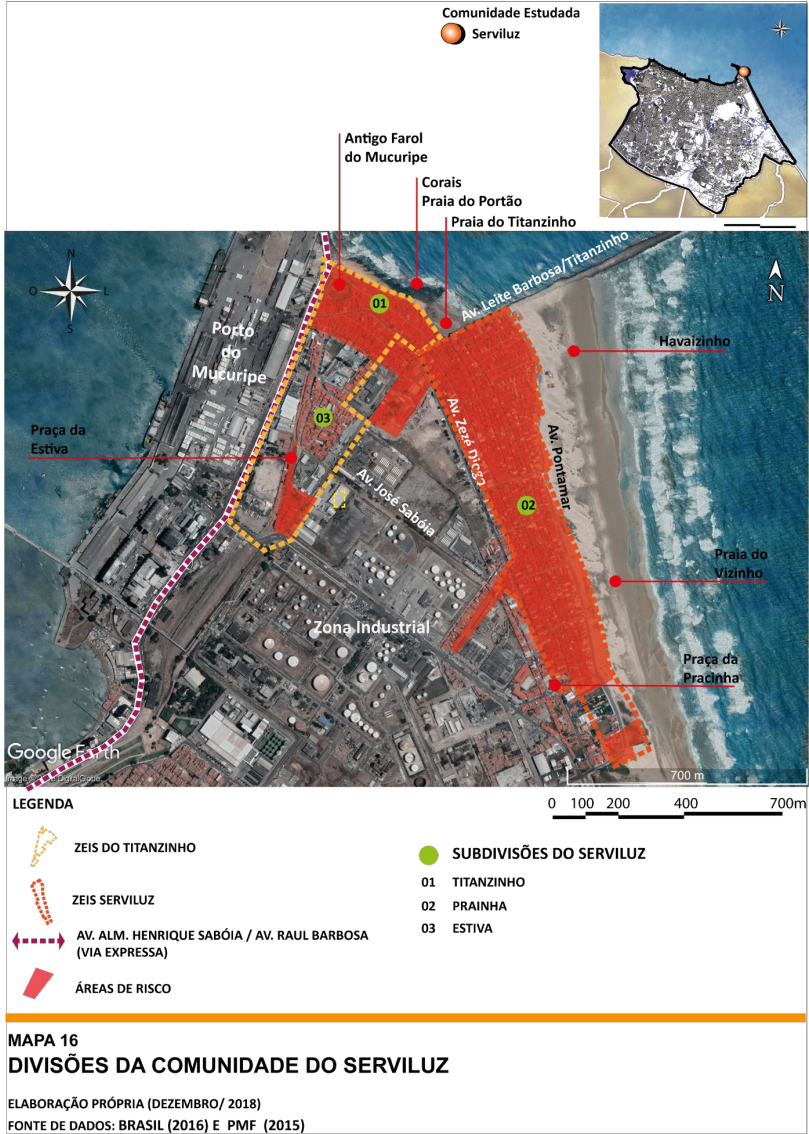
Situada no Bairro do Alto da Balança, no extremo leste. A área, conhecida como “esquina de Fortaleza”, fica isolada do restante do tecido urbano por uma zona industrial parcialmente esvaziada pelo porto do Pecém, mas que mantém ainda alguns resquícios de ocupações industriais (como os galpões da Petrobras e seus tanques de estocagem), além da área ocupada pelo Moinho Dias Branco Indústria e Comércio de Alimentos. A linha férrea, que conecta ao Porto do Mucuripe e será transformada em linha de VLT e o Morro de Santa Terezinha, também ocupado por um assentamento espontâneo transformado em ZEIS, completam a quase barreira de isolamento que circunda a comunidade (MAPA 16).

O porto do Mucuripe funciona de forma reduzida e, atualmente, como parte das ações vinculadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas, um terminal marítimo de passageiros, cujo funcionamento turístico está bem aquém do esperado e funciona principalmente como área de eventos da cidade. Situada em área de delicada dinâmica costeira, a

comunidade situa-se em área de risco, tanto por razões ambientais (ameaçada pelo avanço das marés e por estar em área de movimento das areias) quanto pelas indústrias próximas. Os tanques de armazenamento de combustível foram razão de vários episódios de incêndios que destruíram parte das casas e que marca o imaginário local (SÁ, 2010; NOGUEIRA, 2006).

No total, o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza indica que mais de 560 casas situam-se em área de risco. A movimentação das areias deu origem à expressão “comer com areia”, indicando o incômodo do fenômeno que se intensifica nos meses de setembro a dezembro. A área das duas Zeis que ocorrem na área inclui 03 assentamentos: Titanzinho, Serviluz e Casa do Samba (FORTALEZA, 2010). São 13.462 famílias, dividida em 3.304 habitações, com 100% de área de ZEIS ocupada. Próximo à comunidade, porém, foi demarcada uma ZEIS





de vazio, cuja delimitação tem sido ameaçada pela promulgação do decreto nº 13.841, de 01,07 de 2016, que estabelece para a área o Parque Tecnológico Criativo de Fortaleza – PAR- QFOR. (MAPA 16) Uma das

justificativas oficiais para essa remoção, além da condição de risco, seria a precariedade da infraestrutura: implantação apenas parcial de infraestrutura de saneamento básico e drenagem (Figura 22, que, como no Lagamar, indicam a ausência de ações do Estado para formalização da ocupação da área. Apesar disso, o Serviluz é plenamente servido por coleta de lixo, água e energia.

A comunidade tem resistido a frequentes ameaças de remoção, total ou parcial, motivadas pela transformação da zona portuária e a retirada das indústrias, com objetivos de transformar



Figura 22 – Os becos que dão acesso à praia, no Serviluz

Fonte: Acervo da Autora (2018)

o espaço em zona turística, atividade significativa no planejamento estratégico da cidade de Fortaleza (GOIS, 2018). Diversos projetos – o Estaleiro Naval de Fortaleza, o Aldeia da Praia, o Terminal Turístico de Passageiros associado à linha de VLT indicam uma visão de uso “mais produtivo” para a área, considerada significativa pela beleza cênica (Figura 23) e proximidade a região da Beira-mar/Mucuripe.



Figura 23 – As casas e a praia, na comunidade do Serviluz. O limite da ocupação é determinado pela linha máxima da maré.

Fonte: Acervo da Autora (2016)

As propostas apresentadas, de forma geral, consideram a permanência da comunidade incompatível com a “democratização do acesso à praia” e a concretização do estratégico potencial turístico, como são justificadas. O número de remoções propostas ultrapassa em várias centenas a quantidade de casas em áreas de risco (BRASIL, 2016; GOIS,

2018). Os dados de baixa escolaridade, o alto índice de trabalhadores informais (FORTALEZA, 2015) e a associação à criminalidade e à violência urbana podem estar na base dessa percepção de incompatibilidade.

O Serviluz é uma zona de alta vulnerabilidade civil e socioeconômica, com problemáticas relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes, conflitos armados devido ao tráfico de droga e intervenções violentas por parte da polícia. Segundo Aguiar e Sá, a taxa de homicídios no Serviluz é praticamente o dobro do restante da cidade e faz parte da realidade cotidiana dos moradores. (AGUIAR e SÁ, 2015)



Figura 24 – Ocupação da área da Estiva, limítrofe à linha do trem.

Fonte: Acervo da Autora (2016)

Assim, observa-se a existência de algumas organizações dos próprios moradores, entre elas Conselho Popular do Serviluz, autônomas ou com apoio de organizações como igrejas ou ONGs. Um dos

motivos da resistência é justamente a percepção de que também eles teriam direito a permanecer morando à beira-mar, enquanto as alternativas sugeridas ofertam remoção para espaços distantes na cidade, desconsiderando a relação de trabalho e lazer mantida pela comunidade com o mar.

É significativo que no relatório das oficinas participativas do Projeto Orla, as demandas da comunidade tenham repetidas vezes apresentado que desejam permanecer na área, sem a retirada de moradores, mas as propostas tenham sido erroneamente substituídas no próprio relatório por aquelas relacionadas a outro setor do projeto, e na minuta de lei não tenham sido consideradas essas demandas (FORTALEZA, 2018).

Os conflitos entre facções rivais dividiram a comunidade em 03 zonas (Mapa 16), territórios de limites definidos que só recentemente, por intervenções externas, tem conhecido relativa paz. A seriedade com que os moradores reconheciam as proibições de transpor para outros territórios pode ser expressa na explicação que me foi dada para a criação da praça da Estiva, amplo espaço não construído numa zona em que as casas se estendem até quase o trilho do trem (Figura 24): “Eles não podiam descer para a praia, por isso fizeram a praça.”

4. A PAISAGEM HABITADA

Após essa breve contextualização, apresento agora os significados descobertos pelas entrevistas, tal como interpretados por mim. As entrevistas foram transcritas e analisadas, conforme metodologia

explicitada anteriormente. Inicialmente, na maioria dos casos, pedi aos entrevistados, escolhidos entre moradores das áreas de estudo determinadas, que definissem o que entendiam por paisagem. A pergunta, que imediatamente promovia uma reflexão sobre um tema pouco usual para eles (“Agora você me pegou ... essa ideia é nova para mim”), objetivava entender quais os sentidos o termo expressava em seu vocabulário.

A princípio, fiquei em dúvida sobre a pertinência dessa pergunta logo no início da entrevista, pois receei que a indagação pudesse prejudicar a entrevista, justamente por se tratar de temática pouco usual. Isso porque a entrevista, neste contexto, não tem por objetivo a coleta de informações, mas sim o registro subjetivo de como uma experiência é vivida. Assim, o objetivo da pergunta disparadora é trazer o interlocutor para o fenômeno a ser discutida, “disparando” o relato sobre as experiências associadas (FUJISAKA, 2015).

Entretanto, o “estranhamento” do tema foi na verdade benéfico. As respostas, tateantes, quase sempre fornecidas após pausas mais ou menos longas, apresentavam inicialmente lugares comuns (natureza, o belo), ainda que muitas vezes mescladas a conceitos mais aprofundados. Em alguns casos, especialmente dos entrevistados mais jovens, surgem noções surpreendentemente delicadas.

Mais importante, ficou claro que a reação que demonstrei nesse momento em muito ajudou o desenvolvimento da entrevista. Ao perceber que a primeira resposta, elaborada com alguma dificuldade e timidez era aceita, os entrevistados sentiam-se mais livres para fornecer as próximas respostas, e a entrevista fluía mais livremente.

A depender da desenvoltura do interlocutor, eu fazia algumas outras perguntas, aprofundando o que me havia sido respondido, ou seguia solicitando que me descrevesse alguma memória que considerasse marcante, em um lugar ao ar livre (que não tivesse teto, expliquei). Posteriormente, pedia que me indicasse quais pontos comporiam um percurso turístico na comunidade. Aqui, frisei que seria um percurso como os de guias turísticos, e não os que geralmente estavam habituados a fazer com estudantes, para mostrar as carências e outras problemáticas de suas comunidades. Essa pergunta entusiasmou a vários deles, a contar detalhes da história do lugar (“o Farol é superhistórico”, “a gente tinha um sonho de fazer um museu da história do Lagamar”) e a falar de paraísos particulares (“E uma certa vez, até bati essa foto, quando eu mostrei pra alguém, essa pessoa pensou que era outro paraíso e não, é em frente aqui, a praia do ponta mar, entende?”).

Algumas perguntas surgiram a partir das respostas dadas, como forma de esclarecer algo que fora dito, e posteriormente incorporadas nas entrevistas subsequentes. Em alguns casos, perguntei quem ou o quê era responsável pela beleza do lugar. Em outros, pedi que definissem a comunidade em três palavras. Todas as entrevistas duraram aproximadamente 40 a 50 minutos, entre a apresentação, a conversa inicial, a entrevista propriamente dita e os comentários finais. Nestes últimos, por vezes, surgiam informações adicionais, falas que não desejavam fossem gravadas.

A oportunidade de ser escutado foi muito valorizada, e comentários simples como: “Nossa, que lugar lindo, queria morar aqui”,

que fiz espontaneamente, imediatamente faziam surgir um quase-álvio em poder expressar a alegria de morar ali, apesar de todos os problemas. Por isso, recebi muitas demonstrações de hospitalidade, como os inúmeros convites para os eventos próximos da comunidade, fosse no Lagamar, fosse no Serviluz.

Além disso, fiz uma série de incursões nas comunidades, especialmente no Serviluz. Nesta comunidade, por questões de oportunidade e afinidades, retornei várias vezes, participando de eventos comunitários, reuniões com moradores, ações de ONGs ou passeios a que fui convidada, como almoço com os amigos que ali fiz. Na comunidade do Lagamar, participei de um evento comunitário e realizei alguns percursos a pé.

A partir das análises realizadas, organizei os dados apreendidos em 05 eixos, a saber:

- A paisagem para os paisanos: As múltiplas facetas da experiência da paisagem
- A poesia cotidiana da paisagem: construir o “seu habitar”
- A paisagem e a natureza no espaço urbano
- A construção do espaço comunitário: sobretrabalho e autonomia
- Os elementos do espaço urbano como signos de inserção na cidade

Apresento a seguir as contribuições dentro de cada eixo a partir das respostas de meus interlocutores, bem como as possíveis associações à tese que defendo neste trabalho.

4.1 A PAISAGEM PARA OS PAISANOS: AS MÚLTIPLAS FACETAS DA EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM

Nesse contexto, a definição de paisagem é complexa, determinada por uma tentativa de encaixar uma “definição oficial”, dada primeiramente às experiências vivenciadas, que predominam à medida que a resposta é desenvolvida (por vezes, já no desenrolar da entrevista). Observei essa mudança na resposta como um refinamento do conceito, à medida em que a experiência pessoal dava “corpo” à definição inicial, mais abstrata. Um exemplo deste padrão é a resposta de Lorena, de 20 anos, que define paisagem da seguinte forma:

“Quando fala paisagem me vem a imagem de natureza, assim. Não sei se muito verde. Enfim, não me vem à cabeça uma paisagem de prédios, sabe? Não me vem isso. Não sei se pelo lugar que eu moro, mas acho que pelo lugar que eu gosto de estar, em serras que já andei, nos lugares que eu mais procurei estar, aí eu acho que me vem essas imagens assim, de tudo de bom que eu já vivi, das paisagens boas que já vi, as que mais me trouxeram coisas boas, aí vem essa imagem de natureza, e não de prédios e tal. Paisagem eu acho que é qualquer lugar que você esteja, você está diante de uma paisagem, e aí vem tipo me vem imagem de natureza, talvez por isso, por essa ... por que é [são] as imagens boas que me, sabe, mas se eu fosse recordar das diferenças de paisagem que eu já estive presente, são várias, assim.”

Lorena primeiramente define que paisagem é natureza, talvez muito verde, por ter sido em locais com esta característica que viveu experiências positivas. A seguir, diz que paisagem pode ser em qualquer lugar, mas repete que para ela a palavra está associada a “coisas boas” e que isso, para ela, se conecta à natureza. Esse é um padrão que se repete, **a associação da paisagem como lugar positivo, seja espaço de natureza**

ou urbano. A paisagem é sempre apresentada como positiva – “é tudo aquilo que é natureza, tudo que é bonito, tudo o que é arte”, diz Mariana, de 13 anos. Camila diz que são as pessoas se integrando de forma harmoniosa entre si e Jandson:

“O que é que é paisagem para mim ... Além de ser um lugar ser um ponto, sei lá, é, posso dizer que seria um lugar que chama a atenção, acima de tudo, um lugar bonito, um lugar belo, um lugar aonde se detém os olhares”.

À medida que as experiências vão sendo lembradas, a paisagem experienciada na própria comunidade vai se tornando mais relevante, pois a comunidade “é a maior realidade em que eu vivo”. Essa paisagem vai sendo definida como cenas marcantes, “retrato” que ficaram registradas na memória (experiência, tal como a defino para este trabalho). A paisagem é, desta forma, um diálogo entre o que se oferece a partir de um lugar (suas “singularidades”, o “que fica” num lugar e nos obriga a nos deslocarmos para irmos até ali) e a interpretação do que é este lugar (entendimento que se faz a partir disso, em experiências únicas). Num exemplo deste diálogo, Victor Hugo apresenta a seguinte resposta:

“Paisagem, né? A gente leva muito (...) vem logo na cabeça da gente, na minha cabeça vem logo um manancial, coqueiros, aquela paisagem, vem logo essa ideia bem bonita, mas no contexto, que eu entendo, é a vida urbana, são vários retratos, a gente que tem uma vivência mais assim um pouco urbana.”

Logo em seguida, devido à experiência cotidiana de cidadão, Victor apresenta que também os “retratos” da vida urbana podem ser paisagem, aludindo às imagens de experiências urbanas que se

registram na memória. Importante perceber que ainda que chame de “retratos”, sua definição se aproxima mais de um evento em que participa, do que uma imagem que contempla. Esses retratos se associam, na sua explicação, a “marcas pessoais” com que a percepção da comunidade é construída e compreendida. Para melhor se explicar, Victor associa essas experiências singulares às marcas de pixo:

“E aí tinha essa parede bem branquinha, e tinha uma cheia de pixo, olha a diferença entre essas duas paredes, olha a paisagem, olha o retrato de uma e o retrato da outra, aquela parede está vazia, não representa nada, e a outra está cheia de pixo, representa um bocado de singularidades, eu acho que o pixo é muito singular, é como se fosse uma digital, tá entendendo? É vazio, cara, então a galera quer dar vida aqui- lo ali, embora seja de uma forma anárquica. (...)Então, assim, é muito, especialmente as paisagens urbanas, são muito confusas, né, eu estou aqui, nessa paisagem natural, bem legal, embora tenha tido interferência do homem, não deixa de ser o mar, então quando eu vou para a cidade, para outras coisas, outros lugares, fica tudo um pouco confuso, porque eu sou muito dessa amplitude aqui. (...)A paisagem pra mim passa por várias coisas, principalmente nesse meio urbano aqui.”

Essa paisagem relatada é representativa de momentos, experiências positivas, que vão construindo um **vínculo com o lugar** em que se realiza, e clarificando o entendimento do que é e como se constitui aquele lugar. A paisagem é uma forma de leitura pela conexão com o espaço de vida, à medida em que o indivíduo se insere no espaço que habita, reflete e compreende, reconstruindo-o a partir dessas experiências. A paisagem é um diálogo entre o interior e o exterior do indivíduo, entre os afetos percebidos pelo corpo e pela alma. Leonardo explica isso, ao indicar a escolha do que considera interessante mostrar em seu passeio turístico:

“Pra cá (O molhe do Titanzinho), só aqui (...) É que aqui é nossa moradia, e onde tem a convivência certa, quando a gente quer pensar em alguma coisa, com dor, nós vem pra cá, pra ficar conversando.”

A paisagem relatada é ativamente percebida, e as ações que nela ocorrem são significativas para sua valoração como paisagem ou não.

Essa incorporação da paisagem se dá de forma, quase sempre, ativa. Apenas dois entrevistados falaram de paisagem como imagem ou cenário, talvez por serem ambos vinculados às artes (um era fotógrafo, o outro, ator e cenógrafo). Aliás para a maioria dos interlocutores, a paisagem não está dada, mas se reconstrói a cada dia. É o que se vive nos espaços que define seu aspecto positivo ou negativo:

“e nosso futuro maior é que a nossa visão aqui, da associação, a gente já tem um ponto, que tem que fazer um parquinho, pelas crianças, e uma parte delas ter um pouco mais de natureza, plantinhas, nós estamos até tentando fazer, trabalhar mais é, cada criança daqui do projeto adotar uma plantinha, pra que as crianças venham a sentir a necessidade dos cuidados da natureza, do ambiente melhor. Isso pra mim é paisagem. O que eu entendo é isso.” (Otávio).

É talvez por ser tratada com um qualificativo dado a espaços de significado positivos que os elementos associados a experiências negativas, não são imediatamente lembrados como paisagem. Esse distanciamento do negativo seja talvez a explicação do porquê, no Lagamar, inicialmente nem o Rio Cocó, maior espaço vegetado de Fortaleza, o Canal do Tauape não aparecer como paisagem, uma vez que é atualmente associado à poluição e à fragmentação da comunidade, espaço de fronteira entre a vida e a morte. São vários os relatos, em

trabalhos ou que me foram contados, de trocas de tiros e ameaças pelo desrespeito ou desafio à fronteira:

“O porque o canal, porque esse canal divide a comunidade, e não é só dividir fisicamente, é dividir na história de vida das pessoas, né, de ser marcante, quando era na década de 90 que tinha os conflitos de gangues, que eu não poderia atravessar pra lá, outro não poderia atravessar pra cá, por causa que um dizia que o território era de um, o outro dizia que era do outro.” (Cristiane)

Somente quando se passa a lembrar dos momentos positivos, é que o canal surge como elemento da paisagem:

“Uma das coisas que me marca muito é a imagem desta praça, de todo o cuidado que a gente tenta ter com ela a alguns anos, e é um aspecto marcante. Também, a imagem do canal, que a gente desde criança, vendo este canal (...) Então tem o canal também, como algo muito marcante, porque uma época foi limpo, com o passar do tempo as pessoas até uma época utilizavam ele para sobreviver, as mulheres lava- vam roupa na beira do Riacho Tauape, ai teve toda essa mudança, até assim por conta que na comunidade não tinha esse cuidado com o lixo (...) Então assim, eu acho que, na minha memória, o que mais marca aqui, é o canal, acho que até mais que a praça. Porque antes eu não morava mais desse lado, eu morava mais no meio do Lagamar, quando eu era criança. Eu acordava, né, e já dava de cara com o canal.” (Jéssica).

“Você agora me pegou de surpresa [risos]. Tem de ser da comunidade? Pode ser de qualquer lugar, não é isso? Assim, tem um local, acho que é porque é histórico, assim, né, na minha infância. É (pausa) eu acho que é o canal, o canal quando ele era limpo, assim, eu não tenho lembranças muito fortes porque eu era criança, né, mas assim, quando ele era limpo, é que eu jogava esporte, eu jogava futebol, dentro do canal, que tinha uma parte do canal que tinha areia, de praia, né, e tinha, é, competição, tanto de futebol quando de carimba, e eu era uma jogadora muito forte [risos] então eu tenho essa lembrança da minha infância dentro do canal, assim, jogando carimba, participando de um campeonato de carimba [jogo com bola entre dois times], muito legal, assim.” (Cristiane)

Neste caso, vê-se que a paisagem é um espaço construído pelas ações humanas, que ao interferir no espaço reconstróem-no, e o compreendem. Victor diz que acha a “cidade” confusa, por estar acostumado com a “amplitude” da paisagem do Serviluz. Essa resposta é significativa, uma vez que a comunidade do Serviluz é bastante adensada e sua estrutura urbana marcada por vielas e becos, onde as construções já iniciaram o processo de verticalização.

É possível que a diferença entre a “cidade” e a “comunidade” se dê mais por Victor já possuir em si o conhecimento do lugar, enquanto a “cidade” não está tão incorporada à sua experiência de vida. E a cidade, para quem mora na comunidade, é antagonista, mais ou menos hostil. A cidade são “os de fora”, dominados pelo “Sistema” (Sá, 2010), os que tem medo. A clara leitura de “não ser cidade” será detalhada mais a frente, no Eixo 5: Os elementos do espaço urbano como signos de inserção na cidade.

Por isso, um dos mais importantes marcos nos percursos imaginários traçados pelos meus interlocutores foram as associações comunitárias, presente inclusive na fala daqueles que não participavam de suas atividades diretamente:

*“[Eu] Mostrava os projetos, as comunidades ... que é bonito, o trabalho que D. Maria- zinha faz. São projetos bons, né? Ensinam muitas crianças, as crianças chegam aqui. Pronto, isso é uma paisagem bonita. O Titanzinho, também, né?”
(Camila, 32 anos).*

A apropriação do lugar, por si e por outros, é também elemento marcante na experiência do lugar:

“Bonito pra mim é ver as pessoas assim interagindo, né, as pessoas conversando, jogando conversa fora, e isso é bonito, né? Porque hoje, acredito que, com a evolução da tecnologia, isso tá acabando, né? As pessoas estão deixando que a tecnologia lhe guie, seja o outro ser humano. (...). Elas se falam pelo celular, mas elas não falam olhando no olhar do outro, né, pra sentir o outro. Então o bonito é esse contato, você ter esse contato direto com o outro.” (Cristiane, 29 anos)

“Aqui, você tira uma prova da beleza do lugar. E o que me chama mesmo a atenção é quando a galera tá surfando mesmo. E aí eles utiliza[m] do próprio lugar pra fazer seu meio de brincadeira, de diversão, de esporte, de meio de vida, né, isso é massa, quando você o estilo de vida unido com a natureza, né, eu acho que isso é muito massa, chama a atenção de qualquer pessoa, na verdade.” (Jandson, 37 anos)

Para os entrevistados que desenvolvem alguma atividade artística, ou que estão envolvidos em ações comunitárias, é mais comum a abstração do negativo para enxergar belezas nos lugares. Por exemplo, Rômulo, de 24 anos, apresenta a seguinte fala:

“Eu levaria você no trilho, eu moro muito próximo à estação de trem. Além de achar poético, a ideia do trem, essa coisa toda, é um local marginalizado, onde as pessoas tem medo de passar, porque é realmente mais esquisito, mas que de lá você consegue ver o pôr do sol, um dos mais bonitos, porque a gente costuma vir a praia, que tem essa coisa de ver o mar, e como lá não tem praia, tem esse trilho, com um pôr do sol lindo, maravilhoso, e o conjunto que eu moro, que é uma favela, conjunto habitacional, e que eu acho muito bonito, muito bonito, [apesar de] todo o lixo que tem, o excesso de crianças que tem na rua, e as casas praticamente iguais, eu acho bonito.”

Além desse processo de abstração, as ações no espaço também permitem redefini-los como positivos. Rômulo discorre sobre o bairro onde mora, cuja beleza está na relação entre o espaço e as ações de seus habitantes:

“E eu também sou muito apaixonado por essa [coisa] de paisagem, e de como é o local aonde eu estou, e eu tento sempre ver como é no início da manhã, como é a rua inteira, e da onde eu moro eu consigo ver um certo espaço. Eu moro no Quintino Cunha [outro bairro, longe da praia]. Então, da onde eu moro eu consigo ver assim um terreno imenso que tem, um matagal, um conjunto habitacional, fábricas lá atrás, isso é muito bonito. Eu tô sempre nessa observação de onde o sol vem e tal.”

Porém, mesmo para aqueles que me responderam ser a paisagem uma imagem, um cenário, no decorrer da entrevista foi-me deixado claro que, neste cenário, os processos pelos quais o interlocutor conecta-se à paisagem são os mais significativos. Nesse sentido, observa-se que os mesmos objetos surgem como fenômenos distintos, a depender dos valores considerados pelo que experiencia o fenômeno.

Um exemplo são os becos mencionados por Victor. Para a maioria dos interlocutores, eles são espaços a serem evitados, que não gostariam de me mostrar. A violência e as carências, aliás, são uma razão para desgostar dos espaços. Camila diz que não mostraria a favela, por ser ela lócus da violência (importante notar que o termo favela só foi utilizado para se referir aos aspectos negativos, enquanto comunidade foi utilizado de forma neutra ou positiva, e bairro, positiva).

Jéssica também considera desagradável mostrar as vielas, apesar de dizer que são a realidade da maioria da comunidade, pois não tem saneamento e o esgoto corre a céu aberto. Apenas Victor, que tem boas memórias das brincadeiras de infância, diz que mostraria em seu percurso turístico os becos da comunidade, pois são singularidades do lugar.

4.2 A POESIA COTIDIANA DA PAISAGEM: CONSTRUIR O “SEU HABITAR”

Se está definido que a paisagem é um sentido positivo atribuído pelos meus interlocutores à experiência vivida em determinado lugar, as formas desta experiência são múltiplas. Essa experiência não é somente visual, mas descrita através das sensações e dos sentidos dados a elas. A textura, a cor, o afeto, a história, a luz, determinam estas interpretações que se dá ao espaço, valorado a partir do vocabulário e das comparações com experiências anteriores. Cada experiência marcante agrega algo de novo e transforma o experienciador, transportando-o a uma nova compreensão de mundo. Por vezes, o novo é um lugar em que a experiência ocorre, resultante de uma busca do que é diferente do cotidiano:

“Foi uma época assim da minha vida, que eu, ah, meio que quis sair de uma praia para poder ir para uma serra, sabe, tipo pra conhecer como é que é uma coisa que já não conheço, que não é meu dia a dia, então é aquela coisa de, acho que todo mundo vive assim, de procurar o que você não está acostumado a fazer, ou a ter.” (Lorena, de 20 anos)

A paisagem, para os interlocutores, tem diversas escalas. Algumas coisas vistas ao longe são belíssimas, porém, de perto, são tristes ou causam nojo. Existe a paisagem do sublime, que se descortina do alto de pedras, e as do cotidiano, vista da janela, sentidas no quintal de casa. **As experiências de paisagem são marcadas como lembranças de momentos únicos**, que surgem em meio ao corriqueiro, no qual uma nova descoberta fortalece o entendimento e o sentido de pertencimento ao espaço cotidiano:

“... uma coisa que eu me surpreendi foi a primeira vez que eu tomei banho de mar no próprio bairro que eu moro, só que do lado de lá do espigão, tipo existe um espigão que eu frequentava demais a minha infância um lado da praia. Depois que eu passei a morar mais perto do outro lado do espigão, eu lembro de ter tomado meu primeiro banho assim desse lado aqui. Tipo aquele sentimento de culpa de: “pô, eu moro aqui, é a primeira vez, como assim é a primeira vez que eu tomo banho aqui.” Eu acho que me marcou um banho de mar, no meu próprio bairro. (Lorena, de 20 anos)

Percebo em muitas falas a **referência ao cotidiano como critério de avaliação da paisagem**, seja para a busca de similaridades, seja como parâmetro de diferenças, de tal maneira que o espaço de vida cotidiana se constitui como referencial do entendimento do mundo:

“É que uma vez eu viajei, eu me lembro que foi pra um lugar muito bonito, e aí eu visitei essa praia, e lá era muito diferente, e aqui eu tenho a minha praia, né? Essa praia, e eu fui pra lá, e eu vi que a praia era totalmente diferente [da minha praia], a areia era mais grossa, o mar era, a água, era muito tudo diferente (...) O que eu achei mais bonito foi as cores, o lugar, né, porque o mar, o céu também, só que, aquele azul, aquela combinação, lá. ” (Juliana, 15 anos)

É no diálogo com as experiências cotidianas que se vê as contradições entre **a paisagem hegemônica e a paisagem dos afetos**. Como está explícito na fala de Otávio:

“Tinha que ter mais coqueirais, tanto que nós temos essa parte aqui litorânea, que temos aqui essas árvores, então isso aqui já é uma vida a mais, pra nossa comunidade, pra nossa bela praia, mas tinha que ter coqueiros, palmeiras (...)

Nestes afetos estão não só o carinho afetuosos pelo lugar de moradia, mas a **importância das percepções corporais para a experiência³ dos fenômenos da paisagem**. Como nesse relato de Lorena:

“E, deixa eu ver outras ..., acho que os corais que tem ali, eu não sabia que tinha como ver os peixinhos, sabe, essas coisinhas, eu sou apaixonada por ficar vendo ... Ai tem um local lá que é ... que quando a maré seca, nos corais, fica uma bacia d’água que os peixes ficam lá, é só levar um óculos de mergulho, você fica lá nessa bacia super protegida, né, num tem o mar que, o mar vai. Recentemente foi outra, essa é mais outra imagem, por aí eu ter entrado no mar também, do espigão, e saber que lá depois do meio do espigão, quando eu entrei, saber que tem areia, assim, muito próximo, não é aqui, mas é próximo, não é fundo. Aí eu como assim, não é fundo? Um dia desses.”

Acredito que isso se relacione ao fato de as ações cotidianas aparecerem como elemento importante para a fixação de determinadas memórias espaciais. Especialmente **as experiências de paisagem na infância são marcantes, e funcionam especialmente como parâmetros de valoração do lugar**. Quase todas as memórias relatadas de momentos marcantes foram de momentos na infância, mesmo para os respondentes mais jovens, quando a maior parte de seu tempo era passado ao ar livre, ou pelo tempo refinar o cotidiano, guardando-lhe apenas as belezas. Gláucia, de 67 anos, diz que as paisagens do Rio Salgado, de sua cidade natal, “são suas lembranças mais doces”. Jéssica lembra do canal porque acordava todos os dias e via o canal; suas tardes na infância foram passadas ali, quando pulava o muro de casa para brincar. Otávio identifica na Praia Mansa a “ilha encantada em que

³ Experiência aqui definida como a vivência consciente, conforme explicitado anteriormente.

nasceu”. Cristiane, por outro lado, diz que lembra mais da praça que os demais, porque:

“Na verdade, eu lembro dessa praça aqui, porque eu sou uma das mais velhas do grupo, então eu lembro do tempo quando aqui não tinha praça, aqui não era praça, era um campo de futebol, não sei se a Jéssica comentou isso, se é da lembrança dela, ela era muito novinha. Então era um campo de futebol aqui, e tinha um chafariz ali um pouco mais atrás, porque, na década de 1980, , quando começou a luta na comunidade pra questão da urbanização, então eu lembro perfeitamente como era a minha casa, como era as ruas, que a gente não tinha asfalto, aqui era a lama, o esgoto aberto, eu lembro disso, eu era criança, mas eu lembro, então é, o chafariz, eu tenho uma lembrança muito grande, porque as pessoas, por elas não ter esgoto, né, nós não tinha[mos] água encanada, então o chafariz era a fonte de água, que a gente ia com um balde, pegar água pra levar pra casa, eu lembro perfeitamente disso”

Uma outra forma de fixar determinado espaço como marco de paisagem é a ação transformadora consciente. “Cuidar” de um lugar, “cultivá-lo”, ao invés de apagá-lo da percepção, torna-o mais claro, pois os pequenos detalhes aparecem para quem dele se apropria. Esse pensamento se reflete em outra fala de Cristiane, ao relatar uma ação realizada pelo grupo de jovens do qual fazia parte, no intuito de melhorar a praça, a qual os moradores tanto “se apropriam” quanto “à ela pertencem”:

“Depois desse dia, do abraço na praça, que foi feito um círculo na praça todinha, um momento de reflexão daquele momento, para que as pessoas se reapropriassem da- quele espaço. Aí depois desse dia a gente percebeu que a comunidade pegou a praça para ela, se apropriou mesmo, né, de cuidar, (...) E aí os canteiros foram construídos, e aí os moradores foram se apropriando, aguando as árvores, né, as plantas, então assim a lembrança foi muito forte desse momento, foi muito marcante, esse ato do abraço na praça, né, eu acho

que foi o momento em que as pessoas se sentiram na- quele local, pertenceram, né? ”

O vínculo determinado por essas experiências de paisagem torna-se parte da personalidade. Assim como os espaços lhe pertencem (“minha praia”, “minha praça”), as pessoas pertencem ao lugar (“somos do mar”, o canal é a nossa identidade). O que marca a unicidade do momento frente a cenas corriqueiras é a reflexão que destaca um momento na paisagem. Jandson descreve emocionado uma cena do cotidiano da comunidade, mas que lhe toca pela reflexão que suscita:

“Pronto, teve um determinado dia que eu tava, dia de domingo, tomando banho na (...), ali tem uns corais na praia, que é chamado o portão, né, mais a frente ali, e ai, tipo, quando a maré seca, né, ai fica umas piscinas naturais, e a criançada que mora aqui na proximidade da praia, eles sai[em] de suas casas pra ir brincar nessas piscinas naturais que, mermão, se torna assim um clube, né, um clube natural, eu achei aquilo muito punk, eu passei no dia, eu fiquei, poxa meu irmão, a galera pula de cima da pedra, já conhece tudo, já domina o lugar, né, e aquilo ali sim, me chamou a atenção, para além do Titanzinho. Eu acho que foi uma coisa legal, assim, você fazer seu habitar naquele lugar, e essa cena me chamou a atenção.”

Essa frase, de Jandson, “você fazer seu habitar naquele lugar”, descreve para mim uma conexão afetuosa, tentadoramente próxima à definição de habitar de Heidegger (1975). Percebi a importância desses momentos no desejo de compartilhar as descobertas, aquilo que lhe faz viver o espaço e transformá-lo em seu espaço de vida, principalmente quando instados a elaborar um percurso na comunidade. O pensar a paisagem, a partir de sua (re)descoberta, indica um vínculo com o lugar. Lorena declara:

“Eu era uma pessoa que tipo você vai pro centro pra estudar, você vai pro centro para várias coisas e aí, sai de casa cedo e volta pra casa tarde, e aí já não vive mais aquele local. Então comecei a viver aquele local recentemente, né? E as coisas que eu fui descobrindo seriam coisas que eu mostraria para as pessoas. Coisas que eu mesma fui descobrindo.”

É esse mesmo afeto que fez com que Juliana quisesse compartilhar a descoberta do Farol com os possíveis turistas:

“(...) eu me lembro que meu pai me levou quando eu era muito pequena, e aquela imagem ficou gravada na minha mente, e todo vez que eu venho aqui, eu olho ali para o Farol. Eu acho muito bonito. Eu acho que ia te levar lá, e ia mostrar, e explicar né, o porquê, pra mim, e explicar que também podia ser especial pra vocês, né?”

Ou leva Otávio, de 48 anos, a descrever cuidadosamente todas as “formas de água” da Praia Mansa de sua infância:

“Tem 03 tipos de água: cristalina, com um pouco mais de onda, e um pouco mais funda. E nós fomos criados com essa paisagem: coqueirais, tinha esses plantios de castanhola, nós tinha[mos] palmeiras, nós tinha[mos] muito, muitas plantas, essas plantas de flores. Em frente à minha casa, existia um campo todo verde, lá na Praia Mansa, então isso pra mim, tinha a beleza do mar, a beleza das plantas, do próprio arco-íris, que lá aparece muito, então isso daí pra mim é a minha infância, nasci na Praia Mansa e de lá simplesmente me desloquei. (.) Se que quero morar lá? Moraria, sim. Por que é que não [es]tão? Porque tá privativo, mas eu nasci nessa paisagem. Uma beleza, vamos dizer assim, uma ilha encantada.”

Outras manifestações são o orgulho óbvio dos jovens praianos de “sua quebrada”, que leva Jandson a declarar que seria preciso muito para que ele trocasse de local de moradia, e Mariana dizer que não sairia de sua praia por nada. Sá (2010), ao fazer uma pesquisa etnográfica sobre o

Serviluz, já mencionava essa consciência de superioridade dos jovens ‘praieiros’ sobre seus colegas moradores de comunidades situadas mais internamente no município. Victor patenteia esse sentimento:

“ Sempre eu gosto de apresentar aqui meu local, que é uma paisagem legal, né? (...) Aí eu trouxe o meu colega que mora no Conjunto Ceará. Aí eu disse pra ele. Ele disse: Cara, eu não troco o conjunto por nada. Aí eu disse: Porque tu não conhece a minha quebrada. Quando tu conhecer a minha quebrada, tu vai trocar. Aí eu trouxe ele. Aí ele veio com a família: Victor, é, realmente, cara, eu trocaria mesmo.”

Não é, porém, exclusividade. A paisagem de cada um é marcada pela leitura de seus afetos. Em relato sobre a praça de São Francisco, Gláucia e Antônia protagonizam o seguinte diálogo:

“Gláucia - Aí as vezes eu digo: “Menina, essa praça é muito mais linda que a praça do Ferreira [principal praça do Centro de Fortaleza, cognominada “Coração da Cidade”]. É, né, não, mulher? Mais conservada, se é pra ir pra Praça do Ferreira [praça no centro da cidade, considerada o “coração de Fortaleza”, alvo de uma série de campanhas de revitalização por parte da Prefeitura e associações de lojistas], eu prefiro vir aqui.

Antônia - É, todo mundo acha, né. Mas não é a praça, não, o negócio é amor, né? Gostar, querer, né?”

A imagem positiva da paisagem é tão forte, que vários respondentes falam do que um deles denominou “a atração da paisagem”:

“Bom, eu não sei explicar, mas assim, eu acho que paisagem é aqui que fica, aquilo que tá. E aquilo que é bonito. Tudo que é natureza, natural, ou aquilo que não é natural também, é paisagem. Por exemplo, esse mar e tal, o céu, e por

exemplo um lugar que envolva muita planta, muita natureza. (...) não sai, fica, e as pessoas que tem de ir pra ver, entendeu?” (Juliana, 15 anos)

Victor explica que a paisagem em que se vive se torna parte do indivíduo, que permanentemente a utiliza como referência e refúgio, encontrando no conhecido o acolhimento que o protege. Um dos momentos mais tocantes das visitas que fiz ao Serviluz foi a chegada inesperada de um pescador que, desconsolado com as restrições ao uso da Praia Mansa por pescadores, lamentava-se, embriagado: “eu estou perdendo a melhor parte da minha vida! Eu estou perdendo meu espaço!”

Ao contar sua crítica aos colegas da comunidade, que quando organizam passeios para fora somente se destinam à outras praias, acaba por concordar com eles:

“Mas é porque parece que há uma atração, as paisagens atraem, vamos conhecer o mar, e a aqui a comunidade é formada por, nesse contexto de atrai, por pessoas de Camocim, Acaraú, são todas paisagens litorâneas (...) Apesar das pessoas virem trabalhar numa indústria, que muitas vezes não tem nada a ver com o mar, mas se refugiam no mar, no litoral, tá entendendo?”

A comunidade do Serviluz surge a partir de diversas migrações, intraurbanas, à medida que a cidade avança da Praia de Iracema para a Praia do Meireles, Beira-mar e Mucuripe, anteriormente ocupados por pescadores, trabalhadores do porto e prostitutas, que vêm se instalar nas proximidades do Farol. Além disso, imigrantes de outras praias do estado, como os índios Tremembés de Itarema, expulsos pela valorização das praias da costa oeste, próximas à Jericoacoara, vêm se fixar primeiramente na Praia Mansa e, de lá, no Serviluz (NASCIMENTO, 2011).

É por isso que é comum que os moradores do Serviluz se refiram a si mesmo como “nativos” ou “índios”, que se contrapõem aos “bacanas”, os ricos da cidade, que ameaçam constantemente expulsá-los, invejosos das belezas de suas praias, que pertencem a eles, que “são do mar”.

A valorização da proximidade com a praia é reforçada intensamente a partir do crescimento da atividade turística da modalidade ‘sol e praia’, predominante no Ceará. A disputa com os “bacanas” é alvo de constante discussão. Alguns consideram batalha perdida, para outros, a beleza da “sua praia” é encarada como privilégio a ser defendido:

“O que diferencia daqui é esse privilégio que a gente tem da proximidade com o mar (...)” (Victor Hugo)

“Se eu pudesse, colocava [minha casa] o mais perto do mar possível (...) Voltando a questão das remoções e das paisagens, os meus colegas moram ali [mostra as casas fronteiriças ao mar]. A prefeitura vai querer mudar eles lá para cima do morro. Tu acha que eles vão querer? Eles vão brigar!” (Victor Hugo)

Esse sentimento da paisagem é tão forte, que Leonardo, de 13 anos, relata que ter visto uma representação do Serviluz é uma de suas experiências mais marcantes, “(...) Porque um garoto da minha sala fez um desenho, tipo assim, perfeito, ele fez um farol, todas essas coisas que engancha assim e leva para outro lugar, o mar, ele fez tudo, tava perfeito, até hoje eu lembro daquilo.” Esse aspecto quase mágico com que um desenho “engancha”, prende e arrebatava, transportando o indivíduo para a esse diálogo com a paisagem, se dá pelo significado especial que aquele espaço apresenta ao jovem: “É que aqui é nossa moradia, e onde tem a

convivência certa, quando a gente quer pensar em alguma coisa, com dor, nós vem pra cá, pra ficar conversando.”

4.3 A PAISAGEM E A NATUREZA NO ESPAÇO URBANO: CASA DE MADEIRITE, TETO DE PAISAGEM

Como já apresentei, a associação entre a paisagem e a natureza se dá quando esta possui uma conotação positiva. Alguns moradores chegam a revelar um vínculo quase místico com a natureza, tal como Camila, fortemente vinculada à igreja evangélica, mas que diz:

“Realmente, o que me marca mais é o mar. Assim, Deus é tão perfeito, que coloca o mar para nós pensarmos. O que me marca mesmo é as crianças brincando, né, essa liberdade. Hoje em dia, essa liberdade, né? Então, coisas ruins a gente joga no mar, sabe? O que tem pra mim é o mar. O que a gente pensa, tudo de ruim a gente joga lá. Ele limpa, purifica, né?”

Essa convivência íntima com a praia e o mar, característica da comunidade, **dá origem a expressões que indicam uma linha de continuidade entre o indivíduo e seu meio.** O pescador Luiz, de 54 anos, relata seu processo de adaptação, ao chegar à comunidade quando criança, como um processo de imbricamento com o mar. Quando criança, fascinado com a grande massa líquida, quase afogou-se várias vezes, nos muitos “caldos” dados pelas ondas, que conta sorrindo agora, após décadas de pescaria e surfe. Explica: “É que o mar era um estranho para mim. Mas eu tentei, várias vezes, eu queria. Agora eu e o mar somos um. Eu sou um com o mar. [Hoje] Eu tenho para mim que até a água daqui é doce, apesar de salgada.”

Francisco, de 50 anos, indica a relação com o mar como um velho conhecido. Também migrante, oriundo de Acaraú, chegou na comunidade com a mãe e os 12 irmãos, depois que o pai, que viera primeiro, conseguira se instalar, auxiliado por conhecidos. Morando há muitos anos na área, ele diz que julga impossível sair dali, pois estavam tão inseridos, que morreriam, como árvores sem raízes. Estão há tanto tempo, que o mar já lhes conhece, é seu amigo, e por isso, no período das ressacas de janeiro, quando a linha de preamar atinge seu nível mais alto, que “o mar bate em seus muros, mas não derruba [as edificações]”. O mar, dizia, tem consideração por eles.

Entretanto, a separação entre natureza e espaço urbano não é clara. Por vezes, o sentido de natureza na paisagem é dado através de elementos que os entrevistados considerassem símbolos de natureza. Não houve preocupação em determinar a ação do homem sobre esses elementos, num sentido de estabelecer uma “natureza intocada” como uma “verdadeira natureza”. Se é verdade que os principais elementos citados se encontram além da ação humana (o mar, o rio, o pôr-do-sol), as menções feitas a eles relacionaram-se sempre à relação travada entre o interlocutor e estes elementos:

“a aurora, o sol nascendo, parece uma bola de fogo, uma paisagem assim que o por do sol não paga, é uma das poucas horas do dia que você consegue ver o sol sem nada na cara, tá entendendo? Sem nada no rosto, é ótimo. Eu disse assim: eu tenho de acordar mais vezes quatro e meia, cinco horas, para ver a aurora.”
(Victor)

À medida que eu solicitava descrições de memórias, as referências ao espaço de vida cotidiana (porque aqui na maior realidade em que eu

vivo, que é aqui dentro da comunidade), se tornava mais frequente, sempre associado a algo de natureza – ainda que esta seja apenas uma representação, uma árvore como ponto de contato com o verde:

“O que é bonito, assim, na minha cabeça, é que é como você disse, aqui as casas são muito pequenas, né? Então a gente sempre está fora de casa, porque ninguém aguenta ficar no calor das casas muitos pequeninhas. Então, uma paisagem bonita para mim são as ruas, as pessoas nas calçadas, conversando, né? Uma área dessas que tem verde, é muito, fica sempre mais bonito quando tem uma árvore na porta, né? Então, assim, esse contato com o verde, ruas limpas, uma paisagem muito bonita.” (Jéssica, 24 anos)

Uma das senhoras a quem entrevistei, bem-humorada, chegou a definir paisagem como “esse pé-de-pau aqui”, referindo-se a árvores que plantara em frente à sua casa. Otávio descreveu uma moradia construída sobre a areia e coberta de vegetação como “casa de madeirite, teto de paisagem”:

Na comunidade existe essa parte verde aqui da frente, aqui na parte do pontamar, é uma casa de madeirite, que o homem botou mil e uma, mil e uma plantas lá. Eu acho lindo. Casa de madeirite. Mas se eu for contar as plantas lá, é infinita. Eu acho isso daí lindo, e bem em frente daquela via ponta mar. Isso é uma coisa maravilhosa, que tem de ser aproveitada, que tem de ser feito de inspiração, pra comunidade em geral, uma casa de madeirite, tá toda lá, é o teto de paisagem, isso pra mim é uma coisa linda.”

Os espaços de natureza são marcados como espaços de liberdade, dada a gratuidade do acesso. Nas palavras de Débora, de 23 anos: “Eu prefiro morar aqui perto da praia, eu não queria nem ouro nem prata. A praia é o único lazer, aí nós tem a praia. A praia nós mesmo faz um piquenique nela, não precisa mais nada.” Sandra, de 28 anos,

complementa: “Aqui é um paraíso, tem os pescadores, tem tudo, não tenho nem palavras, porque a praia é mais aberto, mais livre, quando não tem para onde ir (por falta de dinheiro), vamos a praia”.

Uma noção que considerei significativa foi a percepção dos moradores de que **os espaços livres urbanos são substitutivos dos espaços de natureza**. Foi interessante observar como a natureza e os espaços livres compartilhados se complementavam. Cristiane relata que o leito do Riacho Tauape, antes de sua canalização

“era a área de lazer que a comunidade tinha, né, que a gente não tem área de lazer, assim, a gente não tem quadra esportiva, não tem campo de futebol, então, era o local que todo domingo, a galera se encontrava, para ir jogar futebol, era jogar carimba, então era, lembrando assim da minha infância, era o local aberto, no momento marcante, a infância.”

Por outro lado, quando o Riacho é canalizado e seu leito se enche, é a praça que se torna o espaço aberto onde as crianças também brincam, redesenhando os usos da praça com seus jogos:

“porque aqui a gente não encontra espaço para jogar bola, só tem a praça, então acabava em algum momento em confusão, conflito, pelo fato que a gente trabalha- va a conscientização de plantar, mas também entendia que os meninos precisavam jogar bola, porque não tinha espaço, né?”

No Serviluz, é conhecido o caso dos moradores da Estiva, um dos territórios em que a comunidade se divide. Impedidos de ir à praia pelas regras dos conflitos internos à comunidade, os moradores constroem uma praça para garantir seu espaço de lazer, ainda que em flagrante conflito com a intensa demanda por espaço para construção. Esse desejo de espaço de convivência levou os moradores da adensada Estiva a

deixar livre um espaço central, próximo a zona de manobra do trem, conforme relata Otávio:

“Nós temos aqui uma pracinha, que não é bem uma pracinha, foi montada pelos próprios moradores, que é chamada a pracinha da Estiva, que hoje tá pacificamente, amigável com todos nós, que lá tem uma areazinha verde, que os próprios moradores fizeram, não foi nada de estado, nem município, então acho ali muito legal, uma pequena pracinha, máximo 50 m, então eu vejo aquilo dali muito lindo, entende, é um dos pontos, que a comunidade mesmo está se organizando para que aqui aconteça.”

Um aspecto significativo é a **esperança depositada na paisagem entendida como beleza e convivência harmoniosa** como possibilidades de integração. Parecem dizer: Se “os de fora” vissem que temos luz como a deles, se soubessem nossa história, nossos marcos, a praia paradisíaca, não ficaríamos tão isolados, parecem dizer. O desejo da beleza como contraponto a inúmeras dificuldades é apresentada na vegetação plantada, na produção de mosaicos nas paredes externas de algumas casas, da implementação de equipamentos. O espaço público é extensão da casa e talvez isso explique a defesa contra intervenções indesejadas: como o poder público, este grande ausente, deseja modificar aquilo que é meu, sem consulta?

A integração comunidade/cidade tem, porém, um risco: alguns já criticam o “excesso de hospitalidade” trazida pela fama da praia de surfe que já produziu campeões internacionais, pois “a gente gosta desse movimento [privacidade] pra não bagunçar muito, se não vai virar uma

Jeri[coacoara]⁴, e ninguém gosta ...”. Nas entrelinhas, propõem o acesso controlado, cauteloso, como ocorre hoje, como expresso nessa fala: “[aqui] Não é um bairro tipo o Benfica, que você vai pra estudar, vai pra fazer isso, né, é diferente, só vai no Serviluz quem tem convite: “ei, vem aqui no Serviluz”. A separação da cidade é negativa enquanto estigma, mas a independência é bem vista, à medida que lhes garante a permanência num espaço que podem chamar de seu.

4.4 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO COMUNITÁRIO: SOBRETRABALHO E AUTONOMIA

Nas respostas, as relações entre as formas e os modos de ocupar/habitar o lugar são claras. Por exemplo, ao comparar as comunidades com os demais espaços, o “modo de viver” na comunidade é diferenciado, como o é seu espaço, fruto da autoconstrução:

“No bairro em si também tem a comunidade, né? Que é bem carente, é bem desestruturada, digamos assim. Porque ter saído lá do Cocó, do Papicu, da Cidade 2000, Aldeota, sei lá, você tem uma visão, o urbanístico daqueles espaços, daquele local, é totalmente diferente desse daqui. Você chega aqui é uma casa toda mal construída, lá é ... enfim, tudo torto aqui, as ruas são super estreitas, é muito beco, são ruas supermovimentadas, né? Em outros lugares as pessoas são muito contidas dentro de suas residências. Aqui não. Aqui é todo mundo muito rua, e tal. E menino andando de pé descalço e não tá nem aí, e esse tipo de coisa. É interessante também, para você ter um outro panorama do que é a periferia e bairro de classe média.” (Jandson)

⁴ A valorização de Jericoacoara, praia de forte apelo turístico no litoral oeste do Ceará, expulsou os nativos para outras vilas ou para a pequena favela que se formou longe da praia.

Os conjuntos habitacionais denominados por Otávio de “condomínios” são vistos de forma contraditória: por um lado, parecem apresentar uma ascensão social, ao permitir uma melhor unidade habitacional, dentro de um padrão de ocupação mais socialmente aceito (o condomínio de apartamentos murado), mas seu espaço restringe as formas de convivência social presentes na comunidade:

“Algumas pessoas que saíram do Serviluz e estão morando em ambientes fechados, né, conjunto, as pessoas gostam. Só que muda um pouco, né? Porque a vida é mais fechada, mais privativa, aí fica, aí tem só o momento da tarde, já me falaram do momento da tarde, que é a parte do sombrio, assim, a tarde, leva as crianças, então o momento de contato maior, com a natureza é menos, é menos que aqui sem dúvida. (...) Porque eu acredito, como eu falei, eu acho que o condomínio, ele deixa você mais você, só você no seu quadrado, isolado, até o momento de lazer você precisa sair pra se divertir. Aqui, não, aqui você se sente bem pra sentar e conversar na calçada, tomar até uma cerveja, pegar um dominó. Então, eu vejo as pessoas mais presas, assim. Mas, também, em compensação, se sente melhor, não por estar mais isoladas, mas porque tem um ambiente mais confortável, às vezes, porque as pessoas que saíram daqui estão num ambiente confortável. Em qual sentido? Porque tem piscina, final de semana, então tem algumas coisas, né? Vantagem, algumas vantagens, são essas. Só isso.”

Para Otávio, a vida na comunidade é mais livre, enquanto no condomínio é “mais preso”. Parece que há uma complementação do espaço privado reduzido na comunidade com um mais intenso compartilhamento do espaço público. Pode-se também falar da relativa liberdade dos usos “não-mercantilizados” que a ocupação informal permite. Seu José, por exemplo, justifica não ter aceitado a primeira oferta da Prefeitura para desocupar a área de praia onde está a sua barraca, de aproximadamente 70 m², por não ter alternativa para

colocar seu negócio: “Na Praia do Futuro (praia vizinha, uma das principais praias urbanas de Fortaleza para o turismo e as classes médias) só tem barraca de luxo.” Sandra, de 28 anos, e Débora, de 23 anos, dizem que a “praia é livre”: “(...) porque a praia é mais aberta, mais livre, quando não tem para onde ir (por falta de dinheiro), vamos à praia”.

Essa associação das ações com a “beleza” do lugar (com sua valoração como positivo, portanto, paisagem), se torna clara com a indicação dos espaços relevantes da comunidade. São sempre lugares dos afetos, descritos em associação com as sensações que os tornaram marcantes para os interlocutores. Esses marcos simbólicos da integração são mais significativos quando permeiam relatos de segregação – Cristiane, por exemplo, relata que perdeu uma vaga de emprego por “assumir que morava na comunidade”. A comunidade é um fragmento à parte da cidade, e que se divide ela mesma em fragmentos: o livre trânsito dentro delas é barrado pelas fronteiras dos territórios das facções em conflito, que se utilizam, em parte, destes marcos como fronteiras e núcleos dos seus territórios.

É essa noção das marcas que se cria que faz talvez com que os moradores indiquem sempre em seus percursos as associações, como diz Cristiane:

“então eu acho que os locais que eu levaria aqui era, primeiro era contar a história da comunidade, né, como surgiu, como ocorreu as mudanças, levar à praça, contar a história da praça, a construção da praça, onde era o chafariz, onde foi o mercado de peixes, que hoje são casas, mas era o mercado que as pessoas vendiam os peixes e sobreviviam daquelas coisas, né, levava aonde era as antigas associações de moradores, então acredito que exista um grande percurso aqui no Lagamar, que assim, se passou, tá na memória de muita gente,

e que tão glorioso seria se a gente pudesse, né, expor isso, deixar isso exposto para que as pessoas venham e vejam a nossa história, né?”

As associações são portas para a integração que lhes é negada. Os limites da comunidade são fronteiras simbólicas quase intransponíveis, que determinam as possibilidades de acesso a emprego e cidadania a seus moradores. Cristiane relata sobre a entrevista de emprego que termina abruptamente ao revelar seu local de moradia. Mesmo Mariana, uma das mais jovens interlocutoras, já delimita a diferença entre a comunidade e “os de fora”:

“É que muitas pessoas falam que o Serviluz é perigoso, essas coisas. E perigo, tem, assim, às vezes. Com certeza também tem moradia simples, essas coisas. Eu acho que isso mudaria muito se o ‘povo lá de fora’ não visse só as coisas ruins que tem dentro do Serviluz, mas sim as coisas que tem boas, tá entendendo? Então com certeza eu levaria para conhecer pessoas simples, mas muito simpáticas, que o que vale é isso, né?”

Essa noção de que se as pessoas conhecessem o lugar, o processo de estigmatização do lugar se desfaria se repete. Nestes espaços, as associações são também agentes simbólicos da integração e da mobilização. Durante parte do tempo de pesquisa, acompanhei ações do Projeto Met(Amor)fosse, grupo de jovens que promovem ações de cunho comunitário e religioso com as crianças dos três territórios do Serviluz. Uma das ações mais significativas – e apreciadas pelas crianças, é o levar as crianças para a praia. Apesar de relativamente simples, pois são poucas quadras que separam as moradias da praia, é uma ocasião rara – os moradores da Comunidade da Estiva chegaram a construir uma praça por não poder cruzar a fronteira para o Titanzinho.

De forma geral, **os elementos citados em suas experiências de paisagem são espaços simbólicos do território da comunidade.** Sejam espaços construídos ou não, eles cumprem papéis similares: espaços de convivência e lazer, de mediação de conflitos e de apropriação coletiva. Os espaços não construídos mais significantes são aqueles nos quais alguma força impede a ocupação: o limite do alcance das ondas na praia, o leito do rio, um proprietário particularmente belicoso que ameaça os ocupantes ou mesmo a decisão coletiva (o limite da comunidade do Serviluz é uma duna, não ocupada para servir como barreira que esconde a comunidade).

Cada um deles assume um significado por sua não-ocupação, e é redefinido pelas ações que ali ocorrem, como a praça do Lagamar que é adro de um pequeno santuário, sala de jantar para as famílias que põem suas mesas na calçada a noite, a apreciar o espetáculo urbano, espaço de brincadeiras para as crianças, que utilizam a porta do santuário como demarcação do gol:

“Quando vai, assim, de quinta para sexta, tem pessoas que começam vender alimentos, aqui, churrasco, jantar, então, é muito movimentado com várias mesinhas, pessoal vai, janta aqui, aí tem brinquedos para as crianças aqui nessa área, tem uma senhora que bota pula-pula a preço muito acessível, a R\$1,00, aquele pra criança menorzinha, e pra gente maiorzinha, então vai distribuindo os brinquedos, aí, as crianças utilizam pra jogar bola, porque não tem campo, aqui no Lagamar, então assim, sempre tem criança usando aí a porta da igreja como trave, como gol, né? É movimentado aqui, porque as crianças brincam aqui.” (jessica)

Tal multiplicidade de usos é tolerada dada a carência de espaços, mas gera conflitos que demandam negociação: entre moradores, entre adultos e crianças, entre traficantes e moradores:

Gláucia: Aí nós plantamos, esses canteiros, aí deu certo, plantamos e cercamos tudo. (...) Mas tem a questão da droga, o pessoal começou a esconder droga (...)

Gláucia: É, tem luzes e tem sombras também, né? Aí esconderam droga nos canteiros, principalmente no canteiro que tem ali, Ô D. Antônia, e aquela árvore ali, pelaram, aquela ali doi uma das que nós ... ?

Antônia: Foi seu Romeu, seu Romeu, eu fui falar com ele. Ele dá uma de doido. Sabe que hora ele cortou essa pranta aí? Cinco horas da manhã, ele mandou cortar.

Gláucia: E por que que ele fez isso?

Antônia: Porque ele não gosta do outro rapaz, não gosta, aí, aí eu trouxe, prantei mais o rapaz, fiz aquela gradezinha, botei. Estava linda, maravilhosa.

Gláucia: Tava

Antônia: Aí parece que ele não se bate muito, né, aí ele foi, cinco horas da manhã, trouxe um rapaz, mandou pelar. Aí eu fui a ele: “Seu Antônio, me diga uma coisa, por que o senhor mandou cortar aquele nin, estava tão bonito?” “Ah, D. Rita, ele empa- tava”. É que ele não quer vir pra cá, aí fica na casa dele, olhando pra cá. Só que a árvore estava tão bonita, que cobria a casa dele. Aí ele foi e mandou cortar. Ele tem problema, né, também, a gente não levou em conta ...

De qualquer forma, é na **convivência nos espaços públicos que se exercem a negociação dos conflitos** da comunidade. Vizinhos que plantam e podam as plantas em discussão com as crianças que jogam bola ou outros moradores que trazem animais, entre as ações comunitárias de cunho religioso e o bar vizinho, as disputas de interesses entre os que desejam preservar a paisagem e aqueles que querem construções que tragam emprego, como no caso da disputa do Estaleiro, no Serviluz. Seria talvez aquilo que Eugênio Queiroga, em sua

tese de livre docência, denomina como “esfera pública geral”, as práticas cotidianas que oportunizam o exercício da política enquanto negociação de interesses coletivos (QUEIROGA, 2012).

Em todas as falas, nas duas comunidades, é comum que se refiram, orgulhosamente, às benfeitorias existentes na comunidade como resultado de “muita luta”. Aquilo que é feito de forma autônoma pelos moradores é valorizado. Aquilo que foi “recebido” demanda explicações adicionais, como as que Otávio dá nesta fala:

*“E também outro ponto muito bacana pra conhecer é esse parquinho, aqui na São Francisco, tá, **foi através de um conselho de defesa social**, nós temos um novo parquinho lá, na praça São Francisco, então um benefício pra gente, tá?”*
[Grifo meu]

As comunidades, como espaço de ocupação informal, não se inserem na cidade. As ações públicas são vistas como “favores” de políticos, os quais podem vir a ser cobrados posteriormente. Os políticos, dizem, “só servem para irritar com carro de som nas eleições”. Ou, pior ainda, para tentar retirá-los dali. A percepção da oposição de objetivos da comunidade, que deseja permanecer, e as administrações públicas, que desejam que saiam, é o que explica aos moradores a notória falta de investimentos nas comunidades, explicitada na bem-humorada crítica expressas nos versos: “Aqui é o Serviluz/ De dia falta água/ De noite falta luz”, apesar do nome da comunidade se dever à vizinhança com a usina que provia Fortaleza de energia. Essa percepção cria uma cultura de resistência, tal como relata Victor:

A prefeitura vem aqui, é tão engraçado. A prefeitura vem aqui, ela vinha antes, e a gente, que é daqui da luta, da resistência, tem umas 04 pessoas, sempre questionava, sempre questionava. Aí foi legal que a gente se cansou das palhaçadas da prefeitura, e de nunca resolver, só empurrar as coisas deles, nunca aceitar as nossas propostas, aí a gente recuou, mas aí foi tão legal, que a gente criou uma resistência nas outras pessoas, e a gente não tá mais na frente. As outras pessoas que vão brigar [com a prefeitura]. A gente fica atrás: Oh, a gente não vai, aí quando eles vêm, [dizem]: esse pessoal não aceita nada, não quer, sai daqui zoado. Porra, vocês vêm aqui com umas coisas mirabolantes, umas coisas que não tem nada a ver com a gente, cara. Tirar o pessoal. Pô, vamos melhorar, vamos ver o que a gente pode fazer aqui, né?

Talvez por isso sejam frequente os relatos de **ações organizadas pela própria comunidade**, porque “não se pode ficar esperando pelo poder público”, diz Otávio. Seja para a limpeza da praia ou reforma da praça, como diz Cristiane:

“A ideia desse dia era de chamar a comunidade da redondeza pra trabalhar a conscientização de que a gente teria que cuidar do nosso espaço. Que a gente não iria esperar que o Município viesse fazer o papel dele, porque além de existir [outras] demandas, não é prioridade [deles], também, mas a gente tem de fazer a nossa parte, né.”

Um aspecto curioso é a importância dada aos espaços de praça. A existência desses espaços é considerada muito significativa para a qualificação de um bairro, e possui funções urbanas bem definidas. Quando perguntada se as pessoas passeavam no canal, ou apenas praticavam esportes, Cristiane pergunta: “Como numa praça?”, numa determinação clara de atribuições, que talvez se aproxime do que Queiroga (2012) denomina de pracialidade. A praça é um espaço que qualifica o lugar, tal como expresso por diversos interlocutores:

“Pois é, uma boa pergunta, porque assim, é um bairro que não tem nada. Nada de atraente, nada de atrativo. Não tem uma praça, e eu acredito que se tivesse, não ia funcionar, porque muita gente, e eu não se como é que as pessoas, é, lidariam com isso, assim aglomerado, não tem praça, não tem nada de interessante.” (Rômulo)

“Ele não tem muito a oferecer, porque ele é um bairro, não tem uma praça.” (Gláucia)

A praça São Francisco foi fruto de atividades da própria comunidade. Foi um grupo de senhoras, conforme relato Antônia, ela mesma parte deste grupo, que iniciou a preparação da área de brejo, num mutirão de muitos dias, que se iniciou com “10 pessoas, depois aumentou pra 15, depois aumentou pra 20, depois foi multidão de gente, pra chegar junto com a gente”. Posteriormente, após a implementação de um santuário com bancos em volta, “que foi sendo dada a visão de uma praça, que as pessoas viriam para passear, para conversar, e tal, tudo, aí depois que acabou, que foi desfeito o galpão, aí foi que foi inserido a capela, né? E também a praça não era essas benfeitorias todas”.

Quando resolveram usar dos meios tradicionais de política:

“aí a gente resolveu fazer uma reunião com o pessoal pra ver o que que fazia, né? Aí disseram: vamos convidar os vereadores, pra eles virem aqui, pra eles nos ajudarem. Aí a gente saiu na Câmara (de Vereadores de Fortaleza), de gabinete em gabinete, visitamos 08 gabinetes com a carta, convidando. À noite, não veio, nenhum. Mandaram representante, somente. Não compareceu nenhum. Aí esses representantes, quando chegaram aqui, ou foram, aquele, que tomou conta da Cidade de Deus, Sei que a reunião não deu em nada.” (Gláucia)

Apenas uma ação de maior impacto mobilizou as instituições públicas, e mesmo assim de forma pouco produtiva:

Aí nós resolvemos fazer um abaixo assinado. Aí no Abaixo-assinado nós botamos para assinar, a identidade e o endereço. Aí depois que o Abaixo-assinado tava todo feito, o pessoal disse: “Não, nós não vamos botar nossa identidade aí não. Pode rasgar. Nós não quer ...” Com medo, tem a história da bolsa família, com medo de perder. Aí fomos fazer outro, só com o endereço (...) Aí fizemos, ainda hoje eu tenho a cópia lá em casa. Fizemos o abaixo assinado, eu só sei que veio o pessoal do Regional II, não foi, D. Antônio? Pra gente se encontrar. (...) É. Aí a gente conseguiu, não foi uma verba muito grande, não, foi assim ... Mas, mas, graças a Deus, depois disso aí, eu acho que, graças a Deus e a D. Antônio. Não é porque eu quero dizer não, mas se não fosse a D. Antônio, tinha caído na mesma coisa. Porque quando começou quebraram, você se lembra, logo nos primeiros dias, quebraram logo aqui. Aí ela ia lá, ela e o esposo dela, que já morreu, consertava, botava as pedras, e cimentava, e ajeitava, e foi conservando. (Glaucia)

Por isso, um espaço livre qualificado não é compreendido como um direito assegurado, demandando sempre “muita luta”. Porém, somente espaços de interesse da comunidade mobilizam esses esforços: plantio coletivo, abaixo assinado, protestos. Enquanto a praça de São Francisco é alvo de constante cuidados, as margens do Canal do Tauape permanecem terra de ninguém. Periodicamente, as praias do Serviluz recebem ação de limpeza coletiva dos moradores, o mesmo não ocorrendo com as ruas próximas. Os espaços “amados” são tratados como extensão das casas, ambos assumidos como responsabilidades de seus moradores, o que ampliam sua importância para eles.

4.5 OS ELEMENTOS DO ESPAÇO URBANO COMO SIGNOS DE INSERÇÃO NA CIDADE

O espaço é descrito não apenas de forma objetiva, mas principalmente a partir dos significados dados aos elementos

percebidos. A situação de exclusão da cidade, expressa na constante descrição das próprias comunidades como “periferias”, é lida nas diferenças percebidas entre o espaço autoconstruído e desprovido de serviços urbanos – aonde “tudo é torto”, “as vielazinhas, que é a realidade mesmo da comunidade, são mais precárias, não tem muito saneamento, rede de esgoto, é muito complicado andar por lá” – e a dos “grandes bairros”, que possuem um “grande urbanístico”, padronizado conforme a legislação.

Percebi a leitura do espaço urbano como signos de inserção ou não no contexto urbano, a materialização da exclusão que pauta a oposição cidade x comunidade, presente em tantas falas. A autoconstrução do lugar produz espaços específicos, diferentes do padrão urbano, determinado pelo fazer técnico. Cada diferença é indicativa dessa exclusão. Mesmo a tonalidade da iluminação pública se torna um desses signos:

“Eu não convido as pessoas, porque as pessoas têm o preconceito, né, tem um medo

... E as vezes a gente tem medo de trazer e acontecer, mas sempre que vem uma pessoa lá em casa, meus irmãos que vem de fora, eu sempre digo: “Ah, seria tão bom se vocês tivessem tempo de ir e conhecer”, olha, eu falo nessa iluminação, eu digo: “Olhe, as praças daqui, a luz lá do bairro é aquela luz amarela, nem parece as ruas do Lagamar [que são iluminadas com lâmpadas brancas, por solicitação e pressão da comunidade. Luzes amarelas são associadas à bairros pobres. Luzes brancas, aos bairros mais ricos].” (GLÁUCIA)

Essas características são associadas aos estigmas de pobreza e exclusão, de violência urbana e criminalidade que marcam a imagem da comunidade para “os de fora”. Por isso, aproximar os elementos do

espaço da comunidade ao da cidade formal é uma grande conquista, signo da ressignificação do lugar, especialmente se fruto de “luta” da própria comunidade:

“Nas comunidades, as lâmpadas costumam ser amarelas, não sei se você já, já teve essa percepção. Se você entra nas periferias de Fortaleza, as lâmpadas, elas são ama- relas. Onde você chega é amarela, pra dar já esse ar de penumbra e diferenciação mesmo, né? E aqui, eram amarelas. Aí na época da reforma, a gente solicitou que mudassem para lâmpadas brancas. E é interessante como mudou o clima. (...). Fica muito assim na penumbra. O verde das árvores, parece que a luz bate nelas e fica mais verde. Mas você pode reparar, se você estiver andando numa periferia, olhe para as lâmpadas: elas são amarelas. E nos “grandes bairros”, elas são brancas.” (JÉSSICA)

Achei surpreendente pensar que elementos como a iluminação, cuja troca das lâmpadas de vapor de sódio (amarelas) por lâmpadas de vapor de mercúrio ou LED (brancas) se deva a decisões técnicas, sejam interpretadas como signos de diferenciação (“já para dar esse ar de penumbra e diferenciação”). A busca pela padronização se torna assim a tentativa de se demarcar como pertencendo à cidade, ainda que parta de um esforço da própria comunidade, como diz Otávio:

“E aqui a associação em si já fizemos muito trabalho, em geral. Já fizemos calçamento, calçada, tudo padronizado. Infelizmente, algumas mentezinhas pequenas invade as calçadas, invade a via principal aonde passa o carro e fecha. Tem vias aqui que não dá pra passar nenhuma bicicleta. Mas o Serviluz todo já foi todo organizado, calçadas, tudo padronizadozinho.”

Mas a inconformidade com um padrão mantido por condições de acesso à terra, inexistente na comunidade, implica no aproveitamento máximo do espaço. Como diz Victor:

Colega meu, que é da ... ele tá fazendo mestrado agora, mas ele tem muito viés nessa luta de moradia, né, e ele fala uma coisa bem pertinente, é, a galera verticaliza, e aqui a gente faz os becos, cara, você entra num beco, o beco se ramifica, tu tá entendendo? Ali mora, ao invés de morar uma pessoa numa casa assim, uma família, mora dez famílias, por causa do beco, o beco ramificou, e faz minicômodos, miniapartamentos, ali, verticaliza

Nessa dicotomia entre ser o que se é e o que se deseja, percebe-se que a paisagem é parte do que Rancière (2009) explica como potencial de gerar encontros de teor político (reconfiguração do sensível), à medida que as experiências dos espaços permitem ver a distância entre a realidade e o ideal – e os coloca em movimento, em busca daquilo que percebem como direito. Como diz Jessica:

“Aqui, a gente quase nunca consegue ver uma rua limpa, porque como é muito precário a coleta de lixo aqui, mais tem lixo na rua do que limpeza. Pra mim, uma imagem bonita é essa. As casas, todas diferentes, né, porque aqui nenhuma casa é igual, coloridas, com árvores, com as ruas limpas, sem esgoto, assim a céu aberto, que também é muito comum, não nessas ruas mais largas, mas as mais estreitas, o esgoto é a céu aberto. Até aqui na esquina tem, dá pra ver.”

5. CAMINHOS POSSÍVEIS: O PAPEL DA PAISAGEM PARA O INDIVÍDUO E PARA A COMUNIDADE

As múltiplas facetas do fenômeno da paisagem aqui relevadas indicam sua importância para meus interlocutores. Oportunidade de entender de crescimento pessoal e vínculo com o espaço de vida, objeto de afeto, orgulho, esperança e de disputa, a paisagem é a experiência positiva do espaço, de natureza ou urbano, extraordinário ou cotidiano, que lhes permite se identificar como sujeito no mundo.

Os espaços onde se identifica o fenômeno da paisagem são aqueles onde ocorrem as ações de cada interlocutor em sua relação com o mundo em que se insere, estabelecendo as diferenças e os limites entre os “seus” espaços, que o identificam, e os demais, construindo essas experiências como parte de si mesmo – parte de sua história que se entrelaça e o ancora no mundo através dos lugares, enquanto espaços significativos no mundo. Através dessas experiências, o espaço cotidiano se torna “a maior realidade que eu vivo” – é através dele que eu meço o mundo. Mas, para isso, é preciso prestar atenção, “viver o bairro”, percebê-lo em suas nuances, cores, texturas, torná-lo uma extensão de si.

Uma tal conexão marca o indivíduo, de tal forma que se torna referência das escolhas de vida. A reconstrução do espaço para “fazer dele seu habitar” cria um sentido de comunidade com os que tem escolhas parecidas, como no Serviluz, uma “tribo” de múltiplas ancestralidades ligada entre si porque “são do mar”. É a isto que associo a noção de apreciação estética ambiental, de Arnold Berleant (1997), na qual a paisagem surge como um fenômeno que integra o homem e seu espaço de vida.

Este, por sua vez, torna-se uma camada externa do indivíduo, camada esta que não é individual, mas compartilhada. Para muitos, o mundo é alguém com quem se dialoga, que pode ser amigo, que sofre como eles com a “maldade” dos homens – uma relação mística que entende o mundo para além da dicotomia entre o sujeito e mundo que caracteriza o pensar cartesiano.

Essa conexão pela experiência da paisagem só ocorre em pontos e momentos específicos, nos quais o espaço é experienciado de forma positiva. Assim, esse espaço de vida somente se torna digno de atenção e afeto, de deter os olhares, caso atenda aos critérios de qualidade de cada interlocutor: é preciso que não tenha lixo, que tenha paz, que tenha “a atmosfera leve”. Mesmo espaços de natureza, como o canal, são escamoteados, caso associados a problemas como a poluição e a violência. Morar na comunidade não significa necessariamente ter essa visão ‘de dentro’. Talvez seja necessário entender-se como um membro dela, e para isto é preciso considerá-la positivamente, o que é impedido pelo distanciamento gerado pela experiência negativa – que aqui denomino “dano estético”, conforme definição de Berleant (1997).

Porém, os aspectos positivos da paisagem suscitam consciência e esperança de melhoria de vida, uma vez que partilhar desta experiência surge como uma oportunidade de “integração” com o “povo lá de fora”. Esperança que é refreada pela profunda desconfiança para com “os de fora”, os “bacanas”, alicerçada por anos de exclusão e inúmeras tentativas de remoção, que indicam a necessidade de “controle do acesso” aos tesouros da comunidade, pois podem despertar a cobiça e acabar a liberdade de que desfrutam.

A experiência da paisagem não está somente associada aos aspectos físicos de um lugar, que oportunizam experiências positivas, mas principalmente pelo diálogo entre o que se dá à consciência e os significados extraídos a partir daí. Nesse sentido, o fenômeno da paisagem é experienciado de forma ativa, e o “viver” e o “cuidar” da

paisagem não apagam, mas, ao contrário, destacam os aspectos da *aesthesis* do lugar.

A experiência cotidiana é importantíssima na construção dos referenciais de valores estéticos de um lugar. Isso se explica porque não necessariamente todo o cotidiano é uma rotina repetitiva e a-criativa. A necessidade de autonomia e disponibilidade de alguma liberdade ofertada nesses espaços permite a experiência de expansão da individualidade, tal como relatado nas entrevistas, que permite ao indivíduo uma maior compreensão de si mesmo e do mundo, acessível também através da paisagem como experiência estética.

A importância desses espaços é refletida na mobilização de que os moradores são capazes em sua “defesa”. Da limpeza de um brejo à coleta de resíduos na praia, da construção de pisos a desafiar os “mandados” dos representantes da prefeitura”, os lugares citados como “espaços de paisagem” da comunidade são objeto da ação política dos moradores, que se fazem ouvir por amor aos “seus espaços”. Através dessas lutas, se perguntam: Por que eu não tenho direito à essa paisagem? Por que a prefeitura não nos consulta? Por que eu não posso, mas o “bacana” pode? Mais que elementos embelezadores da vida, ou de manutenção de saúde, as paisagens aqui relatadas são espaços de formação humana. Como as define Leonardo, de apenas 13 anos: paisagens são ‘lembança, pensamento, esperança.”



**À GUISA DE CONCLUSÃO
O DIREITO À PAISAGEM COMO DIREITO À CIDADE**

1. HABITAR A CIDADE: O DIREITO A SER-HUMANO NA CIDADE

Ao finalizar a escritura dessa tese, talvez a pergunta que a guie, inclusive na elaboração da hipótese, seja: o que na cidade é direito do cidadão? Quais os marcos que determinam o espaço urbano democrático? Em outras palavras: o que faz de uma cidade um lugar habitável? Se é impossível habitar sem poesia, como diz Heidegger (1970), pergunta-se: como se tecem as relações entre a cidade e seu habitante?

Esta indagação é tão mais importante quanto se compreende que a Cidade é resultado concreto e simbólico de uma miríade de decisões anônimas, a *poiein* cotidiana conforme Michel de Certeau (1998), pelas quais os cidadãos se reapropriam de espaços e constroem neles seu habitar. Assim sendo, é importante tentar traçar os sentidos possíveis desse habitar, condição inerente para que exista o urbano enquanto elemento de ação que contrasta com o conceito de *habitat*, um objeto pronto e fechado a ser passivamente consumido pelos usuários (Lefebvre, 2000). Nessa investigação é que o sentido de paisagem habitada se insere, como um dos elementos propostos para a democratização da cidade, como conjunto de localizações e, concomitantemente, espaço de vida.

Pensar na cidade como um espaço democrático e, ao mesmo tempo, como uma estrutura continuamente construída e reconstruída, demanda que as ações humanas sejam consideradas num processo verdadeiramente participativo, escapando às armadilhas que a participação burocrática pode apresentar, como nos apresenta Maricato

(2007). Essa participação se define por buscar apenas validar o já decidido, ou que reduz o âmbito de decisão às escolhas de pequeno impacto, descoladas de uma compreensão de maior alcance dos rumos pelos quais se direciona a política urbana.

Em parte, isto se dá por uma posição de planejamento por vezes bem-intencionada, mas que reduz o indivíduo a conjunto de demandas parcelares, determinadas de forma abstrata e que oferece pouca margem de decisão autônoma. Em outras, por uma postura tecnocrática, que ao compreender os processos mais complexos que também conformam a cidade, passa a reduzir a urbe a essas abstrações, como se apenas elas importassem. São formas de planejar que não se ancoram na realidade urbana, que se tornam apenas um conjunto de dados. Essa postura aliena o próprio habitante do espaço que habita, tornando-o apenas usuário – mesmo os processos de participação que estabelece são processos alienantes, determinando uma hierarquia entre quem fala e quem decide.

Esse processo de “alienação pela participação” é parte de um processo maior, no qual a cidade não é destinada aos grupos sociais “populares”. A estes lhes cabe os espaços das periferias, entre a impessoalidade dos projetos de habitação em massa e as variadas soluções autoconstruídas, nos limites da inadequação. A lógica do mercado de terras urbanas lhes garante sua permanente situação de exclusão, pois à medida que as áreas recebem infraestruturas se tornam mais valorizadas, impelindo os excluídos do projeto a procurarem espaços mais baratos.

Se não têm direito aos espaços físicos, por que teriam acesso à produção simbólica da cidade? Percebe-se assim que a periferia é duplamente uma “cidade oculta”: os dados numéricos das áreas ditas irregulares da cidade são desconhecidos, enquanto o pensamento urbano se dedica prioritariamente a proposições e regramentos pautados pela “cidade oficial”. É isto que leva ao surgimento de um “plano-discurso”, o plano que regra a cidade que só existe na teoria (VILLAÇA, 1999).

Além disso, os sonhos e desejos dos habitantes desta cidade escondida são igualmente desconhecidos, à medida que a adoção generalizada de um planejamento pragmático os transforma em um somatório de demandas, cruelmente hierarquizadas entre necessidades básicas (as mínimas para a sobrevivência e reprodução da força de trabalho) e secundárias (aquelas que, na periferia, são “luxos” poucas vezes concretizados: a arte, a paisagem, o humano na cidade).

Nesse sentido, é possível extrapolar o conceito de participação a que se refere Maricato. Em obra anterior (ARANTES, 2002), ela destaca a importância do próprio processo de formulação participativa de um plano, por permitir “criar uma esfera ampla de debate e legitimar os participantes com seus pontos de vista diferentes e conflitantes. A constituição e consolidação dessa esfera de participação política é que poderá auxiliar na implementação de um sistema de planejamento e nas reorientações do plano.” (op. cit, p. 180-1). E acrescenta: nada disso, entretanto, pode ser garantido pela formulação técnica ou legislativa, por mais correta que seja.

É neste sentido que se defende aqui que a verdadeira democratização da produção da cidade demanda o reconhecimento da “cidade oculta” não só como algo a ser mensurado para planejamento de demandas, mas aceito como uma obra coletiva, o que implica a aceitação da criatividade cotidiana como parte do planejamento de uma urbe. Essa criatividade, marcada por lógicas plurais, estabelece o espaço urbano, o mundo construído pelo e para o homem, como um sistema complexo, utilizando aqui a definição de Edgar Morin do que é complexo como “o que não pode se resumir numa palavra-chave, o que não pode ser reduzido a uma lei nem a uma ideia simples” (MORIN, 2007, p.5). Utilizar desta complexidade como elemento do direito à cidade reforça as palavras de Maricato, para quem “na sociedade brasileira, podemos dizer que a realidade é subversiva ao pensamento conservador” (ARANTES, 2002, p.186).

A hipótese que guiou a pesquisa de doutorado, a de que a paisagem como experiência estética é um direito, parte integrante do direito à cidade, se baseia na compreensão de que a paisagem é uma experiência de autonomia, e, por isso, uma experiência humanizadora e humanizante do espaço de vida. Não se trata de defender o direito a “consumir” um espaço cênico identificado por “especialistas”, como um produto a ser popularizado. Trata-se de inserir, no pensar a cidade, o direito à oportunidade de experienciar esteticamente os espaços de vida, o reconhecimento das experiências dos habitantes, escutando e inserindo suas vozes também sobre isso. No sentido aqui trabalhado, o habitante é condição inerente para que a paisagem exista.

Da mesma forma que todos os outros direitos, é preciso manter a experiência da paisagem aberta o suficiente para evitar sua captura da experiência por novas formas de ilusão da democracia. A proposta aqui é compreender a experiência como um fenômeno heterogêneo, cuja discussão permite o reconhecimento da partilha do sensível e seu questionamento, se necessário. A paisagem se configura como um conceito complexo, que não se define pelos seus limites, fluidos e indefinidos, mas por seus núcleos (MORIN, 2006, p.72).

Está claro que a experiência estética não precisa de “permissão” para ocorrer – vide as falas sensíveis, complexos, provenientes daqueles que repartem seu tempo entre muitas atividades visando a sobrevivência – os que não poderiam participar, porque seu tempo é do trabalho. É o pescador/guia/instrutor de surf/cozinheiro Luiz que relata seu processo de aproximação com o mar, este que agora é um consigo. É Antônia, senhora de poucos estudos, que compreende que a “beleza” da sua praça está vinculada ao amor que lhe dedica e reconhece cada pedra e cada planta que inseriu no lugar. É Camila, a marisqueira e mãe de família, que apesar de cristã, se revela profundamente impactada pelo significado quase animista da amplidão do mar como espaço de purificação, e chora agradecida por ter lhe escutado sobre isso.

As lágrimas de Camila são reveladoras: é uma libertação ser reconhecido como quem fala, e não apenas faz ruídos (“queixas”, conforme fala do coordenador do Fortaleza 2040, conforme entrevista apresentada por GOIS (2018). A experiência estética, de forma geral, pode representar um momento significativo de conscientização de si mesmo e do mundo. Conforme fala já mencionada de John Dewey, um momento

de “significado decisivo” (DEWEY, 2010, p. 640) na história pessoal de cada um, quando o “eu” se readapta ao mundo modificado que emerge na experiência.

Essa experiência, ao mesmo tempo que profundamente pessoal, é também compartilhada. Os sentidos se constroem a partir de um substrato comum, produzido coletivamente. Segundo Heller (2008, p. 36), a individualidade se forma pela escolha relativamente livre (autônoma) dos elementos genéricos e particulares, a partir do qual determina a si mesmo. Os valores compartilhados são parte importante do entendimento do mundo, e para a consciência de si mesmos.

No caso da paisagem habitada, os valores coletivos dos espaços indicados nos relatos estão marcados por uma valorização do coletivo. Essa conexão pela paisagem só ocorre em pontos e momentos específicos, nos quais o espaço é experienciado de forma positiva. Os fatores que levam a esta valorização são os mais variados. A adoção de uma política de valorização do litoral, mais forte em Fortaleza a partir da década de 1920, e fortalecida pelo turismo sol-e-praia das últimas décadas do século XX até o período atual, juntamente com a “cultura do surfe” (RABELO e SOUSA, 2012) resultam que os moradores do Serviluz se julguem privilegiados por “sua paisagem”, a ponto de provocarem os que não tem a mesma sorte. No Lagamar, um histórico de organização comunitária faz com que todas as “conquistas urbanísticas” da comunidade (saneamento, urbanização da praça e do canal, iluminação pública) seja considerado resultado das “lutas” da comunidade, percepção ciosamente preservada nas narrativas do lugar (GOMES, 2013).

Essa valorização do lugar auxilia na experiência da paisagem como “apreciação estética dos espaços livres no ambiente de vida”. Nenhum dos moradores deixou de definir seu espaço de vida como “bonito” ou “lindo”. A relação de afeto com o lugar pode ser um deflagrador das ações políticas, que lhes permitiriam então uma convivência menos desigual e segregada numa cidade. A importância dos processos locais para isso é clara. O desejo de tomar parte nas decisões surge nas duas comunidades para as decisões relativas à conformação de seu ambiente de vida, que é marcadamente “deles”. É essa a justificativa para decidirem fazer suas vozes serem ouvidas.

As falas registradas dos moradores do Lagamar privilegiam as características de resistência do lugar, centrando seus afetos nos marcos dessas conquistas. A presença do canal, apesar de seu potencial paisagístico, só é registrada a partir das memórias da infância. Já os diálogos realizados no Serviluz estão sempre pontuados pela beleza da praia, pelo privilégio da “condição de morar na praia”. Essa consciência, tanto ou mais do que a percepção da organização comunitária, é o mote em torno do qual se mobilizam esperanças e ações. É, nesse caso, a imagem de paisagem reconhecida e valorada pelo conjunto da sociedade que produz a consciência de ser igual entre iguais, ainda que tratado desigualmente.

A confirmação de que seu espaço de vida é valorizado representou, para vários entrevistados, um motivo de orgulho – “eu” moro num lugar que outros valorizam. Poder assumir livremente o “amor proibido”, expressão de Avelar para o afeto oculto pela vergonha do endereço estigmatizado, por “seu” lugar, seu “bairro”, sua “quebrada” foi sempre

acompanhada por olhares fugidios, de início, e por sorrisos largos, quando se percebiam aceitos nesse gostar. Esse comportamento lembra a expressão de Morin para definir o ser “sujeito”: é ocupar um lugar no mundo. Valorizar seu próprio lugar está associado a valorizar a si mesmo – se onde eu habito (moro e construo, material e simbolicamente) é bom, eu também tenho meu valor. Ações políticas demandam o reconhecimento de sua posição no mundo.

Abrir espaço para o reconhecimento da importância dessa experiência e para a construção de um novo comum por meio de seu compartilhamento é um passo importante para a revalorização do indivíduo nessa sociedade que permanece “desigual para iguais”, apesar das muitas utopias democratizantes. O próprio sonhar compartilhado indica a possibilidade de indicar onde se deseja estar, e sua distância do que se vive – um possível gatilho para ações políticas. Entender seu espaço de vida como um espaço de habitação humana produz uma centralização temporária em si e no lugar, fenômeno humanizante e humanizador e produtor de novas relações conscientes. A experiência da paisagem é assim, uma experiência de política, no sentido proposto por Rancière.

O papel do lugar da vida cotidiana, enquanto ponto a que se confere simbolismos e significados a partir do processo de habitá-lo, é claro. Os espaços onde meus interlocutores relatam as experiências de paisagem são, via de regra, aqueles conhecidos e reconhecidos pela continuidade das experiências. Cada novo aspecto experienciado adiciona ali nova camada, aprofundando a relação entre o indivíduo e o mundo, representado naquele recorte.

É a partir deles que se estabelecem vocabulários estéticos e de entendimento do mundo, estabelecendo as diferenças e os limites entre os “seus” espaços, que o identificam, e os demais, construindo essas experiências como parte de si mesmo – parte de sua história que se entrelaça e o ancora no mundo através do lugar. Os lugares são, assim, espaços do momento significado decisivo, aqueles nos quais a consciência se expande pela readaptação exigidas pelo diálogo entre o eu e o mundo. Através dessas experiências, o espaço cotidiano se torna “a maior realidade que eu vivo” – é através dele que eu meço o mundo. Mas, para isso, é preciso prestar atenção, “viver o bairro”, percebê-lo em suas nuances, torná-lo uma extensão de si.

Ao mesmo tempo, uma vez que a paisagem habitada se dá no lugar, ela permite compreender a posição deste na escala dos fluxos abstratos do mundo. O lugar é o espaço da “festa do cotidiano” de Certeau, da reescritura local pelos modos de usar os espaços ditados pela lógica global. A pluralidade que permeia a vida no lugar se dá sobre uma base compartilhada, que estrutura a comunidade.

Ao exercitar a *poiein* cotidiana, reeditando as imposições com táticas de sobrevivência, a compreensão desse processo de distanciamento entre o local e o mundo também pode ocorrer pela paisagem, torna-se chave de leitura crítica do mundo (LIMA et al, 2017), base do reconhecimento de si frente a esse mundo. A percepção do coletivo se torna possível, à medida que os mesmos elementos ressaltados pela experiência da paisagem tornam-se símbolos identitários: a praça São Francisco, no caso do Lagamar, o mar, o quebra-mar, a praia, no Serviluz.

A importância dessas paisagens compartilhadas se dá pelo afeto a elas dedicados, e mobilização dos moradores em sua “defesa”, na luta pela continuidade do espaço como parte da comunidade. Da limpeza de um brejo à coleta de resíduos na praia, da construção de pisos a desafiar os “mandados” dos representantes da prefeitura”, os lugares citados como paisagem da comunidade são objeto da ação política dos moradores, que se fazem ouvir por amor aos “seus espaços”. Ao permitir a expressão de si enquanto membro autônomo e ativo da comunidade, suscitam perguntas: Por que eu não tenho direito à essa paisagem? Por que a prefeitura não nos consulta? Por que eu não posso, mas o “bacana” pode?

É nesse momento que se percebe o que é ainda potencial, o “ainda-não”, mas que pode ser, tornando claro que processos latentes. Por isso, por despertar a atenção para o mundo imediato, é que a paisagem pode ser o espaço de entendimento crítico do mundo. Tais questionamentos indicam um enriquecimento do humano no habitante do lugar, o que nos leva a concluir que a experiência da paisagem são experiências de formação humana. Enquanto lembrança, pensamento, esperança, a experiência estética da paisagem nos lugares de vida cotidiana, a paisagem é uma experiência humanizante e humanizadora da vida.

Essa argumentação é talvez já bastante reconhecida, e as pesquisas indicam uma percepção de seu significado por parte dos habitantes das comunidades investigadas. A cada relato, um novo comum se construía, reduzindo a velha falácia tecnocrática que identifica a carência de oportunidades a ausência de desejo de fala, ou de conteúdo sobre o qual se falar. É especialmente a ela que a ideia de direito à paisagem se opõe.

Entretanto, existem outras argumentações que gostaria de discutir, sob a forma de considerações finais desse trabalho.

1.1 A PAISAGEM NA CIDADE, A CIDADE COMO ESPAÇO DE PAISAGEM

A primeira questão é a existência da paisagem urbana. Esse é um debate inconcluso. Para muitos, a singularidade da experiência estética da paisagem é tal, que condições específicas são necessárias para que possa ocorrer – referentes ao experienciador e ao espaço onde pode ocorrer. O que se propõe é a democratização do fenômeno, contrapondo-se a uma hierarquização dos espaços entre aqueles que podem e os que não podem ser espaços prenhes de paisagem.

A única condição para que o fenômeno da paisagem habitada possa ocorrer é que ele permita o processo de readaptação de significados e validações do preexistente que caracteriza a experiência estética. Neste sentido, os espaços passíveis de serem experienciados como paisagem são, ou se transformarão, em lugares para o experienciador. É essa ancoragem que permite que determinados espaços propiciem a percepção da temporalidade, da linha de continuidade que vincula o indivíduo ao humano genérico – a experiência estética no espaço como autoconhecimento e memória da coletividade humana.

Pensar a paisagem desta forma é de certa forma inscrevê-la sob a lógica do regime estético da arte, tal como o apresenta Rancière. O estético, sob esse regime, é estabelecido por um modo de ser sensível próprio, desobrigado de toda regra, de toda hierarquia. Também a percepção da experiência da paisagem, a experiência da paisagem

habitada, proposta a partir de Berleant (1997), se aproxima do “estado estético” estabelecido por Schiller (1989), um modo específico de habitação no mundo. Schiller propõe a existência de uma “humanidade latente”, que se concretiza a cada experiência estética, atingindo outros níveis. Ao propor uma democratização da experiência estética, ele questiona a separação entre o trabalho enquanto atividade ordinária e a arte e a experiência estética enquanto atividade excepcional. A experiência estética seria uma forma de questionar a hierarquia dos modos de fazer, aproximando o mundo ordinário do trabalho e o excepcional da *aesthesis*. Essa democratização, latente, estaria acessível a todos.

1.2 O URBANISMO NA CIDADE SEGREGADA E O ESPAÇO PADRONIZADO

Falar de questões de subjetividade parece bastante secundário quando a realidade de ainda parte significativa da população urbana brasileira é a da carência dos mais básicos dos serviços urbanos, como o saneamento e a coleta de lixo, ou mesmo do direito humano à moradia. A terra urbana como mercadoria orienta a conformação do espaço citadino de forma segregada e desigual. Entretanto, a justa estupefação frente a essa realidade pode induzir a um planejamento pragmático, do “que é possível”, hierarquizando os investimentos entre necessidades básicas e secundárias, numa “simplificação” da complexidade de fenômenos que caracterizam o urbano.

O risco dessa forma de pensar a cidade, de justificativa teórica muito compreensível, é que a separação hierárquica se dá justamente pela compreensão dos indivíduos por seus papéis sociais, fragmentações do

indivíduo que fazem parte da distinção em categorias característica da sociedade alienada (HELLER, 2008). O cidadão de menor renda não se reduz a essa descrição, mas é também poeta, esteta, criador, alternando-se entre eles à medida que habita os lugares. Aprisioná-lo em espaços meramente infraestruturados de forma pragmática é mutilá-lo naquilo que justamente lhe caracteriza como ser humano.

Tal como em outros aspectos da vida, força-se assim uma separação (artificial) entre cotidiano e criação, base do sistema de produção alienado (DEWEY, 2010), de forma a eliminar as “imprecisões” da realidade, muito pouco adequadas à lógica da produção industrial. Para um mundo baseado na troca de mercadorias, este processo apresenta um duplo papel: separa o produto do processo de produção (e de seu produtor, em consequência) e promove a eficiência do comportamento automatizado. São estas as circunstâncias que separam tão firmemente o útil e o inútil, o produtivo e o tempo “desperdiçado”, a necessidade “básica” e aquilo que é reservado ao quem pode se dar ao luxo.

É preciso lembrar que esse apego ao funcionalismo não surge, necessariamente, como uma postura deliberada de alienação e controle do indivíduo. Especialmente no caso brasileiro, a política permanente de remediação de danos, ao invés da prevenção, impõe a planejadores de variados matizes democráticos uma lógica de eficiência abstrata, que toma a parte pelo todo, que simplifica o que é complexo, que estabelece padrões para reduzir os gastos de tempo e dinheiro.

Ao mesmo tempo, a precarização das condições de vida urbana parece indicar o estabelecimento de demandas mínimas como o alvo a ser alcançado, a partir da redução do humano a necessidades básicas: o

abrigo, a manutenção da saúde do corpo, o acesso ao trabalho. A validade das medidas é determinada sempre mais pelo “retorno” dos investimentos feitos, e o tempo e o espaço “bem planejados” são regrados pela eficiência em números (mais casa, menos tempo de deslocamento, mais vaga de empregos).

Por isso, os investimentos públicos destinados a estes setores concentram-se principalmente no fornecimento (mesmo assim, insatisfatório frente à demanda) de serviços denominados básicos (moradia, infraestruturas de abastecimento e saneamento, equipamentos sociais). Nesse contexto, o discurso da racionalização de investimentos naquilo que se denomina básico (ou “incompressível”) é ainda mais sedutor. É também na criação desses espaços que se reconhece o “urbanismo como ideologia”, como denuncia Lefebvre, tanto como nos planos que desconhecem a cidade, as “ideias fora de lugar”, de que trata Maricato (ARANTES, 2002).

De uma forma ou de outra, um processo de reificação do mundo, que subjuga o homem pela incomensurabilidade entre o mundo real e o planejado, que ao atender ao padrão estabelecido por uma razão monetarizada não atende a ninguém. A compreensão do distanciamento da lógica de projeto e da lógica dos usuários apresenta claramente a autonegação dos conceitos urbanísticos, que ao “garantir o mínimo”, reforçam a existência de indivíduos a quem apenas o mínimo é ofertado.

Essa abstração se imiscuiu de tal forma na racionalidade urbanística, que ainda quando se propõe pensar uma cidade democrática, essa democracia permanece, como a grega, hierarquizando o mundo entre os que podem ou não demandar os

“luxos” urbanos: praças, parques, paisagem. Assim, vê-se claramente planos que, “em prol do bem comum”, propõem a retirada de moradores de espaços tradicionais de vida, como se vê, tantas vezes, nas áreas de orla marítima. Quem não preferiria uma casa própria a morar em frente à praia? Surpreendentemente, muita gente – é o que se depreende de lutas como as das comunidades do Cais Estelita ou do Serviluz, em Fortaleza (SÁ, 2010, LIMA et al, 2017). Pesquisas realizadas com comunidades de pescadores apresentam o sentido quase místico dado ao espaço: refúgio, amigo, habitar (Wehmann, 2016). É esta discussão a que se pretende chegar aqui: até onde se tem direito à cidade? É restrito aos acessos urbanos, ou se fala da posse de fato, pautada no direito à produção material e simbólica do espaço de vida?

Do texto seminal de Lefebvre denominado justamente “O direito à cidade”, depreende-se que é o direito à co-criação urbana, à participação não-alienada, autônoma na Festa Urbana, que não se restringe de forma alguma à utilização passiva de espaço pré-determinados por outrem. Ainda segundo Lefebvre, é justamente o abandono da Festa, ou seja, o uso dos recursos urbanos sem outra finalidade que o prazer, que origina a crise urbana (LEFEBVRE, 2001). É a sequência regrada de ações pré-determinadas a partir da abstração da individualidade em usuários padrões, que se estendem mesmo para o tempo (e espaços) da cidade. Assim, o espaço da cidade aliena o homem, tal como a rotina do trabalho, por não lhe permitir mais a ação autônoma e consciente, subsumindo-o numa sequência de espaços funcionalmente setorizados, pragmaticamente distribuídos e feios.

Sobreviver a estas pressões exige a adoção de comportamentos repetitivos, quase inconscientes, que não permitem aquilo que distingue o ser humano: a consciência criadora. Por isso, demandas por aspectos aparentemente “secundários” são importantes na redescoberta da cidade como patrimônio dos seus cidadãos. Os movimentos de descoberta no cotidiano são em si oportunidades de resistência contra a abstração, em que pese a imposição sempre maior da rotina alienante e alienada. São verdadeiras ações políticas, no que rompem com a ordem vigente, criando novos espaços de participação verdadeira (PALLAMIN, 2015).

Assim, para a maioria da população, a cotidianidade torna-se então rotina, espaço de repetição e pouca reflexão, sobrevivendo nos espaços que lhes são impostos, o tempo tomado nas atividades de manutenção da vida. Espaços de liberdade e tempo livre tornam-se artigos de luxo, a serem comercializados da forma possível, controlados cuidadosamente para que a liberdade se traduza em consumo. Felizmente, está claro que essa imposição não se realiza plenamente. Criar é parte do ser-no-mundo do homem, como parte de um processo contínuo de transformação do espaço através de lógicas milenares de construir e habitar a Terra.

Em que pese teorias e paradigmas numa cultura totalizante que abstrai sempre mais a realidade, o estatuto de consumidores dado aos que habitam a cidade não consegue transformar os indivíduos anônimos em usuários passivos, apenas esconde suas ações criativas, a *poiein* anônima, a combinação dos elementos desta cultura de forma sempre diferenciada. São estas micro-resistências que lhes permitem habitar

em espaços onde são simples locatários. Como resultado da reapropriação do sistema, se produz uma “degradação” da cidade-conceito, reapropriação do sistema produzido, em que o cotidiano corrige os erros da ordem imposta, por mais bem-intencionada que esta seja.

No cotidiano mesmo, existem brechas em que o comportamento automático é questionado, exigindo a atenção do indivíduo, que ao concentrar-se no entendimento de uma ação, pode mergulhar em si mesmo, e retornar deste mergulho entendendo mais a si mesmo e ao mundo. Ou seja, assumindo um protagonismo autônomo que lhe permite crescer como ser humano (HELLER, 2008, p. 34). Aí surgem as possibilidades de criatividade no cotidiano. É ao reconhecimento desta cidade “oculta”, a cidade experienciada pelos seus habitantes, que se propõem a inserção da paisagem enquanto dimensão estética da *poiein* como dimensão importante do direito à cidade. Para isso, será necessário determinar qual o sentido de paisagem se pode utilizar para tal, conforme se trata no próximo item.

Sentir a paisagem, a partir desta ler o mundo, refletir, discutir e compartilhar essas percepções, desejar transformações e expressar esses desejos e demandas por meio de diversas linguagens e com o suporte de instrumentos originalmente restritos à seara técnica, ensina um poderoso manancial pedagógico, com o sujeito social no centro de sua história, manifestando-se sobre os desígnios passíveis de alterar e humanizar os espaços do seu cotidiano.

2. O DIREITO À PAISAGEM COMO DIREITO (A HABITAR) A CIDADE - À GUIA DE CONCLUSÃO

A inserção das vozes criativas dos habitantes no planejamento de uma urbe é passo imperativo para evitar a transformação do urbanismo em instrumento ideológico de criação de habitat abstrato, alvo das críticas de Lefebvre (2001). Habitat que jamais se concretiza, pois continuamente “degradado” pelas modificações imprevistas e por vezes contraditórias geradas pelas práticas de seus consumidores, tornando-se contraditoriamente pouco eficiente, dispêndio de recursos públicos e privados, na sua produção inadequada e posterior degradação-(re)construção pelos que os habitam.

Os impactos sobre a cidadania e o direito à cidade, porém, são imensuráveis. A negação da autonomia e liberdade de criação ao cidadão comum aliena-o de seu espaço de vida cotidiana, negando oportunidades de tempo e espaço de vida para a realização humana dos que (sobre)vivem na cidade. Os afetos presentes na experiência da paisagem, seja no sentido das interrelações entre o corpo e o espaço imediato, seja no da afetividade, não são simplesmente aspectos subjetivos. São acontecimentos vitais e interferem em nossa capacidade de existir e agir. Respeitar o direito à paisagem é respeitar a operação ativa dos indivíduos na constituição de si e de seus lugares de forma dialógica e autônoma, pausas numa rotina de fragmentação e submissão às forças externas a nós mesmos.

Por isso, torna-se necessário entender a cidade como obra coletiva em perpétua produção, e pensar métodos de trabalho que se insiram de

forma mais harmoniosa num sistema sempre em mutação, abandonando o paradigma ontológico moderno que apresenta como “confusão” o que é apenas complexo, negando ao habitante da cidade o direito a viver a cidade como a “sua” paisagem de vida, ao descolar o mundo construído de sua historicidade e coerência. Associando-se à subjugação do fenômeno urbano à reificação capitalista, o planejamento urbano tem apresentado a cidade como “caos” a que cumpre ordenar, ao invés do resultado dos esforços conjuntos da coletividade que a habita.

Num sentido mais profundo, é preciso trazer à luz do conhecimento a cidade real, que não é produzida pelos planejadores – seja no Brasil, seja em outros países. É preciso criar “olhos para ver” o que Michel de Certeau chama de a “Festa do Cotidiano”, semeada de maravilhas, efêmeras festividades que surgem, desaparecem e tornam a surgir, resultado de movimentos de (re)criação do espaço de vida. Apreender as táticas de sobrevivência no ambiente hostil que é proposto à população urbana, as “formas microbianas de resistência” pelas quais os habitantes da cidade reconstituem no tempo os espaços dominados pelas estratégias abstratas, tal como nos apresenta Michel de Certeau (1998), permitiria a criação da cidade democrática, por reforçar e legitimar seu pertencimento a todos enquanto produção coletiva. Retomando à Maricato (Arantes, 2002):

“É evidente que não é possível reverter o rumo do crescimento das cidades sem reverter os rumos das relações sociais (...). É aí que o cotidiano é reconhecido e abre a oportunidade de remeter a consciência a maiores vãos. A definição de projetos trans- formadores da experiência do dia-a-dia ocupa um lugar fundamental na construção da utopia” (p. 169).

É preciso que estes espaços do cotidiano sejam fruídos multisensorialmente, mesmo porque muitos destes processos, destas táticas, são esquemas operacionais relativos ao modo de uso de produtos impostos por uma ordem dominante. Por sob a lei imposta, a superposição e recombinações permitem a pluralidade e criatividade necessárias a vida. É no entendimento das lógicas plurais expressas no cotidiano que o processo de planejamento poderá evoluir de estruturas natimortas a espaços plenos de e para vida. De “planos-discursos” plenos de boas intenções (ou não), a planos de ação que efetivem o direito democrático à cidade, ao espaço compartilhado de fala e criatividade de seus habitantes.

A utilização de métodos que permitam a inserção da subjetividade do cotidiano como acréscimo de projeto, a noção de que a cidade é uma construção realizada ao longo do tempo, em que muitas temporalidades e culturas se misturam em campos híbridos culturais que convivem e interagem, permitirá enriquecer a noção de participação para além de reuniões onde se pergunta o que as pessoas querem. É preciso libertar o planejamento das restrições funcionalistas de atendimento a um somatório de carências e objetivos universais, e abrir espaço a subjetividades plurais. É preciso permitir à cidade ser um espaço também de fruição estética para a coletividade de seus habitantes.

A contribuição da noção de paisagem como experiência estética, da construção de um espaço esteticamente qualificado a partir da profunda relação entre uma comunidade e seu espaço de vida, em que a dimensão horizontal do espaço (da paisagem e da cidade), se relaciona com a dimensão vertical da temporalidade, como o tempo do finito na

infinitude, em que o passado se prolonga no presente, e está no futuro. A possibilidade de reconhecimento estético desta construção seria assim um momento “de valor infinito, porque ele é o representante de toda uma eternidade” (BESSE, 2006:58), permitindo a experiência estética completa, possibilidade de enriquecimento de uma cotidianidade sequestrada de possibilidades criadoras.

Daí o significado de entender o direito à paisagem como a inserção da escuta da criatividade cotidiana e o pensar a cidade como espaço permissivo à experiência estética no cotidiano. É o direito às decisões criativas de compreensão e significação dos espaços, que reforçam a consciência do humano de si mesmo como indivíduo autônomo. São oportunidades, no dizer de John Holloway (2013), de fissurar a espessa camada de inconsciência a que somos submetidas, na corrida sempre frenética do dia-a-dia. Se entendermos a paisagem como uma relação sujeito-sujeito, tal como dito anteriormente, de integração consciente entre um indivíduo e seu espaço de vida (Berleant, 1997), percebemos sua importância crucial na produção de uma cidade concreta, humanizadora e humanizada, ao invés da “insensata megalópole industrial”, desconexa e temporânea (Assunto, 2011).

A experiência cotidiana é importantíssima na construção dos referenciais de valores estéticos de um lugar. Isso se explica porque não necessariamente todo o cotidiano é uma rotina repetitiva e a-criativa. A necessidade de autonomia e disponibilidade de alguma liberdade ofertada nesses espaços permite a experiência de expansão da individualidade, tal como relatado nas entrevistas, que permite ao

indivíduo uma maior compreensão de si mesmo e do mundo, acessível também através da paisagem como experiência estética.

Para tanto, não bastam apenas medidas estatísticas, em que pese sua importância. Essas possuem abrangência limitada, pois apreendem somente os elementos utilizados para as práticas sociais e que não são outros que não aqueles que são disponibilizados aos experienciadores do espaço. É preciso entender as relações mantidas pelas racionalidades dos vivenciadores do espaço com o imaginário, entender seu discurso, abordar a linguagem na própria linguagem ordinária, sem um ponto privilegiado, de forma que a própria pessoa do planejador se ache implicada, num processo autorreflexivo em que se reconheçam as formas ditas “naturais” de dominação do espaço e do conhecimento, permitindo-se aprender as formas alternativas, furtivas, dominadas mas presentes, de apropriação do mundo e da natureza.

Neste sentido, compreender os sentidos de paisagem criada pelos habitantes do lugar significa também inserir suas racionalidades naquele espaço – e não só como uma consulta legitimadora no momento do projeto. A paisagem é manifestação cultural no espaço, um processo de união a ser celebrado continuamente. A cidade é obra, é festa, valor de uso continuamente alimentado. A união das duas noções não é redução, mas ampliação das possibilidades de enriquecimento da vida humana. É preciso um esforço para entender as lógicas por trás dos dados, os discursos que sustentam as práticas e as racionalidades e estruturam as maneiras de fazer. É por isso que a “cidade oculta” de Maricato não pode ser mensurada apenas por indicadores mais

sensíveis à qualidade de vida, como o IDH, mas verdadeiramente auscultada.

A noção de processo em direção a uma utopia para a liberdade é importante. Da mesma forma, as verdades oriundas do compartilhamento das experiências da paisagem seriam uma das formas de produzir não a democracia plena, mas uma aproximação da democratização da cidade. Esta meta utópica se aproxima e se desfaz sempre em nova partilha do sensível. É importante pensar que as paisagens aqui descritas não são universais, apesar de pertencerem à essência da paisagem como fenômeno.

Por isso, será sempre preciso novas falas, novas vozes, compreendendo o habitar como processo, e não como um produto ou mesmo um processo que tem começo, meio e fim – evitando assim o surgimento das vanguardas militantes da paisagem, destinadas a desvelar aos leigos as experiências que ainda não são capazes de ver. A experiência da paisagem como processo intermitente, mas cumulativo; mutável, mas com permanências; e sempre inconcluso, a paisagem habitada, já é acessível a todos e se reforça pelo compartilhamento democrático. É direito de todos usufruí-la, como acesso a democratização dos espaços de vidas. É direito do ser humano a ser humano, também na cidade.

Uma tal conexão marca o indivíduo, de tal forma que se torna referência das escolhas de vida. A reconstrução do espaço para “fazer dele seu habitar” cria um sentido de comunidade com os que tem escolhas parecidas, como no Serviluz, uma “tribo” de múltiplas ancestralidades ligada entre si porque “são do mar”. É a isto que associo

a noção de apreciação estética ambiental, de Arnold Berleant (1997), na qual a paisagem surge como um fenômeno que integra o homem e seu espaço de vida. Este, por sua vez, torna-se uma camada externa do indivíduo, camada esta que não é individual, mas compartilhada. Para muitos, o mundo é alguém com quem se dialoga, que pode ser amigo, que sofre como eles com a “maldade” dos homens – uma relação mística que entende o mundo para além da dicotomia entre o sujeito e mundo que caracteriza o pensar cartesiano.

Porém, os aspectos positivos da paisagem suscitam consciência e esperança de melhoria de vida, uma vez que partilhar desta experiência surge como uma oportunidade de “integração” com o “povo lá de fora”. Esperança que é refreada pela profunda desconfiança para com “os de fora”, os “bacanas”, alicerçada por anos de exclusão e inúmeras tentativas de remoção, que indicam a necessidade de “controle do acesso” aos tesouros da comunidade, pois podem despertar a cobiça e acabar a liberdade de que desfrutam.

Em tempo, a paisagem não está somente associada aos aspectos físicos de um lugar, que oportunizam experiências positivas, mas principalmente pelo diálogo entre o que se dá à consciência e os significados extraídos a partir daí. Nesse sentido, o fenômeno da paisagem é experienciado de forma ativa, e o “viver” e o “cuidar” da paisagem não apagam, mas ao contrário destacavam os aspectos da *aesthesis* do lugar.

A experiência cotidiana é importantíssima na construção dos referenciais de valores estéticos de um lugar. Isso se explica porque não necessariamente todo o cotidiano é uma rotina repetitiva e a-criativa. A

necessidade de autonomia e disponibilidade de alguma liberdade ofertada nesses espaços permite a experiência de expansão da individualidade, tal como relatado nas entrevistas, que proporciona ao indivíduo uma maior compreensão de si mesmo e do mundo, acessível também através da paisagem como experiência estética.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, V.M. **Planejamento, Planos Diretores e Expansão Urbana**: Fortaleza 1960-1992. 294 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- ADERALDO, V.A. **Reinventando a cidade**: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de coletivos culturais em São Paulo. Orientador: Heitor Frúgoli. 2013. 382 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- AGUIAR, D. P.; SÁ, L. A dimensão do urbano no Serviluz e a configuração socioespacial das guerras e suas fronteiras simbólicas: a perspectiva das crianças. In: V REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA (REA) E XIV REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS NORTE E NORDESTE (ABANNE), 2015, Maceió / AL. **Anais da V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE)** [...]. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: http://even-tos.liverra.com.br/trabalho/98-1020348_30_06_2015_11-55-06_2602.PDF. Acesso em: 30 jan. 2017.
- ALBUQUERQUE, E. M. de. **Desvelando a paisagem da Vila Ferroviária de Paranaipacaba**. 2018. 160 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ALDIGUERI, C.R. **Metamorfose da terra na produção da cidade e da favela em Fortaleza**. 2018. 306 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ANDRADE, M. J. F. S. **Fortaleza em perspectiva histórica**: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810 – 1933. 316f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARAGÃO, T. A. **Influência das políticas habitacionais na construção do espaço urbano metropolitano de Fortaleza**: história e perspectivas. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- ARAGÃO, B. **Fortaleza Bi-ville**. Barraca do Escritor Cearense, 1996. 118 p.
- ARAUJO, V. F. **Da favela ao conjunto habitacional**: mudança de vida, permanência do estigma? Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2013.

ASSUNTO, R. **A paisagem e a estética.** In SERRÃO, A. V. (coord). *Filosofia da Paisagem.* Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

AVELAR, J. N. **Juventude e territorialização dos espaços na comunidade do Lagamar.** 2007. 92f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

_____. **Entre processos identificatórios e rupturas:** a rua como espaço de socialização na comunidade do Lagamar. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa Qualitativa com Imagem, Texto e Som:** um manual. 01. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BERLEANT, A. Estética e ambiente. In SERRÃO, A. V. (coord). **Filosofia da Paisagem.** Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, p. 378-394, 2011.

_____. **Living in the Landscape.** Toward an aesthetics of environment. University Press of Kansas, 1997

BERQUE, A. **A ecúmera:** medida terrestre do Homem, medida humana da Terra. In SERRÃO, A.

V. (coord). *Filosofia da Paisagem.* Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

_____. **O pensamento paisageiro:** uma aproximação mesológica. In SERRÃO, A. V. (coord). *Filosofia da Paisagem.* Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

_____. **Cinq Propositions Pour Une Théorie du Paysage.** Paris: Champ Vallon, 1994

BESSE, J. M. **Ver a Terra:** Seis Ensaios sobre a Paisagem e a Geografia. Trad. Vladimir Bartolini. São Paulo, Perspectiva, 2006

BEZERRA, D. M. F. **Terrenos de marinha da Zona Costeira de Fortaleza-CE:** considerações sobre direito de propriedade. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BICUDO, M.A.V. (org.) **Pesquisa Qualitativa segundo a visão fenomenológica.** São Paulo: Cor- tez, 2011.

- BORBA, G. G. **A paisagem dos lugares**. Teoria e práticas na periferia da metrópole paulistana: o caso do Jardim Celeste e entorno. 2014. 186 f. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BRASIL, A. B. **A ineficiência da ZEIS**: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza. 260 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BRECHT, B. **Antologia poética**. Elo, São Paulo, 1982
- BURKE, P. **Hibridismo Cultural**. Madrid: Akal Ediciones, 2010
- CAMELO FILHO, Jose Vieira (Zuza). **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro**. 2000. 250p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286338>>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- CARVALHO, M.C.B. e NETTO, J. P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- CASTRO, J. L. de. **Cartografia urbana fortalezense na colônia e no império e outros comentários**. A administração Lúcio Alcântara. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982.
- _____. **A Contribuição de Adolfo Herbster a forma urbana da cidade da Fortaleza**. In: V CONGRESSO DE HISTÓRIA DA ARTE / CIDADE: HISTÓRIA, CULTURA E ARTE, V., 1993, São Paulo. Revista do Instituto do Ceará [...]. São Paulo: [s. n.], [1993]. Disponível em: [http:// institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1994/1994-ContribuicaoAdol-foHerbsteraaformaurbanadeFortaleza.pdf](http://institutoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1994/1994-ContribuicaoAdol-foHerbsteraaformaurbanadeFortaleza.pdf). Acesso em: 27 jan. 2016.
- CAUQUELIN, Anne. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo, Martins Fontes, 2004
- CAVALCANTE, E. de O. **Os meandros do habitar na metrópole**: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano**. São Paulo: Ed. Vozes, 1998 CHAUFÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Brasiliense, 2017

COURAJOURD, M. **A paisagem é o lugar onde céu e terra se encontram**. In SERRÃO, A. V. (coord). Filosofia da Paisagem. Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

DEWEY, John. **Arte como Experiência**. Tradução de Vera Ribeiro, Martins Fontes, 2010

DIÓGENES, G. M. **O eu e o outro**: a constituição da identidade política dos movimentos sociais. 1989. 213f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1989.

_____. **Lagamar**: diferenciação das lutas e redirecionamento do espaço planejado. In: BARREIRA, Irllys; BRAGA, Elza; _____. (Org.) A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1991.

FARIAS, A. de. **História do Ceará**. Fortaleza: Livro Técnico, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad.: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017

FERNANDES, F.R.C. **Transformações espaciais no centro de Fortaleza**: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente -PRODEMA. 2004.

FERREIRA, J. S. W. **Sistematização crítica da produção acadêmica**. 2013. 197f. Tese (Livre Docência - Área de Concentração: Planejamento Urbano) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FORTALEZA, PMF. HABITAFOR. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Fortaleza, HABI- TAFOR, 2010

_____. **Instituto de Planejamento de Fortaleza**. Relatório das Zeis. Fortaleza, IPLANFOR, 2015

FORTALEZA. **Lei Nº 10645, de 23 de novembro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) de Governo do Município de Fortaleza para o quadriênio 2018–2021. Disponível em: < https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br/images/Planejamento/PPA/ppa_2018_final.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

FRÚGOLI, H. **Sociabilidade urbana**. São Paulo: Zahar, 2007.

FUJISAKA, A. P. **O Familiar cuidador e o processo de fim de vida e morte de seu ente querido: uma compreensão fenomenológica**. 2014. 491 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GIORGI, A.; SOUSA, D. **Método fenomenológico de investigação em psicologia**. Lisboa: Fim de século, 2010.

GIRÃO, R. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959

GOMES, M. P. A. **A Cidade em disputa: a trajetória de um movimento social**. p. 237f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2013

GONDIM, L. M. de P., GOMES, M. P. A. **O direito à cidade em disputa: o caso da Zeis do Lagamar (Fortaleza-CE)** Cadernos MetrÓpole, vol. 14, núm. 28, julho-diciembre, 2012, pp. 507-527

HARVEY, D. **A globalização contemporânea: espaços de esperança**. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2017 HEIDEGGER, M. **Construir, habitar, pensar**. Teoría, n. 5-6, p. ág. 150-162, 1975.

JAQUES, P. B. (2008) **Corpografias urbanas**. Vitruvius. Arquitectos, 8. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.093/165>>. Acesso em: < 25/06/2016>.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions. Anthropos, 2000). Primeira versão: início-fev, 2006.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes Ltda. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Catharina et al. **O direito ao (in) compressível: arte, cidade, paisagem e transformação social**. RUA, v. 23, n. 2, p. 291-309.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias, in ARANTES, Otilia B. F. - *A cidade do pensamento único*, Petrópolis: Vozes, 2000

_____. O nó da terra. In *Revista Piauí*. Junho, 2008

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2005.

MARTINS, J. de S. **(Des)figurações**: A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.

MARX, K. **O Capital**: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1 e 2, 1987.

MÁXIMO, F. R. C. C.; LOPES, J. M. de A. **Produção habitacional e expansão periférica do es- paço urbano metropolitano**: a construção dos conjuntos-bairros em Fortaleza. Anais. Recife: ANPUR, 2013. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002795541>

MERLAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002. MORIN, E.; LISBOA, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUNIZ, M. A. P. C. **O Plano Diretor como Instrumento de Gestão da Cidade**: o caso da cidade de Fortaleza/CE. 2006. 263 f. Dissertação (Mestre em Arquitetura e

Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006

NETO JUCÁ, C. R. **A urbanização do Ceará setecentista**: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. 154f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

NASCIMENTO, E. S. A invisibilidade dos índios Tremembé que vivem em Fortaleza. TERRA, TE- RITÓRIO E SUSTENTABILIDADE, v. 5513, 2011

NOGUEIRA, A. A. **Fogo, vento, terra e mar**: migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza (1960-2006). 166f. Dissertação (Mestrado em História Social) – PUC/SP, 2006.

OLIVEIRA, Mônica C. **Ximenes de. Lagamar**: usos e cenas. 2003. 187f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

PAIVA, M. de O. **A afilhada** (1889). Documento digital disponibilizado em LITERATURA DIGITAL: biblioteca de literaturas de língua portuguesa. [S. l.]: UFSC, 2012. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?id=143033>>. Acesso em: 09.nov.18

PALLAMIN, V. **Do lugar-comum ao espaço incisivo**: dobras do gesto estético no espaço urbano. Espaço e Performance. Brasília: Universidade de Brasília, p. 181-193, 2007.

_____. **Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière**. *Ris- co*: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 12, p. 6-16, 2010.

_____. **Dentro, fora e deslocamentos**: a ação artística nos espaços comuns da cidade. In COUTO, M.F.M & FUREGATTI, S. (orgs.) *Espaços da Arte Contemporânea*. Alameda, São Pau- lo. 2014.

PARENTE, T. C. **A Afilhada : um romance e uma cidade nas páginas de um jornal**. In: VIII EN- CONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2011, Unicentro - Guarapuava-PR. *Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia [...]*, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PEABIRU. **É o que eu penso e é o que eu vejo** - transcrição de entrevistas realizadas para o documentário de curta metragem. São Paulo: mimeo, 2017

PEQUENO, L. R. B. **Desenvolvimento e degradação no espaço intraurbano de Fortaleza**. 2002. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras**: transformações e tendências. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 12, 2008.

_____. (Org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório da Metrópoles, 2009.

PONTE, S. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). 3. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001. 208p

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284 f. Tese (Livre Docência - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RRABELO, L. D. S. ; SOUZA, V. E. de. **Surf: patrimônio cultural do Titanzinho**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA

INFORMAÇÃO - EREBD N/NE, 2012, Juazeiro do Norte - CE. Múltiplos olhares em Ciência de Informação [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br>. Acesso em: 1 jun. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. Tradução de Mônica Costa Netto. - São Paulo: Ed. 34, 2009.

_____. **Estética e política**: a partilha do sensível. São Paulo: Dafne, 2010. Relatório IDH Municipal. Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza. 2014

RITTER, J. Paisagem. **Sobre a função do estético na sociedade moderna**. In SERRÃO, A. V. (coord). Filosofia da Paisagem. Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

ROGER, A. **Natureza e cultura**. A dupla artialização. In SERRÃO, A. V. (coord). Filosofia da Paisagem. Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

- _____. **Paysage y Medio Ambiente.** In: Breve Tratado del Paisaje. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007, p. 135-153
- ROLNIK, R. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel (Fapesp), 1997
- _____. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SÁ, L. D. de. **Guerra, Mundão e Consideração.** Uma etnografia das relações sociais dos jovens do Serviluz. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988. _____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006
- _____. **O Espaço do Cidadão.** 7ª edição. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. **Da totalidade ao Lugar.** EDUSP. São Paulo. 2012
- SCHILLER, F.. **Educação estética do Homem.** São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 1989.
- SERPA, A. **Espaço Público na Cidade Contemporânea.** São Paulo: Ed. Contexto, 2007
- SERRÃO, A. V. (coord). **Filosofia da Paisagem.** Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.
- _____. **Filosofia da Paisagem.** Estudos. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013.
- _____. Pensar a natureza a partir da estética. Disponível em: < http://www.apfilosofia.org/documentos/pdf/A_V_Serrao_Pensar_Natureza.pdf. Acesso em: 03 jun. 2012
- SILVA, A. C. M. **A propriedade privada da terra e a produção de novas espacialidades na cidade de Fortaleza.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SIMEL, G. **Filosofia da Paisagem**. In SERRÃO, A. V. (coord). Filosofia da Paisagem. Uma antologia. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

____. **As grandes cidades e a vida do espírito** (1903). In: MANA 11, 2. Museu Nacional, 2005. p. 577-591

VAINER, C.B. **Fragmentação e projeto nacional**: desafios para o planejamento territorial. ENANPUR, 2007

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

____. **A terra como capital (ou a Terra-localização)**. In: _____. Reflexões sobre as cidades brasileiras. Studio Nobel: São Paulo, 2012. Ou In: Espaço e Debates n.16, 1985.

____. **O território e a dominação social**, in Revista Margem Esquerda, nº24, junho de 2015, São Paulo: Boitempo Editorial

____. **As ilusões do Plano Diretor**, 2005. versão eletrônica na pá, 2014.



APÊNDICES

Victor Hugo, 27 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
<p>Paisagem, né? A gente leva muito (...)// vem logo na cabeça da gente, na minha cabeça vem logo um manancial, coqueiros, aquela paisagem, vem logo essa ideia bem bonita, // mas no contexto, que eu entendo, é a vida urbana, // são vários retratos, a gente que tem uma vivência mais assim um pouco urbana, //</p>	<p>Victor Hugo responde à pergunta disparadora a princípio com um clichê de paisagem – a natureza idealizada (“bela natureza”), porém depois encaixa uma definição de momentos da vida urbana (“retratos”)</p>	<p>Contradição entre a resposta imediata e os sentidos apresentados posteriormente – o “sentido formal” e o sentido vivenciado ///A paisagem como imagens representativas das experiências positivas ///A leitura da paisagem através dos afetos</p>
<p>e esses dias eu tive um, isso é, uma sacada que todo mundo já tem pelo pixo, né, a gente vê assim, em Fortaleza (...) e aí tinha essa parede bem branquinha, e tinha uma cheia de pixo, olha a diferença entre essas duas paredes, olha a paisagem, olha o retrato de uma e o retrato da outra, aquela parede está vazia, não representa nada, e a outra está cheia de pixo, representa um bocado de singularidades, eu acho que o pixo é muito singular, é como se fosse uma digital, tá entendendo? É vazio, cara, então a galera quer dar vida aquilo ali, embora seja de uma forma anárquica, uma forma (...)Então, assim, é muito, especialmente as paisagens urbanas, são muito confusas, né, eu estou aqui, nessa paisagem natural, bem legal, embora tenha tido interferência do homem, não deixa de ser o mar, então quando eu vou para a cidade, para outras coisas, outros lugares, fica tudo um pouco confuso, porque eu sou muito dessa amplitude aqui. (...) A paisagem pra mim passa por várias coisas, principalmente nesse meio urbano aqui.</p>	<p>Victor Hugo apresenta as marcas pessoais no espaço como um elemento importante de autoafirmação e compreensão da paisagem. Descreve a importância das ações espontâneas para criar as singularidades que definem uma paisagem, utilizando-se do pixo como ação anárquica, porém espontânea e representativa de um grupo de indivíduos. Ainda que a Comunidade do Servi-luz seja um espaço extremamente denso e urbanizado, ele a contrapõe a cidade, pois ali existe a amplitude do mar, enquanto a cidade é “confusa”. É possível que isso se dê porque a “cidade” tem formas e lógicas espaciais diferenciadas, nas quais ele não se reconhece.</p>	<p>A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem / a importância da apropriação através da construção coletiva / O espaço está pleno de significados apreendidos através dos sentidos (formas, cores e luzes) que diferenciam a “cidade” da “comunidade”</p>

<p>Sei, sei, sei. O litoral, né. Pra mim é sempre marcante o litoral, o mar, né, essa paisagem do mar, né, eu até reclamo muito, que a gente faz o seguinte, os piqueniques daqui: Praia da Baleia, Praia ..., gente a gente tá na praia, vamos para outra praia, vamos para a serra! Eu sempre reclamo disso, mas é porque parece que há uma atração, as paisagens atraem, vamos conhecer o mar, e a aqui a comunidade é formada por, nesse contexto de atrai, por pessoas de Camocim, Acaraú, são todas paisagens litorâneas. (...) Apesar das pessoas virem trabalhar numa indústria, que muitas vezes não tem nada a ver com o mar, mas se refugiam no mar, no litoral, tá entendendo? Então a minha questão dessa paisagem é muito litorânea, é muito a ver com o mar.</p>	<p>Victor Hugo apresenta como ele e seus vizinhos são aficionados ao litoral, buscando permanecer próximo à praia mesmo quando buscam outro lugar, sejam temporariamente, num passeio, ou permanentemente, num processo migratório. Explica que a paisagem atrai, no sentido que as pessoas buscam estar nos espaços a que se acostumaram, em seu cotidiano, e pelo qual desenvolvem afeto, por ser seu espaço de vida</p>	<p>A paisagem como espaço da ação política /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar. /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>
<p>sempre eu gosto de apresentar aqui meu local, que é uma paisagem legal, né? E também é uma questão das pessoas circularem pela cidade, né, de poderem desfrutar de toda a cidade, nessa questão de mobilidade urbana, né, que aqui o Serviluz sempre teve esse estigma, de ser violento, isso bloqueia muito as pessoas de virem aqui, tem um colega meu que diz: "No Serviluz só vai quem é conhecido". Não é um bairro tipo o Benfica, que você vai pra estudar, vai pra fazer isso, né, é diferente, só vai no Serviluz quem tem convite: "ei, vem aqui no Serviluz".</p>	<p>Victor Hugo indica as peculiaridades da Comunidade do Serviluz, tanto por sua localização (isolada da "cidade" pelas áreas industriais e localização "periférica"), quanto pela estigmatização causada pela violência. Para isto, faz uma comparação com o Bairro do Benfica, situado na área central da cidade de Fortaleza.</p>	<p>A estigmatização do espaço, especialmente pela violência urbana, que se associa a sua localização e forma urbana</p>
<p>Aí eu trouxe o meu colega que mora no Conjunto Ceará. Aí eu disse pra ele. Ele disse: Cara, eu não troco o conjunto por nada. Aí eu disse: Porque tu não conhece a minha quebrada. Quando tu conhecer a minha quebrada, tu vai trocar. Aí eu trouxe ele. Aí ele veio com a família: Pedro, é, realmente, cara, eu trocaria mesmo.</p>	<p>Victor Hugo descreve uma situação em que a beleza da sua "quebrada" foi reconhecida como superior por um colega morador de uma comunidade não praiana, simbolizando o orgulho que lhe dá ser um habitante da praia.</p>	<p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo.</p>
<p>Aí eu disse: o que que tem no Conjunto Ceará? Ah, cara, questão de paisagem? Tem o canal, a gente faz churrasco lá na beira do canal, tu tá entendendo? É um canal! A gente bota na beira do canal a churrasqueira, e fica lá de bate papo com a galera, pois é, aqui a gente bota logo a churrasqueira aqui, é (aponta), fica de bate-papo, e não sai mais, esquece do tempo, aí quanto toca um reggae aqui, pronto, aí fica perfeito, pôr-do-sol, e tudo.</p>	<p>Victor Hugo descreve, não sem uma certa superioridade, os espaços de lazer de outra comunidade, que não fica à Beira-mar, explicando se utilizam do canal por onde corre agora o Riacho Tatamundeu.</p>	<p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo.</p>

<p>Não tem jeito, levo aqui, levo nessa paisagem do mar que acho bacana. Mas também gosto de apresentar os guetos, né? Colega meu, que é da ... ele tá fazendo mestrado agora, mas ele tem muito viés nessa luta de moradia, né, e ele fala uma coisa bem pertinente, é, a galera verticaliza, e aqui a gente faz os becos, cara, você entra num beco, o beco se ramifica, tu tá entendendo? Ali mora, ao invés de morar uma pessoa numa casa assim, uma família, mora dez famílias, por causa do beco, o beco ramificou, e faz minicômodos, miniapartamentos, ali, verticaliza</p>	<p>Victor Hugo, ao contrário de outros entrevistados, considera os becos como características positivas da comunidade, tanto que se dispõem a apresentá-los para visitantes. Talvez isso se deva a possuir memórias agra- dáveis de brincadeiras nos becos, enquanto os demais os associam a sujeira e violência. São as singularidades que marcam a comunidade.</p>	<p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo.</p>
<p>Aqui, com a violência, com a galera da afirmação juvenil, a questão da, de Ganges mesmo, nem gangues, não, é essa galera que não tem o que fazer se aventura, porra, o caso, é aventura</p>	<p>Victor apresenta uma visão diferenciada da violência, minimizando-a, como se tratasse apenas de aventuras juvenis, sem maiores implicações sociais.</p>	<p>A leitura da paisagem através dos afetos</p>
<p>Na minha infância, a minha aventura era tá no mar e tá no cais. Antigamente, o ponto ali, ele não tinha essa segurança toda, aí depois do 11 de setembro teve toda essa reviravolta no mundo e tem uma segurança total, a federal, polícia, toma conta. Mas, antigamente, eram 03 guardas para tomar conta do porto todo, e a gente era moleque, a gente deixava esses guardas loucos, a gente dava trabalho pra eles, acho que eles ficavam com muita raiva da gente, que os únicos que davam trabalho era a gente, pra eles, e alguns ratos também que tem por lá, sempre rola, né ...</p>	<p>Victor relembra as aventuras da infância, desafiando a proibição de retornar à Praia Mansa para surfar e tomar banho de mar, proibidos devido às atividades portuárias. Após os eventos de 11 de setembro, com o reforço dos procedimentos de segurança no porto, tais incursões ficaram mais restritas, ainda que ocorram.</p>	<p>As experiências da infância como paisagens marcantes /// A leitura da paisagem através dos afetos /// A paisagem como espaço de ação</p>
<p>Pois é, cara, essa paisagem aqui, pronto: a paisagem é essa, a paisagem daqui é essa: o pescador passando, é muito mar.</p>	<p>Victor apresenta uma outra definição de paisagem, em que o meio físico e seus habitantes compõem uma paisagem.</p>	<p>A paisagem composta pelos elementos físicos e pelas ações dos que a habitam</p>
<p>Aqueles peixes ali, pra quem é pescador de mergulho, diz que isso é uma covardia, são peixes bem mansos, que se você quiser passar a mão neles, os bonitinhos, são mansinhos, a galera que mergulha, que gosta de pegar peixe bom, fica com raiva, ei, cara, como é que tu atira num peixe desses? Que eles gostam é da caça submarina, né? É pela emoção de pegar alguma coisa, talvez. Nem um peixe bom não é, assim.</p>	<p>Victor critica a atitudes de “pescadores” que não tem o conhecimento necessário sobre o que é um “peixe bom”, e que atira em qual- quer coisa, para satisfazer a emoção de pegar algo. São os alheios à paisagem.</p>	<p>A relação entre os habitantes e a paisagem: o conhecimento do lugar</p>

<p>Nos becos por causa dessa forma de organização e também pra apresentar um pouco a comunidade, as carências, até o modo de vida, que é um pouco particular, assim, eu acho que me identifico muito com todas as quebradas, porque eu passo, né, por muitas periferias, eu me identifico muito. O que diferencia daqui é esse privilégio que a gente tem da proximidade com o mar. Mas o restante são as mesmas características.</p>	<p>Victor identifica que as comunidades com- partilham de muitas similaridades espaciais, uma vez que a ocupação do espaço é deter- minada por processos similares. Apresenta que a diferença no Serviluz é a sua posição litorânea.</p>	<p>A paisagem como diferencial positivo para o lugar/// A paisagem como atração e vínculo com um lugar.</p>
<p>Se eu pudesse, colocava o mais perto do mar possível. Mas assim, como a gente tá tão próximo, né, eu me desloco muito de bike, então é muito ligeiro, é como eu falei, o bairro tem uma extensão pequena, eu moraria em qualquer lugar, tá entendendo? Se eu tivesse a oportunidade de morar próximo do mar, né?</p>	<p>Victor apresenta que o mar é o principal atrativo, e que considera a proximidade do mar o principal elemento de valorização de uma localização.</p>	<p>A paisagem como a natureza/ lugar positivos /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar.</p>
<p>Voltando a questão das remoções e das paisagens, os meus colegas moram ali [mostra as casas fronteiriças ao mar]. A prefeitura vai querer mudar eles lá para cima do morro. Tu acha que eles vão querer? Eles vão brigar!</p>	<p>Victor apresenta que a valorização da moradia próxima ao mar é um valor compartilhado na comunidade, indicando que as pessoas que moram fronteiriças à praia resistiriam a uma remoção justamente por considerar esta posição um privilégio.</p>	<p>A paisagem como espaço da ação política /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar.</p>
<p>A prefeitura vem aqui, é tão engraçado. A prefeitura vem aqui, ela vinha antes, e a gente, que é daqui da luta, da resistência, tem umas 04 pessoas, sempre questionava, sempre questionava. Aí foi legal que a gente se cansou das palhaçadas da prefeitura, e de nunca resolver, só empurrar as coisas deles, nunca aceitar as nossas propostas, aí a gente recuou, mas aí foi tão legal, que a gente criou uma resistência nas outras pessoas, e a gente não tá mais na frente. As outras pessoas que vão brigar [com a prefeitura]. A gente fica atrás: Oh, a gente não vai, aí quando eles vem, [dizem]: esse pessoal não aceita nada, não quer, sai daqui zoado. Porra, vocês vêm aqui com umas coisas mirabolantes, umas coisas que não tem nada a ver com a gente, cara. Tirar o pessoal ... Pô, vamos melhorar, vamos ver o que a gente pode fazer aqui, né? (...) Podendo ir na comunidade perguntar: Gente, que que a gente pode fazer aqui para embelezar mais a comunidade? Mas não. Os caras chega[m] e: Vamos pintar de branco [risos].</p>	<p>Victor apresenta uma leitura da posição da administração municipal (prefeitura) como um eterno adversário, que não coopera nem escuta a comunidade. Apresenta que outros atores surgiram na comunidade, formados pelos frequentes embates com o poder público, cujo principal objetivo, alega, é sempre removê-los dali.</p>	<p>A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política</p>

<p>Exatamente. Mas a gente gosta desse movimento (privacidade) pra não bagunçar muito, se não vai virar uma Jeri, e ninguém gosta ...</p>	<p>Victor apresenta uma visão de que a comunidade não deve ser mais aberta do que já é, para evitar que “vire uma Jeri”. Esse comentário pode se referir tanto ao constante fluxo de visitantes que vai à praia de Jericoacoara, um dos principais polos turísticos do Ceará, quanto ao forte processo de gentrificação que ocorreu na pequena Vila de Jericoacoara, descaracterizando-a e expulsando a população originária, que ou emigrou ou refugiou-se em pequena favela na periferia da vila turística.</p>	<p>A dicotomia entre abertura e fechamento da comunidade: ao mesmo tempo que é desejada a vinda dos “de fora”, como fim da estigmatização da comunidade, esse acesso é visto com desconfiança, pois pode induzir à disputa pelo espaço, e a consequente expulsão dos moradores.</p>
<p>Legal. Uma das coisas que eu sempre tive vontade de fazer, é a questão da educação ambiental, a questão do lixo, né, o lixo é uma questão muito complicada aqui. A praia tá limpinha, mas porque sábado passado teve uma limpeza de praia aqui, e a galera conseguiu, né, mas eu disse pra galera: galera, ó, vocês que tão nessa campanha aqui de limpeza de praia, vocês sabem que isso não adianta, tá legal, mas tão enxugando gelo, tem de fazer uma conscientização ambiental de que, principalmente essa galera da ponta, aqui, não jogar lixo na praia, mas tá limpa, mas se você for lá, mais especificamente, você vê uns absurdos, olha, fralda descartável, essas coisas, bem ruim mesmo para o meio ambiente, sacola plástica.</p>	<p>Victor fala sobre uma preocupação constante dos moradores (expressa em muitas outras entrevistas), que é a questão do lixo. Território não reconhecido da cidade, o provimento de serviços urbanos ocorre sempre de forma precária, ou não ocorre. Ações comunitárias buscam a conscientização e a realização dos serviços por si mesmos, especialmente nas áreas consideradas mais relevantes para a comunidade (a praia, a praça)</p>	<p>A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política</p>

<p>Não aconteceu, mas quase aconteceu. O episódio do estaleiro. Queriam destruir a paisagem. Você lembra do estaleiro, do rebuliço? Era aqui, o trambolho. Eles iam aterrar isso daqui, dum quebra mar para outro, iam aumentar esse quebra-mar, iam aumentar aquele, graças a Deus que não aconteceu, mas foi um rebuliço, foi uma coisa marcante para nós, porque a gente criou assim uma, a gente criou uma força tão grande para defender isso aqui, foi tão bonito, tá entendendo? Isso foi bem marcante. Uma história bem legal, de um colega meu, do André, que é historiador, ele falou, eu disse: André, cara, eu tô preocupado, porque tem uma galera aqui que tá a favor do estaleiro, diz que vai gerar muito emprego e tal, e vai ser bom pra comunidade, aí ele falou uma coisa: Pedro, mas eles são, eles não tem a força que a gente tem, eles vão defender o estaleiro, mas vão ficar na deles, eles são cem, a gente é dez, mas a gente vai gritar, bem alto, e foi isso que aconteceu, a gente era minoria, assim, não dava para contabilizar, não, mas a gente gritou tão forte, né, fez uma parceria com a prefeitura, que a galera diz assim, mas se não fosse a prefeitura, mas a prefeitura ouviu a nossa voz, tá entendendo? A gente gritou, se a gente fosse uma comunidade que tivesse ficado passiva, o governo tinha chegado, tinha atropelado mesmo.</p>	<p>Victor relata o episódio conflituoso ocorrido entre os anos de 2009 e 2010, no qual o governo do estado propôs a realização de um estaleiro situado na praia do Titanzinho. A comunidade movimentou-se, dividia entre os interessados nos empregos possíveis, e aqueles que queriam ficar ali. Nessa disputa, os moradores associaram-se à prefeitura, contrária ao projeto, e conseguiram permanecer. No relato, Victor deixa claro a consciência da importância da ação política: os que “ficaram na deles”, não conseguiram fazer sua voz ser escutada. Os que “gritaram, bem alto”, alcançaram o sucesso nos seus desígnios. Os desejos de permanência significaram sacrificar as oportunidades possíveis de emprego, frente a bem maiores: inclusive, a paisagem.</p>	<p>A paisagem como objeto de disputa e de ações políticas</p>
<p>a aurora, o sol nascendo, parece uma bola de fogo, uma paisagem assim que o pôr do sol não paga, é uma das poucas horas do dia que você consegue ver o sol sem nada na cara, tá entendendo? Sem nada no rosto, é ótimo. Eu disse assim: eu tenho de acordar mais vezes quatro e meia, cinco horas, para ver a aurora.</p>	<p>Victor relata um episódio marcante vivido na paisagem: testemunhar o nascer do sol, sem a necessidade de proteção dos olhos. A liberdade que a conexão direta com o sol é valorizada, pois nem mesmo a decantada beleza do pôr-do-sol, já relatada por ele em outro momento, “paga” essa outra beleza, mais tranquila e mais íntima.</p>	<p>A experiência marcante é caracterizada por seu caráter de unicidade /// A paisagem como elo com a natureza positiva</p>

Mariana, 14 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
Paisagem pra mim é tudo aquilo que vem da natureza, aquilo que é bonito, tudo aquilo que é arte. (...) Porque pra mim tudo aquilo que é arte não é coisa de feiura, essas coisas, mas é arte, então é paisagem.	Mariana responde com uma definição de paisagem mais comum, associada aos significados positivos da natureza, da arte e da beleza.	A paisagem como a natureza/ lugar positivos
Numa viagem, não uma viagem, um passeio que eu fiz, e, pela primeira vez, eu fiz várias coisas que eu acho que não ia fazer nunca ...	Mariana relata uma experiência marcante, destacando-a pelo seu caráter de unicidade: "várias coisas que eu achei que não ia fazer nunca."	A experiência marcante é caracterizada por seu caráter de unicidade /// A paisagem como espaço de ação
Bom, o Serviluz é mais conhecido pelo Titanzinho. Então com certeza eu lhe levaria para a praia do Titanzinho. E pelo Farol, que é mais conhecido aqui no Serviluz também. E dar uma volta por aqui mesmo. É que muitas pessoas falam que o Serviluz é perigoso, essas coisas. E perigo, tem, assim, às vezes. Com certeza também tem moradia simples, essas coisas. Eu acho que isso mudaria muito se o 'povo lá de fora' não visse só as coisas ruins que têm dentro do Serviluz, mas sim as coisas que tem boas, tá entendendo? Então com certeza eu levaria para conhecer pessoas simples, mas muito simpáticas, que o que vale é isso, né? Então, é isso	Mariana busca contrapor uma imagem positiva da comunidade à mais conhecida faceta do Serviluz: a de comunidade perigosa, marcada pela violência da guerra entre gangues, pelo tráfico de drogas e pela criminalidade. E diz que tal percepção mudaria, se conhecessem os aspectos positivos da comunidade: a praia, o Farol, as "pessoas simples, mas muito simpáticas".	A leitura da paisagem através dos afetos /// O diálogo entre a imagem hegemônica ("molduras") e a paisagem do lugar
Minha mãe, ela quer ir se mudar para a praia do Futuro, só que eu não quero. Porque eu acho que, eu nasci no Serviluz, eu vou morrer no Serviluz, é meu bairro, eu não troco ele por nada. (...)É muito divertido, é muito bom de morar, e, por incrível que pareça, tem paz. Porque eu acho assim: a paz quem faz é nós. Se uns traficam e outros matam, nós pode[mos] fazer a nossa paz, dentro de nós mesmos e da nossa casa, a gente pode amar uns aos outros, isso é o que define tudo, isso que eu adoro.	Novamente, Mariana apresenta outra visão da comunidade, ressaltando os aspectos positivos que morar lá lhe dão oportunidade de conhecer: que é divertido, é um lugar "muito bom" para a moradia e tem paz. E justifica assim a intensidade de sua relação com o lugar: "é meu bairro, eu não troco ele por nada."	A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A leitura da paisagem através dos afetos

Leonardo, 13 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
H – Se você fosse definir paisagem, como é que você definia? L – Lembrança, pensamento, esperança	Leonardo define a paisagem como uma sucessão de imaterialidades, retirando o sentido de seu aspecto objetivo e trazendo-o para a subjetividade.	A paisagem como diálogo entre o interior e o exterior /// A leitura da paisagem através dos afetos
Uma coisa que me marca até hoje é o desenho do Titanzinho. (...) Porque um garoto da minha sala fez um desenho, tipo assim, per- feito, ele fez um farol, todas essas coisas que engancha assim e leva para outro lugar, o mar, ele fez tudo, tava perfeito, até hoje eu lembro daquilo.	Leonardo apresenta a representação da paisagem cotidiana como uma experiência marcante, pois permite “transportar para outro lugar”.	O olhar do artista como recreação da paisagem /// A representação é signo da paisagem, para onde nos transporta.
A praia do Titanzinho, por exemplo, porque eu sento, fico pensando no que eu fiz, no que eu quero fazer	Leonardo apresenta o seu lugar favorito na comunidade: a praia, onde mergulha em si mesmo	A paisagem como diálogo entre o interior e o exterior /// A paisagem como refúgio /// A leitura da paisagem através dos afetos
Pra cá (O molhe do Titanzinho), só aqui. (...) É que aqui é nossa mo- radia, e onde tem a convivência certa, quando a gente quer pensar em alguma coisa, com dor, nós vem pra cá, pra ficar conversando.	Leonardo explica que o Molhe do Titanzinho é um lugar especial, pois é aonde se refugia, sozinho ou com os amigos.	A paisagem como diálogo entre o interior e o exterior /// A paisagem como refúgio /// A leitura da paisagem através dos afetos

Juliana, 15 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
<p>J – Bom, eu não sei explicar, mas assim, eu acho que paisagem é aqui que fica, aquilo que tá. E aquilo que é bonito. Tudo que é natureza, natural, ou aquilo que não é natural também, é paisagem. Por exemplo, esse mar e tal, o céu, e por exemplo um lugar que envolva muita planta, muita natureza.</p> <p>H – Você falou uma coisa massa: Paisagem é aquilo que fica. Mas fica aonde?</p> <p>J – Não sei, fica, e as pessoas que tem de ir pra ver, entendeu? H – Ela tá lá e você tem de ir pra ela, pra ver a paisagem?</p> <p>J – Isso.</p>	<p>Juliana apresenta sua definição de paisagem, como um lugar positivo, com grande destaque para os elementos da natureza. Para ela, a paisagem está profundamente ligada a uma localização específica – nós é que nos deslocamos para ela. Ai está também sua força: ela nos obriga a nos movimentarmos.</p>	<p>A paisagem como a natureza/ lugar positivos /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar.</p>
<p>Sim. É que uma vez eu viajei, eu me lembro que foi pra um lugar muito bonito, e aí eu visitei essa praia, e lá era muito diferente, e aqui eu tenho a minha praia, né? Essa praia, e eu fui pra lá, e eu vi que a praia era totalmente diferente, a areia era mais grossa, o mar era, a água, era muito tudo diferente, tinha muito lodo [algas marinhas] assim, mas ...</p>	<p>Juliana relata uma experiência marcante na paisagem: a visita a uma outra praia, marcante por ser diferente da “sua praia”, utilizada como referência de identificação: a textura da areia, a água do mar, a presença ou não de algas marinhas.</p>	<p>A experiência marcante é caracterizada por seu caráter de unicidade /// A paisagem cotidiana como referencial de entendimento do mundo.</p>
<p>... era bonito, mas quando você encostava, era nojento, mas de longe, eu pensei: aí meu Deus, que coisa mais linda, corri, corri, quando cheguei lá, ah, não vou colocar meu pé nisso.</p>	<p>Juliana destaca sua decepção, ao aproximar-se das algas: de longe, era bonito, porém, de perto, era nojento.</p>	<p>As diversas escalas da paisagem: o longe e o perto.</p>
<p>O que eu achei mais bonito foi as cores, o lugar, né, porque o mar, o céu também, só que, aquele azul, aquela combinação, lá.</p>	<p>Juliana continua sua descrição da paisagem da outra praia, destacando que apesar de se tratar dos mesmos elementos da praia, era diferentes: o mar, o céu, os azuis e a combinação deles eram diferentes, “lá”. Ter nascido e crescido numa comunidade litorânea lhe permite refinar sua percepção para as sutilezas que diferenciam as diferentes praias a que se refere.</p>	<p>A paisagem cotidiana como referencial de entendimento do mundo /// A experiência marcante é caracterizada por seu caráter de unicidade /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>

<p>Eu te levaria no Farol, porque lá, assim, é um lugar muito antigo, bem antes de mim, bem muito antes de mim. E um lugar que lembra muita gente, é história, entendeu? Foi construído a muito tempo, e eu me lembro que meu pai me levou quando eu era muito pequena, e aquela imagem ficou gravada na minha mente, e todo vez que eu venho aqui, eu olho ali para o Farol. Eu acho muito bonito. Eu acho que ia te levar lá, e ia mostrar, e explicar né, o porquê, pra mim, e explicar que também podia ser especial pra vocês, né? E mostrar também os outros lugares que tem aqui, o paredão, né, das pedras, é muito bonito aqui.</p>	<p>Juliana relata os locais mais importantes da comunidade, aonde me levaria. É marcante a utilização do referencial de sua experiência: o Farol é muito antigo, estava muito antes dela. Foi marcante a experiência vivida durante a infância e por isso ela desejaria apresentá-lo também a mim. Além disso, apresenta o molhe do Titanzinho como um espaço especial.</p>	<p>A experiência marcante é caracterizada por seu caráter de unicidade /// As experiências da infância como paisagens marcantes /// O diálogo entre a imagem hegemônica (“molduras”) e a paisagem do lugar /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>
<p>Assim, o lugar tem o estar, o ficar. Eu acho que todo lugar tem o seu ponto, tem sua beleza, né? E aqui tem a nossa beleza, que é o Titanzinho, eu acho muito bonito, e eu venho pra cá, direto, e nesse outro lugar, que você está falando, deve ser especial, porque deve ter alguma coisa legal.</p>	<p>Novamente, Juliana fala da paisagem como um aspecto específico de cada lugar, que funcionam como atração para as pessoas: “eu acho muito bonito, e eu venho para cá”.</p>	<p>A paisagem como imagens representativas das experiências positivas/// A leitura da paisagem através dos afetos // A paisagem como a natureza/lugar positivos /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar</p>

Otácio, 48 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
que é paisagem, eu acho, eu acredito, falando desse Serviluz, da minha comunidade Serviluz, aqui nós temos uma bela praia, linda, tá?	Otávio responde à pergunta sobre o que é paisagem, dando como resposta a sua própria comunidade: ela é, para ele, uma paisagem.	A paisagem cotidiana como referencial de entendimento do mundo. /// A leitura da paisagem através dos afetos
Tinha que ter mais coqueirais, tanto que nós temos essa parte aqui litorânea, que temos aqui essas árvores, então isso aqui já é uma vida a mais, pra nossa comunidade, pra nossa bela praia, mas tinha que ter coqueiros, palmeiras	Otávio apresenta melhorias possíveis à sua paisagem, possivelmente vinculadas à imagens hegemônicas de como dever ser uma praia: coqueirais, etc.	O diálogo entre a imagem hegemônica (“molduras”) e a paisagem do lugar
e nosso futuro maior é que a nossa visão aqui, da associação, a gente já tem um ponto, que tem que fazer um parquinho, pelas crianças, e uma parte delas ter um pouco mais de natureza, plantinhas, nós estamos até tentando fazer, trabalhar mais é, cada criança daqui do projeto adotar uma plantinha, pra que as crianças venham a sentir a necessidade dos cuidados da natureza, do ambiente melhor. Isso pra mim é paisagem. O que eu entendo é isso.	Otávio apresenta um projeto pessoal de divulgação da consciência ambiental pela adoção, por parte das crianças do projeto que gerencia, de uma muda a ser plantada em frente à sede do projeto. Através dessa relação entre a criança e a natureza (através da muda), ele apresenta que isso seria uma “educação paisagística”, associando a paisagem à natureza e ao meio ambiente.	A paisagem como a natureza/ lugar positivos
Eu nasci dentro de um ambiente maravilhoso. Eu nasci praticamente dentro do mar, numa ilha fechada que é aqui perto, a Praia Mansa, e aquela ilha ali é muito bacana. A água muito cristalina. Tem 03 tipos de água: cristalina, com um pouco mais de onda, e um pouco mais funda. E nós fomos criados com essa paisagem: coqueirais, tinha esses plantios de castanholha, nós tinha[mos] palmeiras, nós tinha[mos] muito, muitas plantas, essas plantas de flores. Em frente à minha casa, existia um campo todo verde, lá na Praia Mansa, então isso pra mim, tinha a beleza do mar, a beleza das plantas, do próprio arco-íris, que lá aparece muito, então isso daí pra mim é a minha infância, nasci na praia mansa e de lá simplesmente me desloquei. Da Praia Mansa para cá é 400 m, entende? E tá aqui, hoje, de frente para a paisagem. Essa a minha recordação	Otávio apresenta a sua paisagem marcante: a Praia Mansa, praia aonde nasceu. A proximidade e a experiência cotidiana daquele espaço lhe permitem identificar sutilezas, como os “03 tipos de água” do mar. A paisagem descrita é idílica: a beleza do mar, das plantas, dos arco-íris. Otávio, como muitos outros do Serviluz, foi obrigado a sair, devido ao aumento das atividades portuárias e das restrições de seu uso.	A relação entre os habitantes e a paisagem: o conhecimento do lugar /// As experiências da infância como paisagens marcantes/// A leitura da paisagem através dos afetos

Se que quero morar lá? Moraria, sim. Por que é que não [es]tão? Porque tá privativo, mas eu nasci nessa paisagem. Uma beleza, vamos dizer assim, uma ilha encantada. Então nasci nesse berço de paisagem, por isso que eu admiro muito.	Otávio apresenta a razão pelo qual foi obrigado a sair da “ilha encantada”: foi “privatizada”, na verdade, foi cedida para o uso da Companhia das Docas, que gerencia o Porto do Mucuripe	A paisagem como espaço de conflitos /// As experiências da infância como paisagens marcantes
Na comunidade existe essa parte verde aqui da frente, aqui na parte do ponta-mar, é uma casa de madeirite, que o homem botou mil e uma, mil e uma plantas, lá. Eu acho lindo. Casa de madeirite. Mas se eu for contar as plantas lá, é infinita. Eu acho isso daí lindo, e bem em frente daquela via ponta mar. Isso é uma coisa maravilhosa, que tem de ser aproveitada, que tem de ser feito de inspiração, pra comunidade em geral, uma casa de madeirite, tá toda lá, é o teto de paisagem, isso pra mim é uma coisa linda.	Otávio descreve uma casa, construída sobre a areia da praia, cujo morador cercou de vegetação, inclusive sobre o teto da residência, com objetivos pragmáticos (reduzir a fragilidade da construção ante os ventos, as areias e o sol) e estéticos: é um “teto de paisagem”	A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem
E uma certa vez, até bati essa foto, quando eu mostrei pra alguém, essa pessoa pensou que era outro paraíso e não, é em frente aqui, a praia do ponta mar, entende?	Otávio, não sem orgulho, relata a surpresa das pessoas ao descobrirem as belezas da comunidade, que lhe são cotidianas.	A paisagem como atração e vínculo com um lugar.
E também nós temos outras. Aqui perto do campo, existe uma área lá verde, aqui no campo principal, na avenida principal, existe uma área verde, que precisa a metade ser aproveitada, ser mais construída, mas tem outra lá que eu acho muito linda. Todas as vezes que eu passo nessa via principal, eu acho lindo. E nós temos sonho, a associação tem trabalho pra isso, a associação tem interesse que ali funcione sobre essa parte de paisagismo.	Otávio, como líder de uma associação, apresenta interesses conflituosos sobre um espaço vazio dentro da comunidade. É lindo, mas deve ser mais bem aproveitado.	O conflito entre a demanda por espaço para construção e os espaços de paisagem
Com certeza. Acho que a maioria da minha vida aqui, eu acho que mais ou menos 70% do meu cotidiano é ao ar livre, não tem como não. Eu trabalho em frente, o meu ponto aqui no XXXXX, sou voluntário da associação, presidente da associação, mas voluntário, eu diretamente aqui, debaixo desse ar livre, então eu acho que pra mim setenta por cento da minha vida, se eu não tiver em casa dormindo, ou almoçando, ou pegando o carro, mas é isso mesmo, eu acho que setenta por cento da minha vida é essa paisagem.	Otávio relata seu cotidiano, utilizando o termo paisagem como o espaço ao ar livre, onde passa “70% do seu cotidiano”, devido às suas atribuições como líder comunitário e profissionais.	A paisagem cotidiana como referencial de entendimento do mundo.

<p>Não sei se é por causa do clima, da praia, mas aqui as pessoas vivem muito mais na frente de suas casas, entende? Aqui, a tarde, cada momento, você vem de manhã, de tarde e de noite, até de madrugada, você vai ver pessoas aqui, é um ambiente muito movimentado, acho que devido à praia, devido essas plantas aqui em frente, à sombra, então, setenta por cento da minha vida acredito que seja na forma de ambiente livre, natural.</p>	<p>Otávio segue relatando seu cotidiano ao ar livre, “natural”, explicando que o mesmo não ocorre somente com ele, mas com “as pessoas” do lugar, possivelmente, devido ao clima e à praia. A condição litorânea da comunidade, portanto, implicaria num estilo de vida mais próximo à natureza.</p>	<p>A paisagem como diferencial positivo para o lugar /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar.</p>
<p>Algumas pessoas que saíram do Serviluz e estão morando em ambientes fechados, né, conjunto, as pessoas gostam. Só que muda um pouco, né? Porque a vida é mais fechada, mais privativa, aí fica, aí tem só o momento da tarde, já me falaram do momento da tarde, que é a parte do sombrio, assim, a tarde, leva as crianças, então o momento de contato maior, com a natureza é menos, é menos que aqui sem dúvida.</p>	<p>Em sequência, Otávio apresenta que as pessoas que saíram da comunidade para os conjuntos habitacionais (os “ambientes fechados”), tem uma vida mais “fechada, mais privativa”, têm menos contato com a natureza, pois perdem, por exemplo, o momento de sair de casa de tarde com as crianças para sentar-se à sombra nas ruas.</p>	<p>O espaço está pleno de significados apreendidos através dos sentidos (formas, cores e luzes) que diferenciam a “cidade” da “comunidade”</p>
<p>Porque eu acredito, como eu falei, eu acho que o condomínio, ele deixa você mais você, só você no seu quadrado, isolado, até o momento de lazer você precisa sair pra se divertir. Aqui, não, aqui você se sente bem pra sentar e conversar na calçada, tomar até uma cerveja, pegar um dominó. Então, eu vejo as pessoas mais presas, assim. Mas, também, em compensação, se sente melhor, não por estar mais isoladas, mas porque tem um ambiente mais confortável, as vezes, porque as pessoas que saíram daqui estão num ambiente confortável. Em qual sentido? Porque tem piscina, final de semana, então tem algumas coisas, né? Vantagem, algumas vantagens, são essas. Só isso.</p>	<p>Otávio agora apresenta as contradições das condições habitacionais postas para a comunidade: as pessoas que saem para conjuntos habitacionais (o “condomínio”) têm um “ambiente mais confortável”, mas ficam isoladas, pois são espaços monofuncionais, e quem mora lá “até o momento de lazer você precisa sair para se divertir”. Por outro lado, a comunidade tem uma maior riqueza de opções, de integração entre os diversos aspectos da vida humana.</p>	<p>O espaço está pleno de significados apreendidos através dos sentidos (formas, cores e luzes) que diferenciam a “cidade” da “comunidade”</p>
<p>Primeiro, mostraria minha própria associação e comunidade, pra sentir o desejo, o calor humano das pessoas, porque não interessa que você tem muito dinheiro e não ter o calor humano. Eu vejo isso. Eu acho que tem de ser as duas coisas, muito dinheiro e calor humano, pra tentar sentir o que é pessoa, a pessoa tem de conviver numa área social. Entende? Eu penso dessa forma. Se não tiver esse calor humano, não dá. Pra mim, não interessa. Então ia querer que você conhecesse a minha comunidade, a minha associação</p>	<p>Otávio indica um percurso na comunidade, explicando suas prioridades: primeiramente, seria preciso mostrar a comunidade como símbolo de “calor humano” – sem o interesse pelos habitantes, não é possível compreender realmente a comunidade.</p>	<p>A paisagem composta pelos elementos físicos e pelas ações dos que a habitam /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>

<p>E depois ia mostrar as belezas que já, as várias praias aqui do Servi- luz, que é o Titanzinho, as pedrinhas, a ponta mar. E também alguns pontos que se encontra, algumas entidades, algumas casas, vias, que temos aqui na nossa comunidade, são bonitas.</p>	<p>Em sequência, Otávio apresenta as “belezas”: as áreas de praia, e algumas das construções, bonitas pelas ações que abrigam e por sua arquitetura.</p>	<p>A paisagem composta pelos elementos físicos e pelas ações dos que a habitam</p>
<p>Nós temos aqui uma pracinha, que não é bem uma pracinha, foi montada pelos próprios moradores, que é chamada a pracinha da Estiva, que hoje tá pacificamente, amigável com todos nós, que lá tem uma areazinha verde, que os próprios moradores fizeram, não foi nada de estado, nem município, então acho ali muito legal, uma pequena pracinha, máximo 50 m, então eu vejo aquilo dali muito lindo, entende, é um dos pontos, que a comunidade mesmo está se organizando para que aqui aconteça</p>	<p>Otávio apresenta um espaço no setor da comunidade denominado de Estiva, onde uma praça foi organizada pelos próprios moradores, ressaltando a inexistência de ações da administração pública ali, e que por isso achava o espaço “muito legal”, “muito lindo”. Em outro momento, explica que a pracinha foi feita, pois os moradores da Estiva não poderiam descer para a praia, e por isso organizaram a praça como espaço de lazer alternativo.</p>	<p>A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política /// O espaço público informal: objeto de ação política e atuação coletiva /// A área de natureza como espaço livre alternativo ao espaço público</p>
<p>E também outro ponto muito bacana pra conhecer é esse parquinho, aqui na São Francisco, tá, foi através de um conselho de defesa social, nós temos um novo parquinho lá, na praça São Francisco, então um benefício pra gente, tá?</p>	<p>Otávio fala sobre um outro espaço, construído pelo conselho de defesa social, o que considera negativo, mas apesar disso é um benefício para a comunidade.</p>	<p>A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política /// O espaço público informal: objeto de ação política e atuação coletiva</p>
<p>Nós temos também aqui na frente, quase saindo na Xis Pierre, pra entrar na Praia do Futuro, nós temos uma ONG muito legal, que nós que fizemos, entre o calçadão, aqui a ponta mar, e esse sistema dessa ONG, uma coisa muito bacana que nós temos lá, as pinturas, totalmente diferenciado. Então são coisas que estão tentando ter a transformação, entende?</p>	<p>Otávio cita um outro lugar, uma ONG, deixando claro que considera que ações realizadas sem a intervenção do poder público são mais importantes para ele, e tentam a transformação do lugar.</p>	<p>A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem / a importância da apropriação através da construção coletiva /</p>

<p>E aqui a associação em si já fizemos muito trabalho, em geral. Já fizemos calçamento, calçada, tudo padronizado. Infelizmente, algumas mentezinhas pequenas invade as calçadas, invade a via principal aonde passa o carro e fecha. Tem vias aqui que não dá pra passar nenhuma bicicleta. Mas o Serviluz todo já foi todo organizado, calçadas, tudo padronizadozinho.</p>	<p>Otávio relata as ações que a associação de que participa já realizou no próprio espaço físico da comunidade, criticando os moradores que desrespeitam a padronização bus- cada nestas ações. A adoção de um espaço “organizado, tudo padronizadozinho” é uma das formas de inserir a comunidade na cidade formal, identificada pela existência de um padrão de desenho urbano característico.</p>	<p>A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem /// o espaço público como espaço da esfera pública geral/// O espaço está pleno de significados apreendidos através dos sentidos (formas, cores e luzes) que diferenciam a “cidade” da “comunidade”</p>
<p>Pra ter uma paisagem bonita, precisa do que eu te falei: pessoas. Não importa se vem o poder público e coloca mil e uma coisas, numa comunidade dessas, com muitas coisas bacanas, com muitos jardins bacanas, se questão de 15 ou 20 dias, tá tudo estourado. Por isso tem de haver mudanças. Eu vejo: interesse de querer cuidar de verde, de querer cuidar da sua calçada, de cuidar da calçada do vizinho, de querer ter cuidado com a sua própria praia, nós estamos envolvidos num trabalho de limpeza, convidamos a comunidade a fazer esse trabalho de limpeza da praia, entende? Uma vez por se- mana, na não mesmo, pegando na mão, pegando a lixeira, pegando e tal, então não estar só esperando pelo poder público. Por isso, eu acho que as pessoas têm de trabalhar. Começa primeiro, educação. Educação de pessoas.</p>	<p>Otávio explica o que é necessário para uma bela paisagem: a construção de uma conexão entre as pessoas e seu espaço de vida. Não adiantaria colocar uma série de investimentos, se não forem apropriados pelas pessoas. Essa apropriação se dá através da conscientização, que ele chama de “educação de pessoas”.</p>	<p>A paisagem como espaço de ação e transformação/// A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem /// o espaço público como espaço da esfera pública geral e de ação política ///</p>

Lorena, 20 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
Quando fala paisagem me vem a imagem de natureza, assim. Não sei se muito verde. Enfim, não me vem a cabeça uma paisagem de prédios, sabe? Não me vem isso. Não sei se pelo lugar que eu moro, mas acho que pelo lugar que eu gosto de estar, em serras que já andei, nos lugares que eu mais procurei estar, aí eu acho que me vem essas imagens assim, de tudo de bom que eu já vivi, das paisagens boas que já vi, as que mais me trouxeram coisas boas, aí vem essa imagem de natureza, e não de prédios e tal. Paisagem eu acho que é qualquer lugar que você esteja, você está diante de uma paisagem, e aí vem tipo me vem imagem de natureza, talvez por isso, por essa ... por que é [são] as imagens boas que me, sabe, mas se eu fosse recordar das diferenças de paisagem que eu já estive presente, são várias, assim.	Lorena explica sua definição de natureza, explicando a influência de suas experiências nessa definição – “as imagens boas, as que mais lhe trouxeram coisas boas. A definição é contraditória, porque ao mesmo tempo que estabelece que é “qualquer lugar em que você esteja”, ao mesmo tempo, está associada à essas imagens positivas, condicionadas pelas experiências cotidianas e extracotidianas que já viveu.	Contradição entre a resposta imediata e os sentidos apresentados posteriormente – o “sentido formal” e o sentido vivenciado /// A paisagem como imagens representativas das experiências positivas / A paisagem como a natureza/lugar positivos /// A paisagem cotidiana como referencial de entendimento do mundo.
Foi uma época assim da minha vida, que eu, ah, meio que quis sair de uma praia para poder ir para uma serra, sabe, tipo pra conhecer como é que é uma coisa que já não conheço, que não é meu dia a dia, então é aquela coisa de, acho que todo mundo vive assim, de procurar o que você não está acostumado a fazer, ou a ter.	Lorena buscou experiências de paisagem diferenciadas da sua paisagem cotidiana, que serviu como parâmetro do outro a ser buscado.	A paisagem cotidiana como referencial de entendimento do mundo.

<p>... uma coisa que eu me surpreendi foi a primeira vez que eu tomei banho de mar no próprio bairro que eu moro, só que do lado de lá do espigão, tipo existe um espigão que eu frequentava demais a minha infância um lado da praia. Depois que eu passei a morar mais perto do outro lado do espigão, eu lembro de ter tomado meu primeiro banho assim desse lado aqui. Tipo aquele sentimento de culpa de: “pô, eu moro aqui, é a primeira vez, como assim é a primeira vez que eu tomo banho aqui.” Eu acho que me marcou um banho de mar, no meu próprio bairro. E, deixa eu ver outras ..., acho que os corais que tem ali, eu não sabia que tinha como ver os peixinhos, sabe, essas coisinhas, eu sou apaixonada por ficar vendo ... Ai tem um local lá que é ... que quando a maré seca, nos corais, fica uma bacia d’água que os peixes ficam lá, é só levar um óculos de mergulho, você fica lá nessa bacia super protegida, né, num tem o mar que, o mar vai. Recentemente foi outra, essa é mais outra imagem, por aí eu ter entrado no mar também, do espigão, e saber que lá depois do meio do espigão, quando eu entrei, saber que tem areia, assim, muito próximo, não é aqui, mas é próximo, não é fundo. Aí eu como assim, não é fundo? Um dia desses.</p>	<p>Lorena então vai relatando experiências de descobertas no seu próprio espaço cotidiano, e como surpreendeu-se ao prestar atenção em detalhes que lhe tinham passa- do despercebido ao longo dos anos em que viveu naquele mesmo lugar. As descobertas reforçaram sua conexão ao lugar.</p>	<p>A experiência marcante é caracterizada por seu caráter de unicidade /// A paisagem como imagens representativas das experiências positivas // A paisagem como a natureza/lugar positivos /// /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>
<p>Eu acho que a única coisa que tem de cara é a praia, essa parte de mostrar a praia e tal, Farol do Mucuripe, que mesmo que esteja acabado e abandonado é um, não deixa de ser um local a ser visitado, né, talvez associações, levaria em associações, pra mostrar ações sociais que a galera faz e que nem eu conhecia, assim</p>	<p>Lorena apresenta seu roteiro, repetindo, em parte, os elementos apresentados por outros moradores: a praia, eixo estruturador da comunidade, o Farol, marco histórico reconhecido por tombamento municipal, e as associações, representativas da organização comunitária.</p>	<p>A paisagem composta pelos elementos físicos e pelas ações dos que a habitam /// O diálogo entre a imagem hegemônica (“molduras”) e a paisagem do lugar</p>
<p>Eu era uma pessoa que tipo você vai pro centro pra estudar, você vai pro centro para várias coisas e aí, sai de casa cedo e volta pra casa tarde, e aí já não vive mais aquele local. Então comecei a viver aquele local recentemente, né? E as coisas que eu fui descobrindo seriam coisas que eu mostraria para as pessoas. Coisas que eu mesma fui descobrindo.</p>	<p>Lorena apresenta como foi que morou tanto tempo no Serviluz sem “viver o local”: sua rotina não lhe permitia tempo para isto. Foi o que descobriu quando finalmente passou a experienciar o lugar que ela iria mostrar aos outros: “coisas que eu mesma fui descobrindo”.</p>	<p>A paisagem como imagens representativas das experiências positivas // A paisagem como atração e vínculo com um lugar /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>

<p>Acho que do Farol, e aí vai pelos corais, que é o caminho, né, e aí dos corais passa pelo lugar que os surfistas surfam que é bem no Titanzinho, a primeira vez que eu tomei banho, aí ir no espigão inteiro até o final, tipo ir lá para o final, mostrar como se fosse a proa do navio, sabe? Você tem essa sensação, é a proa de um navio, lá na ponta desse espigão. Aí voltar, talvez, andar pela praia, mostrando, não sei, os barcos... a associação que fica ali perto, também, então acho que seguiria esse percurso, assim.</p> <p><i>Depois a Lorena falou sobre locais da cidade que se desconhece por- que ela comentou: o próprio bairro dela, ela não conhecia porque saía de manhã cedo pra ir pro colégio, pra estudar no centro, pra resolver todas as coisas no centro e voltava a noite. Somente depois que algumas ações aconteceram que ela começou a participar de um grupo que trabalha, que faz intervenções no bairro, é que ela conseguiu enxergar o Serviluz de uma forma diferenciada que ela se surpreende descobrindo o bairro. E também cita o caso do Poço da Draga, que é uma outra comunidade, que ela sempre passou e viu, né, do ônibus, no seu caminho, mas só associava a questões de perigo e medo, mas depois que ela conheceu uma pessoa do Poço da Draga, ela passou a andar e ver a paisagem dali e que era belíssima, mas que estava quase escondida pelas histórias de medo que ela tinha com relação à comunidade.</i></p>	<p>Lorena foi explicando seu roteiro, adicionando às descrições as percepções que experimentou em cada lugar: o espigão como a proa de um navio, os corais onde gosta de ver os peixinhos etc.</p>	<p>A paisagem como imagens representativas das experiências positivas //</p>
--	--	---

Gláucia, 67 anos e Antônia, 59 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
Quando eu conheci aqui ainda não era nem praça, nera, D. Antônia? Eu me lembro que era só um nichozinho, com S. Francisco, e a construção da praça foi assim uma coisa muito boa.	Gláucia começa a descrever o lugar, explicando que não era uma praça – era apenas um lugar aberto, aonde existia um nicho, demonstrando haver claros limites do que é ou não uma praça.	A praça como espaço urbano de qualificação do lugar e com funções muito claramente atribuídas
Era, era só um espaço aberto, que tinha o nicho, aí quando foi para construir, (ininteligível), aí ele construiu aí essa capelinha, esse es- paço aqui, e deu pra comunidade. Agora parece que foi pra igreja católica, , porque colocou aquela cruz, não foi, D. Rita? Já há quem diga, não, não foi pra igreja católica, é pra ser ... realmente é da comunidade, mas, graças a Deus nós tomávamos conta.	Gláucia prossegue contando a história da praça, indicando que a construção se deu para a Igreja Católica, devido à inserção do símbolo da cruz.	A leitura do espaço a partir dos signos
Nós queremos, queríamos um espaço aqui, era capim, era mato, aí nós limpemos tudo, nós limpemos tudo, tudo, o capim era bem grande, era junco, junco (...era um capim que ele cresce, né, e a lama? A lama era pod(r)re, pod(r)re, pod(r)re, era no meio do joelho da gente, né, e a gente limpando mesmo, com gosto de gás, as formiga Fizemos um grupo, começou com 10 pessoas, depois aumentou pra 15, depois aumentou pra 20, depois foi multidão de gente, pra chegar junto com a gente. Mas tudo era mato, era capim Mas limpemo tudo, limpemo um pouquinho, depois ...	Antônia explica como foi o processo: a iniciativa partiu das mulheres da comunidade, que limparam a área de brejo, com um grupo que se expandia à medida em que os resultados iam aparecendo. Aparece também a depreciação da vegetação existente no lugar: mato, capim.	A paisagem composta pelos elementos físicos e pelas ações dos que a habitam /// O diálogo entre a imagem hegemônica ("molduras") e a paisagem do lugar
Antônia: É porque era mato, era mato e era a delegacia, e na frente era o mataral. Até os presos, que ficavam na delegacia, nesse dia que nós começamos a limpar, o Cabo Edilson, que era o rapaz daqui ... Ele botou os meninos tudo pra fora para limpar com a gente. Ele teve pena de nós, mulheres, limpando isso aqui. Antônia: Foi uma luta muito bonita, foi uma luta muito bonita. Gláucia: foi nos anos setenta, oitenta.	Antônia e Gláucia continuam o relato da construção da praça, que Antônia chama de "luta muito bonita". Neste processo, fica clara as relações patrimonialistas com o poder público no processo: o delegado ("o rapaz daqui") obrigou os presos ("os meninos") a trabalhar na limpeza da área para a construção da praça da comunidade.	A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política /// O espaço público informal: objeto de ação política e atuação coletiva

<p>Gláucia - Mas só que nessa época, o povo não, não ... Depois que foi ... Agora que se educou, não foi, ... na primeira praça, arrancaram o palco, depredaram tudo, amarravam, botavam o (...)</p> <p>Antônia - roubaram tudo, roubaram tudo, quebraram as mesas, aqui era cheio de mesa ...</p> <p>Gláucia - o homem amarrava o cavalo, botava o</p> <p>Antônia - O Procópio</p> <p>Gláucia - aí teve uma amiga nossa, ela até já morreu, ela foi de mui-to, ela ajudou muito na reconstrução desta praça</p> <p>Antônia - é</p> <p>Gláucia - O homem amarrava o cavalo, botava o cocho do cavalo, e ela ficava, assim, não pode ser um negócio desse, vamos lutar; O homem amarrava o cavalo, botava o cocho do cavalo, e ela ficava, assim, não pode ser um negócio desse, vamos lutar;</p>	<p>Gláucia e Antônia relatam o processo de destruição da primeira praça, depredada pela própria população, cujos usos do lugar não eram adequados ao desenho proposto para o espaço: quebra de mesas e palco, uso para amarrar e alimentar cavalos etc. É marcante o relato das ações pela praça como uma “luta” – o direito à praça não estava dado à comunidade como direito urbano</p>	<p>A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem /// o espaço público como espaço da esfera pública geral e de ação política///</p>
<p>Gláucia: aí a gente resolveu fazer uma reunião com o pessoal pra ver o que que fazia, né? Aí disseram: vamos convidar os vereadores, pra eles virem aqui, pra eles nos ajudarem. Aí a gente saiu na Câmara (de Vereadores de Fortaleza), de gabinete em gabinete, visitamos 08 gabinetes com a carta, convidando. A noite, não veio, nenhum. Mandaram representante, somente. Não compareceu nenhum. Aí esses representantes, quando chegaram aqui, ou foram, aquele, que tomou conta da Cidade de Deus, Sei que a reunião não deu em nada. Aí nós resolvemos fazer um abaixo assinado. Aí no Abaixo-assinado nós botamos para assinar, a identidade e o endereço. Aí depois que o Abaixo-assinado tava todo feito, o pessoal disse: “Não, nós não vamos botar nossa identidade aí não. Pode rasgar. Nós não quer ” Com medo, tem a história da bolsa família, com medo de perder. Aí fomos fazer outro, só com o endereço (.) Aí fizemos, ainda hoje eu tenho a cópia lá em casa. Fizemos o abaixo assinado, eu só sei que veio o pessoal do Regional II, não foi, D. Antônia? Pra gente se encontrar.</p>	<p>Gláucia relata então os passos tomados para a recuperação da praça: após uma reunião com os vereadores não ter surtido efeito, as mulheres buscaram mobilizar a comunidade através de um abaixo assinado, confirmando sua classificação das ações pela praça como “luta” – a praça da comunidade não era direito adquirido; por se tratar de área informal na cidade, o espaço público existente é objeto de “luta” comunitária</p>	<p>A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política /// O espaço público informal: objeto de ação política e atuação coletiva</p>
<p>Gláucia: É. Aí a gente conseguiu, não foi uma verba muito grande, não, foi assim ... Mas, mas, graças a Deus, depois disso aí, eu acho que, graças a Deus e a D. Antônia. Não é porque eu quero dizer não, mas se não fosse a D. Antônia, tinha caído na mesma coisa. Porque quando começou quebraram, você se lembra, logo nos primeiros dias, quebraram logo aqui. Aí ela ia lá, ela e o esposo dela, que já morreu, consertava, botava as pedras, e cimentava, e ajeitava, e foi conservando.</p>	<p>Gláucia prossegue o relato, explicando o papel do trabalho voluntário de d. Antônia e seu marido, frente ao descaso do poder público na manutenção do espaço público.</p>	<p>A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política /// O espaço público informal: objeto de ação política e atuação coletiva ///</p>

<p>Gláucia: Aí as vezes eu digo: “Menina, essa praça é muito mais linda que a praça do Ferreira (principal praça do Centro de Fortaleza). É, né, não, mulher? Mais conservada, se é pra ir pra Praça do Ferreira, eu prefiro vir aqui.</p> <p>Antônia: É, todo mundo acha, né. Mas não é a praça, não, o negócio é amor, né? Gostar, querer, né?</p>	<p>Gláucia explica que a “sua praça” é mais bonita que a praça do Ferreira, considerada símbolo da cidade de Fortaleza, “muito mais conservada”. Antônia justifica a amiga, dizendo que “todo mundo acha”, mas que não é tanto pela praça em si, mas pelo amor que tem a ela: é o “gostar, querer”, que torna a praça tão especial.</p>	<p>A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem ///</p> <p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo ///</p> <p>A leitura da paisagem através dos afetos</p>
<p>Gláucia: Aí nós plantamos, esses canteiros, aí deu certo, plantamos e cercamos tudo.</p> <p>Antônia: Era cheio de plantinha.</p> <p>Gláucia: Mas tem a questão da droga, o pessoal começou a esconder droga ...</p> <p>Antônia: Arrancaram ...</p> <p>Gláucia: É, tem luzes e tem sombras também, né? Aí esconderam droga nos canteiros, principalmente no canteiro que tem ali,</p> <p>Ô D. Rita, e aquela árvore ali, pelaram, aquela ali foi uma das que nós ... ?</p> <p>Antônia: Foi seu Antônio, seu Antônio, eu fui falar com ele. Ele dá uma de doido. Sabe que hora ele cortou essa pranta aí? Cinco horas da manhã, ele mandou cortar.</p> <p>Gláucia: E por que que ele fez isso?</p> <p>Antônia: Porque ele não gosta do outro rapaz, não gosta, aí</p> <p>aí eu trouxe, prantei mais o rapaz, fiz aquela grudezinha, botei. Estava linda, maravilhosa.</p> <p>Gláucia: Tava</p> <p>Antônia: Aí parece que ele não se bate muito, né, aí ele foi, cinco horas da manhã, trouxe um rapaz, mandou pelar. Aí eu fui a ele: “Seu Antônio, me diga uma coisa, por que o senhor mandou cortar aquele nin, estava tão bonito?” “Ah, D. Rita, ele empatava”. É que ele não quer vir pra cá, aí fica na casa dele, olhando pra cá. Só que a árvore estava tão bonita, que cobria a casa dele. Aí ele foi e mandou cortar. Ele tem problema, né, também, a gente não levou em conta ...</p>	<p>Gláucia e Antônia discutem dois conflitos presentes na praça: o uso dos canteiros como esconderijo de drogas e dinheiro para propinas, e a poda de árvores de forma inapropriada devido à rixa entre vizinhos, ao mesmo tempo ocasionada pela utilização da praça como espaço de observação.</p>	<p>o espaço público como espaço da esfera pública geral e de ação política///</p>

<p>Gláucia - A Estação Ferroviária, a Igreja Matriz, eu tenho uma lembrança muito, e da pracinha, a pracinha que tinha o coreto, que tinha a banda de música. É a lembrança que eu guardo mais, mais viva. Já visitei, já viajei, por aí afora, mas é a minha lembrança doce</p> <p>A passagem do Rio Salgado (Rio que banha a cidade de Lavras da Mangabeira) a barragem, o rio vinha com a água, ficava todo mundo olhando quando o rio vinha com a água (quando o rio enchia na estação das chuvas). E hoje nem vai acontecer isso, tanta seca, né? Eu guardo tudo isso, na minha lembrança.</p>	<p>Gláucia relata paisagens marcantes para ela: a de sua cidade natal, a "lembrança mais doce": o rio enchendo, a praça da igreja matriz e seu coreto, a banda de música, a estação onde aguardava o trem que trazia revistas.</p>	<p>As experiências da infância como paisagens marcantes /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>
<p>Gláucia: Ele não tem muito a oferecer, porque ele é um bairro, não tem uma praça, ...</p>	<p>Gláucia justifica porque seu bairro não é interessante: não tem uma praça.</p>	<p>A praça como espaço urbano de qualificação do lugar e com funções muito claramente atribuídas</p>
<p>Gláucia: Pra mim, o que tem de mais atraente, aqui, não sei se é porque eu gosto, é aqui (a pracinha de São Francisco), eu gosto daqui. Eu não convido as pessoas, porque as pessoas têm o preconceito, né, tem um medo ...</p>	<p>Gláucia explica que as pessoas tem preconceito com o seu espaço preferido, e, por isso, não as convida, indicando a estigmatização que o Lagamar apresenta.</p>	<p>A estigmatização do espaço, especialmente pela violência urbana, que se associa a sua localização e forma urbana</p>
<p>Gláucia: mas sempre que vem uma pessoa lá em casa, meus irmãos que vem de fora, eu sempre digo: "Ah, seria tão bom se vocês ti- vessem tempo de ir e conhecer", olha, eu falo nessa iluminação, eu digo: "Olhe, as praças daqui, a luz lá do bairro é aquela luz amarela, nem parece as ruas do Lagamar</p>	<p>Gláucia explica que a utilização da luz branca é um diferencial que gosta de utilizar para reduzir a estigmatização do Lagamar, indicando o diferencial que isto representa na leitura do espaço urbano.</p>	<p>O espaço está pleno de significados apreendidos através dos sentidos (formas, cores e luzes) que diferenciam a "cidade" da "comunidade"</p>

Cristiane, 29 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
Assim, tem um local, acho que é porque é histórico, assim, né, na minha infância. É (pausa) eu acho que é o canal, o canal quando ele era limpo, assim, eu não tenho lembranças muito fortes porque eu era criança, né, mas assim, quando ele era limpo, é que eu jogava esporte, eu jogava futebol, dentro do canal, que tinha uma parte do canal que tinha areia, de praia, né, e tinha, é, competição, tanto de futebol quando de carimba, e eu era uma jogadora muito forte [risos] então eu tenho essa lembrança da minha infância dentro do canal, assim, jogando carimba, participando de um campeonato de carimba, muito legal, assim.	Cristiane relata sua paisagem marcante: o riacho do Tauape, antes de ser canalizado, possuía grandes bancos de areia em seu leito, os quais eram aproveitados para a prática de esportes por crianças e adultos. Nesta fala, percebe-se que a paisagem não é espaço de contemplação, mas de experiências ativas – ao menos na infância.	As experiências da infância como paisagens marcantes /// A leitura da paisagem através dos afetos /// A paisagem como espaço de ação
É, ele era dessa largura, tinha uma parte dele que tinha água, né, porque a água daqui, ela não é corrente, quando tem chuvas, e des- ce, a corrente vem e leva para o cocó, mas na época, assim, era água parada e tinha uma parte que era aterrada, de areia, né, então lá dentro era a área de lazer que a comunidade tinha, né, que a gente não tem área de lazer, assim, a gente não tem quadra esportiva, não tem campo de futebol, então, era o local que todo domingo, a galera se encontrava, para ir jogar futebol, era jogar carimba, então era, lembrando assim da minha infância, era o local aberto, no momento marcante, a infância.	Cristiane continua suas recordações, dando detalhes do rio, antes da canalização: típico tipo intermitente, cujo fluxo superficial era interrompido fora do período de chuvas. Assim, o leito do rio, quando seco, tornava-se o espaço livre de apropriação pública da comunidade, espécie de parquealidade.	A área de natureza como espaço livre alternativo ao espaço público
H- Entendi. E pra passear, eles usavam? C - Como se fosse uma praça? Não, que eu tenho lembrança, não.	Cristiane responde à pergunta se as pessoas passeavam no leito do rio, perguntando se se referia ao uso de passear “como se fosse uma praça”, indicando a clareza de uso do tipo praça e responde que não.	A praça como espaço urbano de qualificação do lugar e com funções muito claramente atribuídas

<p>Na verdade, eu lembro dessa praça aqui, porque eu sou uma das mais velhas do grupo, então eu lembro do tempo quando aqui não tinha praça, aqui não era praça, era um campo de futebol, não sei se a Jessica comentou isso, se é da lembrança dela, ela era muito no- vinha. Então era um campo de futebol aqui, e tinha um chafariz ali um pouco mais atrás, porque, na década de 1980, quando começou a luta na comunidade pra questão da urbanização, então eu lembro perfeitamente como era a minha casa, como era as ruas, que a gente não tinha asfalto, aqui era a lama, o esgoto aberto, eu lembro disso, eu era criança, mas eu lembro, então é, o chafariz, eu tenho uma lembrança muito grande, porque as pessoas, por elas não ter esgoto, né, nós não tinha[mos] água encanada, então o chafariz era a fonte de água, que a gente ia com um balde, pegar água pra levar pra casa, eu lembro perfeitamente disso</p>	<p>Cristiane apresenta o histórico de sua relação com a praça São Francisco, adicionando outras informações: a de que funcionava um campo de futebol, anteriormente, e possuía um chafariz, ao qual ia buscar água com um balde. Foi justamente devido à suas idas ao chafariz que a área ficou em sua memória: com a lama, o esgoto aberto e o chafariz como única fonte de água. No relato de Cristiane não aparecem as ações anteriores, relatadas pelas senhoras mais velhas.</p>	<p>As experiências da infância como paisagens marcantes /// A leitura da paisagem através dos afetos /// A paisagem como espaço de ação</p>
<p>e aí, e aqui era um campo de futebol, que os meninos jogavam bola, e também vinham aqui muitos circos, pra cá, né, pra proporcionar à comunidade momentos de lazer, né, diversão, então tinha muitos circos aqui, a gente fazia altas brincadeiras dentro do circo,</p>	<p>Em sequência, Cristiane apresenta sua segunda memória da praça: o espaço aberto aonde os circos se instalavam e onde real zavam “altas brincadeiras”</p>	<p>As experiências da infância como paisagens marcantes /// A leitura da paisagem através dos afetos /// A paisagem como espaço de ação</p>
<p>e aí depois disso eu lembro que a praça era, ela virou uma mini-praça, né, era feito, não era um santuário fechado assim como esse, ele era bem mais, assim, era só um galpão, um galpão aberto, né, que tinha uns banquinhos nas redondezas dele, aí tinha o espaço livre da praça, aí, quando virou esse galpão, com essa mini praça, que foi sendo dada a visão de uma praça, que as pessoas viriam para passear, para conversar, e tal, tudo, aí depois que acabou, que foi desfeito o galpão, aí foi que foi inserido a capela, né? E também a praça não era essas benfeitorias todas</p>	<p>Cristiane apresenta agora o momento de transformação do espaço aberto em praça: a instalação dos banquinhos ao redor do galpão onde estava o santuário – neste momento, a partir do uso desses banquinhos é “que foi sendo dada a visão de uma praça, que as pessoas viriam para passear, para conversar, e tal”. Tanto que, quando o galpão e seus banquinhos foram desfeitos, a praça “acabou”.</p>	<p>A praça como espaço urbano de qualificação do lugar e com funções muito claramente atribuídas</p>

<p>a ideia desse dia era de chamar a comunidade da redondeza pra trabalhar a conscientização de que a gente teria que cuidar do nosso espaço. Que a gente não iria esperar que o Município viesse fazer o papel dele, porque além de existir [outras] demandas, não é prioridade [deles], também, mas a gente tem de fazer a nossa parte, né.</p> <p>E aí cada morador ficou cuidando de um canteiro, né, e as crianças foram tendo o cuidado de não pisar, tanto que a gente pensou em cercar, pra que elas não transitassem para não quebrar as plantinhas, né, aí depois desse dia, do abraço na praça, que foi feito um círculo na praça todinha, um momento de reflexão daquele momento, para que as pessoas se reapropriassem daquele espaço.</p>	<p>Cristiane relata uma ação, organizada pela associação de jovens ligada à igreja católica, para (re)despertar o interesse pela praça. A solução seria a conscientização da população, uma vez que não iriam “esperar que o Município viesse fazer o papel dele”, tanto pela experiência de que a comunidade não seria uma prioridade para o município, quanto por haver outras demandas, quanto pelo reconhecimento da responsabilidade da própria comunidade na manutenção de seu espaço. A partir disso, elaboraram um “Abraço na Praça”, espaço de reflexão sobre os significados daquele espaço que fundamentasse a reapropriação do lugar.</p>	<p>A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política /// O espaço público informal: objeto de ação política e atuação coletiva /// A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem ///</p>
<p>Aí depois desse dia a gente percebeu que a comunidade pegou a praça para ela, se apropriou mesmo, né, de cuidar, as vezes as vizinhas brigam porque o menino está jogando bola ali e caia na planta, quebrava a planta pra pegar a bola, mas ao mesmo tempo era de trabalhar que os meninos jogavam bola ali porque aqui a gente não encontra espaço para jogar bola, só tem a praça, então acabava em algum momento em confusão, conflito, pelo fato que a gente trabalhava a conscientização de plantar, mas também entendia que os meninos precisavam jogar bola, porque não tinha espaço, né? E aí os canteiros foram construídos, e aí os moradores foram se apropriando, aguçando as árvores, né, as plantas, então assim a lembrança foi muito forte desse momento, foi muito marcante, esse ato do abraço na praça, né, eu acho que foi o momento em que as pessoas se sentiram naquele local, pertenceram, né?</p>	<p>Cristiane apresenta a divisão de tarefas de- pois da ação (“O abraço na praça”), e de seus efeitos: o cuidado com os canteiros e os conflitos de interesse (entre as crianças que precisavam de espaço para o jogo e a vegetação), e a inserção do espaço como parte da vida cotidiana se deu pela experiência marcante do evento.</p>	<p>A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>

<p>Na Aerolândia, no outro lado do canal. E aí as pessoas chegam lá, achando que o Lagamar só é ali, e o Lagamar tem uma história, né? O porque o canal, porque esse canal divide a comunidade, e não é só dividir fisicamente, é dividir na história de vida das pessoas, né, de ser marcante, quando era na década de 90 que tinha os conflitos de gangues, que eu não poderia atravessar pra lá, outro não poderia atravessar pra cá, por causa que um dizia que o território era de um, o outro dizia que era do outro, então eu acho que os locais que eu levaria aqui era, primeiro era contar a história da comunidade, né, como surgiu, como ocorreu as mudanças, levar à praça, contar a história da praça, a construção da praça, onde era o chafariz, onde foi o mercado de peixes, que hoje são casas, mas era o mercado que as pessoas vendiam os peixes e sobreviviam daquelas coisas, né, levava aonde era as antigas associações de moradores, então acredito que exista um grande percurso aqui no Lagamar, que assim, se passou, tá na memória de muita gente, e que tão glorioso seria se a gente pudesse, né, expor isso, deixar isso exposto para que as pessoas venham e vejam a nossa história, né?</p>	<p>Cristiane apresenta um roteiro que gostaria de fazer para apresentar a comunidade, indicando nele os marcos mais relevantes: o canal, eixo de estruturação e limite de divisão dos territórios de violência urbana, a praça, espaço de ação comunitária e orgulho para os moradores, o mercado dos peixes, de quando a comunidade assentava-se à beira de água limpa, as associações de moradores, marco das lutas para alcançar os melhoramentos urbanos de uma área inserida no tecido urbano, porém excluída da 'cidade'.</p>	<p>Os espaços urbanos ou “de natureza”, quando associados ao negativo, são excluídos da definição de paisagem /// A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A leitura da paisagem através dos afetos ///</p>
<p>Olha, dentro da comunidade, assim, eu percebo que a comunidade tem uma certa divisão, né? Tem certo local que é a localização aqui, é um clima mais leve, sabe? Você vê as pessoas mais acolhedoras, as pessoas, mais ... acho que você não percebe tanto, o grande número de jovens envolvidos em drogas. Aqui é o local mais leve da comunidade. E existe um outro lado da comunidade, que é do mesmo lado, só muda uma rua, entendeu? Que já é um clima mais pesado, que a realidade é mais nua, é mais dura, então eu acho que essa parte é que a feia, entendeu?</p>	<p>Cristiane indica que existem áreas de “clima mais leve” e outras, “mais pesado”, divisão especialmente causada pelo tipo de ações que ali correm, que deixam a área “feia”.</p>	<p>Os espaços urbanos ou “de natureza”, quando associados ao negativo, são excluídos da definição de paisagem /// A paisagem como espaço de ação e transformação/// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A leitura da paisagem através dos afetos ///</p>

<p>Bonito pra mim é ver as pessoas assim interagindo, né, as pessoas conversando, jogando conversa fora, e isso é bonito, né? Porque hoje, acredito que, com a evolução da tecnologia, isso tá acabando, né? As pessoas estão deixando que a tecnologia lhe guie, seja o outro ser humano. As pessoas estão numa roda, as vezes, e elas não interagem, elas não se falam diretamente. Elas se falam pelo celular, mas elas não falam olhando no olhar do outro, né, pra sentir o outro. Então o bonito é esse contato, você ter esse contato direto com o outro.</p>	<p>Cristiane explica então o que é bonito para ela: é a conexão entre as pessoas, “jogando conversa fora”. Essa conexão, baseada em princípios não utilitaristas”, permitiria um “contato direto com o outro”, e, portanto, beleza.</p>	<p>Os espaços urbanos ou “de natureza”, quando associados ao negativo, são excluídos da definição de paisagem /// A paisagem como espaço de ação e transformação/// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A leitura da paisagem através dos afetos ///</p>
<p>H- E você acha que isso se reflete no próprio espaço? C – Muito, muito, porque você vê crianças, idosos, na calçada, assistindo isso, entendeu? E isso pode, isso reflete muito numa escolha. Porque se eu só vejo isso, eu tenho uma tendência muito grande pra mim ir pra isso, né? Mas se eu vejo, e eu vejo outras coisas, eu tenho oportunidade de escolher, né? Então acho que a escolha, você precisa ter oportunidade, pra você dizer assim, não, eu tive oportunidade, né? Quando você não tem, é mais complicado ... É a mesma coisa que a gente, é, a gente sofre muito preconceito pela gente morar na periferia, por exemplo, eu já sofri, eu já perdi uma vaga de emprego por assumir que morava na comunidade.</p>	<p>Cristiane explica então que essa beleza ou feiura seria uma parte importante do espaço, pois essa convivência no espaço urbano se- ria parte importante da formação humana. O conhecimento de realidades diversas permitiria a “oportunidade de escolher”. Esse refinamento das diversas zonas do Lagamar é especialmente importante, uma vez que o olhar “de fora” generaliza os problemas existentes nos espaços “feios” para toda a comunidade, causando uma intensificação no cenário de exclusão pela estigmatização – ela relata haver perdido vaga de emprego por ter assumido morar no Lagamar.</p>	<p>o espaço público como espaço da esfera pública geral e de ação política/// A estigmatização do espaço, especialmente pela violência urbana, que se associa a sua localização e forma urbana</p>

Rômulo, 24 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
<p>H – Como você definiria paisagem?</p> <p>R – Eu acho que o cenário que envolve o lugar aonde a gente tá, né? Basicamente, assim, para ser bem direto. Resumindo, é isso.</p>	Rômulo define a paisagem como um cenário, que envolve o observador. Essa definição, mais próxima à presente no senso comum, pode ser associada à sua profissão: é cenógrafo.	Contradição entre a resposta imediata e os sentidos apresentados posteriormente – o “sentido formal” e o sentido vivenciado ///
<p>E eu também sou muito apaixonado por essa de paisagem, e de como é o local aonde eu estou, e eu tento sempre ver como é no início da manhã, como é a rua inteira, e da onde eu moro eu consigo ver um certo espaço. Eu moro no XXXXX XXXXX. Então, da onde eu moro eu consigo ver assim um terreno imenso que tem, um matagal, um conjunto habitacional, fábricas lá atrás, isso é muito bonito. Eu tô sempre nessa observação de onde o sol vem e tal.</p>	A seguir, Rômulo explica que é muito “apaixonado por essa de paisagem”, indicando que existem momentos e visadas especiais para percebê-la: o início da manhã, de onde o sol vem ... O espaço é também citado: a rua inteira, a composição do matagal com o conjunto habitacional e as fábricas atrás.	O olhar do artista como recriação da paisagem ///
<p>Mas assim, um local ao ar livre, eu fiquei assim uma semana acampando numa praia, em outro estado. E aí o que marcou mais pra mim foi isso, de ver essas transformação da natureza, o anoitecer e o sol chegar, o movimento da água, do rio, pra mim era mais ou menos assim. De toda a minha vivência, essa experiência, de uma semana, nessa ilha, nessa praia, foi o que marcou mais.</p>	Rômulo fala de uma experiência marcante na paisagem: uma semana de acampamento na praia, na qual pode observar que a natureza é transformação, e não um cenário estático.	Contradição entre a resposta imediata e os sentidos apresentados posteriormente – o “sentido formal” e o sentido vivenciado /// A paisagem como espaço de ação e transformação
<p>Eu levaria você no trilho, eu moro muito próximo à estação de trem. Além de achar poético, a ideia do trem, essa coisa toda, é um local marginalizado, onde as pessoas tem medo de passar, porque é realmente mais esquisito, mas que de lá você consegue ver o pôr do sol, um dos mais bonitos, porque a gente costuma vir a praia, que tem essa coisa de ver o mar, e como lá não tem praia, tem esse trilho, com um pôr do sol lindo, maravilhoso, e o conjunto que eu moro, que é uma favela, conjunto habitacional, e que eu acho muito bonito, muito bonito, [apesar de] todo o lixo que tem, o excesso de crianças que tem na rua, e as casas praticamente iguais, eu acho bonito.</p>	Rômulo descreve um percurso por seu lugar de moradia, explicando que apesar do estigma da violência, ali se consegue ter experiências de paisagem “o pôr do sol, um dos mais bonitos, ..., lindo, maravilhoso”, mesmo que não esteja próximo à praia. Mesmo o conjunto é bonito, “muito bonito”, caso os problemas cotidianos (o lixo, o excesso de crianças e as casas iguais).	A estigmatização do espaço, especialmente pela violência urbana, que se associa a sua localização e forma urbana /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A leitura da paisagem através dos afetos ///

<p>Eu acho bonito, assim, né, o contexto aonde a gente é colocado. Porque, enfim, esse local aonde eu moro, ele foi um conjunto criado para as pessoas da área de risco. E aí, logo de início, eu achava mais [bonito], porque a galera era muito pobre, e uma coisa que me marca, lá, é que não tinha geladeira, e aí tem aqueles botequins que vende meio pão, R\$ 0,40 de manteiga, R\$ 0,20 de óleo, e aí as pessoas compravam aqueles ki-suco pequenininho com um saco de quilo de açúcar de gelo, como elas não tinha geladeira, e todos eles era dividido: metade para esmola, metade trabalhava para reciclagem e a outra metade as crianças iam ser exploradas sexualmente. Era, parava um galego, e a XXXXXX, eu nunca esqueço: Não, me dê essa bacia, quando minha filha chegar do trabalho eu lhe pago. E o trabalho da filha dela era esse, ficar lá, na Praça do Ferreira com 10 anos, sendo explorada. A gente acha bonito assim de longe, essa coisa poética, mas a situação é essa, é triste e é bem grave ... Eu acho bonito, porque a gente nem percebe, no nosso dia a dia, como a gente vai se repetindo, e a gente vai se inserindo, e é natural, não deixa de ser bonito, por esse lado, né, numa visão assim mais querendo ser artística, né? Que a realidade não é tão bonita assim.</p>	<p>Rômulo apresenta então outras características do lugar, que se opõe: a extrema pobreza de parte dos habitantes, apresentada nos preços das mercadorias e nas práticas de exploração sexual infantil, que se opõem à beleza que vê no lugar, como uma recriação poética de um cotidiano excluído e doloroso.</p>	<p>O olhar do artista como recriação da paisagem ///</p>
<p>Pois é, uma boa pergunta, porque assim, é um bairro que não tem nada. Nada de atraente, nada de atrativo. Não tem uma praça, e eu acredito que se tivesse, não ia funcionar, porque muita gente, e eu não sei como é que as pessoas, é, lidariam com isso, assim aglomerado, não tem praça, não tem nada de interessante.</p>	<p>Rômulo explica que seu bairro não tem nada de atraente nem de atrativo, “não tem nem uma praça”, nada de interessante.</p>	<p>A praça como espaço urbano de qualificação do lugar e com funções muito claramente atribuídas</p>

Jessica, 24 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
Assim, porque aqui na maior realidade em que eu vivo, que é aqui dentro da comunidade, uma das coisas que me marca muito é a imagem desta praça, de todo o cuidado que a gente tenta ter com ela a alguns anos, e é um aspecto marcante.	Jessica explica sua experiência marcante de espaço livre: a praça de São Francisco, devido ao cuidado e atenção que lhe tem dado ao longo dos anos.	A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A leitura da paisagem através dos afetos ///
Também, a imagem do canal, que a gente desde criança, vendo este canal, as mudanças que aconteceram o canal, uma época era um riacho, aí foi poluído tanto, tão poluído, tão poluído, que mudou [interrupção por um morado que se aproxima para saudações] Então tem o canal também, como algo muito marcante, porque uma época foi limpo, com o passar do tempo as pessoas até uma época utilizavam ele para sobreviver, as mulheres lavavam roupa na beira do Riacho Tauape, aí teve toda essa mudança, até assim por conta que na comunidade não tinha esse cuidado com o lixo [nova interrupção] e aí, por não ter essa limpeza do lixo, essa questão da coleta de lixo, foi acumulando tudo no canal, e aí, mudou toda visão, e se tornou um canal, na verdade, né? O que era um riacho virou um canal.	Em seguida, Jessica se aprofunda em suas memórias e passa a falar do Riacho Tauape, não como se encontra hoje (canalizado e poluído), mas o de sua infância, quando era parte de seu cotidiano. Importante que, para ela, a responsabilidade pela poluição do Canal é da comunidade, que não tem cuidado com o lixo, e não a sequência de despejos que o Riacho recebe até chegar na comunidade.	As experiências da infância como paisagens marcantes /// A leitura da paisagem através dos afetos /// Os espaços urbanos ou “de natureza”, quando associados ao negativo, são excluídos da definição de paisagem /// O espaço público informal: objeto de ação política e atuação coletiva

<p>Então assim, muito marcante é isso, eu me lembro também das enchentes, né? Quando o canal e as ruas, ninguém sabia o que era o quê, porque era tanta água, que parecia assim</p> <p>o mar, parecia assim como se a gente tivesse olhando pro Cocó, nera, Airtom? Tudo a mesma coisa, tudo junto, o canal transbordando dentro das casas. Então assim, eu acho que, na minha memória, o que mais marca aqui, é o canal, acho que até mais que a praça. Porque antes eu não morava mais desse lado, eu morava mais no meio do Lagamar, quando eu era criança. Eu acordava, né, e já dava de cara com o canal. Quando eu era criança, era do tempo que o canal tinha campos de areia, dentro do canal. Areia de praia. Pra você ter uma noção de como era limpo, antigamente. Não tinha essa lama, aguapé, que tem hoje. A gente entrava no canal para brincar, me lembro quantas vezes eu saía de casa, pulava o muro, que o papai o a mamãe trabalhavam fora, né, a gente pulava o muro para poder entrar no canal, brincava o dia todo dentro do canal e nunca pegou nenhuma doença, porque, de fato, era limpo o que tinha lá. E tinha as áreas de lazer que eram dentro do canal, que eram esses campinhos de futebol de areia. Então, assim, me marca muito. Vinha gente, eu me lembro, quando era criança, que vinha gente de outras cidades que vinha jogar torneio dentro do canal. Vinha lá pra rua onde eu morava, que era a rua larga, vinha ônibus de Belém do Pará, esses times de base, iam todos jogar aqui dentro do canal com os times do Lagamar. Tinha competição, nera? [Confirma com pessoa do lado] E isso quando eu era criança. Mas muito rápido mudou tudo. Muito rápido.</p>	<p>Os aspectos negativos atuais do Canal, seu histórico de problemas causados à comunidade (as enchentes, as doenças) apagou-o enquanto paisagem, sendo necessário o resgate das memórias positivas da infância para novamente instituí-lo como tal.</p>	<p>As experiências da infância como paisagens marcantes ///A leitura da paisagem através dos afetos /// Os espaços urbanos ou “de natureza”, quando associados ao negativo, são excluídos da definição de paisagem /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A área de natureza como espaço livre alternativo ao espaço público</p>
---	--	---

<p>Aqui, a praça era abandonada, totalmente abandonada. Quando eu me entendo por gente, era a gestão da Luiziane [prefeita eleita pelo PT, entre os anos de 2005 e 2012], ainda, então a praça era totalmente abandonada, e nós, fazemos parte do grupo de jovens. Então o grupo de jovens tem algumas datas que são celebradas aqui na praça. Numa das reuniões de planejamento, se decidiu fazer o dia do Meio Ambiente e celebrar aqui na praça que é o nosso maior contato assim com árvore, né, e a gente utilizava muito, mas de forma precária, porque a praça era péssima</p>	<p>Jessica relata agora sua versão da história da praça. A mais nova das entrevistadas, ele inicia a partir do último processo de intervenção comunitária da praça, já a partir dos anos 2000. Ela relata a proposta do “Abraço à praça”, e sua estruturação a partir do grupo de jovens ligados à igreja católica.</p>	<p>A paisagem como imagens representativas das experiências positivas /// A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem / a importância da apropriação através da construção coletiva /</p>
<p>Aí se pensou e se começou a encaminhar ofícios para a prefeitura solicitando a reforma da praça. E aí em 2009, 2010, foi acatada essa reforma. Aí veio, aí passou não sei quantos meses, aí, pra terminar, só pra trocar as pedras, pra ajeitar um pouquinho os canteiros, né? O que mais foi feito foi pela comunidade, nós da comunidade trouxemos mudas, plantamos, né? Fizemos em cada canteiro desse um cercado com madeira, ficou muito bonito, na época, e cada morador adotou um canteiro para cuidar.</p> <p>Então, assim, começou esse cuidado com a praça numa coisa coletiva, foi muito coletivo, vamos cuidar porque a praça tá abandonada e todo mundo quis cuidar. Então foi um momento de decisão coletiva, de todo mundo aqui da praça, os moradores, as senhoras e os jovens do grupo.</p>	<p>Segundo Jessica, as ações do poder público no processo foram ínfimas, cabendo à comunidade a maior parte do processo, que descreve cuidadosamente: buscaram mudas, cercaram os canteiros. A expressão do trabalho coletivo é celebrada e aceita como natural.</p>	<p>A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política /// O espaço público informal: objeto de ação política e atuação coletiva /// A paisagem é construída coletivamente pela justaposição das marcas pessoais no espaço, o que o torna positivo, e, portanto, paisagem ///</p>
<p>Quando vai, assim, de quinta para sexta, tem pessoas que começam vender alimentos, aqui, churrasco, jantar, então, é muito movimentado com várias mesinhas, pessoal vai, janta aqui, aí tem brinquedos para as crianças aqui nessa área, tem uma senhora que bota pula-pula a preço muito acessível, a R\$1,00, aquele pra criança menorzinha, e pra gente maiorzinha, então vai distribuindo os brinquedos, aí, as crianças utilizam pra jogar bola, porque não tem campo, aqui no Lagamar, então assim, sempre tem criança usando aí a porta da igreja como trave, como gol, né? É movimentado aqui, porque as crianças brincam aqui.</p>	<p>Jessica relata o cotidiano da área, movimentada como espaço de lazer e do encontro, e como extensão das casas – são inúmeras as mesas postas nas calçadas ao redor, para que as famílias jantem olhando para a praça. Movimentada, a praça é lugar também para ver e ser visto.</p>	<p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A praça como espaço urbano de qualificação do lugar e com funções muito claramente atribuídas</p>

<p>a gente sempre costuma dar um tour pelo canal inteiro, anda por esse lado da avenida do canal, do lado de cá do São João do Tauape, e do lado do canal, do lado de lá, porque assim, as vielazinhas, que é a realidade mesmo da comunidade, são mais precárias, não tem muito saneamento, rede de esgoto, é muito complicado andar de lá. A não ser que a pessoa esteja fazendo um trabalho sobre isso, né? Mas a gente costuma vir na praça, porque é um ambiente mais aberto, e anda na avenida do canal inteira.</p>	<p>Jessica explica qual seria o percurso que levaria pela comunidade: o canal e a praça que são ambientes “mais abertos” e fáceis de caminhar. As vielazinhas, que são a “realidade mesmo da comunidade”, são mais precárias e complicadas de andar, e somente são apresentadas se a natureza do percurso o solicitar.</p>	<p>Os espaços urbanos ou “de natureza”, quando associados ao negativo, são excluídos da definição de paisagem /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo ///</p>
<p>Assim, é o que mais chama atenção, hoje. Porque o Lagamar é muito conhecido pelo canal. A identidade está voltada para o canal. Então, normalmente, a gente leva as pessoas para passear lá.</p>	<p>Jessica, agora, diz que o canal é parte da identidade do lugar, é “o que mais chama atenção hoje”, apesar de todas suas problemáticas, e portanto, é um dos locais apresentados aos “de fora” da comunidade.</p>	<p>O diálogo entre a imagem hegemônica (“molduras”) e a paisagem do lugar ///</p>
<p>O que é bonito, assim, na minha cabeça, é que é como você disse, aqui as casas são muito pequenas, né? Então a gente sempre está fora de casa, porque ninguém aguenta ficar no calor das casas muitos pequeninhas. Então, uma paisagem bonita para mim são as ruas, as pessoas nas calçadas, conversando, né? Uma área dessas que tem verde, é muito, fica sempre mais bonito quando tem uma árvore na porta, né? Então, assim, esse contato com o verde, ruas limpas, uma paisagem muito bonita. Aqui, a gente quase nunca consegue ver uma rua limpa, porque como é muito precário a coleta de lixo aqui, mais tem lixo na rua do que limpeza. Pra mim, uma imagem bonita é essa. As casas, todas diferentes, né, porque aqui nenhuma casa é igual, coloridas, com árvores, com as ruas limpas, sem esgoto, assim a céu aberto, que também é muito comum, não nessas ruas mais largas, mas as mais estreitas, o esgoto é a céu aberto. Até aqui na esquina tem, dá pra ver.</p>	<p>Jessica apresenta sua definição de uma bela paisagem: pessoas conversando, as casas coloridas da comunidade, a natureza representada pela arborização, em contraposição aos aspectos negativos que identifica no seu cotidiano: o lixo, o esgoto a céu aberto.</p>	<p>A paisagem como espaço de ação e transformação /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo ///</p>

<p>- E aqui, pra você ter uma ideia. Nas comunidades, as lâmpadas costumam ser amarelas, não se se você já, já teve essas percepção. Se você entra nas periferias de Fortaleza, as lâmpadas, elas são amarelas. Onde você chega é amarela, pra dar já esse ar de penumbra e diferenciação mesmo, né? E aqui, eram amarelas. Aí na época da reforma, a gente solicitou que mudassem para lâmpadas brancas. E é interessante como mudou o clima. As árvores ficaram mais verdes, tudo ficou mais colorido, né, as cores ficaram mais vibrantes, porque o amarelo de fato dar um ar de escuridão. É impressionante. E aí se você for andar na beira do canal, as lâmpadas da beira do canal também foram trocadas por brancas, né, no decorrer do tempo. Mas ainda existem algumas ruas aqui que têm as lâmpadas amarelas. E muda o cenário. Fica muito assim na penumbra. O verde das árvores, parece que a luz bate nelas e fica mais verde. Mas você pode reparar, se você estiver andando numa periferia, olhe para as lâmpadas: elas são amarelas. E nos "grandes bairros", elas são brancas.</p>	<p>Jessica apresenta agora um dos maiores marcos da praça – as lâmpadas de vapor de mercúrio, solicitação expressa da comunidade, em substituição às lâmpadas de vapor de sódio, de luz alaranjada. Deixa claro, as- sim, a existência de marcos na estética urbana utilizadas para a leitura do lugar como "grande bairro" ou periferia.</p>	<p>O espaço está pleno de significados apreendidos através dos sentidos (formas, cores e luzes) que diferenciam a "cidade" da "comunidade"</p>
---	---	---

Jandson, 37 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
O que é que é paisagem para mim ... Além de ser um lugar ser um ponto, sei lá, é, posso dizer que seria um lugar que chama a atenção, acima de tudo, um lugar bonito, um lugar belo, um lugar aonde se detém os olhares ...	Jandson apresenta sua primeira definição de paisagem: um espaço cuja beleza chame a atenção e detenha os olhares sobre si.	Contradição entre a resposta imediata e os sentidos apresentados posteriormente – o “sentido formal” e o sentido vivenciado ///
isso pra mim é supernovo ...essa ideia, mas eu acho que o que me chama muito atenção é o próprio Titanzinho, né? Aqui, você tira uma prova da beleza do lugar. E o que me chama mesmo a atenção é quando a galera tá surfando mesmo. E aí eles utiliza[m] do próprio lugar pra fazer seu meio de brincadeira, de diversão, de esporte, de meio de vida, né, isso é massa, quando você o estilo de vida uni- do com a natureza, né, eu acho que isso é muito massa, chama a atenção de qualquer pessoa, na verdade.	Jandson explica então que o que lhe chama atenção é a interação das pessoas com o lugar, utilizando-se de um espaço como meio de vida, de diversão e esporte: um estilo de vida em harmonia com o lugar.	A paisagem composta pelos elementos físicos e pelas ações dos que a habitam /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo ///
Pronto, teve um determinado dia que eu tava, dia de domingo, to- mando banho na, ali tem uns corais na praia, que é chamado o por- tão, né, mais a frente ali, e aí, tipo, quando a maré seca, né, aí fica umas piscinas naturais, e a criançada que mora aqui na proximidade da praia, eles sai[em] de suas casas pra ir brincar nessas piscinas naturais que, mermão, se torna assim um clube, né, um clube natural, eu achei aquilo muito punk, eu passei no dia, eu fiquei, poxa meu irmão, a galera pula de cima da pedra, já conhece tudo, já domina o lugar, né, e aquilo ali sim, me chamou a atenção, para além do Titanzinho. Eu acho que foi uma coisa legal, assim, você fazer seu habitar naquele lugar, e essa cena me chamou a atenção.	Jandson prossegue desenvolvendo sua ideia de integração do indivíduo com seu espaço de vida como um marco na paisagem, fazendo “seu habitar naquele lugar”, citando como exemplo o conhecimento que as crianças tinham do espaço das pedras, conhecimento adquirido pela experiência cotidiana.	A paisagem composta pelos elementos físicos e pelas ações dos que a habitam /// ///A paisagem como atração e vínculo com um lugar.
Eu acho que pra começar aqui, esse bairro aqui é superhistórico, né? A galera chama isso daqui da esquina de Fortaleza, onde o vento faz a curva. E aí, assim, tem o Farol do Mucuripe, que ele já é superhistórico, foi tombado determinado tempo, aí, isso depois que ele desativou de verdade, lá se tornou um museu, e lá eu acho que seria o ponto inicial, pra se conhecer, de lá	Jadson descreve então os marcos relevantes na paisagem do Serviluz, agregando aos seus interesses específicos as imagens hegemônicas do lugar: aos lugares habitados, associa o Farol, conhecido ponto turístico de Fortaleza, “superhistórico”, e os nomes pelos quais a comunidade é conhecida: “a esquina de Fortaleza”	O diálogo entre a imagem hegemônica (“molduras”) e a paisagem do lugar

<p>pegando aqui o portão, que a praia que dá muito surfista de fora, uma galera que vem surfar, porque tem umas ondas perfeitas lá também, pegando essa parte que é superparadisiaca, é linda, os corais, aí vem pelo Titanzinho, é muito conhecido pelo próprio surfe, né e aí tem o espigão, que é o paredão, que o pessoal chama, pessoal toma banho, pesca, usa de base para os botes, os pescadores, e aí tem a praia do vizinho, né, aliás, e também, no mesmo espigão do lado de lá, é também chamado de Havaizinho, que as ondas são muito grandes determinados períodos aqui, né, chama mesmo a atenção, e aí, passando pra cá, praia do Vizinho, que a galera chama, que é a Praia do Serviluz, e é muito bonita, mais frequentada pelos nativos mesmo, né, e mais a frente Praia do Futuro, né, isso eu acho que seria um percurso bacana, assim.</p>	<p>A seguir, Jandson descreve as zonas litorâneas, nas quais se manifestam os aspectos que lhe chamam atenção: a relação das pessoas com o espaço aonde habitam, diferenciando cada trecho da praia pelos nomes que lhes dão os moradores do lugar e deixando claro seu afeto pelos qualificativos que lhes dá: “superparadisiaca”, ondas que chamam a atenção, muito bonita.</p>	<p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A paisagem composta pelos elementos físicos e pelas ações dos que a habitam /// /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar.</p>
<p>No bairro em si também tem a comunidade, né? Que é bem carente, é bem desestruturada, digamos assim. Porque ter saído lá do Cocó, do Papicu, da Cidade 2000, Aldeota, sei lá, você tem uma visão, o urbanístico daqueles espaços, daquele local, é totalmente diferente desse daqui. Você chega aqui é uma casa toda mal construída, lá é ... enfim, tudo torto aqui, as ruas são super estreitas, é muito beco, são ruas supermovimentadas, né? Em outros lugares as pessoas são muito contidas dentro de suas residências. Aqui não. Aqui é todo mundo muito rua, e tal. E menino andando de pé descalço e não tá nem aí, e esse tipo de coisa. É interessante também, para você ter um outro panorama do que é a periferia e bairro de classe média.</p>	<p>Jandson descreve agora a área ocupada da comunidade, aonde a área urbana tem sinais claros da informalidade urbana: “tudo torto aqui, as ruas são super estreitas, é muito beco”. E apresenta os contrastes entre o bairro de classe média e a comunidade, nas formas e nas ações das pessoas.</p>	<p>O espaço está pleno de significados apreendidos através dos sentidos (formas, cores e luzes) que diferenciam a “cidade” da “comunidade”</p>
<p>. Um sonho é sair daqui, de repente ter uma casa melhor, mas é, tipo assim, eu sempre gostei de morar próximo a praia, né, morei já na Barra do Ceará, morei no Castelo Encantado, perto da Beira-mar, ali, e me acostumei com esse tipo de vida, assim. Pra me tirar daqui tinha de ser uma coisa muito grande mesmo. (...) Preferiria, sinceramente. Eu gosto da minha quebrada, como diz o bairrista.</p>	<p>Apesar de identificar a comunidade como moradia, apresentando seus inúmeros problemas, justifica seu apego ao lugar pelo afeto a morar próximo a praia. Após algum tempo, explica que na verdade, preferiria morar por ali mesmo, por “gostar da sua quebrada”.</p>	<p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar.</p>

Camila, 32 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
H – Ah, sem problemas. Então, me responde: qual é o lugar mais bonito, aqui no Serviluz? Aonde você me levaria para passear no Serviluz? C – Eu mostraria a praia de Iracema, a Beira-mar, que são pontos turísticos, tem o mar.	Camila inicialmente não reconhece na sua comunidade um espaço digno de mostrá-lo num passeio, indicando espaços externos e já reconhecidamente turísticos.	Os espaços urbanos ou “de natureza”, quando associados ao negativo, são excluídos da definição de paisagem ///
Não, tem, mostrava os projetos, as comunidades ... que é bonito, o trabalho que D. Mariazinha faz. São projetos bons, né? Ensinam muitas crianças, as crianças chegam aqui. Pronto, isso é uma paisagem bonita. O Titanzinho, também, né?	A seguir, ao ser indagada por que saíria da comunidade, explica que mostraria sim os projetos de ação comunitária existente, explicando que eles sim, seriam uma paisagem bonita. A seguir, um pouco insegura, pergunta: O Titanzinho, a praia mais conhecida da comunidade, também, não é?	A paisagem como espaço de ação e transformação /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo ///
Não, porque eu não mostraria a favela. (...)Porque, assim, é um ponto muito violento. No Serviluz, tem um ponto violento, e um não violento. Mas são os moradores mesmos que faz(em) a moradia, que escolhem a vizinhança. Então [em] o nosso bairro, são muito violentos. Agora, graças a Deus, que estão inventando a paz, mas a paz é só em Cristo, né? Mas graças a Deus nós estamos mais sossegados, né, de colocar nossos filhos na frente da casa e ali ficar conversando, né, deixar os filhos brincando com os outros, agora que nós temos esta paz, porque antes a gente não podia deixar nossos filhos ai não, porque qualquer zoada corria logo para dentro. Porque tudo era bala.	A seguir, explica porque não gostaria de mostrar a área que denomina favela. É notável em sua fala a aceitação do estigma de violência, negado ou minimizado pela maioria dos entrevistados. A razão possivelmente está associada ao seu papel de mãe, e o temor que sente pelos filhos, ao deixá-los só para trabalhar.	A estigmatização do espaço, especialmente pela violência urbana, que se associa a sua localização e forma urbana /// Os espaços urbanos ou “de natureza”, quando associados ao negativo, são excluídos da definição de paisagem ///
Porque diz que agora estão pedindo a paz para os outros, né? Aí tem gente que não pode passar aqui para esta rua, pra favela da Estiva não pode, da Estiva pra cima também não pode ... É, se a gente pudesse mudar a violência, né?	Camila explica ainda que o território da comunidade é dividido, e a forma de manter a paz é respeitando as regras informais da comunidade.	A estigmatização do espaço, especialmente pela violência urbana, que se associa a sua localização e forma urbana
Não fique na rua! A gente tem medo. Dentro de casa já é uma insegurança, imagine estando fora, né? Eu tenho medo, né, a gente fica traumatizada, eu saio para trabalhar e deixo 03 filhos.	Camila explica então que proíbe os filhos de ficar no espaço público, pois fica ainda mais insegura.	A estigmatização do espaço, especialmente pela violência urbana, que se associa a sua localização e forma urbana

<p>Realmente, o que me marca mais é o mar. Assim, Deus é tão perfeito, que coloca o mar para nós pensarmos. O que me marca mesmo é as crianças brincando, né, essa liberdade. Hoje em dia, essa liberdade, né? Então, coisas ruins a gente joga no mar, sabe? O que tem pra mim é o mar. O que a gente pensa, tudo de ruim a gente joga lá. Ele limpa, purifica, né?</p>	<p>Camila, após um primeiro momento, passa a explicar as belezas da comunidade, especialmente a praia e o mar, que assume um papel quase místico, de limpeza e purificação física e mental.</p>	<p>A paisagem como diálogo entre o interior e o exterior /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>
<p>O que eu acho que faz diferença é união, amor, ter paz e ajudar o próximo, assim, o que precisa.</p>	<p>Camila explica então o que acha que faz diferença numa paisagem: as ações humanas, que a constroem a partir de emoções consideradas positivas.</p>	<p>A paisagem como diálogo entre o interior e o exterior ///</p>

Francisco, 48 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
Francisco mora no bairro desde sua infância, quando toda a família (pai, mãe e catorze filhos) mudou-se do Acaraú. A mudança deu-se da forma mais comum por ali: primeiro o pai veio, e, através de conhecidos já fixados na comunidade, encontrou um lugar para a família. Depois a mãe veio com os filhos. Seu Luciano diz que todos permanecem ali, a exceção de uma irmã, que mudou-se para o Acaraú após a morte da mãe. Em resposta a pergunta de porque vieram para aquele lugar, quando tinham saído de Acaraú (que é também uma praia, a oeste de Fortaleza), respondeu que é eles "são do mar".	Francisco relata sua infância no bairro, espaço de moradia a partir da mudança de Acaraú, município no litoral do Ceará, para Fortaleza. A permanência no mesmo lugar está ligada aos afetos. Como explica: eles, que ali mora, "são do mar".	A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar /// A leitura da paisagem através dos afetos
Perguntado se aceitar sair de onde morava, para um lugar mais bem infraestruturaado (estava se queixando dos problemas da comunidade, ausência de esgoto, de serviços urbanos, etc.), responde prontamente que não. Pergunto por quê. Responde: primeiro, porque é bonito. Exibe com orgulho as muitas fotos que tira de sua "varanda". E se vangloria: uma vista dessas? Todo dia eu acordo e fico feliz. Segundo, porque toda sua vida tinha morado ali, estavam seus amigos e parentes - doze irmãos moravam ali. E que tinha certeza que seria tão doloroso se separar de sua praia, que boa parte das pessoas morreria em outro lugar.	Luciano encontra problemas na comunidade, mas não deseja sair, justificando seu apego pela "beleza" do lugar, apresentando prontamente a sequência de fotos que bate, com frequência, de sua varanda. Esta beleza causa-lhe felicidade. Além disso, as memórias de sua vida prendem-lhe ali como raízes, sem as quais morreria. Estende essa característica à maioria dos moradores do lugar, nascidos ali ou migrantes de outras praias.	As experiências da infância como paisagens marcantes /// A leitura da paisagem através dos afetos /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar
Eles estavam ali a tanto tempo, que mesmo o mar era amigo deles (moradores) e na ressaca batia em seus muros, mas não quebrava nada. O mar tinha consideração por eles.	Luciano exemplifica a profundidade da ligação da comunidade com a praia: o mar assume a personificação do amigo, que lhes cuida, lhes alimenta e não lhes faz mal, mesmo nos períodos de maior violência de suas ondas.	A paisagem como diálogo entre o interior e o exterior /// A leitura da paisagem através dos afetos

José, 50 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
<p>José, de “uns 50 anos”, nasceu na área, e, embora parte de sua vida tenha transcorrido fora da comunidade, sempre morou perto da praia. Voltou, “porque ali eram uma tribo”. Pergunto por que uma tribo. Fala das histórias de que ali “são todos índios” e também todos se conhecem. Refere-se ao termo índio várias vezes, em contraposição aos “ricos”, “bacanas”, que lhe disputam o lugar.</p>	<p>José apresenta uma leitura da comunidade como uma “tribo”, opondo sua condição de “índios” a dos ricos “bacanas” da cidade, associação curiosa e não completamente incorreta, dada a predominância indígena na população tradicional litorânea. É o apego à “tribo” e ao estilo de vida que não lhe permite se afastar da praia.</p>	<p>As experiências da infância como paisagens marcantes /// A leitura da paisagem através dos afetos /// A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar</p>
<p>A proximidade da reunião com a prefeitura e os muitos projetos de retirada lhe dão a certeza de terá de sair dali. Diz se arrepender de não ter aceitado a oferta anterior da prefeitura – um pequeno valor, dado o tamanho do espaço que ocupa, em frente à praia (“espie pela minha janela”, diz com orgulho), mas agora sabe que não receberá nada. Não tem confiança em permanecer: “eles sempre voltam, menina, isso aqui é muito bom, eles não vão deixar com a gente, com a favela.” Fala das outras barracas que saíram, só a dele ficou. Agora, ficará sem nada. Pergunto por que resolveu ficar ali. Responde: em que outro lugar poderia fazer o que fez (ocupou uma área de uns 70 m² na faixa de praia). Na Praia do futuro só tem barraca de luxo. Ele só poderia ter a dele ali.</p> <p>Relembra o passado, as muitas festas, o público de “bacanas” que vinha comer ali – depois deixaram de vir. Insisto – só por isso que você ficou? Abre um sorriso: “olhe pela minha janela – você já viu isso? Essa amplidão, areia e mar? Isso é muito lindo, é claro que eu queria ficar aqui. Mas acho que dessa vez não vai dar.” Entristece.</p>	<p>José vive em insegurança, pois está ciente que a condição de morar na praia, a um tempo que lhe dá orgulho, não lhe pertence, pois está fora de seu alcance financeiro, só lhe sendo possível na informalidade em que vive. Porém, tal condição informal é constantemente ameaçada, o que lhe causa profunda tristeza.</p>	<p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar /// A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política</p>

Débora, 23 anos, e Sandra, 28 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
<p>Sandra nasceu na comunidade, mas sua mãe veio do Ipu, um município na serra que divide Ceará e Piauí. Ela não quer dizer por que a mãe veio para o Serviluz, diz apenas que ela “gostou da praia”. Quando pergunto se ela gosta, ela diz: “A praia é tudo, é nossa vida”. Quando pergunto porque, ela diz: A gente se combina na praia, aqui era tudo areia e o pessoal ocupou. Aqui é um paraíso, tem os pescadores, tem tudo, não tenho nem palavras, porque a praia é mais aberto, mais livre, quando não tem para onde ir (por falta de dinheiro), vamos a praia”.</p>	<p>Sandra explica seu apego ao lugar, indicando que está ali desde que nasceu. A praia, para ela, é “sua vida”, é o lugar aonde ela se combina. A liberdade da praia, cujo acesso gratuito lhe permite uma apropriação “livre”, é extremamente significativa para ela</p>	<p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar /// A área de natureza como espaço livre alternativo ao espaço público</p>
<p>Débora, por sua vez, fala que quando tem dinheiro, vai à Beira-mar. Quando pergunto por que, diz que lá já tem as barracas, já é ponto de venda. Ali tem problemas, as matanças, não tem reforma, quem ajeita tudo são os moradores. Os políticos só aparecem para irritar com carro de som nas eleições. Ela diz, emocionada: Eu prefiro morar aqui perto da praia, eu não queria nem ouro nem prata. A praia é o único lazer, aí nós tem a praia. A praia nós mesmo faz um pique- nique nela, não precisa mais nada. Quando pergunto o que estaria faltando por ali, então, elas respondem paz, saúde, e um colégio grande, pois a filha da vizinha não consegue estudar perto. É possível que o discurso das duas, relativo à praia, esteja relacionada à ameaça de expulsão. A rua em que moram é a mais precária, e ambas não parecem ter emprego fixo. Relatam que quando tem dinheiro, levam as crianças à Beira Mar, e comem nas barracas de lá. Mas a praia é frente a casa é garantida, pois não lhes custa nada – sequer o deslocamento. Assim, o medo de perder o espaço de vida por remoção talvez tenha pautado a entrevista, quando repetiam com frequência: a praia é tudo para nós.</p>	<p>Débora apresenta uma hierarquização das praias: a praia da comunidade é refúgio para o lazer gratuito, já que quanto tem dinheiro vai à Beira-mar, reduto turístico e com maior infraestrutura em equipamentos públicos e serviços como restaurantes e bares. A praia, entretanto, aparece como principal atrativo, e a liberdade de acesso à praia fronteiriça é aspecto prioritário em sua fala – realce dado especialmente no momento de ameaça de remoção pelos últimos projetos da prefeitura.</p>	<p>A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar /// A área de natureza como espaço livre alternativo ao espaço público /// A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política</p>

Luiz, 54 anos

Unidades de Significado	Discurso Articulado	Convergência
Luiz veio de outra comunidade, da Lagoa do Coração, que, apesar de ficar nas dunas, não considerava próximo a praia. O pai trabalhava nas embarcações, mas ele não costumava ir ao mar. Quando foram removidos, o pai veio para o Serviluz, e aí ele conheceu o mar. Até hoje, é seu principal ponto de referência. Ele diz: Quando eu cheguei aqui, eu tinha medo, foi difícil me adaptar.	Luiz relata o uso do espaço condicionado pelas possibilidades. Sua primeira moradia distava apenas alguns quilômetros da praia, porém a dificuldade de acesso lhe fez considerá-la longe, e reduziu seu contato com o mar.	A paisagem cotidiana como referencial de entendimento do mundo.
A rua em que morava ficava coberta de areia, e ele quase se afogou várias vezes. Explicar: É que o mar era um estranho para mim. Mas eu tentei, várias vezes, eu queria. Agora eu e o mar somos um. [Hoje] Eu tenho para mim que até a água daqui é doce, apesar de salgada. Quando pergunto de uma memória significativa, conta de quando conseguiu 03 tubos sequenciais com uma prancha de madeira (aqui a gente surfava de prancha de madeira, moça). Diz: Eu me orgulho, [aqui] foi onde eu aprendi muita coisa: pescar, dar valor ao próximo, surfar, nadar. Seu irmão é famoso no mundo do surfe, já viajou pra vários lugares e agora tem uma escolinha de surfe próxima ao espigão.	A relação com a praia é profunda, presente na fala: “agora, eu e o mar somos um”. A personificação da paisagem como um interlocutor, presente em várias falas das entrevistas, é resultado de uma convivência continuada e intensa, em que o mar representa o meio de vida, de diversão e espaço de reflexão cotidiana.	A paisagem como diálogo entre o interior e o exterior /// A leitura da paisagem através dos afetos
A entrevista é interrompida por um pescador bêbado, que irrompe em lágrimas (a notícia que eu estava fazendo entrevistas já era sabida de todos na comunidade, e ele então me procurou). Gritou: “eu estou perdendo a melhor parte da minha vida! Eu estou perdendo meu espaço!” Pergunto o que foi, mas ele somente repete e sai. Luiz me explica que ele é pescador. Quando a comunidade de morava na Praia Mansa é expulsa para o Serviluz pela companhia das Docas, os pescadores tinham permissão para continuar utilizando a praia como porto. Paulatinamente, e especialmente após as medidas de segurança tomadas após o 11 de setembro, a entrada dos moradores no Serviluz tem sido dificultadas (dificuldade que os surfistas burlam, ao caminhar à beira do precipício de pedras, escondidos das câmeras de segurança). Especialmente após a inauguração do Terminal de Passageiros, como parte dos projetos relacionados aos eventos da Copa do Mundo, mais e mais pescadores são proibidos de pescar. Os moradores criticam – o terminal de passageiros só é usado para festas,		A paisagem cotidiana, se considerado positivo, é considerado elemento de orgulho e de identidade, e representa o afeto que constitui a conexão homem-mundo /// A paisagem como atração e vínculo com um lugar /// A relação conflituosa com o poder público: a construção do espaço comunitário como espaço de ação política

<p>pois o porto de Fortaleza não tem tanto acesso por cruzeiros. Porém, é o que dizem, os pescadores não “condizem” com a paisagem, moça.</p>		
<p>A partir deste episódio, Luiz passa a relatar as mudanças na comunidade. Diz que antes havia mais pescadores, “pois a pesca era melhor, era mais fartura, 90 lagosta, 10 sacos de peixe. É devido à maldade, a natureza também sofre com a maldade, moça”. Antes o Serviluz era melhor, era muito bom, era muito gostoso, dormia com a porta aberta. Agora, era isso (aponta o lugar onde iniciamos a entrevista e de onde tivemos de sair, pois estávamos atrapalhando as vendas). Me convida a voltar, a ter aulas de surfe, diz que também prepara peixe com farofa, pode convidar os amigos. Quem trabalha pela comunidade merece comer, moça.</p>		<p>A paisagem como diálogo entre o interior e o exterior /// A leitura da paisagem através dos afetos</p>



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org



CAU/CE
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Ceará

Este livro está integralmente disponível em versão digital e pode ser baixado gratuitamente no endereço www.cauce.gov.br

O que na cidade é direito do cidadão? Quais os marcos que determinam o espaço urbano democrático? Em outras palavras: o que faz de uma cidade um lugar habitável? Se é impossível habitar sem poesia, como diz Heidegger, em sua obra clássica “Habitar, construir, pensar”, pergunta-se: Como se tecem as relações entre a cidade e seu habitante? Esta indagação é tão mais importante quanto se compreende que a Cidade é resultado concreto e simbólico de uma miríade de decisões anônimas, a poiein cotidiana conforme Michel de Certeau, pelas quais os cidadãos se reapropriam de espaços e constroem neles seu habitar. A inserção dessas lógicas plurais no planejamento de uma urbe é passo imperativo para evitar a transformação do urbanismo em instrumento de criação de habitat abstrato, alvo das críticas de Henri Lefebvre em “O direito à cidade”, no qual os cidadãos são meros consumidores passivos do espaço. A discussão que se pretende nessa obra é realizada a partir dos resultados de pesquisa sobre a experiência da cidade enquanto paisagem habitada. Os dados resultantes da análise permitem sugerir a necessidade do debate do direito à paisagem como elemento essencial do direito à cidade. Iniciando com uma reflexão sobre as relações entre cidade e paisagem, o livro conduz a discussão sobre o próprio conceito de paisagem, construindo, a partir dos resultados de diálogos com moradores de comunidades e favelas em Fortaleza-CE, a conceito de paisagem habitada, como experiência fundamental de ser registrada e incluída no pensar a cidade como espaço de habitação humana.



A publicação deste livro contou com financiamento do CAU/CE, a partir do Edital de Patrocínio Literário em Arquitetura e Urbanismo (No 001/2023).

